



Monica Cristina Ferreira Gomes

RESISTIR É POSSÍVEL:

Sobre Criação e os Processos de Constituição Subjetiva

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica

Orientadora: Junia de Vilhena

Rio de Janeiro, 26 fevereiro de 2010



Monica Cristina Ferreira Gomes

**Resistir é Possível:
Sobre criação e os processos
de constituição subjetiva**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Junia de Vilhena

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria Helena R. Navas Zamora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Auterives Maciel Junior

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Aline De Leo Malaquias dos Santos

FIOCRUZ

Prof^a. Nadja Nara Barbosa Pinheiro

Departamento de Psicologia – UFPR/PR

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /2010.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Monica Cristina Ferreira Gomes

Graduou-se em Psicologia pela UFF (Universidade Federal Fluminense) em 2000. Especialização (nível de Residência) em Saúde Mental pelo Instituto Philippe Pinel em 2003. Mestrado em Estudos da Subjetividade, Programa de Pós-Graduação da UFF (Universidade Federal Fluminense) em 2005.

Ficha catalográfica

Gomes, Monica Cristina Ferreira

Resistir é possível: sobre criação e os processos de constituição subjetiva / Monica Cristina Ferreira Gomes ; orientadora: Junia de Vilhena. – 2010.

238 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2010.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Criação. 3. Subjetividade. 4. Ambiente. 5. Experiência. 6. Relação. 7. Cultura. I. Vilhena, Junia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

À Clarice,
por ter me permitido a experiência de ser mãe.

Agradecimentos

À minha orientadora Professora Junia de Vilhena, pelo acolhimento afetuoso, essencial nos momentos difíceis, o que emprestou a este trabalho a força de nossos encontros, sempre alegres.

À minha filha Clarice, que com sua chegada me permitiu algo além de uma pesquisa acadêmica, mas a experiência intensiva de me fazer mãe neste percurso.

Ao meu companheiro Marcelus, que esteve corajosamente ao meu lado, apostando na criação de possíveis, sempre.

À minha irmã Caroline e Caio Felipe, pelo carinho com que estiveram presentes nos meus momentos de ausência.

À Professora Ana Rudge, pelo apoio e confiança.

À Marcelina, pela atenção, dedicação e pela maneira como doa sua simpatia.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível.

Resumo

Gomes, Monica Cristina Ferreira Gomes; Vilhena, Junia de. **Resistir é possível: Sobre criação e os processos de constituição subjetiva**. Rio de Janeiro, 2010. 238 p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

“Resistir é possível: sobre criação e os processos de constituição subjetiva” tem como tema uma investigação sobre a criatividade e os processos de subjetivação. Em um primeiro momento efetuou-se um estudo sobre a teoria winnicottiana acerca do desenvolvimento emocional primitivo que procurou compreender os processos criativos a partir da relação mãe/bebê e sua extensão aos objetos e fenômenos transicionais e a experiência cultural. Todo o tempo buscou-se uma interlocução da filosofia com a teoria winnicottiana a fim de melhor compreendermos as complexas formas de existência em nossos tempos. A depressão e a agressividade nos serviram de analisadores da maneira como o contexto sócio-histórico influencia em nossa constituição subjetiva. Sendo influenciada por forças que lhe são exteriores e que passam, então, a constituí-la, a subjetividade pode ser pensada também a partir de seus processos criativos, inerentes ao viver. Dessa maneira, resistir é possível, e só assim podemos fazer do mundo um melhor lugar para se viver.

Palavras-chave

Criação; subjetividade; ambiente; experiência; relação; cultura.

Abstract

Gomes, Monica Cristina Ferreira; Vilhena, Junia de (Advisor). **It's possible to resist: about creation and subjectivization processes.** Rio de Janeiro, 2010. 238 p. Doctoral Thesis – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

“It's possible to resist: about creation and subjectivization processes” is an attempt to investigate creativity and the subjectivization processes. At first, it was undertaken an study of Winnicott's theory on the primitive emotional development which comprehended the creative processes from the mother/child relationship point of view and its extension to transitional objects and phenomena and to the cultural experience. In order to better understand the complex ways of existence in our time, a dialogue between philosophy and Winnicott's theory was sought. Depression and aggressiveness were instruments for the analysis of the way in which the Sociohistorical Context affects our subjective constitution. Being influenced by forces that are external to it and that come to be part of it, subjectivity may also be considered from its creative processes, which are inherent in life. Thus, to resist is possible, and by resisting we can make the world a better place to live in.

Keywords

Creation; subjectivity; environment; experience; relation; culture.

Sumário

1 . Introdução	10
2 . Os processos de criação de acordo com a teoria de D.W.Winnicott	35
2.1. Considerações iniciais	35
2.2 . Apresentação do capítulo	50
2.3 . Os primórdios da relação	55
2.4 . A função da mãe e a maternagem suficientemente boa: os cuidados essenciais e a constituição subjetiva	60
2.5 . A continuidade de ser: o bebê e seus processos constitutivos	75
2.6 . Tornar-se indivíduo: o desenvolvimento da capacidade de se importar	86
2.7 . Falha ambiental e trabalho intelectual	95
3 . Processos de subjetivação e Criatividade	100
3.1 . Ilusão e dependência absoluta: as fontes dos processos criativos	104
3.2 . Da dependência absoluta à dependência relativa: o ódio e os processos criativos	116
3.3 . A agressividade e os processos de criação	121
3.4 . Objetos e fenômenos transicionais: a constituição	

subjetiva a partir de processos criativos	128
3.5 . E mais ainda...a filosofia e os fenômenos constitutivos da subjetividade	141
3.6 . A constituição do <i>self</i>	156
4 . Acerca da experiência cultural e a criação de novos possíveis	166
4.1 . Transicionalidade e cultura	169
4.2 . “A insustentável leveza de ser”: sobre o esmaecimento da criatividade em tempos de consumo	179
4.3 . Algumas contribuições cartográficas	189
4.4 . Experiência cultural e processos criativos da subjetividade: um mundo possível	202
5 . Conclusão	216
6 . Referências bibliográficas	225

1 Introdução

*“Renda-se como eu me rendi
Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei
Não se preocupe em ‘entender’
Viver ultrapassa todo entendimento”*

Clarice Lispector, *“Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres”*

Viver: experiência que a todos pertence. Mas, na banalidade do ato de viver há, inexoravelmente, um complexo de relações que o provocam e que, quase sempre, acontecem sorrateiramente, sem que possamos nos dar conta das micro-transformações pelas quais não cessamos de passar, nos re-criando a cada instante no transcorrer da vida. Como nos diz Clarice Lispector, viver ultrapassa todo entendimento.

O viver, complexo, nos instiga a um transbordamento dos campos destacados de saber, a uma mistura entre eles. Nesta pesquisa, marcamos um caminho dentre outros: o viver e seus aspectos criativos a partir da clínica e da filosofia, escolhendo como objeto central os pensamentos de D.W.Winnicott e Gilles Deleuze e o que estes autores nos propõem acerca da criação.

Tal encontro se faz porque, ao percorrer o pensamento de Winnicott, há algo de singular que nos conduz ao encontro de Deleuze. Refiro-me, aqui, particularmente à idéia de experiência e à maneira como é apresentada por cada um destes autores, segundo nossa compreensão. Cabe também pontuarmos, à título de introdução, que a maneira como o social e a produção de subjetividades aparece na teoria elaborada por cada um desses autores será de importância fundamental para nossa reflexão. Percorrendo este caminho, achamos ser possível uma nodulação entre clínica e filosofia. Neste percurso, outros atravessamentos se apresentam, como um olhar sociológico em alguns pontos determinados. No entanto, a tônica cai entre clínica e filosofia.

Este atravessamento pelo campo da filosofia é possível e necessário por fazer valer uma multiplicidade inerente a um questionamento sobre a clínica no pensamento atual. A emergência de subjetividades outras no contemporâneo,

cristalizadas em sintomas e sofrimento excessivo que dificilmente se deixam simbolizar, levantam questões acerca de uma clínica tradicional que se funda prioritariamente pela palavra, problematizando este campo. Como nos dizem Bezerra e Ortega, as transformações profundas por que tem passado nossa cultura suscitam questões na área psicanalítica, “transformações que não apenas ensejam novas formas de organização da subjetividade, mas também afetam decisivamente o alcance dos dispositivos clínicos tradicionais” (Bezerra & Ortega, 2007, pág.7).

Adentrar este atravessamento entre a clínica winnicottiana e uma certa linha de pensamento na filosofia torna-se possível por uma singularidade da teoria de D.W.Winnicott: “a abertura que seus conceitos oferecem para a compreensão de certos aspectos da vida psíquica postos em destaque pela cultura atual” (idem, pág.8), na qual através de modos de produção de subjetividades que se fazem por modulações no interior dos corpos, tornando difícil uma abordagem calcada no conflito psíquico, somos convocados a explorar processos que pertencem a estágios mais precoces do desenvolvimento emocional.

Os chamados casos inclassificáveis, *borderlines* ou casos-limite não são os únicos a apresentar esta paisagem psíquica resistente aos agenciamentos clínicos tradicionais. Boa parte dos quadros mais comuns da psicopatologia atual (adições, compulsões, anorexias e bulimias, depressões distímicas etc.) parece conter aspectos fenomenológicos diferenciados dos quadros tradicionalmente conhecidos, caracterizando-se também por uma vivência de sofrimento que encontra muitas dificuldades de transcrição na linguagem dos conflitos psicológicos. A teoria winnicottiana, ao situar a experiência do psicossoma no centro de sua descrição da vida psíquica e estender o campo da subjetividade individual para além das fronteiras da interioridade psicológica, oferece instrumentos conceituais e práticos inestimáveis para o manejo destas situações clínicas (ibidem)

Em nossos dias, não faltam literaturas tanto sobre o aparecimento de “novos” sintomas, quanto sobre uma inevitável reformulação da prática analítica. Daniel Kupermann, num texto intitulado “A experiência psicanalítica e a cultura contemporânea: uma leitura”, aponta para o que pensam alguns psicanalistas atuais sobre esta questão. Iremos, então, como ele, mapear, a título de introdução, algumas figuras ilustrativas do mal-estar contemporâneo e a maneira pela qual o atual se presentifica no cotidiano da prática clínica.

Citando Joel Birman, o autor acima destaca a figura do silêncio que se abate sobre os analisandos que pouco falam e pouco fantasiam. Nesses casos, a marca pregnante seria a presença de sintomas corporais em perturbações eminentemente

psíquicas. Emergindo de maneira progressiva, este mal-estar na atualidade traz em si a marca do paradoxo: o silêncio evidencia a maneira sempre ruidosa que o psíquico explode no somático. Tais ruídos, apesar de estridentes, não se articulam no campo da linguagem, percorrendo fendas anti-expressivas e caracterizando-se sempre pelo silêncio.

Esta seria uma marca de nossa cultura. Dessa maneira, estes corpos convocam a uma transformação no campo da medicina, da psiquiatria e da psicanálise, na medida em que a primeira, ao privilegiar o corpo físico, se encontra impotente face ao corpo ruidoso, mas silencioso; a segunda, ao se valer dos psicofármacos, não intervém satisfatoriamente; e a terceira, centrada no campo da fala e da linguagem, espera e necessita que o inaudível se transforme em verbo.

Cabe ressaltar, neste momento, que o que o autor identifica como algo do psíquico que explode no somático não é equivalente ao objeto da psicossomática. Para esta, haveria, ainda, uma herança cartesiana na qual fica evidente a separação entre o que pertence ao psíquico e o que pertence ao somático. A fim de justificar o seu argumento, ele convoca o próprio Freud, que muito antes da emergência do campo psicossomático já havia autonomizado o registro da linguagem frente aos referenciais psíquico e somático, uma vez que é através do discurso daquele que sofre que o sintoma aparece.

Citando o texto “Tratamento psíquico”, de Freud, Birman nos fala que o tratamento do mal-estar será sempre psíquico, antes de mais nada, independente do fato de que tenha como referência o corpo ou o espírito, porque a fala estaria no centro da subjetividade sofrente. O sintoma emblemático da constituição da Psicanálise como um campo de saber passa a ser, então, a histeria, na qual se presentificava um corpo irreduzível em relação à presença de alguma lesão de cunho anátomo-patológica e uma exuberante tagarelice gestual e languageira. Neste sentido, o corpo histérico “fala”.

Pela ênfase atribuída à fala, o discurso freudiano construiu uma mediação entre os pólos do somático e do psíquico, possibilitando a sua articulação num outro nível de complexidade, que não o da racionalidade clínica presente na medicina positivista predominante na época. Tal destaque traz em seu cerne a alocação das intensidades na linguagem, que provocariam excitabilidades tais que

desnorteariam o aparelho de linguagem, transformando, assim, este aparelho em aparelho psíquico.

De maneira a criticar um pensamento psicanalítico atual, que vê no confronto com os sintomas atuais uma dificuldade que pertence ao próprio campo da Psicanálise, Birman apresenta uma leitura da obra de Freud na qual o corpo se apresenta como algo que escapa do registro do organismo e do somático, estando imerso na história e apresentando, portanto, diferentes formas de subjetivação.

Trata-se, portanto, de um corpo articulado organicamente com a subjetividade. Este “esquecimento” por parte daqueles que exercem a Psicanálise atualmente seria produzido por uma solução de compromisso entre a psicanálise, a ordem médica e a psiquiatria, na qual cada uma teria direito a uma fatia do corpo. À psicanálise, no entanto, sobrou a fatia do psiquismo desencarnado, sobrando as representações psíquicas e os significantes, restabelecendo-se a divisão corpo/espírito.

Para Birman, há a necessidade de uma retomada da tradição psicanalítica freudiana na qual o corpo evidencia-se articulado sempre com as formas de subjetivação, próprias a cada época e, portanto, mergulhado na história, para que possamos recuperar este corpo contemporâneo que se apresenta ausente de linguagem na clínica. Este corpo convoca a uma releitura e a um reposicionamento do pensamento analítico atual, ou seja, ele opera uma crise nesse cenário já estabelecido.

O próprio Daniel Kupermann, em outro texto (“Por uma outra sensibilidade clínica: Fale com ela, Doutor!”), propõe a necessidade de uma maior sensibilização nas relações com o outro. A clínica, por ser uma experiência de afetação mútua, deve colocar-se constantemente em análise a fim de afinar a sensibilidade. Só assim ela poderá acompanhar as subjetividades.

Para o autor, o cenário psicanalítico atual sofreria as reminiscências do período no qual se destacaria a eficácia interpretativa do analista. O encontro psicanalítico se aproximaria, então, de uma minuciosa investigação em busca do sentido oculto do sofrimento neurótico, com o psicanalista como um detetive que colocaria cada palavra enunciada pelo analisando em suspeição até que a lógica dos significantes revelasse a ordenação que lhes confere um sentido.

Dessa maneira, a palavra passa a ser concebida como um “ato de verdade”, e “a arte da escuta se transforma em uma ciência da interpretação, e,

curiosamente, o efeito imediato produzido por essa passagem foi o de um incremento, cada vez maior, do silêncio do psicanalista”. Não obstante todas as considerações acerca da técnica psicanalítica construída por Freud, de acordo com o autor, foi esta última a que ganhou relevo, passando, então, a configurar no campo psicanalítico “um novo imaginário para o psicanalisar, no qual as figuras privilegiadas seriam as do silêncio e as do incógnito do psicanalista e, paralelamente, as da excessiva sobriedade e da assepsia das sessões de análise”. Defendendo outro tipo de encontro nas sessões de análise, Kupermann tem como aliados em seu argumento Sándor Ferenczi e o filme dirigido por Pedro Almodóvar, “Fale com ela!”.

Citando Ferenczi, Kupermann nos fala da “elasticidade da técnica”, inspirada no princípio de “relaxamento” embutido na própria idéia de livre associação. Para ele, a rigidez adotada pela técnica psicanalítica padrão não propiciaria a atmosfera de liberdade e acolhimento sensível que se impõe como condição para a circulação da palavra. A institucionalização da psicanálise, que passa a ser assim “ensinada” pelos institutos de formação, tem como efeito uma insensibilidade do analista, que pode ser entendida como uma recusa da afetação promovida pelo dispositivo clínico. Para Ferenczi, neste dispositivo a cabeça e o pensamento ocupam o lugar da libido.

Pela elasticidade da técnica seria possível recuperar a liberdade linguageira, perdida com a austeridade do dispositivo analítico. O encontro afetivo volta a ser o essencial para a produção de sentido, sendo importante não mais se falar “de”, mas se falar “com”. Através da reinstauração da ludicidade criativa torna-se possível resgatar o poder polissêmico e evocativo da palavra.

A recusa por parte do analista de seus afetos e da maneira como pode afetar seus analisandos constitui-se numa reprodução do abandono traumático, sofrido pelo analisando, na situação transferencial. Atualmente, as formas psicopatológicas parecem estar, justamente, marcadas pelo signo do abandono ou da passagem ao ato, caracterizando uma “era da insensibilidade” na qual a singularidade tende a ser abolida junto à alegria e à dor de existir. Assim, tanto na melancolia quanto na toxicomania, por exemplo, “trata-se de um corpo exausto e impotente frente à tirania de um outro percebido como agressor, e incorporado na forma de um superego implacável, ao qual a subjetividade encontra-se

submetida”, promovendo, no limite, uma legião de comatosos – como intuído por Almodóvar.

Para Kupermann, o desafio contemporâneo aos psicanalistas seria escutar esse pedido de socorro, S.O.S. dos que se encontram cada vez mais ‘sós’, o que seria possível pela experiência de afetação mútua capaz de acolher o outro em sua diferença, no qual a palavra deixaria de ser um “ato de verdade para se transformar em um “ato de amor””.

Também partindo de um referencial ferencziano, Eliana Schueler Reis fala sobre o corpo. Este aparece cada vez mais liso, plano, sem rugas e sem crostas, seguidor do modelo da saúde perfeita, da beleza perfeita, do sucesso. E não faltam especialistas para atender a esse apelo! É a um controle da vida o que se visa; um aplacamento das intensidades inerentes ao viver – um corpo sem dor, sem velhice e sem fracassos.

Neste contexto, a ciência passou a funcionar como um poder midiático que tudo explica e clarifica. A fim de cumprir bem o seu papel, a dicotomia mente e corpo é reificada: o corpo biológico de um lado versus a subjetividade feita de linguagem de outro (Reis, 1997, pág.340). Sendo assim, “o risco que os psicanalistas correm nessa tentativa de validação é cair também na tentação de apresentar um sujeito modelo, o ‘homem psicanalítico’, edípico, culpado, castrado, libidinal, faltoso, significante, na intenção de atender à demanda de visibilidade que o protocolo científico ratifica” (idem, pág.339).

Podemos afirmar, então, que os psicanalistas que trabalham prioritariamente com a palavra, não raro se verão em maus lençóis nos dias atuais, pois o corpo que vai aos consultórios é um corpo que não sabe sentir dor, que tem horror ao vazio, que deve estar, portanto, liso, sem dobras, não obstante sejam essas dobras, cheias de intensidade, o motivo de uma procura por um psicanalista. Diante dos ideais estabelecidos atualmente as intensidades só tomam forma nos corpos desviantes dos drogados, dos viciados, do compulsivo, do que está em pânico ou do depressivo, numa tentativa constante (e constantemente frustrada) de se retirar as intensidades do cotidiano.

Este corpo que assim chega à clínica, fala, mas não somente por representações; aliás, geralmente ele está ausente dessa fala representacional. Ele pode ser ouvido, mas também visto, cheirado, sentido, pleno de signos que fazem parte da história do sujeito. Como nos diz a autora, “este corpo atualiza sua

memória, permanentemente, não pela rememoração e sim pela apresentação de todos os tempos no tempo sempre presente da sensação” (idem, pág.341). O corpo é dotado de brechas, por onde escorre o fluxo dos desejos que, impossível de se uniformizar, resiste.

Ao clínico cabe a possibilidade de percorrer essas dobras, através de desdobramentos que não são alisamentos, mapeando as intensidades afetivas das quais não temos consciência porque seus movimentos são sempre fugidios, apesar de sua direção precisa e certa. É preciso acompanhar as entonações, os tremores desse corpo, seus cheiros e ruídos, sua movimentação no mundo e a forma pela qual podem criar algo nele. É preciso “estar com”.

Numa outra abordagem acerca dos sintomas atuais, Suely Rolnik faz um mapeamento das existências humanas nos dias de hoje. A consagração de formas que exercem sobre as subjetividades um apelo idealizador, seja no âmbito cultural, econômico, ou social tem, em contrapartida, uma política de subjetivação que as fundam e sustentam. Para a autora, atualmente a moeda mais forte do capitalismo é a força de invenção ou criação, sendo esta o motor mesmo da economia.

Dessa maneira, torna-se inevitável à prática clínica na atualidade um questionamento sobre as forças de criação inerentes aos processos de subjetivação e a maneira pela qual elas são acionadas: pelo viver criativo ou em conformidade a modelos exteriores de subjetivação. Os sintomas, então, não devem ser compreendidos fora do contexto cultural no qual estão imersos.

Existem dois modos de apreensão do mundo enquanto matéria: como forma ou como campo de forças. Quando conhecemos o mundo como forma, é a percepção que convocamos; com isso, é a existência formal do outro que nos aparece em representações visuais, auditivas, etc. Já o mundo como campo de forças convoca a sensação, “operada pela sensibilidade em seu exercício intensivo e engendrada no encontro entre o corpo, como campo de forças, decorrentes das ondas nervosas que o percorrem, e as forças do mundo que o afetam”. A este exercício, Suely Rolnik chama de “corpo vibrátil”.

Dessa maneira, a subjetividade se reconhece e se orienta na apreensão do mundo como forma ou representação. Já “na relação com o mundo como campo de forças, novos blocos de sensações pulsam na subjetividade-corpo na medida em que esta vai sendo afetada por novos universos”, o que, conseqüentemente,

desestabiliza os universos já reconhecidos enquanto forma pela subjetividade. Este processo constitui um paradoxo da sensibilidade humana: as formas atuais tornam-se um obstáculo para integrar as novas conexões que emergem num novo bloco de sensações; esvaziando-se de vitalidade, elas (as formas atuais) perdem o sentido. A sensação é de vertigem, de falta de chão.

É preciso, então, que os processos de criação inerentes à vida sejam acionados. É porque as formas deixam de fazer sentido que outras precisam ser criadas, numa nova configuração da existência. Da mesma maneira, é preciso que essa nova configuração possa se afirmar e se inscrever na subjetividade em vigor, que componha com ela. É isso o que garante a continuidade da vida, a sua expansão. Nas palavras da própria autora,

o paradoxo do sensível pulsando no coração da experiência subjetiva e a vertigem que ele mobiliza são assim constitutivos do processo de individuação em seu constante devir outro: eles são o motor propulsor da construção da realidade de si e do mundo, seu disparador. Isto faz de todo e qualquer modo de subjetivação, uma configuração efêmera em equilíbrio instável.

De acordo com este pensamento, os processos de subjetivação variam de acordo com estes dois modos de conceber o mundo e a flexibilidade de modulação deste duplo exercício do sensível, estando tanto as formas do mundo quanto as formas subjetivas atravessando e sendo atravessadas umas pelas outras. É por isso que, a cada tempo, temos diferentes configurações subjetivas, que dependem da maneira como é favorecida ou constringida a processualidade da vida, “sua expansão enquanto potência de diferenciação – potência que depende da força de invenção que decompõe mundos e compõe outros e, indissociavelmente, da força de resistência que garante a mudança”.

Para Rolnik, nos dias atuais vivemos num campo cultural e econômico cujo efeito em nossa existência é um afastamento cada vez maior do contato com nossas próprias sensações, numa hipervalorização do mundo das formas. Reproduzindo suas palavras, “o corpo vibrátil encontra-se em coma”. No entanto, como vimos anteriormente, é somente pela conjunção entre campo de forças e campo das formas que estas últimas podem se estabelecer. Sendo assim, há, paradoxalmente, um investimento maciço no campo das sensações, encontrando-se a subjetividade exposta a mundos que se multiplicam e variam numa

velocidade estonteante, continuamente afetada por um turbilhão de forças de toda a espécie.

Vivemos tempos velozes em que somos convocados a assumir diferentes formas no decorrer de nossa existência, o que significa que, para que novas formas se atualizem, outras tenham que ser varridas de cena. Dessa maneira, se reduz o prazo de validade das formas em uso, que se tornam obsoletas antes mesmo de terem sido absorvidas, o que faz com que as forças de invenção e de resistência sejam frequentemente convocadas. Esse processo provoca uma dissociação das sensações que convocam estas mesmas forças. Como consequência, torna-se cada vez mais difícil acessarmos o corpo vibrátil, o que é indispensável para a constituição de novas formas e perpetuação da continuidade da vida de modo criativo, ou seja, somos convocados com nossos corpos a assumir diferentes formas que nos são oferecidas a partir de modelos, moldes que nos separam de nossa potência de criação.

Nos dias de hoje vivemos num mundo no qual há uma obstrução no acesso às sensações, o que interrompe os processos de criação, colocando estas forças disponíveis para serem instrumentalizadas pelo mercado. Da mesma maneira, a apreensão da vida como algo em constante transformação é negada, de tal maneira que nos encontramos cada vez mais necessitados de artifícios que nos conduzam ou que nos mantenham em estados já estabelecidos. É negada a crueldade que tem que se exercer enquanto tal a fim de que se desfaça um mundo que já não tem mais sentido para que um novo mundo possa ser criado. Emergem o medo e o desamparo, o que faz com que figuras identitárias sejam reificadas. O efeito disso é ver na alteridade um perigo eminente.

Um sintoma recorrente na atualidade é a síndrome do pânico. Neste panorama, esta síndrome estaria relacionada com uma experiência traumática perante a crueldade da vida que destrói formas de existir, o que se faz, nos dias de hoje, com uma frequência incomparável com qualquer outro período da história. No pânico, “clivado do corpo vibrátil, o indivíduo vive a destruição recorrente de modos de existência como ameaça de destruição de si mesmo, a tal ponto que parece atingir o próprio organismo. (...) Uma ameaça imaginária produzida pelo medo e desamparo”, instalando na subjetividade um verdadeiro estado de pânico.

Já nas depressões, o indivíduo resiste à vertigem causada pelo esvaziamento de sentido, mas não consegue criar um novo, ficando no vazio. E, para Rolnik,

“ficar no vazio produz descrença no mundo, o que impede o desejo de encantar-se e portanto de conectar-se”. Como consequência, a subjetividade se atola no tédio.

No caso do “stress”, uma sintomatologia bastante comum nos dias atuais, a subjetividade não sucumbe diante do esvaziamento de sentido, nem diante do vazio; por manter ativas as forças de criação e resistência que a situação exige, ou seja, separadas do corpo vibrátil e em uma velocidade exasperada, o corpo sucumbe. A autora qualifica este estado de uma “agitação estéril movida à ansiedade”, muitas vezes potencializada por aditivos químicos. Comparadas à galinhas cultivadas em granjas *high tech* que são levadas, por meios artificiais, a produzirem desenfreadamente, este sintoma é também chamado de *burn out*.

O exercício da clínica, então, convoca o analista a abrir o corpo para as forças da alteridade do mundo, o que implica no reconhecimento da imersão do corpo na história, como descrito anteriormente. Deixar ser afetado e afetar, mapear as sensações e cartografar os sentidos. A clínica não deve, portanto, distanciar-se da vida.

Numa breve análise desses quatro pensadores da atualidade na e da clínica, podemos observar que, mesmo com referenciais teóricos diferentes entre si, existe um fio condutor que perpassa todos os pensamentos. Em relação aos sintomas, sublinhamos a ‘impotência de ser’, ou seja, uma impossibilidade de “continuar a ser”, em termos winnicottianos, como veremos mais a frente; e em relação à prática clínica, o clínico é convocado a ocupar outro lugar, bem diferente do lugar proposto pela análise clássica freudiana.

A escolha pelos autores acima se fez por estes apresentarem-se sob diferentes óticas, a partir de diferentes referenciais teóricos, propondo, apesar disso, uma clínica muito parecida, assim como a leitura que cada um faz dos sintomas. Como pessoas que também vivemos nessa época, somos atravessados pelas forças que a compõem, e sofremos, igualmente, todas as consequências disso. Assim também acontece ao dispositivo analítico, que deve ser posto, sempre, em análise.

Entendemos que o fio que perpassa cada uma das reflexões acima é a idéia de um afastamento dos processos criativos inerentes ao viver, provocado por uma produção de subjetividades maciça. Somos, então, produzidos em nossa forma de desejar, de amar, de viver, de maneira a estarmos sempre em consonância com um mercado que não pára de se diversificar, exigindo, portanto, novas existências que

o mantenham. As consequências são os sintomas cujas características recaem, todas, num distanciamento da própria capacidade de criação. A clínica deve ser pensada, então, inseparavelmente do contexto social em que se insere. Defendemos a idéia de que ela deve ter como ícone central de sua prática uma recuperação da capacidade de criação.

Atualmente, no desafio de possibilitar a emergência de processos criativos que provocam novas formas de subjetivação, o clínico se vê convocado com seu corpo e seus afetos. Acreditamos que tais processos só possam emergir a partir da construção de um espaço intermediário de experimentação, espaço este que não é exclusivo da clínica, ainda que esta só possa acontecer a partir de sua facilitação. Da mesma maneira, apostamos na construção de um espaço intermediário entre a clínica e a filosofia.

O filósofo Gilles Deleuze é particularmente interessante nesta pesquisa por possibilitar uma reflexão sobre a produção de subjetividades. Seu pensamento vai nos servir como uma espécie de facilitador. Para tal, a noção de intercessores nos servirá como uma ferramenta, um norteador ao procedimento adotado.

Deleuze sempre demonstrou interesse pela relação entre as artes, a ciência e a filosofia, por entender cada uma delas como essencialmente criadora. De acordo com sua teoria, é sempre possível encontrarmos ecos e ressonâncias entre elas que emprestam movimentos à atividade intelectual. Assim, repetimos, é possível encontrarmos ecos entre a clínica e a filosofia. Esta afirmação, no entanto, não significa que algo que está presente na filosofia encontra-se presente, da mesma maneira, na clínica. O que queremos pontuar são zonas de semelhança que ressoam, soam de novo e algo novo, ampliando a compreensão dos conceitos, emprestando-lhes movimento.

A possibilidade de ressonância mútua entre a clínica e a filosofia não atribui a nenhuma delas um primado, mas estabelece entre elas relações de troca que, ao afirmar suas semelhanças, tornam possíveis destacar suas diferenças e, a partir delas, destacar o seu papel criador. Nesse sentido, Deleuze pontua a importância dos intercessores.

Devido à sua relevância nesta pesquisa, entendemos que a noção de intercessores deve ser melhor apresentada. Em seu texto homônimo, que consta no livro “Conversações”, Deleuze inicia sua exposição com a afirmação de que ao pensamento não deve ser atribuída uma origem, mas devem ser analisados os seus

movimentos, os seus vetores. Não localizar uma origem do pensamento, mas mapear o que se passa “entre”.

Adentrar um pensamento sem buscar nele um ponto de origem, mas zonas de vizinhança com outros pensamentos a fim de emprestar-lhe movimento. É dessa forma que somos atravessados pela noção de intercessores nesta pesquisa. Estas zonas podem ser buscadas ao ponto de não mais ser possível dizer: isso pertence ao campo da clínica; ou da filosofia. Elas demarcam um espaço de indiscernibilidade no qual “isso” pertence a todas elas, já não pertencendo mais a nenhuma.

Dessa maneira, com uma ligeira modificação, fazemos nossas as palavras de Deleuze: a clínica e a filosofia entram em relações de ressonância mútua e em relações de troca¹, percutindo uma na outra. E abordar suas interferências não as retira do lugar de estrangeiras entre si. Essa compreensão atribui aos campos em questão uma horizontalidade, no sentido de fazer com que não haja entre eles nenhuma espécie de hierarquia, nenhuma sobreposição. A cada um deles não deve ser negada sua importância em detrimento dos outros.

Assim Deleuze nos diz: “O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores” (Deleuze, 1998, pág. 156). Os intercessores podem ser qualquer coisa – uma pessoa, um animal, um conceito – com a particularidade de que ele tem que ser fabricado, aí residindo o seu potencial criativo. É preciso fabricar os intercessores, pois eles não preexistem.

A noção de intercessores vai produzir a idéia de que a verdade não é algo preexistente, algo a ser descoberto, mas ela é uma criação que falseia idéias preestabelecidas, criando bifurcações, abrindo outros caminhos. A partir dela, é possível tornar visíveis coisas que assim não seriam em outras condições.

Essa não é uma trajetória estranha aos que se encontram na clínica. Seu exercício provoca uma constante análise de sua própria prática, na medida em que não há um modelo ao qual a subjetividade humana se encontra submetida. Na grande maioria das vezes, há uma paralisação, uma cristalização que impede os movimentos dos processos criativos que provocam uma constante transformação subjetiva, sendo o objetivo da clínica a facilitação destes processos característicos

¹ No texto original: “a filosofia, a arte e a ciência entram em relações de ressonância mútua e em relações de troca” (Deleuze, 1998, pág.156).

da subjetividade. E a cada nova história, é um mundo que se apresenta a partir de suas verdades fabricadas.

Acreditamos que os problemas colocados na clínica pelos sintomas contemporâneos possam ter na filosofia seus intercessores. Para isso, abordamos os aspectos da criação e as suas ressonâncias, os seus ecos. A idéia de relação, embutida na de experiência, nos possibilitará um trânsito entre estes campos. Em Winnicott, pretendemos flagrá-la a partir dos fenômenos transicionais e, num momento posterior, no viver criativo.

A fim de destacar os processos criativos na experiência, procederemos a uma incursão na obra de Winnicott pontuando os elementos que consideramos importantes para esta problematização. Em sua teoria acerca do desenvolvimento humano, Winnicott nos oferece importantes contribuições para uma melhor compreensão dos processos de constituição subjetiva. Com uma teoria baseada fundamentalmente em sua prática, que inclui cerca de quarenta mil pacientes, ele postula que haveria um período inicial caracterizado por uma situação de dependência, cujo percurso normal segue no sentido de uma gradual independência.

O que visa este estudo sobre o pensamento de Winnicott é um aprofundamento dos processos inerentes ao que ele caracteriza como o desenvolvimento humano, tendo como foco principal os aspectos pertencentes à área do brincar, mais especificamente os fenômenos e o espaço transicional.

Tal escolha se faz por acreditarmos ser possível sublinharmos aspectos importantes acerca dos processos de constituição subjetiva, que dizem respeito ao viver imaginativo e criador, através de um estudo desta área (na qual estão incluídos os fenômenos transicionais) considerada intermediária, situada entre a realidade psíquica, pessoal e interna e a realidade externa ou compartilhada.

Utilizando-se da relação mãe/bebê para seus estudos, Winnicott, no entanto, nos informa que essa área intermediária da experiência está presente em todos os momentos da vida de uma pessoa. É importante entendermos a maneira como acontece o seu desenvolvimento, uma vez que o estudo de tais fenômenos requer uma compreensão dos estádios primitivos da relação de objeto e da formação de símbolos, indo do punho na boca, atividade comum em recém-nascidos, ao reconhecimento do mundo compartilhado.

Para este autor, a descrição de pessoas em termos de representações que constituiriam a realidade interna ou a realidade externa, assim como descrevê-las a partir fenômenos pertencentes aos relacionamentos interpessoais, não é suficiente. Existe uma terceira parte da vida de um ser humano, que constitui uma área intermediária de experimentação. Dito de outra forma, são os processos existentes *entre* o subjetivo e o que é objetivamente percebido que devem ser considerados

Assim, o segundo capítulo abordará sua concepção acerca do desenvolvimento emocional primitivo por ela nos fornecer as bases para a compreensão da emergência do verdadeiro *self*, que seria uma espécie de resultante dos processos criativos. O desenvolvimento emocional primitivo refere-se a um momento precoce de continuidade de ser, que deve ser amparado por uma técnica de maternagem que o sustente, inseparável, portanto, da formulação sobre a mãe suficientemente boa.

Este item nos fornecerá as bases para o entendimento dos fenômenos subjacentes à formação subjetiva a partir das experiências mais primitivas, mas não menos importantes, dos bebês e seu relacionamento com a mãe. Ao destrinchar os caminhos que levam a uma constituição subjetiva sadia, estaremos aptos a compreender os processos criativos inerentes ao viver e que se encontram, muitas vezes, dissociados de sua função.

Nesse sentido, destacaremos a função da mãe como algo que faz operar certas engrenagens de constituição subjetiva, enfatizando o que possibilita os processos criativos da experiência, tendo como ponto de partida os cuidados dispensados ao bebê. O que pretendemos mostrar é como a possibilidade ou não de viver criativamente se encontra relacionada à provisão ambiental característica da fase de dependência.

Outros fatores vão se somando a este cuidar, permitindo ao bebê tecer uma rede de experiências que, em casos favoráveis, vão aos poucos constituindo o seu mundo, tornando-o uma pessoa integrada. À não-integração, então, sucede a integração, importante processo do desenvolvimento. Winnicott descreve estes fenômenos precoces a partir do estabelecimento da relação com a realidade externa (realização) e pelo assentamento da psique no corpo (personalização). Estes três processos são fundamentais para o desenvolvimento emocional

primitivo, não havendo entre eles uma ordem de prioridade, todos acontecendo simultaneamente.

Muitos indivíduos, aparentemente são, assim se apresentam a partir de defesas contra a não-integração ou a desintegração. Nestes casos, estas pessoas se encontram patologicamente destituídas de capacidade criativa. Uma de suas características é a sensação de que o mundo não é real, uma sensação de não-pertencimento e, como Winnicott demonstra em alguns de seus casos clínicos, o único sentimento verdadeiro é o de irrealidade, é a ausência. Dissociadas, essas pessoas vivem em um mundo à parte, muitas vezes bem sucedidas a uma primeira vista, mas totalmente submissas àquilo que delas se espera, não sendo capazes de criar.

Através do fenômeno de integração é possível alcançar o relacionamento primário com a realidade externa, importante para todo o resto da vida do indivíduo. Manter uma verdadeira relação com a realidade externa é um patamar complexo, difícil de dizer que se chegou ao seu ponto final.

A descrição deste momento importante do desenvolvimento exige uma reflexão sobre o que Winnicott aborda como ilusão e desilusão, de maneira a já deixar claros para o leitor processos desse estágio do desenvolvimento que vão ter implicações importantes para o entendimento dos fenômenos transicionais. Os aspectos relacionados à realidade, enfocando as noções de subjetivo e objetivo também serão discutidos, pois estão intrinsecamente ligados aos processos de criação.

Para que possamos entender os fenômenos descritos acima, torna-se imprescindível uma compreensão acerca do que Winnicott denomina “mãe suficientemente boa”, uma vez que se trata de uma engrenagem através da qual se processa o desenvolvimento emocional primitivo. A questão do relacionamento mãe/bebê é de importância máxima na etapa inicial, de dependência, passando a segundo plano com a gradual independência do bebê.

A partir de sua observação do relacionamento entre as mães e seus bebês, Winnicott chegou à elaboração de idéias universais, como ele mesmo denomina, que abarcam não só todas as pessoas em qualquer parte do mundo, mas também todas as fases pertencentes ao viver humano. Para ele, só há desenvolvimento se houver a possibilidade de que certos processos aconteçam já desde o momento do nascimento, até mesmo antes, e estes processos envolvem o relacionamento do

recém-nascido com um outro que lhe dará o suporte necessário para que possa viver suas próprias experiências.

Em relação à função da mãe, da forma como pretendemos destacar, achamos conveniente transcrever as palavras do próprio Winnicott:

seria muito proveitoso levarmos em conta o lugar da mãe. Existe algo que chamamos de ambiente não suficientemente bom, que distorce o desenvolvimento do bebê, assim como existe o ambiente suficientemente bom, que possibilita o bebê alcançar, a cada etapa, as satisfações, ansiedades e conflitos inatos e pertinentes. (Winnicott, 1956, pág. 399)

É nesse sentido que ele desenvolve a idéia de “mãe suficientemente boa”. Entendemos esta idéia de forma a acrescentar-lhe a característica de uma função, muito mais do que compreendê-la a partir de um sujeito – a mãe. Ou seja, não são as características psicológicas da mãe o que interessa, mas o que ela proporciona ou não ao seu bebê a fim de que o processo de seu desenvolvimento possa acontecer.

Como função, ela opera determinados vetores a partir de uma certa engrenagem. Com isto queremos dizer que existe uma técnica de maternagem que possibilita que algo possa emergir, técnica esta que é impossível de ser ensinada, não pertencendo ao domínio de uma intelectualização acerca do cuidado de bebês, mas que está imersa na possibilidade da mãe estar com o bebê, estar sensibilizada e identificada (consciente e inconscientemente) com ele na relação. Assim nos diz Winnicott:

gradualmente, esse estado passa a ser o de uma sensibilidade exacerbada durante e principalmente ao final da gravidez. Sua duração é de algumas semanas após o nascimento do bebê. Dificilmente as mães o recordam depois que o ultrapassaram. Eu daria um passo a mais e diria que a memória das mães a esse respeito tende a ser reprimida. (idem, pág. 401)

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de salientar que, ao tratarmos dos processos de constituição da subjetividade a partir do termo “desenvolvimento”, não estamos de acordo com a idéia de que haveria um momento inicial a partir do qual o indivíduo seguiria em direção a um momento pleno de realização, no qual atingiria o auge da evolução humana. Não é assim que entendemos, e nem é assim

que Winnicott pensa. A idéia de desenvolvimento está atrelada a um processo, sempre se fazendo, sempre em vias de se fazer, percorrendo toda a existência do indivíduo, passando por momentos de regressão e progressão, motivo pelo qual consideramos mais importante pontuar o que está no meio do processo do que o que encontramos em seus momentos regredidos ou em progressão.

Voltaremos com a discussão sobre a “mãe suficientemente boa” com a seguinte citação:

com “o cuidado que ele recebe de sua mãe” cada lactente é capaz de ter uma existência pessoal, e assim começa a construir o que pode ser chamado de *continuidade do ser*. Na base dessa continuidade o potencial herdado se desenvolve gradualmente no indivíduo lactente. Se o cuidado materno não é suficientemente bom então o lactente não vem realmente a existir, uma vez que não há continuidade do ser; ao invés a personalidade começa a se construir baseada em reações a irritações ao meio. (Winnicott, 1983, pág. 53; grifos do autor)

Através de uma adaptação quase completa da mãe, o bebê sente como se o seio dela fosse parte dele mesmo estando, assim, sob o seu controle mágico. Este é o início da experiência do bebê, do qual faz parte a ilusão. Nesse processo é importante notar que, ao apresentar o seio a partir de sua identificação com o bebê, é possível a este criar o “seu” próprio seio, na medida em que este lhe foi apresentado no momento oportuno para que pudesse ser criado.

Assim acontece repetidas vezes, desenvolvendo-se no bebê um fenômeno subjetivo a partir de um objeto externo, o seio, que, por enquanto, ainda não é compreendido enquanto tal. Desenvolve-se, então, a capacidade do bebê de criar o objeto subjetivo. Mas isto só foi possível porque este lhe foi apresentado no momento exato em que poderia ser criado. Assim, introduzimos a idéia do primeiro paradoxo de Winnicott, essencial aos processos criativos: o objeto já precisa estar lá para que possa ser criado.

Em seu livro “Natureza Humana” (1990), Winnicott nos fala em termos de um “relacionamento excitado” e um “relacionamento tranqüilo”. A fim de facilitar a exposição, ele descreve os fenômenos iniciais que se articulam aos processos criativos através do artifício da primeira mamada teórica. No capítulo intitulado “Estabelecimento da relação com a realidade externa” (Winnicott, 1990), ele descreve a maneira pela qual esta experiência é assimilada, a partir de processos

criativos, pelo bebê. Num momento inicial, há uma crescente tensão instintiva que se desenvolve numa expectativa, um estado de coisas no qual o bebê está preparado para encontrar algo em algum lugar, configurando um estado excitado. Mais ou menos no momento certo, a mãe, se é capaz de fornecer um ambiente adequado, oferece o seio.

Apesar da extrema imaturidade do bebê recém-nascido, há, neste momento, a construção de um evento a partir da memória, estabelecendo-se um contato através do qual as outras mamadas irão se desenvolver. Como nos diz Winnicott, “nesta primeira mamada (teórica), o bebê está pronto para criar, e a mãe torna possível para o bebê ter a ilusão de que o seio, e aquilo que o seio significa, foram criados pelo impulso originado da necessidade” (idem, pág. 121).

Iniciamos, então, o terceiro capítulo descrevendo os processos de ilusão. Aquilo que o bebê cria não é exatamente o que a mãe lhe oferece, mas a ilusão originada da adaptação perfeita da mãe cria as condições para que assim pareça. Nesse momento, o bebê está pronto para ser criativo. Nas palavras do próprio Winnicott, “aqui o ser humano se encontra na posição de estar criando o mundo” (ibidem, pág. 122). Caso a ilusão não seja possível, o bebê não será capaz de manter relacionamentos excitados com objetos ou pessoas do mundo real, também chamado de externo ou compartilhado.

É somente a partir da ilusão de ter criado objetos externos que a mãe suficientemente boa tem as condições para o início de um processo gradual de desilusão, com uma decrescente adaptação sua às necessidades do bebê. No entanto, se tudo correu bem, ele tem condições para lidar com essa mudança, aceitando e até mesmo se utilizando da desilusão.

A desilusão gradativa a qual o bebê é submetido pela mãe suficientemente boa é tão importante quanto a ilusão. A desilusão só é possível porque houve, anteriormente, a criação que faz parte do processo de ilusão. Ao falarmos de ilusão e desilusão, o que queremos pontuar é a sua estrita ligação com os aspectos criativos da subjetividade. Funcionando em conjunto, este par denota outro passo em direção a um acúmulo de experiências do bebê, no qual o objeto é encontrado/criado pelo bebê e deve ser, ao mesmo tempo, parte da própria mãe aguardando para ser encontrado.

Este é um processo altamente complexo no qual o bebê começa a fruir de experiências nas quais se encontram presentes a onipotência dos processos

intrapésquicos aliada ao controle que tem do real. Isso só é possível a partir de uma função da mãe que é apresentar o objeto no momento em que ele pode ser criado, apesar de ter havido um repúdio deste por parte do bebê. O objeto, então, é repudiado, aceito de novo e objetivamente percebido a partir de um ambiente confiável proporcionado pela mãe suficientemente boa. Essa confiança na mãe cria um espaço intermediário potencial no qual os fenômenos transicionais acontecem. Winnicott se refere a esse espaço como “playground” no qual é possível brincar.

Consideramos um estudo sobre a ilusão importante por ela reivindicar a criação de um espaço intermediário entre o que é subjetivo e o que é objetivo. Através de uma maior compreensão sobre os processos da ilusão e desilusão, nos será viável iniciarmos a tarefa de um estudo acerca dos fenômenos transicionais, uma vez que, através desses processos inicia-se no bebê uma concepção acerca da realidade externa. Winnicott nos fala, então, da criação de um terceiro mundo, um mundo ilusório que não é nem sua realidade interna, nem é um fato externo, mundo este através do qual o bebê passa a exercer sua onipotência sobre os objetos, uma vez que esta deixa gradualmente de ser exercitada pela adaptação perfeita da mãe suficientemente boa.

A partir da teoria dos fenômenos transicionais, é possível entendermos de que maneira uma provisão ambiental suficientemente boa possibilita ao indivíduo uma transição de seu estado de onipotência, no qual há uma prevalência de uma percepção subjetiva dos objetos, para o estabelecimento de um reconhecimento da realidade externa, assim como o desenvolvimento de meios subjetivos para lidar com esta mesma realidade.

Os objetos e fenômenos que pertencem a este tipo de experiência são denominados de “transicionais”. Aquilo que comumente valorizamos como arte se desenvolve a partir destes fenômenos. Fazendo parte de toda a vida do indivíduo, estes fenômenos ocupam o espaço entre o subjetivo e o que é objetivamente percebido.

Como seu desdobramento, abordaremos o brincar em sua relação com a construção de uma área intermediária da experiência, chamada de espaço potencial. Uma das características deste espaço é pertencer a um não-lugar, uma vez que não pode ser localizado na realidade psíquica interna e nem a partir da realidade externa.

É através do “brincar” que este espaço da zona intermediária pode ser criado, brincar este que deve acontecer, no campo da clínica, tanto por parte do terapeuta quanto do paciente. Como especificação do lugar ao qual pertence o brincar, Winnicott nos alerta que não é nem “dentro”, nem num mundo localizado “fora” que ele se encontra. O brincar, então, encontra-se imiscuído num processo que ocupa, no entanto, um espaço, sendo este, paradoxalmente, um não-lugar. Pode também ser chamado de *espaço transicional*. Como algo necessário à ocorrência dos fenômenos transicionais, Winnicott nos chama a atenção para sua importância crucial nos processos de criação.

O brincar relaciona-se diretamente às relações com os objetos, sendo este um ponto complexo do processo de maturação iniciado e possibilitado a partir do relacionamento precoce entre a mãe e o bebê. É preciso que o ambiente facilite que o bebê crie e recrie o objeto a partir de sua experiência de onipotência. Da criação dos objetos subjetivos surgem as condições para que os objetos possam ser objetivamente percebidos, num acúmulo de experiências que possibilitam a criação a partir do interjogo entre os objetos externos e internos. O brincar, como uma experiência, deve ser entendido sempre como uma “experiência criativa, uma experiência na continuidade espaço-tempo, uma forma básica do viver” (Winnicott, 1975, pág. 75).

Objetos do mundo externo são trazidos para este espaço, num interjogo com elementos da realidade interna através do qual se tornam possíveis os processos de criação. Neste espaço, encontram-se os fenômenos transicionais que possibilitam esta operação, proporcionando um enriquecimento subjetivo. A possibilidade do brincar permite uma evolução para o brincar compartilhado, e deste para as experiências culturais.

Especificamente no capítulo IV do livro “O brincar e a realidade”, intitulado “O brincar: a atividade criativa e a busca do eu (*self*)”, Winnicott trata do brincar e dos fenômenos transicionais. Para ele, é somente no brincar que é possível fruir da liberdade de criação. Nessa associação entre brincar e criação, encontra-se a constituição de uma dimensão do eu, chamada “verdadeiro *self*”, em contraposição a um “falso *self*”, que seria quando o indivíduo se encontra destituído de sua capacidade criativa.

Por fim, pretendemos abordar o brincar em sua relação com as transformações próprias ao viver. Ao falarmos do brincar a partir de Winnicott

estamos falando, sempre, de uma experiência criativa. O brincar, então, constitui-se numa experiência intensiva, na qual os fenômenos transicionais têm realidade e acontecem na área intermediária, pertencendo à experiência da relação de objeto na sua especificidade de objeto transicional. É este o lugar em que permanecemos a maior parte do tempo enquanto experimentamos a vida, sendo os processos que o constituem pertencentes ao viver criativo.

Em seu livro “O brincar e a realidade” (1975), Winnicott nos diz a seguinte frase: “é através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida” (pág. 95). O oposto desse movimento de criação próprio da vida é uma submissão à realidade externa, na qual o indivíduo deixa de seguir os movimentos da vida para ajustar-se, adaptar-se. O que vem junto a essa submissão é um sentido de inutilidade, como se a vida não valesse a pena ser vivida.

A experiência do brincar, ao emergir a partir de relações objetais, configura-se como um momento importante na vida de um indivíduo para a aquisição da possibilidade da experiência cultural ou compartilhada, esta fazendo parte de um momento já bem à frente do desenvolvimento emocional. No entanto, é importante frisar que mesmo os momentos pertencentes ao período mais precoce não cessam de acontecer na vida de um indivíduo, estando a idéia de desenvolvimento muito mais ligada a um processo que se dá de forma ininterrupta do que a uma evolução que visaria o seu estágio mais avançado.

A discussão acerca da experiência cultural deve ser acompanhada por um aprofundamento da idéia de verdadeiro e falso *self*, uma vez que é somente a partir da constituição de um verdadeiro *self* que ela é alcançada de forma satisfatória. Uma compreensão acerca das noções de verdadeiro e falso *self* torna-se necessária na medida em que, através dela, retornaremos à relação de objetos, estando o verdadeiro *self* articulado à manipulação criativa de objetos e o falso *self* ligado a uma submissão aos objetos externos.

Nesse sentido, é só a partir da experiência e da relação que ela supõe que é possível a emergência dos processos criativos que se apresentam inicialmente sob a rubrica dos fenômenos transicionais, depois na forma do brincar, e posteriormente pela experiência cultural. Como nos diz Winnicott, não basta que um indivíduo tome conhecimento de que está afastado do viver criativo – é preciso que ele experimente algo que lhe proporcione esse contato com o

verdadeiro *self*. Isso não acontece intencionalmente, ou seja, não acontece simplesmente porque se quer. É o que emerge a partir de um encontro no qual o acaso está presente e que compõe com o arcabouço de experiências já vividas pelo indivíduo.

Fora do âmbito da intencionalidade, é permitido ao indivíduo um relaxamento na área do brincar, um fluir. Este momento de repouso é de suma importância para os processos criativos uma vez que, desimplicado das organizações defensivas, o indivíduo encontra a possibilidade de ser, nele mesmo, um outro, relaxando os elos causais a partir dos quais ele se reconhece numa determinada organização. Através dessa especificidade própria à área do brincar é possível uma reconfiguração subjetiva que leva a uma nova organização. Para que este repouso possa acontecer, é preciso confiança no ambiente pois, como nos diz Winnicott, o brincar também é assustador.

O aspecto assustador apontado por Winnicott está associado à capacidade inata de todo e qualquer indivíduo de estar não-integrado. A forma como cada indivíduo lida com este aspecto da constituição subjetiva pode estar relacionada à saúde, existindo, neste caso, um verdadeiro *self*. É o exemplo das artes. E, dessa maneira todos nós podemos ser considerados artistas no simples ato de viver criativamente nossas vidas.

Nos casos de doença, observamos a emergência do falso *self* e das dissociações. De qualquer maneira, o que está em jogo é a relação criativa que um indivíduo pode travar ou não com o mundo, sendo esta capacidade o que vai possibilitar a apropriação pelo indivíduo de algo que desestabiliza determinadas configurações subjetivas para que outras possam emergir, no sentido de um enriquecimento interno.

Viver criativamente é a possibilidade de existir como uma unidade possibilitando uma comunicação do verdadeiro *self*. Muitas vezes, uma pessoa bem sucedida queixa-se de um sentimento de não pertencimento, da impossibilidade de compartilhamento da experiência. Esta pessoa encontra-se, sem sombra de dúvida, mediante uma submissão a um falso *self*, destituída dos processos que fazem parte também da experiência cultural.

O termo “experiência cultural” denota para Winnicott uma ampliação dos fenômenos transicionais e do brincar estando, também ele, diretamente ligado à relação de objetos e à experiência. A idéia de espaço potencial também é

valorizada na experiência cultural. O indivíduo privado das experiências necessárias à constituição do verdadeiro *self* encontra-se impossibilitado de brincar tanto quanto apresenta um empobrecimento da capacidade de experiência no campo cultural. Winnicott, em seu livro “O brincar e a realidade”, nos diz: “em circunstâncias favoráveis, o espaço potencial se preenche com os produtos da própria imaginação criativa do bebê. Nas desfavoráveis, há ausência do uso criativo de objetos, ou esse uso é relativamente incerto” (Winnicott, 1975, pág. 141).

A experiência cultural não se refere à cultura em si, mas aos processos criativos do viver que acontecem na área intermediária da experiência. Esta área localiza-se no espaço potencial existente entre o indivíduo e o meio ambiente. Como uma ampliação dos termos fenômenos transicionais e brincar, podemos incluir a experiência cultural no último termo da seqüência: o espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e o mundo.

Sendo assim, é importante destacar os aspectos relevantes da possibilidade de criação do indivíduo em sua relação com o que o cerca, a partir do que acontece entre a sua realidade psíquica interna e os objetos externos. A fim de que o indivíduo possa fazer um uso criativo destes, é preciso ter havido condições suficientes para a constituição de um verdadeiro *self*.

Essa idéia é importante nesta pesquisa na medida em que ela coloca em pauta o ponto de vista de Winnicott sobre a criação artística e, também podemos dizê-lo, sobre o artista em cada um de nós. Com isto não queremos dizer que somos potencialmente artistas e que podemos fazer de nossa vida uma criação, mas que é próprio do viver a sua potência criativa, que se estabelece à revelia do indivíduo, estando todo aquele que não consegue viver criativamente, doente.

Os processos de criação são próprios da saúde, e são partes inerentes da experiência, acontecendo a partir da instauração de um ambiente facilitador. Essa experiência depende de um ambiente facilitador, mas depende também da constituição do verdadeiro *self* assim como da construção da área intermediária do brincar. É nesse ponto, nem dentro nem fora, que é possível ao indivíduo relaxar. Existe, aqui, uma ressonância com a idéia de experiência da maneira como Deleuze a concebe a partir dos conceitos de devir, território e desterritorialização.

O devir, tal como os fenômenos transicionais, pertence a um não-lugar, não podendo, portanto, ser pensado em termos de uma correspondência de relações,

nem de semelhança, imitação ou identificação, o que empobreceria o fenômeno considerado.

Procedendo por acoplagem de blocos, nele, as realidades coexistentes se desmaterializam. Assim, num encontro, há algo da realidade externa e algo relacionado com o território subjetivo que, na relação, se desmaterializa a fim de que algo inteiramente inédito, não pertencente a nenhuma das realidades, possa emergir e compor com uma nova configuração existencial. Dessa maneira, o devir está articulado às desterritorializações que passamos incessantemente durante nossa existência.

Devir não se relaciona com um estado de coisas; ele não se encontra no campo representacional. O devir é, antes, um vir-a-ser que compõe com os territórios existenciais. Porém, no devir, o que há são desterritorializações. Ao provocar uma desconfiguração para que outra forma possa advir, são convocados os movimentos de reterritorializações que emprestam à existência novas territorializações.

O sentido do devir é criador, pois algo irromperá a partir deste encontro no qual as formas se desmancham; mas o que virá não pode ser previsto nem mesmo calculado. Não há como predizer o que acontecerá aos termos em relação, ou seja, ao que acontecerá 'entre', residindo aqui o seu potencial criativo.

Esta concepção acerca da subjetividade nos oferece, a partir de outro campo de saber, os elementos necessários para um aprofundamento sobre os seus processos de constituição que tem como prerrogativa a criação. Consideramos estes elementos essenciais para uma análise dos processos de produção de subjetividade que nos atravessam nos dias atuais, tema do próximo capítulo.

No capítulo IV discutiremos a noção de experiência cultural tal como proposta por Winnicott contrapondo-a ao complexo campo de forças que nos afeta e nos constitui nos dias de hoje. Nossa tese é a de que vivemos atualmente tempos em que somos atravessados por forças que nos destituem de nosso poder de criação.

Marca de nossos tempos, vivemos hoje em dia uma falência de estruturas, assim como um esmaecimento das fronteiras entre as esferas do público e do privado, com consequências para as subjetividades contemporâneas que vão desde a publicização exacerbada da intimidade a sintomas que se apresentam como

resistência a imperativos sociais tais como a beleza sem limites e o agir sem pausas.

Em nosso argumento, nos utilizaremos de alguns sintomas recorrentes como analisadores de um modo de existência que não pode ser considerado em separado do contexto no qual estão inseridos. A partir de um olhar sociológico, nos utilizaremos do livro de Ehrenberg, “La fatigue d’être soi: dépression et société” no qual ele nos dá importantes contribuições acerca da depressão e sua inserção num contexto sócio-histórico.

Outro analisador é a agressividade em sua irrupção violenta contra o outro. Para Winnicott, a agressividade é um componente importante, podemos dizer essencial, para a constituição dos processos criativos na subjetividade. É ela que, num primeiro momento, impulsiona o indivíduo a buscar na realidade externa os objetos que serão apreendidos subjetivamente por ele.

Algo está errado, porém, quando a agressividade só pode se manifestar através do ato violento. Segundo Winnicott, é quando está separada da criatividade que a agressividade assim se manifesta. Relacionada a um ambiente que não mais transmite confiança nem estabilidade, o ato agressivo pode ser entendido como um pedido de socorro a esse ambiente que, em sua falha insustentável, é convocado a reassumir o seu lugar.

Finalizando, mostraremos como os autores acima tratados nos presenteiam com maneiras positivas de acreditarmos numa potencialização das subjetividades. Nesse sentido, uma análise crítica nos servirá para que possamos traçar um mapa do que impede a continuação do processo criativo inerente ao viver a fim de que outros caminhos, outros percursos possam ser traçados, caminhos estes que emprestam à vida o seu colorido, com seus mais diferentes tons. Retomando o poema de Clarice Lispector, o viver não se deixa entender; assim como os paradoxos; e viver, para Winnicott, é, por si só, uma experiência paradoxal.

2

Os processos de criação de acordo com a teoria de D.W.Winnicott

Neste capítulo, abordaremos de maneira linear o que se passa durante o desenvolvimento emocional primitivo. Este estudo apresentará, de forma didática, os conceitos pertinentes. Acreditamos que muito se perde nessa forma de apresentação da teoria winnicottiana. Núcleo da originalidade de sua obra, a idéia de espaço potencial está não somente em suas descrições teóricas, mas a sua escrita nos conduz a uma experimentação deste lugar, onde emergem os processos de criação. Numa aproximação entre a sua clínica e a escrita, Winnicott consegue transformar a leitura de sua obra em algo não só prazeroso como também nos conduz em uma experimentação.

Infelizmente, esta habilidade genial não é para todos. Da mesma maneira, outras características importantes relacionadas à obra de Winnicott, que nos facilita a compreensão de pontos importantes, não encontrariam lugar no escopo desta pesquisa a não ser por um adendo que se coloca entre os capítulos, o que faremos na forma dessas “considerações iniciais”.

Além de servir para destacar a experiência poética que o leitor terá ao ler seus escritos originais, estas considerações iniciais também têm o intuito de dar certa consistência ao corpo do trabalho no que diz respeito a alguns termos e conceitos que serão encontrados ao longo do texto. Dessa maneira, faremos referência a estes termos no desenrolar da pesquisa, a fim de que o leitor se recorde das considerações e possa, assim, melhor compreender nossa exposição.

2.1

Considerações iniciais:

I

Filosofia e Ciência:

Em nossa incursão na teoria winnicottiana, encontramos ressonâncias com algumas correntes da filosofia, muito embora Winnicott nunca tenha dedicado muito tempo ao estudo dos filósofos. Sua preferência, ele sempre deixou clara:

eram as artes e a literatura (Bezerra, 2007, pág.35). À título de introdução, gostaríamos de salientar nessas considerações a maneira como sua teoria sobre os momentos iniciais da vida se conecta com o empirismo inglês; cabe frisar, portanto, que um desenvolvimento mais rigoroso sobre este ponto não será efetuado, a despeito de sua importância. No entanto, consideramos essenciais algumas considerações.

Por exemplo, na concepção winnicottiana sobre o desenvolvimento emocional primitivo, ele sugere que, bem no começo, o bebê encontra-se em um estado de não-integração primária, no qual os sentimentos são desconexos e não podemos falar de um ego. De acordo com a leitura que Phillips (2006) faz de Winnicott, “na vida de um bebê winnicottiano, há longos períodos em que ele é apenas um ajuntamento de impressões e sentimentos díspares e não parece se importar, como diria um adulto, que assim seja”, desde que de tempos em tempos ele possa reunir esses sentimentos e impressões e sentir algo (Phillips, 2006, pág.121). De tempos em tempos, ele experimenta algo que pode ser pensado como uma experiência unificadora, que provém de fora e de dentro de si, o que caracteriza uma tendência a integrar-se de qualquer indivíduo. Essas impressões, neste momento inicial, são originadas principalmente do cuidado da mãe e de instintos. Elas vão se somando e constituindo este ser emergente. Entendemos que este processo ressoa com uma linha de pensamento filosófico, o Empirismo.

Rompendo com uma tradição cartesiana, os empiristas trazem de volta à cena do conhecimento a experiência. Ao contrário de Descartes, os empiristas acreditavam que era somente a partir de uma relação com o mundo que tanto este quanto a subjetividade se constituiriam. Como nos diz Marcondes, tratava-se de uma “posição filosófica que toma a experiência como guia e critério de validade de suas afirmações. (...) todo conhecimento resulta de uma base empírica, de percepções ou impressões sensíveis sobre o real” (Marcondes, 1998, p.176). Contrário à metafísica especulativa e aos grandes sistemas teóricos, não é difícil encontrarmos as principais características do Empirismo inglês no trajeto percorrido por Winnicott.

Winnicott também foi fortemente influenciado pelas idéias de Charles Darwin. Segundo ele, a obra darwiniana lhe possibilitou algo que foi de grande importância para a sua própria elaboração tanto teórica quanto prática: a aceitação

de que o desenvolvimento não acontece de forma linear, mas ele tem, inerente a si, interrupções, lacunas, que o constituem.

Além disso, podemos destacar também a importância da vida em sua teoria e prática clínica. Tanto para Darwin quanto para Winnicott, a vida se caracteriza por um processo contínuo de interação entre o organismo e o ambiente, numa dinâmica na qual estes dois pólos, ao contrário de serem entendidos como pertencentes a lados opostos, se entrelaçam num processo de constituição recíproca.

Não há organismo sem meio, só há meio para um organismo. O mundo da vida não é o universo das partículas físicas, organizadas em elementos e corpos dispostos num espaço neutro, interagindo indiferentes aos resultados dessa interação. A vida é completamente avessa a essa indiferença. Ela é regida pela valoração, pela busca de sobrevivência e de satisfação, ela é movimento intencionado, embate constante contra resistências e obstáculos, invenção de novos modos de existência e novas formas de interação. Olhar para a vida é perceber um *continuum*, um fluxo de processos em movimento, mais do que um conjunto de formas estabilizadas, que por definição são transitórias e instáveis (Bezerra, 2007, pág.37/38)

De acordo com Benilton Bezerra, para Winnicott um entendimento pouco claro acerca de patologias graves como a esquizofrenia ou os casos borderlines, e dos primórdios da vida psíquica, eram devidos a pouca importância concedida à dimensão natural e pré-social da experiência humana. Ele busca, então, uma visão mais abrangente dessa experiência, na qual natureza e cultura se apresentam, principalmente, sob o signo da complementaridade (idem). Dessa forma, a cultura, além de estar articulada à concepção de ambiente facilitador, também pode ser entendida como o único meio para a auto-realização.

Ainda segundo este autor, para Winnicott a cultura corresponde a algo que permanece preñado de significações em contextos diferentes, referentes à história das formações sociais. Há algo de universal na experiência cultural, e isto, que pode ser considerado transcultural diz respeito “à estruturação das relações precoces entre o bebê humano e sua mãe, condição de possibilidade para a emergência de um ser apto a viver junto a outros” (Idem, pág.42).

Sendo assim, a idéia de vida, então, encontra-se articulada tanto aos fenômenos de regulação biológicos, quanto ao campo da psicossomática e da experiência compartilhada na cultura. E esta idéia só pode ser pensada através da

convocação da presença de um outro que, por sua capacidade de provisão lhe dá garantia. Pela criação de uma área do brincar, que Winnicott denomina “espaço transicional”, o indivíduo pode, então, viver criativamente.

Outra influência que gostaríamos de ressaltar nessas considerações iniciais é o vitalismo winnicottiano. Esta é uma corrente de pensamento muito antiga, que toma corpo principalmente no que tange as ciências ou saberes que se pretendem neutros. Assim, não é tarefa difícil localizarmos na Medicina, formação de Winnicott, uma linha vitalista que tem como principal oponente a linha materialista.

O materialismo ganha força principalmente durante o século XIX. Tem como prerrogativa a idéia de que a matéria física é a única realidade e todos os organismos vivos podem ser reduzidos a processos físicos, mecânicos e químicos, e compreendidos com a aplicação de métodos científicos – movimento este que estava afinado com os avanços científicos verificados nessa época. (Goodwin, 2005, pág.84).

Para o vitalismo, no entanto, haveria algo que não se reduziria aos esquemas mecânicos que a ciência tentava impor à vida, uma espécie de “força vital” que não se reduziria. Para alguns estudiosos, esta idéia se encontra arraigada de uma conotação teológica, indo na direção oposta das pretensões científicas. Para Benilton Bezerra, a “ênfase na tendência inata ao desenvolvimento e à autocriação” é o que caracteriza o vitalismo de Winnicott, assinalando o fato de sermos, antes de sujeitos da cultura, seres vivos, naturais. Acreditamos ser esse um dos fatores pelos quais Winnicott não se utiliza do termo “sujeito” na elaboração de sua teoria.

Seguindo esta linha de pensamento, é a partir da vitalidade dos tecidos que se desdobra em motilidade e erotismo que emerge, em algum instante do desenvolvimento, uma subjetividade singular. Neste movimento inerente à vida encontramos o fundamento para a tendência a integrar-se de qualquer indivíduo.

Segundo Bezerra, ao se voltar para o que chama de “natureza humana” e ao fazer dos processos naturais de desenvolvimento do indivíduo em sua relação com o ambiente o foco central de sua teoria sobre a constituição do *self* e da estruturação da vida psíquica, Winnicott preconiza uma tendência inata ao desenvolvimento e à autocriação, sendo isso o que caracteriza o seu vitalismo.

Este vitalismo simplesmente assinala a convicção fundamental de Winnicott quanto ao fato de sermos, antes de sujeitos da cultura, seres vivos, naturais. A fonte daquilo que em algum instante do desenvolvimento surge como uma subjetividade singular organizada é a própria vitalidade dos tecidos, que se desdobra em motilidade e erotismo. É este movimento inerente à vida que impulsiona o processo de personalização e de integração egóica. É ele que conforma o núcleo fundamental do *self* winnicottiano, o *verdadeiro self*. (Bezerra, 2007, pág.37, grifos do autor)

II

O paradoxo Doença/Saúde:

No decorrer desta pesquisa, iremos tratar algumas vezes de questões relacionadas à saúde ou à doença. Por esse motivo, achamos válida uma discussão acerca dessas noções para o pensamento winnicottiano, por ele se valer de uma originalidade em relação a estes termos já tão naturalizados, uma vez que provenientes de uma certa compreensão médica cuja base é o cientificismo.

Para Winnicott, saúde não pode ser pensada a partir de uma negação de sintomas que estariam articulados a alguma doença em termos orgânicos. Há uma complexificação desta noção, uma vez que ela se encontra relacionada à maturidade relativa à idade. Sendo assim, para que ocorra, o ambiente deve se adaptar às necessidades do bebê, potencializando-o, pois, como nos diz Winnicott “a tendência para amadurecer é, em parte, herdada” (Winnicott, 1967, pág.4).

Atrelada à riqueza que traz a sua concepção de desenvolvimento, a maturidade pode ser entendida como uma “tolerância flexível, e o acesso potencial, a um repertório completo e sempre crescente ao longo da vida” (Phillips, 2006, pág.125). Isso envolve um aspecto temporal singular, no qual o tempo importa, na medida em que o indivíduo adquire experiências importantes para sua constituição, mas é preciso que seja sempre possível voltar, caso seja necessário.

A palavra “voltar”, aqui, pode nos conduzir a um erro brutal para a proposta winnicottiana: não é voltar para algo perdido, mas é um retorno para algo que se apresenta sempre em termos de diferença, articulado a estágios de desenvolvimento que não dispensam uns aos outros de forma progressiva. Como nos diz Phillips, “as assim chamadas conquistas de desenvolvimento apenas são conquistas, para Winnicott, se forem reversíveis” (idem).

Já a doença pode ser descrita como uma inibição da espontaneidade potencial própria ao viver, originadas, principalmente, por quebras na

continuidade de ser que ocorrem num período ainda muito primitivo de desenvolvimento. Estas quebras, segundo Adam Phillips, seriam causadas por falhas excessivas da provisão ambiental (Phillips, 2006, pág.22). Levando-se em conta que Winnicott não tem uma compreensão de desenvolvimento como algo linear, que vai do menos para o mais desenvolvido, mas o entende como passível de lacunas e com movimentos que se assemelhariam a uma espiral, estes processos podem ocorrer em qualquer momento da vida.

Os termos doença e saúde não devem ser entendidos como opostos. A posição antidualista e antidicotômica de Winnicott fica clara na passagem do livro “Winnicott”, de Adam Phillips, descrita abaixo:

sintomas são partes da maneira através da qual a criança pode lidar e transpor suas dificuldades inevitáveis em estar viva; a criança saudável tem um repertório flexível de sintomas, que funcionam como mensagens ao ambiente (Phillips, 2006, pág. 83)

Para Winnicott, uma criança normal é aquela capaz de ter qualquer tipo de sintoma em circunstâncias apropriadas. Estes são considerados demonstrativos de doença somente quando começam a se tornar um incômodo tanto para a mãe quanto para a criança. Os sintomas, então, estão de acordo com uma vida saudável, por funcionarem como um recurso para lidar com as dificuldades pertencentes e constitutivas do viver humano.

Dessa forma, a psicopatologia se encontra articulada a uma maneira pela qual o bebê, ou a criança, ou o adulto, se relaciona com o ambiente. Assim, é por uma submissão do indivíduo às exigências do ambiente, que são extrínsecas ao seu desenvolvimento, que podemos atribuir a alguém a concepção winnicottiana de doença, uma vez que a esta pessoa estariam vetados os seus processos criativos. A doença, então, funciona como um substituto para o ser, já que o indivíduo teve que reagir ao ponto de perder sua concepção de Eu.

III

Sujeito ou indivíduo?

Winnicott é considerado por muitos não somente um clínico, mas um pensador, o que o faz ser estudado por pesquisadores de diferentes áreas.

Atualmente, podemos dizer que há uma revisitação à obra de Winnicott, incluindo-se aqui o círculo psicanalítico, uma vez que os textos winnicottianos vêm ganhando uma maior atenção em sua complexidade e importância. Se no passado seu pensamento foi algumas vezes confundido com ideais culturais de adaptação, uma “releitura atual de sua obra tem contribuído para desfazer essa caricatura e para trazer ao debate um dos pensamentos mais originais, fecundos e inovadores que a psicanálise conheceu em seu primeiro século de existência” (Bezerra & Ortega, 2007, pág.8).

Apesar de seu estilo não acadêmico, não consideramos sua obra simples. Da maneira como a entendemos, achamos importante acrescentar a nossa exposição alguns pressupostos básicos para a sua compreensão. Estes pressupostos implicam numa reformulação de algumas concepções que carregamos em nossa formação e que se imprimem em nós como naturais e, como tais, ausentes de história. Dentre eles, destacamos a concepção de “sujeito”.

Iniciaremos nossas considerações a partir da colocação de um problema acerca do conhecimento que vem de longa data, delineando uma trajetória a fim de que possamos problematizar a diferença entre a concepção de ‘sujeito’, para Freud, e a de ‘indivíduo’, para Winnicott.

Houve uma época em que se acreditava estar o conhecimento submetido a uma boa análise contemplativa da realidade, uma vez que esta traria em si o essencial a ser percebido, numa total separação sujeito/objeto, ao mesmo tempo em que se supõe entre eles uma co-naturalidade, uma espécie de harmonia preestabelecida entre sujeito que conhece e objeto conhecido (Miller, 1997, pág.41). Para essa linha de pensamento, a verdade se constitui como uma espécie de adequação entre o conhecimento e algo, em si mesmo, incognoscível, havendo um referente (objeto conhecido ou a ser conhecido) e um sujeito que enuncia algo acerca desse referente.

A partir do século XVII uma nova concepção de conhecimento é inaugurada ao se introduzir uma diferença entre o objeto real e o objeto percebido: não vemos mais cores, mas ondas luminosas, por exemplo. O mundo quantifica-se, obrigando-nos a procurar a qualidade perceptiva na consciência daquele que percebe. A cor deixa de ser qualidade do objeto para tornar-se construção do sujeito. Dito de outra forma: a consciência tem o poder de engendrar representações. Estaria no sujeito a origem do conhecimento. O sujeito é

constituente do conhecimento. Tudo o que é percebido é construído por nós. O sujeito é o fundamento do próprio conhecimento.

Interessa-nos apontar a singularidade desse sujeito que conhece: ele não é pessoal, mas transcendente e, enquanto tal, condição de possibilidade do conhecimento. Cabe, agora, precisarmos mais nossas afirmações: localizamos aqui um diferencial paradigmático ao qual podemos atribuir o advento da ciência.

Ciência e conhecimento distinguem-se, principalmente, pela primeira ser a própria engendrador de seus objetos, com a singularidade de que estes não mais correspondem a uma complementaridade do sujeito, à co-naturalidade entre eles. O discurso da ciência viria fundamentar exatamente essa relação complementar impossível, sendo esta a condição de sua emergência.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que a consciência engendra representações, estas não consistem a não ser por sua entrada em uma rede significativa. Haveria, por parte da ciência, uma distinção entre simbólico e imaginário, entre significativo e imagem, em que, em nome do simbólico, todo o imaginário é negado: aos valores imaginários dos movimentos dos astros, atribuiu-se a equação da gravidade, por exemplo.

A experiência empírica é retirada de cena, cada vez mais. A idéia de sujeito transcendente tem como princípio a suposição de que, no mundo, existem “significantes que se organizam, significantes que respondem a leis, mas esses significantes não estão relacionados com um sujeito que se expressaria por seu intermédio” (idem, pág.46).

A teoria psicanalítica freudiana, contemporânea do advento do discurso da ciência, traz as suas marcas: haveria representações que não derivam mais da consciência, representações *a priori* que conferem ao sujeito o estatuto de universal, a-histórico. Dito de outra forma: há significantes independentemente do sujeito, que se organizam segundo leis autônomas, sendo o sujeito um efeito do funcionamento de suas leis. Ou seja, segundo o viés psicanalítico freudiano, seriam essas representações que constituiriam o sujeito. A própria noção de inconsciente possui representações que Freud só consegue explicar pela

filogênese¹, após retirar de sua teoria todo o aspecto de realidade que lhe conferia no princípio, ao tratar do trauma na irrupção do sintoma histérico.

Ao perceber uma continuidade, uma repetição das histórias de sedução, Freud conjecturou, a partir do discurso histérico, o conceito de realidade psíquica, e criou, para o psiquismo, o formato de um aparelho com suas leis e regras segundo uma lógica do inconsciente. Algumas idéias e conceitos passaram a ser aplicados ao inconsciente de forma geral, tal como o conceito do complexo de Édipo e a idéia de castração. Uma espécie de purificação do conceito. A nossa questão é: podemos pensá-lo também de uma outra forma? O que significa afirmarmos o complexo de Édipo como uma invariante no inconsciente? Sim, *no* inconsciente, e não *do* inconsciente...

Não obstante a importância da teoria freudiana para o campo clínico, não nos aprofundaremos nessa questão além de pontuar, de forma resumida, a maneira como a realidade passou a ter importância crucial para uma reflexão acerca do sujeito dentro do pensamento psicanalítico. Este ponto nos é caro nesta pesquisa por permitir uma diferenciação em relação ao pensamento winnicottiano. Como parte do método utilizado nesta pesquisa, é pela filosofia que iniciamos nossa reflexão.

Foucault, em seu texto “Nietzsche, a genealogia e a história” (Foucault, 2002), nos dá importantes contribuições acerca da relação entre o sujeito e o saber. Para ele, o sujeito constituinte do conhecimento não existe *a priori*, sendo constituído nos domínios de um saber, o que nos permite falar não de um sujeito, mas de vários sujeitos, cujas condições de possibilidade são históricas, contingentes, e não universais, dando-se em um lugar, em um momento datado – o espaço e o tempo deixam de ser elementos do sujeito para serem elementos da própria experiência. Trata-se, portanto, de uma crítica ao sujeito transcendente.

A psicanálise freudiana, constituindo-se como um saber, falaria, então, de *um* sujeito cuja compreensão torna-se insuficiente se a isolamos de outros processos que interferem na constituição subjetiva, e, aqui, nos referimos à constituição tanto da psicanálise como um saber, quanto de seu objeto que é, curiosamente, o sujeito. Para esta teoria, a castração, efeito do complexo de Édipo,

¹ O que queremos destacar é a presença de universais na teoria freudiana; por nos interessar apenas a título de introdução, a explicação filogenética para invariantes inconscientes universais no que tange a teoria freudiana não será aprofundada nesta pesquisa.

seria um processo de subjetivação, único possibilitador da entrada do indivíduo na cultura, única via pela qual há uma emergência do sujeito.

A partir desse pensamento, poderíamos concluir: a cultura é, em sua essência, repressiva, por ser constituída de subjetividades castradas, o desejo sempre interdito, num rebatimento da esfera social em coordenadas individuais. Não há contingência no inconsciente – sob a forma de um aparelho, este funciona segundo suas regras próprias.

Retornando ao pensamento foucaultiano, podemos estabelecer sobre este sujeito da psicanálise um outro olhar. E assim, o sujeito, castrado, deixa de ser condição *sine qua non* para formações culturais, sendo, ao contrário, efeito de uma determinada cultura. Não há, para esse pensamento, uma condição essencial de subjetivação. E, assim, podemos abandonar a categoria de “sujeito” em prol da idéia de “processos de subjetivação”.

A concepção de origem, de verdade, de essência, não mais interessa por falsear toda produção histórica. Deixamos de falar em categorias universais para problematizarmos as condições de emergência de uma determinada forma de conhecimento. Partindo desse ponto, certas perguntas são possíveis: por que a psicanálise ganha corpo num determinado momento da história? Que forças possibilitaram a sua emergência e que forças constituíram o inconsciente tal como Freud propõe?

Porque, se falamos em condições de emergência, estamos falando de lutas, batalhas, que dão a alguma coisa certa visibilidade num dado momento. Não negamos o inconsciente freudiano, mas devemos, no lugar de aceitá-lo com universal, problematizar as suas condições de possibilidade. Freud, em sua fantástica tarefa de arqueólogo, soube, como ninguém, apontar os nós de uma subjetividade historicamente produzida. Propomos uma caminhada em direção a alguns fios que se desprendem deste emaranhado.

A própria idéia de castração nos permite diferentes olhares. Para Freud, ela se relaciona diretamente com o processo de formação subjetiva. Podemos ampliar nosso foco de análise se a pensamos como parte de um processo de produção de subjetividade, retirando-a da categoria de universal para problematizarmos as suas diferentes composições.

Ao falarmos em subjetividade, queremos valorizar o seu aspecto mutável a partir do agenciamento considerado, não sendo esta característica de um sujeito,

mas pertencente a um campo muito mais vasto de processos semióticos. Concordamos com Melo quando diz que a subjetividade refere-se ao “funcionamento conjunto das faculdades fisiológicas e psíquicas”. Ele continua: “Assim, falamos das sensações, das percepções, das ações, das reações, do pensamento, da inteligência, dos reconhecimentos da memória, enfim, dos modos habituais do nosso corpo se relacionar consigo próprio e com o que o cerca” (Melo, 2005, pág.21). Como consequência, a emergência da subjetividade castrada seria um efeito de forças que extravasam o indivíduo.

Esta breve incursão no pensamento freudiano tem como objetivo muito mais suscitar do que responder questões. Apesar de seguir um caminho bem diferente, Winnicott não deixa de se referir a ele de forma muito respeitosa, jamais anulando-o. Suas diferenças não são excludentes entre si. Porém, achamos importante pontuar alguns aspectos sobre a maneira como a produção subjetiva aparece na obra de cada um desses autores, principalmente no que tange a sua relação com a realidade externa, ou, também podemos dizer, com a cultura. A despeito da importância da obra freudiana, esta breve introdução basta para os objetivos desta pesquisa², que consiste, no entanto, num aprofundamento desta questão na teoria winnicottiana.

Winnicott não usa o termo ‘sujeito’. É sempre de um indivíduo que ele fala. E isso não é simplesmente uma questão de termos. Caminhamos, agora, mais uma vez com Foucault que, em seu livro “A verdade e as formas jurídicas”, nos oferece importantes ferramentas para pensarmos a operação que provoca essa terminologia dentro da teoria winnicottiana, segundo nossa compreensão.

Inicialmente, Foucault procede a uma espécie de contextualização, a qual achamos muito pertinente aos nossos propósitos. Interessa a ele responder de que maneira puderam se formar domínios a partir de práticas sociais. E, assim, criticando uma linha pensamento na qual a compreensão de sujeito obedece à idéia de que ele é constituído *a priori* em relação ao contexto no qual está inserido, ele nos conduz à tese de que o sujeito tem uma história, assim como também a tem o sujeito de conhecimento e a sua relação com o objeto. Donde se conclui que não existe a Verdade, mas verdades, que são construções inundadas de história.

² Para um aprofundamento deste assunto, cf. Gomes, 2005.

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir (Foucault, 1996, pág.10)

Para Winnicott, o ambiente exerce importância fundamental durante toda a existência do indivíduo. Inicialmente nos cuidados da mãe para com seu bebê, o ambiente é ampliado para a família e depois para o contexto cultural. Não é possível, em sua teoria, pensar a constituição subjetiva fora da história na qual está imerso o indivíduo, desde o seu nascimento. Um indivíduo que, como descreve Benilton Bezerra, não se restringe ao campo das significações partilhadas. O indivíduo de Winnicott é constituído por afetos, estranhezas, êxtases, compulsões, impulsos e deleites que muitas vezes não se consegue descrever inteiramente em palavras ou frases; há, enfim, toda a variada gama de expressões da vida que indiscutivelmente caracterizam aquilo que chamamos de experiência subjetiva (Bezerra, 2001).

E isto sempre foi assim. E, se consideramos a experiência subjetiva atravessada pelo contexto cultural, econômico, social e histórico, devemos supor que ela sofre variações. Dessa maneira, as subjetividades se transformam; logo, é natural que seus padecimentos também sofram transformações. Vivemos e padecemos diferentemente, de acordo com o ambiente no qual nos encontramos inseridos. Somos constituídos por afetos e deleites que não emergem à parte do ambiente. No entanto, um ambiente que, a despeito de sua importância, não é o único determinante em nossa constituição.

Percebemos que é pelo meio que devemos pensar: não somos definidos *a priori*, pois há algo de externo que exerce influência em nossa constituição; ao mesmo tempo, não somos determinados pela realidade externa – esta pode facilitar ou não o desenvolvimento de condições que nos são inerentes sendo, portanto, fundamental.

Como nos diz Foucault, “à solenidade da origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções” (Foucault, 1996, pág.16). Em lugar de uma essência, a

diferença: somos constituídos diferentemente do que eram nossos antepassados. Vivemos e desejamos de outra maneira; nem melhor nem pior, mas diferente. Ao levarmos em conta o ambiente, temos que respeitar as diferenças a fim de que não se sucumba à facilidade dos julgamentos morais, calcados em valores e dicotomias sobre o que é bom e o que é ruim, o certo e o errado, e por aí vai.

Da maneira como compreendemos o pensamento winnicottiano, acreditamos que, ao preferir o termo ‘indivíduo’ a ‘sujeito’ ele nos possibilita nos apropriarmos de sua teoria sob o viés crítico de um caráter essencial atribuído à natureza humana, o que se faz principalmente pela sua inserção na cultura. Sob este viés, o que nos aparece é uma riqueza inerente aos processos de constituição subjetiva, os seus processos criativos, que realçam uma multiplicidade no lugar de dualismos.

A contemporaneidade de Winnicott em relação a Freud nos permite avaliar a crítica de Foucault: não existe “A Verdade”, mas verdades construídas, com seus atravessamentos e bifurcações. O fato de termos diferentes teorias acerca da constituição subjetiva não quer dizer que exista “A Teoria”, em relação a qual todas as outras devam ser invalidadas. No entanto, há que se pensar nos efeitos de nossas práticas a partir dos referenciais adotados. Da mesma maneira, a eleição de uma Verdade nos remete a uma busca constante dos referenciais que a justificam, numa visão reducionista fechada à complexidade.

IV

Uma obra aberta:

Outro pressuposto que pretendemos abordar é a característica anti-dicotômica do pensamento winnicottiano. Compreender Winnicott só se faz possível através da abertura do pensamento para o paradoxo, este uma característica de sua obra. Aceitar o paradoxo é afirmar dois sentidos ao mesmo tempo, sentidos estes que, a princípio, nos aparecem como contraditórios. O paradoxo sempre vai nos dois sentidos ao mesmo tempo, não se fixando nem em um, nem no outro.

A partir de “Alice”, de Lewis Carroll, Deleuze nos fala acerca do paradoxo:

Quando digo “Alice cresce”, quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela se torna menor do que é agora. Sem dúvida, não é ao mesmo tempo que ela é maior e menor. Mas é ao mesmo tempo que ela se *torna* um e outro. Ela é maior agora e menor antes (Deleuze, 2003, pág.1. Grifos do autor).

Nesse caso, não é se ela ficou maior ou se era menor o que importa, mas o processo, que é “crescer”. Crescer é justamente o que não é palpável, não é dizível nem visível, mas é o que provoca a transformação. Crescer é o que está entre “menor” e “maior” e que não é passível de representação.

Winnicott é um pensador do paradoxo. Essa característica se presentifica em muitos momentos de sua obra: pelo matiz fortemente antidualista de sua teoria, no qual podemos citar como exemplo o desmonte das fronteiras rígidas entre o psíquico e o somático, assim como por uma recusa de uma separação ontológica entre o indivíduo e seu meio (Bezerra & Ortega, 2007, pág.9) cujo resultado é uma valorização dos processos que acontecem nesse ‘entre’ e que são apresentados sob a rubrica dos fenômenos transicionais e da localização da experiência cultural. Além, é claro, dos próprios paradoxos por ele formulados acerca da experiência. É o que acontece quando ele se refere a um objeto que não é nem subjetivo ou objetivo, e que é simultaneamente subjetivo e objetivo, por exemplo (Luz, 2007, pág.19). É nesse momento que seu texto nos faz pensar, convocando “o leitor a exercer uma nova modalidade de pensamento” (idem, pág.20).

Ler Winnicott é experimentar uma certa estranheza; algumas vezes, acompanhada de uma sensação de vertigem, que nos faz retornar diversas outras vezes aos textos, na busca pelas respostas que procuramos. Sentimos que algo escapa e, como num ritornelo musical, retornamos. E, a cada repetição, uma diferença se instaura.

O próprio ato de escrever pode ser um esforço que fazemos de colocar em palavras algo que, em si, não é representável. Escrever é, nesse sentido, lançar-se rumo ao que não tem forma, ao indeterminado, ao ilimitado, ao qual é preciso retornar através da leitura. Como nos diz Rogério Luz,

o sentido não está, portanto, presente no original como um caroço na fruta, ou como uma realidade substancial de que as formas expressivas seriam meros atributos. O indeterminado é o sentido, cuja ausência atrai e fascina o original e sua tradução. O sentido é o que, uma vez ausentes mundo e sujeito *na obra*, obriga a

pensar, a fazer e a *tomar forma*. A tradução encontra-se com o texto a traduzir neste ponto de fuga infinita (Luz, 2007, pág.14. Grifos do autor)

“O sentido é aquilo que não está nem pode estar *dado*, que vai além do dado” (idem, grifos do autor). O próprio sentido é paradoxal, na medida em que, segundo Luz, ele adere e escapa, simultaneamente, à língua e à sensibilidade que o convocam. Uma obra aberta está sempre pronta a dizer outra coisa, e outra mais, alheia às determinações objetivas ou subjetivas causando, por esse motivo, estranhamento.

Neste procedimento de escrita, a palavra não representa algo já dado, um sentido determinado. Ela não está imersa na realidade objetiva nem, tampouco, na realidade subjetiva daquele que escreve. Fora do registro da representação, a palavra permite que algo se apresente ao leitor/tradutor através de processos criativos que emergem deste encontro, criando dobras no texto, permitindo ao pensamento pensar.

A escrita de Winnicott se aproxima, então, desta escrita de arte, pois tem a ver com a tarefa de configurar o que não tem figura: a clínica de Winnicott, por aproximar-se mais da brincadeira do que de uma sistematicidade, encontra-se também em sua forma de escrita, ao favorecer mais as transições do que as coerências. Dessa maneira, concordamos com Luz quando ele diz que

a definição do que é um texto não se esgota no exame de seus componentes, sejam eles elementos de expressão ou de conteúdo. Um terceiro elemento deve ser considerado: entre o dizer e o que se tem a dizer aparece aquilo que, para o texto, significa pensar. (...) O pensamento – tal como, nesses termos, pode-se evocá-lo nos textos de Winnicott – é, portanto, o movimento que acompanha o texto para reduplicá-lo. Trata-se não de um espelhamento, mas de um funcionamento: ato que desdobra no texto o espaço para uma experiência de leitura. Esse espaço funciona como a alteridade do texto no interior do próprio texto (ibidem, pág.19)

Entre o que é dito e o modo de dizê-lo há um hiato, espaço aberto no qual pensar se faz possível; o texto de Winnicott deve ser entendido como uma obra aberta que, por isso, se oferece como um lugar para a experiência, “um vazio que pode ser preenchido por uma experiência de pensamento” (ibidem, pág.20). Sua escrita, fragmentada, apresenta-se paradoxalmente como expansão e síntese de seu pensamento.

O paradoxo, então, se apresenta na escrita para abordar o paradoxo vivido – este não deve ser resolvido, mas deve ser sustentado. Sua resolução cai, invariavelmente, nas afirmações dicotômicas, dualistas, às quais nos referimos anteriormente. O viver, complexo, escapa às amarras de uma condição que o reduziria a um subjetivismo ou a um realismo; paradoxal, nos convoca a um mergulho no que não conhecemos. Como nos diz Clarice Lispector, “não procure entender; viver ultrapassa qualquer entendimento”.

Relacionar poesia à obra de Winnicott, não é nada novo. Benilton Bezerra (2007, pág.58), evocando Thomas Ogden, nos fala de uma indissociabilidade entre estilo e conteúdo na obra winnicottiana. Apresentando-se sempre na forma de artigos, geralmente curtos, eles se apresentam com uma linguagem simples, um tom de conversa, na qual o autor se faz presente no texto.

No entanto, não é difícil percebermos um manejo cuidadoso dos conceitos. Esta combinação tem como efeito estimular não só o raciocínio do leitor, como também a sua imaginação. Desta maneira, Ogden aproxima a escrita de Winnicott à poesia, defendendo que deveríamos lê-lo em voz alta, como a um poema. Sendo assim, tal como é próprio ao movimento do curso poético, não escapamos ilesos a uma leitura de Winnicott.

Para terminar, transcrevemos uma frase de Rogério Luz: “Ora, a escrita winnicottiana, por sua forma coloquial, assistemática e fragmentária, é também um espaço de experiência que dá a ver o jogo do inconsciente no interior mesmo da teoria”.

2.2

Da relação ao relacionar-se: uma trajetória

*Para que os bebês se
convertam, finalmente, em adultos
saudáveis, em indivíduos
independentes, mas socialmente
preocupados, dependem totalmente de
que lhes seja dado um bom princípio,
o qual está assegurado, na natureza,
pela existência de um vínculo entre a
mãe e o seu bebê: amor é o nome*

desse vínculo. Portanto, se você ama o seu filhinho, ele estará recebendo um bom princípio.
(Winnicott, D.W., 2008, pág.17)

A seguir, daremos uma panorâmica da trajetória que iremos percorrer. O tema que abordaremos neste capítulo refere-se a uma importante área da obra de Winnicott: a sua formulação sobre o desenvolvimento emocional. Dessa forma, procederemos a uma investigação acerca dos processos envolvidos considerando uma certa linha evolutiva, indo do nascimento (ou até mesmo um pouco antes) até o momento em que o indivíduo³ pode ser considerado uma unidade, ou uma pessoa total. Acreditamos que, assim, podemos compreender a maneira pela qual somos constituídos subjetivamente.

Esta maneira de apresentar o tema é meramente uma questão didática, pois, embora estejamos falando em desenvolvimento e em processos que acontecem gradual e progressivamente, o fato de ocorrerem num determinado período da vida de um indivíduo não impede que certas circunstâncias façam irromper processos que, por princípio, já tinham sido ultrapassados. Ou seja, os estágios aqui tratados não cessam de acontecer ao longo de nossa existência. Sendo assim, não é possível atribuir a eles uma linha evolutiva segundo a qual cada etapa do desenvolvimento seria substituída pela seguinte.

Iniciaremos nossa exposição pela relação mãe/bebê no período em que existe uma dependência total do bebê para com a mãe. Este é um período inicial cujo desdobramento é uma gradual independência do bebê. Abordar os processos que envolvem a mãe e o bebê nessa situação tão especial é tratar de acontecimentos presentes antes mesmo do nascimento a termo. Receber a notícia de uma gravidez é algo que provoca, inevitavelmente, uma transformação ao nível subjetivo nos envolvidos na situação, seja ela positiva ou negativa. A partir disso, algo se inscreve no corpo e na vida dessas pessoas, com destaque para a mãe que acaba de nascer.

O natural é que esta relação se intensifique com o tempo, com a presença deste novo ser se tornando cada vez mais dominante. Já podemos falar em marcas que se fazem presentes desde este momento, tanto na mãe quanto no bebê, pois já existe entre eles uma interação, ainda que precoce. O bebê, que ainda é um feto,

³ Para uma melhor compreensão das implicações do termo “indivíduo”, ver 2.1, pág.40.

interage com o ambiente no qual se encontra, sendo sua relação com ele de grande importância para sua constituição. Sendo assim, a maneira como este ambiente a ele se apresenta deve ser abordada cuidadosamente, pois a partir disso já é possível falarmos em criatividade ou reação por parte do bebê em relação a este ambiente. Desta forma, podemos dizer: já existe um ser que interage com um outro.

Da mesma maneira, a experiência do nascimento tem grande significância para a constituição subjetiva do bebê. Ela não necessariamente é traumática, pois tanto a mãe quanto seu bebê estão biologicamente prontos para este momento e, se tudo correu bem, também devem estar psicologicamente preparados. Quando não é traumática, o bebê sente os movimentos do corpo de sua mãe como uma extensão de sua própria compreensão acerca de si e, assim, ser expelido para fora do ventre de sua mãe acontece como se fosse um ato seu. Isso não interrompe a sua sensação de existência, e ele pode, então, “continuar a ser” mesmo num ambiente totalmente diferente. Este período que envolve a gravidez até o nascimento será o próximo tema deste capítulo.

As mudanças que ocorrem na mãe durante o período da gravidez também são muito importantes. Gradativamente, se é saudável, acontece a ela algo que, salvo esta situação, é similar a um surto esquizóide: ela se volta cada vez mais para este ser prestes a nascer. Winnicott chamou a este fenômeno de “preocupação materna primária”. Essa transformação subjetiva da mãe é essencial para que ela possa dedicar-se satisfatoriamente a cuidar de seu filho.

Falamos da mãe e sua função de cuidar suficientemente bem de seu filho, mas nem sempre esse papel cabe a ela. É claro que ela, a princípio, é a pessoa mais indicada, mas variações podem ocorrer nessa constelação sem causar danos aos envolvidos. Como nos diz Winnicott no livro “A família e o desenvolvimento individual”, “o cuidado materno transforma-se num cuidado oferecido por ambos os pais, que juntos assumem a responsabilidade por seu bebê e pela relação entre todos os filhos” (Winnicott, 1958a, pág.130).

Além da mãe e do pai, é possível que outras pessoas possam vir a ocupar esse lugar do cuidado satisfatório, desde que possam desenvolver uma especial capacidade de se importar com aquele que será cuidado. Logo, sempre que nos referirmos à mãe em relação aos cuidados prestados a seu filho, estaremos falando, também, do conjunto de pessoas capazes de atingir este estado especial e

que, por algum motivo, assumem essa função. É claro que, como o próprio Winnicott nos aponta, a mãe é a pessoa mais indicada para essa situação; mas, nem sempre isso é possível.

Como já pudemos perceber, o papel do “outro” é muito importante para a teoria winnicottiana. Sendo assim, é nesse momento inicial de nossas vidas que o outro assume importância vital para nós a fim de que possamos nos constituir como pessoas separadas desse outro – o que pode parecer contraditório neste primeiro momento, mas que deve ficar claro com o desenvolvimento do texto. O papel desse outro cabe à mãe e aos cuidados maternos. A relação mãe/bebê deve, então, ser o nosso assunto seguinte. O bebê não existe sem os cuidados de outra pessoa, e a maneira como esses cuidados serão ministrados influenciará diretamente na constituição subjetiva deste bebê que acaba de nascer, assim como nos processos de criação.

A fim de proporcionar um ambiente que seja suficientemente bom, a mãe deverá, primeiramente, estar envolvida na situação a partir de sua ‘preocupação materna primária’, ou seja, ela deverá estar a tal ponto identificada com seu bebê que conseguirá “adivinhar” suas necessidades, não lhe oferecendo nem mais nem menos que o necessário para aquele momento, mas o suficiente para a situação. Esta identificação é essencial, pois neste momento a dependência do bebê em relação ao ambiente que o circunda é absoluta. Ao proporcionar ao bebê um cuidado suficientemente bom, a mãe possibilita que suas características inatas possam se desenvolver. O conceito winnicottiano de “mãe suficientemente boa” se aplica aqui.

A mãe, então, empresta seu ego para que o ego do bebê possa crescer e se fortalecer, e ele possa, então, continuar a ser. Já podemos perceber o quão difícil é esta tarefa, que exige uma doação quase total da mãe neste primeiro momento. E ela não conseguiria dar conta disso se não houvesse, ao seu entorno, um ambiente que dela cuidasse, representado principalmente pelo seu companheiro. É claro que variações existem, principalmente nos dias atuais, com novas configurações parentais, incluindo as monoparentais. No entanto, neste texto, não entraremos neste âmbito; seguiremos fiel ao pensamento winnicottiano. Até mesmo porque para a relação mãe/bebê que emerge deste encontro, há algo que não pode ser datado – o que podemos submeter a essa análise são os efeitos das novas configurações existenciais nessa relação, mas a relação é primordial.

Em seguida, esboçaremos a maneira pela qual o bebê se constitui subjetivamente, desde o seu relacionamento inicial com a mãe até sua interação com a realidade externa. Assim, iniciamos pela relação do bebê com sua mãe, marcada pelo “amor primitivo”, na qual se destaca o papel da “ruthlessness” do bebê em relação a sua mãe e do ódio da mãe em relação ao bebê.

Este momento é crucial para a emergência da capacidade de se preocupar (chamada por Winnicott de “*concern*”) do bebê, que é um estágio do desenvolvimento no qual ele já tem conhecimento das consequências de seus atos, assim como de sua mãe como uma pessoa separada dele mesmo. Abordaremos esses processos ao falarmos da transição de um estado de não-integração para outro, no qual o bebê já está integrado.

O estágio do “*concern*” tem como principal característica o desenvolvimento de uma preocupação por parte do bebê em relação aos objetos que sofrem seus ataques. Como o bebê está no caminho para tornar-se um indivíduo, uma pessoa, ele passa também a perceber aqueles que estão à sua volta enquanto tal.

A criança passa a viver sua culpa relativa às idéias e impulsos destrutivos e realiza reparações à medida em que consegue reconhecer, tolerar e conter o sentimento de culpa. Ao realizar a reparação, é como se doasse algo unicamente seu; o bebê, então, cria; logo, é importante para os processos de criação que ele possa experimentar e arcar com as consequências de seus impulsos destrutivos ou, caso contrário, seu potencial criativo estará anestesiado.

Para que isso aconteça, a mãe também deve estar apta a viver tais impulsos ou, também podemos dizê-lo, o seu ódio pelo bebê. Uma mãe saudável é aquela que odeia o seu bebê e, mesmo assim, o ama o suficiente para que possa experimentar esse ódio sem nada fazer contra o seu filho; e continua amando-o, intensamente. O inverso disso é uma mãe deprimida, que vive a culpa por não conseguir lidar com tais sentimentos. Dessa maneira, ela toma para si a responsabilidade de algo que é inerente à natureza humana. Identificando-se com sua mãe deprimida, o bebê se encontra impossibilitado de reparar e, portanto, de criar.

Em seguida, mostraremos como o ambiente (ou mãe) suficientemente bom (ou boa) possibilita a constituição subjetiva a partir da relação do bebê com o mundo. Este momento está totalmente articulado aos processos criativos do bebê.

Isso acontece gradualmente e está relacionado com uma crescente desadaptação da mãe em relação a seu bebê. Dito de outra forma: há um vetor crescente das falhas da mãe em seu cuidado, que deve estar em consonância com a capacidade do bebê para lidar com elas.

É através do trabalho intelectual que o bebê pode transformar as falhas do ambiente em algo aceitável e tolerável, valendo-se disso para sua própria constituição subjetiva. Por último, abordaremos o que acontece quando os cuidados prestados não são suficientemente bons e o bebê é forçado a ter uma hiperatividade mental a fim de lidar com estas intrusões traumáticas de um ambiente invasivo: o fenômeno de formação de uma mente separada do psicossoma e que o domina, denominado de “psique-mente”.

Se o bebê está impedido de realizar processos criativos, ele estará, inevitavelmente, sujeito a uma pobreza constitutiva de seu ser, com uma significativa ausência ou empobrecimento da relação com a realidade externa que varia em grau e intensidade, provocando diferentes efeitos na subjetividade do indivíduo. Este processo está diretamente vinculado aos cuidados prestados ao bebê desde o início de sua vida, por uma mãe que, ao viver a relação com seu bebê, pode ou não ser suficientemente boa.

2.3

Os primórdios da relação

Atualmente é fato que, antes mesmo do nascimento, já existe uma interação entre aquele ser que está prestes a habitar nosso mundo e os que por ele aguardam, interação esta que se dá de diferentes formas, seja ela boa ou ruim. Esse fato é cada vez mais influenciado pelo avanço das técnicas relacionadas ao período pré-natal, através das quais já é possível vermos os movimentos, acompanhar o desenvolvimento e ver o rostinho ainda durante a gravidez, por exemplo.

No entanto, para o pensamento psicanalítico, este fato decorre de longa data. Winnicott, Ferenczi e Freud, por exemplo, intuíram o que o aparato técnico de sua época não podia oferecer. “Há muito mais na continuidade entre a vida intrauterina e a primeira infância do que a impressionante cesura do ato do nascimento nos teria feito acreditar” (Freud apud De Leo, 2005, pág.47).

Citando os pesquisadores Trevarthen e Alvarez, De Leo nos fala de um certo tipo de comunicação intrauterina do bebê com a mãe, na qual ele é responsivo aos sinais fisiológicos emitidos pelo corpo materno, o que o faz, dentre outras coisas, reconhecer a voz materna já a partir do nascimento, através da aprendizagem no útero das características prosódicas identificadoras (idem).

A fim de que possamos abordar a relação mãe/bebê segundo o pensamento winnicottiano, devemos levar em consideração esta interação, ainda que precoce. Apesar de ainda não haver toda esta parafernália técnica em sua época, Winnicott foi sensível aos fenômenos que pertencem a este momento especial, e que envolvem não só a mãe, mas a dupla parental e, provavelmente, outros familiares. No entanto, a mãe (ou aquela pessoa responsável pelos cuidados) recebe papel de destaque, principalmente neste momento em que o bebê se encontra em seu ventre, por uma série de razões que serão abordadas no decorrer do texto.

Antes do nascimento, o bebê se encontra em um determinado ambiente (o ventre de sua mãe) e sua relação com ele é de grande importância para o desenvolvimento ou não de aspectos relacionados à constituição de sua subjetividade, ou seja, já nessa fase é possível pensarmos em potenciais, pertencentes, de uma forma geral, a todo ser vivo.

Ainda que seja um período inicial, já existe um intercâmbio entre o que podemos designar como “dentro”, e que engloba o desenvolvimento do bebê em sua vida intrauterina, e o “fora”, representado pelo ambiente que o circunda – neste momento, o corpo da mãe. É possível, inclusive, falar em criatividade. Trata-se de um ambiente cheio de estímulos e que pode se apresentar ao bebê de diferentes maneiras, provocando estados nos quais o bebê se relaciona com ele criativamente ou, ao contrário, deve reagir a este ambiente que aparece como intrusivo.

Podemos encontrar este pensamento também na filosofia. Gilbert Simondon, filósofo francês dos idos anos de 1960, nos dá importantes contribuições, a partir de outro viés que não a relação mãe/bebê acerca das relações que se instalam nos processos de constituição e seus processos decorrentes. Para tal, ele analisa desde o mundo físico ao mundo subjetivo. Segundo o filósofo, o ser vivo não é só adaptativo, mas ele resolve problemas e é capaz de modificar sua relação com o meio, além de modificar a si próprio, inventando novas estruturas internas (Simondon, 2003). Desta maneira, apesar de

ainda não estar constituído enquanto uma pessoa, subjetivamente falando, o bebê é um ser vivo que, em sua relação com o meio, modifica-se e provoca efeitos.

Mesmo que ainda não haja, ali, um indivíduo constituído, já se pode falar na construção de uma memória pré-verbal nesse ser sem consciência, sem um estado de unidade ou de identidade, que vai fazer parte de sua subjetividade. Winnicott destaca nesse momento a presença de certa agressividade que se apresenta na forma de motilidade. É através dela que processos criativos acontecem, numa descoberta desse pequeno mundo pelo bebê, que o explora através de seus movimentos. Tudo acontece a fim de que o bebê viva um tipo de experiência, a qual Winnicott trata como uma “continuidade de ser”. Caso contrário, o ambiente se faz presente e, então, o bebê reage ao que é experimentado por ele como uma intrusão.

“A motilidade é uma característica do feto vivo”, nos diz Winnicott num artigo seu datado de 1958 (Winnicott, 1958b, pág. 17). É fácil verificarmos essa informação – basta olhar os movimentos de um bebê prematuro numa incubadora para termos uma idéia do que seja o feto no útero pouco antes de nascer. Mais tarde a motilidade dará lugar à agressividade, esta fundamental aos processos que envolvem a criatividade e as relações da criança com o mundo externo.

Da mesma maneira podemos falar sobre o evento do nascimento. De acordo com Winnicott,

o desenvolvimento emocional tem lugar desde o princípio; num estudo da evolução da personalidade e do caráter é impossível ignorar as ocorrências dos primeiros dias e horas de vida (e mesmo do último estágio da vida pré-natal, no caso de crianças pós-maturas); e até a experiência do nascimento pode ser significativa (Winnicott, 1958b, pág.3)

O nascimento não necessariamente deverá ser um momento traumático. Para Winnicott, durante todo o período de gestação o bebê vai adquirindo condições de experimentá-lo e, biologicamente, ele está preparado para este momento. Isto é: existe uma configuração de um estado de coisas na hora do parto que leva a uma mutualidade entre o bebê e o corpo da mãe que faz com que tudo pareça pertencer à experiência de ser do bebê.

Dessa forma, ele sente como se o fato de ser lançado ao mundo fosse uma criação sua, e não uma intrusão do ambiente. Não há uma interrupção em sua

experiência de vida e ele pode, então, continuar a ser. No entanto, um parto difícil, por exemplo, pode afetar profundamente o estado da criança recém-nascida influenciando o seu potencial inato de agressividade, pois pode provocar um grau extremo de reação. Nesse caso, algo se rompe, e o bebê deixa de lado seu processo criativo para reagir a este ambiente, com o intuito de continuar vivo.

Quando a mutualidade acontece, ela não se faz somente em termos biológicos. Neste período, uma mãe saudável já se encontra envolvida no fenômeno denominado por Winnicott de “preocupação materna primária” e, assim, ela se deixa envolver, da mesma maneira que o bebê, pelo processo do parto. Este dado é importante, porque corrobora a idéia de que só é possível compreendermos os processos que envolvem estes momentos iniciais e cruciais no desenvolvimento emocional se priorizamos a relação existente entre os seres que dela participam.

Não se trata de falar do bebê como uma pessoa, mas já existe um ser humano. O que há é um bebê no ambiente materno, com todos os fatores nele envolvidos, ou seja, não podemos pensar no bebê como alguém separado de sua mãe. Assim como uma mãe só se faz mãe em relação ao seu bebê. Aqui nos referimos a toda uma outra configuração subjetiva que emerge a partir desta relação, e que Winnicott aborda a partir de seus conceitos de “preocupação materna primária”, “mãe devotada comum” e “mãe suficientemente boa”.

Os termos desta relação (simplificadamente falando, eles são a mãe e o bebê) não são imunes a ela (à relação), ou seja, eles serão, a partir de então, constituídos por ela. É assim que, paradoxalmente, não podemos falar em termos, uma vez que eles não pré-existem à relação, mas estão em pleno processo de constituição de si. Como nos diz Simondon, “a relação não surge entre dois termos que já seriam indivíduos” (Simondon, 2003, pág.106).

Sendo assim, ambos são afetados pela relação e, dessa maneira, já é possível ao bebê constituir uma memória, esta ausente de representações, pré-verbal, chamada por Winnicott de “memória corporal”. É a partir desta memória que será possível ao bebê a experiência de continuidade de ser após o nascimento, através do contato com a pele de sua mãe, sua voz, assim como o carinho e o amor que envolvem esse toque, através do gesto cuidadoso da mãe com o corpo do seu bebê.

Estes efeitos encontram-se também na constituição corporal e, se pretendemos seguir com Winnicott, devemos considerar que existe um prolongamento do físico no psíquico e vice-versa. Dessa forma, os efeitos gerados pela situação do nascimento são efeitos que incidem sobre a constituição psíquica arcaica do recém-nascido (De Leo, 2005, pág.31). Da mesma maneira recebem importância os fenômenos englobados pelo cuidado que o bebê receberá, cuidados estes que, inicialmente, são prioritariamente físicos e, portanto, fundamentais para a constituição psíquica deste indivíduo que acaba de nascer.

A seguir, transcrevemos uma citação de Winnicott que resume, de forma clara, o que tentamos descrever:

É inteiramente possível afirmar que não existe qualquer conhecimento preciso quanto aos efeitos do processo de nascimento sobre o bebê que está nascendo. (...) Muitos poderiam argumentar que não é possível existir esse efeito, já que o bebê ainda não está ali na condição de um ser humano a ser afetado. O ponto de vista que estou adiantando aqui é o de que no momento do nascimento a termo já existe um ser humano no útero, capaz de ter experiências e acumular memórias corporais e até mesmo organizar defesas contra possíveis traumas (como a interrupção da continuidade do ser pela reação contra intrusões do ambiente na medida em que este falha na sua missão de se adaptar) (Winnicott, 1990, pág.165).

Convém, neste ponto, abordarmos a idéia de afeto, pois, por ser uma palavra de uso comum, encontra-se plena de significações. Numa intercessão com a filosofia nos aliamos a Deleuze e sua formulação sobre a “*affectio*”, de Spinoza. E, aqui, temos duas intercessões: a de Deleuze e Spinoza, e a de Winnicott e Deleuze segundo nossa compreensão de Winnicott.

No livro “Crítica e clínica”, num texto intitulado “Spinoza e as três éticas”, Deleuze nos fala belamente sobre o afeto a partir de sua leitura da “Ética”, principal obra de Spinoza. Para o filósofo francês, um encontro entre corpos sempre produz um efeito. Assim ele nos diz sobre o afeto: “o vestígio de um corpo sobre outro, o estado de um corpo que tenha sofrido a ação de um corpo sobre outro” (Deleuze, 2004, pág.156) – isto é uma *affectio*.

A um efeito de um corpo sobre o nosso, seja este corpo uma palavra, uma pessoa ou um vento, respondemos através de idéias, sensações ou percepções. Dessa forma, além do efeito instantâneo de um corpo sobre o nosso, também há um efeito que se prolonga em nossa existência, nos preenchendo ou dando uma

sensação de vazio, nos dando alegria ou nos deixando tristes, nos potencializando ou, ao contrário, nos retirando de nossa potência de agir.

Dessa forma, mãe e bebê são afetados e afetantes na relação. Há algo neste encontro que atravessa ambos e que está fora do controle intencional. É assim que se constitui o bebê, por algo que o afeta e o potencializa, como por exemplo, o reconhecimento da voz de sua mãe depois do nascimento, conduzindo-o a uma experiência de continuidade de ser; ou ao toque quente no contato com sua pele, que o preenche com seu calor; enfim, são inúmeros os exemplos que poderíamos encontrar.

Da mesma forma, o nascimento de um filho provoca, em ambos os pais, reconfigurações subjetivas. Principalmente na mãe, que vive o processo de gravidez. Nesta incipiente, mas não menos importante, relação, é inevitável que haja uma mobilização intensa de sua economia psíquica, que vai produzir efeitos no ato de cuidar de seu bebê. Isso porque toda mãe já foi, um dia, bebê, e o fato de cuidar de seu filho mobilizará aspectos relacionados ao modo como ela foi, um dia, cuidada. Não raramente encontramos quadros pós-puerperais, que variam entre uma tristeza e, num grau mais elevado, uma psicose puerperal.

É claro que se trata de um quadro complexo, devendo cada caso ser analisado individualmente, mas o fato de ter sido submetida aos cuidados maternos um dia deve ser, dentre outros, levado em conta. É possível que essa mãe repita com seu bebê algumas características da maneira pela qual ela própria foi cuidada. Por esse e outros tantos motivos, a função da mãe em sua tarefa de cuidar de seu filho merece que nos debruçemos, cuidadosamente, sobre ela.

2.4

A função da mãe e a maternagem suficientemente boa: os cuidados essenciais e a constituição subjetiva

A seguir, daremos destaque à constituição de uma subjetividade outra naquela que possui um papel fundamental no desenvolvimento emocional primitivo: a mãe. Apesar de valorizarmos os acontecimentos a partir da relação, na qual essa “mãe” é constituída pelos atravessamentos desse período inédito de

sua vida, existem fatores que pertencem a sua história de vida enquanto um indivíduo, uma mulher que vive um momento importante de sua vida. Como nos diz De Leo, “a experiência de gerar e ter um filho representa um grande acontecimento na vida emocional da mulher” (De Leo, 2005, pág.48).

Dentre outras transformações, a mulher-mãe passa por novas introjeções, uma vez que há uma perda de sua identidade anterior. Sua relação com o corpo também sofre mudanças, havendo uma re-significação de sua imagem inconsciente do corpo e de seu esquema corporal. Além disso, o fato de gerar um filho evoca perdas e separações vividas anteriormente, como também provoca uma reedição de suas vivências mais primitivas na relação com sua própria mãe, intensificadas após o nascimento do bebê.

Diante desse quadro particularmente regredido e, portanto, vulnerável, ela também se encontra, como seu bebê, necessitando de cuidados e, ao mesmo tempo, deve ser capaz de se adaptar ativamente ao seu filho. É um momento complexo, paradoxal, no qual

há o desejo pelo filho, a alegria de acolhê-lo nos braços, amamentá-lo, beijá-lo, realizá-lo, enfim. Mas há também o medo, a insegurança, certo humor deprimido e o vislumbrar de um futuro incerto: “Será que vou conseguir cuidar do meu filho?”. As angústias convivem lado a lado com a euforia, a inquietação e certo estranhamento: quem é essa criaturinha que eu chamo de *meu filho* e que, no entanto, se revela um perfeito estranho? Ou melhor: um conhecido/desconhecido? Como suportar o paradoxo presente neste começar de uma nova vida? (idem, grifos do autor).

Estes pontos são importantes e devem ser considerados numa análise da relação de uma mãe com seu bebê, pois, constitutivos da subjetividade materna, exercerão forças diretas sobre a maneira pela qual ela irá agir diante de seu bebê, uma vez que, de alguma maneira, a história da mãe-filha-mulher será evocada. Sendo assim, não há um modelo nem manual que ensine alguém a cumprir essa função. É preciso estar com o bebê, sensível aos afetos que isso suscita neste momento de presença essencial, pois

o outro é vitalmente importante. Não há um bebê e sim uma díade mãe-bebê. Não há um meio ambiente separado do bebê. O que há é um meio maternal que cuida e que sustenta de forma a não torná-lo precocemente perceptível para o bebê. Assim, a descoberta do mundo acontece em pequenas doses, permitindo ao bebê a ilusão de havê-lo criado. O gesto criador reside exatamente nesse paradoxo: é entre a

percepção e a apercepção que o bebê se torna criador e criatura deste mundo. Mais tarde, mesmo sabendo-se não mais criador do mundo e sim criatura neste mundo, o ato criador passa a ser algo intrínseco ao indivíduo (Maia, 2007, pág. 37).

Nesta citação, encontramos uma série de elementos cujo desdobramento nos conduz a uma compreensão acerca do desenvolvimento emocional, que vai desde um período de total dependência a outro, chamado de independência. Numa abordagem à teoria winnicottiana é imprescindível considerarmos a importância vital do outro nesse processo. Sendo assim, é pela relação mãe/bebê e a maneira pela qual o ambiente influi nos processos de maturação que podemos compreender de que outro se trata e a maneira pela qual influencia nos processos de subjetivação que têm em sua base a criatividade. Logo, destacamos a frase:

“O outro é vitalmente importante”

Para entender como nos constituímos subjetivamente segundo o pensamento winnicottiano, é preciso levar em consideração, desde o início, a presença do outro como essencial ao desenvolvimento do indivíduo – um outro que aparece ora como a mãe, ora como o ambiente. Para Winnicott, o outro tem importância fundamental nos processos criativos. Abordar o viver é abordar, também, a relação que o possibilita: a relação mãe/bebê. Como nos diz Maia, “somente se pode ser criativo na presença de um outro que signifique esse ato de criação” (idem, pág. 57).

No entanto, até que o bebê esteja apto a ser criativo, um longo caminho já deve ter sido percorrido, no qual esse outro, colocando-se como uma figura constante e confiável, possibilitou ao indivíduo o seu desenvolvimento, pois é pela confiança que o bebê torna-se capaz de criar, reparar e amar, ou seja, vai rumo à independência com a certeza de que, se preciso for, ele pode voltar à mãe/meio.

Neste percurso, é essencial uma abordagem acerca do que foi chamado por Winnicott de “preocupação materna primária”. Este conceito se refere ao relacionamento mãe/bebê numa etapa na qual a idéia do bebê como um ser independente ainda está distante de ser concebida (não em termos cronológicos,

pois Winnicott nos fala de bebês que alcançam este estágio, chamado de “integração”, antes mesmo do primeiro ano de vida, mas em termos processuais).

O relacionamento da mãe com o bebê é compreendido, então, como o que há de mais importante nesse momento inicial da vida de qualquer indivíduo, configurando um estágio no qual há uma dependência absoluta do bebê em relação ao meio, composto, principalmente, pela mãe. Esta dependência é uma dupla dependência: em relação ao ambiente físico e emocional. “Devido à extrema dependência emocional da criança, seu desenvolvimento ou sua vida não podem ser estudados à parte da consideração do cuidado que lhe é fornecido” (Winnicott, 1958b, pág.5).

No entanto, como faz parte da característica paradoxal do pensamento de Winnicott, não devemos atribuir somente a esta relação inicial todos os percalços envolvidos nos processos de maturação, pois trata-se de um complexo no qual também estão presentes as condições hereditárias, as potencialidades do bebê. Como nos diz Winnicott, “o desenvolvimento emocional ocorre na criança se se provêm condições suficientemente boas, vindo o impulso para o desenvolvimento de dentro da própria criança” (Winnicott, 1962, pág.63).

Apesar disto, o lugar da mãe é bastante analisado e valorizado por Winnicott na sua formulação sobre a “mãe suficientemente boa”, pois estas condições dependem da mãe e seus cuidados para com o bebê a fim de que possam se manifestar. “O toque carinhoso, presente no gesto cuidadoso da mãe com o corpo do bebê concede-lhe algo plenamente indispensável à vida: a continuidade de ser” (De Leo, 2005, pág.31/32). Em resumo: existe uma tendência no sentido de uma luta pela vida, pela continuidade de ser, presente em todos os seres humanos, sendo que a relação com o ambiente que o circunda poderá facilitar a ocorrência desses processos inerentes ao viver ou agir na contramão.

É a tendência inata no sentido da integração e do crescimento que produz a saúde e não a provisão ambiental. Ainda assim é necessária provisão suficientemente boa, de forma absoluta no princípio e de forma relativa em estágios posteriores, no estágio do complexo de Édipo, no período de latência e também na adolescência. Tentei encontrar palavras que indicassem a diminuição gradativa da dependência da provisão ambiental (Winnicott, 1962, pág.65)

Comumente falando, esses processos que envolvem a relação mãe/bebê têm a ver com a idéia de que a mãe está biologicamente preparada para lidar de forma

especial com seu bebê, ou seja, existe um “instinto” materno que prepara a mulher para este momento especial de sua vida.

O que tentaremos mostrar a seguir, através das idéias de Winnicott, é que, o que acontece neste momento inédito na vida de duas pessoas está para além das determinações biológicas, para além de uma interdependência física – esta uma idéia que os colocaria numa posição de igualdade entre algumas espécies do mundo animal e vegetal, segundo suas próprias palavras no texto “Preocupação materna primária” (Winnicott, 1956).

Estes dois conceitos, de “mãe suficientemente boa” e de “preocupação materna primária”, se encontram de tal forma nodulados (no sentido de “nó”), intrincados que, ao tratarmos de um estaremos falando, também, do outro. Apesar de ambos estarem relacionados à figura da mãe, eles dizem respeito diretamente à maneira pela qual é possível a emergência de uma subjetividade no bebê. Portanto, são processos inteiramente diferentes e que não se excluem, apesar de suas diferenças.

Antes de prosseguirmos, cabe uma ressalva em relação à palavra “suficientemente”. O seu uso ressalta, principalmente, que não se trata de uma mãe perfeita, ideal ou eficiente modelada segundo critérios normativos e/ou pedagógicos (De Leo, 2005, pág.33). O mesmo se aplica ao termo quando ele está referido a “ambiente”. Trata-se, aqui, ao contrário, de uma fuga aos modelos idealizados, geradores de sentimento de culpa e impotência que atribuem ao *experts* um saber destituído de cotidianidade.

A originalidade de Winnicott é justamente valorizar o que de mais humano há no contato, na relação, ou, também podemos dizer, o mais natural no humano (posto que sem mediação). A crença de que haveria uma categoria profissional ou conhecimento científico que abarcaria de forma mais apropriada este fenômeno cai por terra. Concordamos com De Leo quando ela nos diz que “de modo algum o ambiente suficientemente bom se reduz aos discursos e narrativas empenhados em oferecer tecnologia eficiente para a educação do filho saudável” (idem). No entanto, observamos, em nossos dias, uma desapropriação da arte de cuidar e educar os filhos; é como se os pais não soubessem mais como ser pais. Uma espécie de crise das funções parentais.

Também é importante que a mãe não se deixe levar por conselhos de como agir em relação ao seu bebê a partir de experiências que outras pessoas tiveram.

Ela deve seguir a sua intuição a partir da relação que estabelece com seu bebê. Nesse sentido, podemos usar como exemplo o fato de que nunca uma experiência é igual à outra. O que acontece com um filho não se faz da mesma forma em relação a um outro. Logo, a experiência de uma mãe não é igual a de outra e, ao ficar presa a certos mandamentos, a mãe perde a riqueza da espontaneidade no cuidado de seu bebê. Não deve haver a preocupação em ser perfeita. Como nos diz De Leo, “a palavra “suficiente” pode significar “o bastante”; ou seja, nem de mais nem de menos, apenas o que parece hábil ou adequado para a ocasião” (ibidem, pág.34).

É vitalmente importante que se entenda o papel desempenhado pelos que se preocupam com o bebê, a fim de que possamos proteger a jovem mãe de tudo quanto pretenda interpor-se entre ela e o seu filhinho. Se ela não compreende aquilo que realiza tão bem, está sem meios para defender a sua posição e a um passo de estragar facilmente sua tarefa, tentando fazer o que lhe dizem que deve ser assim, ou o que sua própria mãe fez, ou o que os livros afirmam. (Winnicott, 2008, pág.18)

A título de introdução, uma observação mais atenta nos conduz à conclusão de que há uma grande diferença psicológica entre o que acontece à mãe, e que trataremos aqui por identificação, e o que acontece ao bebê neste momento de relacionamento dual, e que, por sua vez, será tratado como dependência. Essa diferença se deve ao fato de que o bebê ainda não se reconhece como uma pessoa, não podendo, dessa maneira, identificar-se com outro alguém. Daí a célebre frase de Winnicott, na qual diz que o que chamamos de “um bebê” não existe. Para que possa existir, ele vai ser dependente dos cuidados maternos que, por sua vez, só serão satisfatórios através de uma identificação da mãe com ele (o bebê).

Esta é a primeira de todas as fases do desenvolvimento, na qual a mãe encontra-se num estado psicológico especial chamado por Winnicott de “preocupação materna primária”. Esse estado, em que há uma sensibilidade exacerbada da mãe em relação a seu filho, pode ser comparado “a um estado de retraimento ou de dissociação, ou a uma fuga, ou mesmo a um distúrbio num nível mais profundo, como por exemplo, um episódio esquizóide, onde um determinado aspecto da personalidade toma o poder temporariamente” (Winnicott, 1952,

pág.401). No entanto, apesar deste aspecto de doença, é um indicativo de boa saúde.

Em uma de suas palestras, denominada “O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê”, Winnicott define esta atitude da mãe, a qual chama de “preocupação materna primária”, como “uma vontade e uma capacidade de desviar o interesse do seu próprio *self* para o bebê” (Winnicott, 1960/1964, pág.21). É por possuir esta capacidade que a mãe se distingue de qualquer outra pessoa no sentido de saber fazer a coisa certa, de saber como o bebê pode estar se sentindo. Esta relação tão especial constitui uma área de experiência, a qual somente a mãe e seu bebê podem viver.

Nós agora vemos o ego da criança como algo dependente inicialmente de um ego auxiliar, algo que aproveita a estrutura e a força do sistema altamente complexo e sutil de adaptação às necessidades, sendo essa adaptação suprida pela mãe ou pela substituta da mãe. Vemos também o interessante processo da absorção, na criança, dos elementos do cuidado com a criança, aqueles que poderiam ser chamados de elementos “do ego auxiliar” (Winnicott, 1983, pág.116).

Ao se dispor a cuidar unicamente de seu bebê, a mãe funciona como um ego forte auxiliar ao ego ainda incipiente do bebê, possibilitando o relacionamento deste com os objetos. Inicialmente, os objetos têm uma característica muito peculiar: são, em sua maioria, subjetivos. No entanto, há, também, relacionamento com a realidade externa ou com objetos percebidos objetivamente, mas este relacionamento deve acontecer aos poucos, num vetor crescente de acordo com as capacidades do bebê para tal. Qualquer excesso pode ser sentido pelo bebê como uma sedução, alguma coisa para a qual é levado e ainda não possui recursos internos suficientes para lidar, que tira o bebê de seu caminho, de seu continuar a ser; é, portanto, traumático para o bebê, algo com que ele, em sua imaturidade, ainda não consegue arcar. De acordo com Winnicott, os elementos do cuidado com a criança podem ser chamados de elementos do “ego auxiliar” (Winnicott, 1959/1964, pág.116).

Esta função da mãe tem uma importância tão grande que o fracasso em “emprestar” o seu ego pode ter como consequência:

- 1 – a constituição de um falso *self*;
- 2 – esquizofrenia infantil ou autismo;

- 3 – esquizofrenia latente;
- 4 – falsa autodefesa;
- 5 – personalidade esquizóide.

Assim nos diz Winnicott:

seu ego (da criança) é simultaneamente fraco e forte. Tudo depende da capacidade da mãe de dar apoio ao ego. O ego da mãe está em harmonia com o ego do filho, e ela só é capaz de dar apoio se for capaz de orientar-se para a criança (...) Quando o par mãe-filho funciona bem, o ego da criança é de fato muito forte, pois é apoiado em todos os aspectos. O ego reforçado (e, portanto, forte) da criança é desde muito cedo capaz de organizar defesas e desenvolver padrões pessoais fortemente marcados por tendências hereditárias (Winnicott, 1960/1964, pág.24)

Dessa maneira, o desenvolvimento passa a estar mais relacionado com fatores hereditários, e aqui localizamos os processos criativos, e satisfações de impulsos, ao contrário de quando não existe esse apoio, e ele ou é fraco, ou intermitente. Nestes casos, o desenvolvimento está relacionado com uma sucessão de reações a colapsos, e os bebês apresentam certos padrões de comportamento que englobam a inquietude, o estranhamento, a apatia, a inibição e a complacência. É devido a isso que Winnicott vê de forma positiva o comportamento de bebês e crianças considerados “difíceis”: para ele, ainda resta neles alguma esperança, algo vivo pelo qual vale a pena lutar.

Considerando dois extremos, Winnicott nos dá o exemplo de dois tipos de mães que não conseguem relacionar-se de forma satisfatória para com o seu bebê. Num desses extremos se encontra aquela que não consegue abandonar seus interesses e viver esta experiência.

A outra mãe é aquela que tende a estar sempre preocupada e, assim, o bebê torna-se sua preocupação patológica. Ela permanece identificada a seu bebê por um tempo longo demais, porém abandona de súbito a preocupação com a criança, substituindo-a pela preocupação que tinha antes do nascimento desta. Claro é que existem variações nesses aspectos. Já a mãe suficientemente boa respeita a gradual liberação que seu bebê lhe concede a fim de que possa tocar a sua própria vida.

Difícilmente as mães se recordam desse momento depois que o ultrapassaram, o que permite a conclusão de que essa memória foi reprimida. Ou

seja, a mãe deve alcançar esse estado de sensibilidade exacerbada, que seria considerado uma doença caso não houvesse a gravidez, e recuperar-se dele. Esta idéia está implícita no termo cunhado por Winnicott de “a mãe devotada comum” para referir-se a esse momento. Nas palavras do próprio Winnicott:

essa função materna essencial possibilita à mãe pressentir as expectativas e necessidades mais precoces de seu bebê, e a torna pessoalmente satisfeita sentir o lactente à vontade. É por causa desta identificação com o bebê que ela sabe como protegê-lo, de modo que ele comece por existir e não por reagir. Aí se situa a origem do *self* verdadeiro que não pode se tornar uma realidade sem o relacionamento especializado da mãe, o qual poderia ser descrito por uma palavra comum: devoção (Winnicott, 1960b, pág.135).

Ao contrário do que aconteceria caso se tratasse apenas de um instinto, não são todas as mulheres que conseguem atingir este estado (ou o fazem com um dos filhos e não com outro), que implica em que se preocupem com seu bebê a ponto de excluírem seus outros interesses. Muitas vezes acontece de haver uma tentativa por parte da mãe de recuperação deste estágio inicial num momento posterior, o que, obviamente, não será possível. Por mais que se faça, algo restará perdido nas distorções iniciais. Na ‘preocupação materna primária’, há algo de “natural” presente no comportamento da mãe frente a seu filho, ao contrário de uma tentativa forçada ou, também podemos dizer, consciente, de recuperação do tempo perdido. Podemos, então, afirmar: não é possível a ninguém ‘se fazer’ mãe (suficientemente boa) por uma vontade consciente, mas qualquer mãe (suficientemente boa) ‘se faz’ na relação com seu bebê.

Esse estado especial alcançado pela mãe, chamado por Winnicott de “preocupação materna primária”, tem início ainda durante a gravidez, no qual ela gradativamente atinge um alto grau de identificação com seu bebê. Após o nascimento, aos poucos ocorre uma espécie de desadaptação da mãe em relação às necessidades do seu bebê, o que deve acontecer, quando tudo vai bem, de acordo com as capacidades deste para tolerar essas falhas.

Não depende somente da mãe e de sua saúde mental para que ela possa alcançar este estado. É necessário uma configuração de coisas, um ambiente que o torne possível, e isso inclui também o pai. Ele “lida com a realidade externa para a mulher, de maneira a tornar seguro e razoável para ela se tornar temporariamente

introvertida, egocêntrica” (idem). A mãe deve se sentir segura para que possa desempenhar esse papel e isso inclui, além de se sentir amada em sua relação com o pai da criança e com a própria família, sentir-se aceita nos círculos cada vez mais amplos que circundam a família e constituem a sociedade (Winnicott, 1958b, pág.3), o que continua valendo para os nossos dias, apesar das novas configurações parentais e familiares; mudam-se os termos, não a relação.

É fácil notar que a mãe se encontra, neste estado, muito vulnerável, sendo imprescindível a ela esta proteção. Em uma de suas palestras, Winnicott diz que, caso haja uma ruptura dessas forças de apoio à mãe que se encontra nesse estado especial, algo da ordem de um distúrbio pode irromper, como os chamados distúrbios mentais puerperais (Winnicott, 1960/1964, pág.23).

Este é um estado especial no qual, juntamente com o pai do bebê, a mãe é capaz de criar o ambiente suficientemente bom, que não se reduz ao biológico (uma fisiologia da maternidade), ao psicológico (uma determinação das fantasias inconscientes), nem tampouco às representações sociais do materno/feminino (De Leo, 2005, pág.33).

Para Winnicott, esta função da mãe é universal e natural, ou seja, não pertence a uma dada civilização e muito menos se relaciona com uma compreensão intelectual. É algo que pertence ao humano, essencial para a sobrevivência do indivíduo, em qualquer época ou lugar. Dessa maneira, uma análise desta função em sua relação com os nossos dias nos permite avaliar, num espectro mais amplo, as conseqüências de uma interferência provocada pelas formas de existência atuais, ou seja, de que maneira o contexto cultural produz efeitos nessa função.

A mãe se preocupa com a criança e se orienta para suas necessidades através de sua identificação com ela, que acontece de forma natural, e não por uma vontade consciente. Dessa maneira, a mãe permite que as tendências inatas do bebê, presentes em sua constituição, possam se manifestar e desenvolver, assim como sua motilidade e sensibilidade. Nas palavras do próprio Winnicott:

a mãe que desenvolve esse estado ao qual chamei de ‘preocupação materna primária’ fornece um contexto para que a constituição da criança comece a se manifestar, para que as tendências ao desenvolvimento comecem a desdobrar-se, e

para que o bebê comece a experimentar movimentos espontâneos e se torne dono das sensações correspondentes a essa etapa inicial da vida (Winnicott, 1952, pág. 403)

Quando tudo corre bem, dizemos que a criança reagiu pouco à intrusão do ambiente neste momento inicial. Este termo utilizado por Winnicott para se referir ao ambiente não diz respeito aos atos de alguém. Da mesma maneira, ele não se relaciona, somente, a uma mãe invasiva, excessiva. Podemos falar de intrusão do ambiente também no caso de uma mãe ausente, deprimida.

Intrusão se refere ao fato do ambiente se impor ao bebê ao ponto de ser notado, ao ponto do bebê ter que se dar conta de que existe um ambiente; ele, então, deve se defender, se proteger desse ambiente que lhe aparece de alguma forma ameaçador. A intrusão não pertence à pessoa da mãe, mas à experiência. Tanto uma mãe excessivamente presente, ansiosa, quanto uma ausente, deprimida, produzem no bebê uma demanda que ele terá que dar conta, isto é, ele terá que responder a esta exigência, ou seja, reagir.

Para Winnicott, existe um limiar de intrusões que o bebê pode suportar. Falhas no ambiente sempre vão existir – o ambiente só é perfeito se comportar essas falhas. Quando este limiar é ultrapassado, o bebê começa a reagir, prioritariamente a agir, e isto atrapalha o processo de ser deste indivíduo.

Se estas intrusões acontecem em excesso, há uma ameaça de aniquilamento, atrapalhando a formação do ego do bebê, uma vez que a mãe não é capaz de emprestar-lhe o seu próprio ego. As constantes reações às conseqüências na falha do cuidado materno provocam um enfraquecimento do ego, que teve que se formar precocemente a fim de lidar de maneira responsiva com este ambiente.

Os cuidados “facilitam os estágios iniciais das tendências integrativas do lactente e o começo da estruturação do ego. Pode-se dizer que a mãe torna o fraco ego do bebê em um forte, porque está lá, reforçando tudo, como a suspensão hidráulica de um ônibus” (Winnicott, 1962b, pág.67).

O excesso de intrusões, dentre outras implicações, impossibilita a constituição de um *self* verdadeiro, que não pode se tornar uma realidade, abalando diretamente a ocorrência de processos criativos. Adequado a um ambiente que não pôde se adequar a ele, o bebê responde de forma submissa ao ambiente, de acordo com o que é dele esperado, o que não corresponde a nenhum

processo criativo. O bebê precisa, então, de um padrão de comportamento do ambiente para que possa “continuar a existir”, o que é diferente de “continuar a ser”.

Falamos, anteriormente, na necessidade do bebê de levar adiante seu “continuar a ser”. Acima falamos de “processo de ser”. Estes dois termos, referidos ao momento inicial na vida de um indivíduo devem ser compreendidos como algo em intenso movimento, sujeito o tempo todo a transformações e a progressos e retrocessos, e nunca como alguma coisa que segue uma linearidade num fluxo contínuo. Assim é a vida de um bebê, mesmo que pareça, a um observador, que ele está na mais calma das situações.

De Leo define, a partir de Winnicott, “continuar a ser” como todo tipo de contribuição ou provisão do meio ambiente que possibilita a continuação da vida dos tecidos e a saúde dos processos fisiológicos, ou seja, um substrato somático que fornece ao ego em vias de integrar-se um apoio vital; além disso, pontua também o não saber do bebê possibilitado por um ambiente em perfeita adaptação, que protege o indivíduo das possíveis perturbações. Compara este sentimento a uma fé na realidade do mundo e da vida, “que instaura para o ser humano a crença reconfortadora numa previsibilidade dos eventos” (De Leo, 2005, pág.39)

Dito de outra forma: se o cuidado é suficientemente bom, o bebê não toma conhecimento do ambiente em seu entorno, e isso inclui também não tomar conhecimento acerca da mãe como uma pessoa. Ou seja, apesar de manter uma intensa relação com sua mãe, esta lhe aparece neste momento inicial de maneira múltipla, a partir dos objetos parciais. Para o bebê, ela ainda não é uma pessoa e, portanto, diferente dele mesmo. Ela compõe com o ambiente e, enquanto tal, é percebida pelo bebê como se fosse uma criação sua. Daí a importância de uma mãe que não impõe seus humores e suas vontades, mas, identificada ao seu bebê, ela ‘adivinha’ o que ele precisa, oferecendo o objeto certo na hora certa, criando nele a ilusão de ser onipotente.

Somente uma mãe sensível, devotada, é capaz de colocar-se no lugar de seu filho, de identificar-se com ele e, assim, corresponder às suas necessidades que, a princípio, são corporais e evoluem gradualmente para necessidades do ego. Por ainda não existir uma pessoa constituída (como dissemos anteriormente, para Winnicott ainda não existe um bebê enquanto um indivíduo neste momento, mas,

sim, um ser humano), o que a mãe faz de acordo com a ‘preocupação materna primária’ não será apreendido pelo bebê; não será assim reconhecido por ele devido à precariedade pertencente ao seu mundo ainda em construção. É preciso que o bebê sinta que está sendo seguro por uma mãe em estado de relaxamento, viva e apta a fazer uma adaptação ativa a partir de sua capacidade de devotar-se a ele.

Já as intrusões serão sentidas como uma ameaça à existência pessoal do eu, ainda que este eu seja larvar. Em alguns casos pode haver o sacrifício da espontaneidade; o sentimento de realidade encontra-se ausente; acompanhará, em diversas fases da vida deste indivíduo, o sentimento de inutilidade. Em casos extremos, o caos pode ser completo, como nas esquizofrenias; em outros, quando não há caos, há a constituição de um falso *self* submisso e reativo, uma vez que os fatores constitucionais não tiveram a possibilidade de se manifestar ou, dito de outra forma, quando o verdadeiro *self* está oculto.

Nos cuidados com seu bebê, a fim de que ele tenha um bom desenvolvimento emocional, uma das principais funções da mãe é apresentar o mundo para ele num formato compreensível e de modo limitado, adequado às suas necessidades, para que o contato com a realidade não seja traumático. Agindo dessa forma, ela impede que o bebê viva a experiência de um ambiente intrusivo, além de possibilitar que os fatores constitucionais possam se manifestar naturalmente, desenvolvendo sua potência de ser. “Por esta razão não é possível a um bebê existir sozinho”, nos diz Winnicott (Winnicott, 1950, pág. 229).

Além destas questões, outra de extrema importância e que também está relacionada com este cuidado na mediação bebê/mundo é que, ao apresentar o mundo em doses compreensíveis, a mãe permite ao bebê a ilusão de que o que ele encontra é criado por ele, numa vivência da experiência de onipotência. Dessa maneira, flagramos um paradoxo no pensamento winnicottiano: é quando o bebê vive no período em que depende integralmente de um outro que cuide dele que ele vive numa relação onipotente com o mundo, na qual este lhe aparece como uma criação sua, ao mesmo tempo em que, num movimento autopoietico ele é, também, criado pelo mundo. Segundo Winnicott,

a mãe suficientemente boa é aquela que é capaz de satisfazer as necessidades do nenê no início, e satisfazê-las tão bem que a criança, na sua saída da matriz do

relacionamento mãe-filho, é capaz de ter uma breve *experiência de onipotência* (Winnicott, 1962a, pág.56)

Essa experiência é de importância crucial para a constituição subjetiva do bebê e a mãe, com seus cuidados em relação a seu filho, é uma de suas partes essenciais. Isso porque não é possível falarmos de um bebê e de uma mãe, mas da relação que existe entre eles, a partir da qual emergem uma mãe e um bebê. No início, o bebê é um ser não-integrado, ou seja, não há, ainda, a idéia do bebê como uma pessoa, integrada, assim como, também, a realidade externa não é reconhecida por ele enquanto tal.

O mais importante dessa fase e o que possibilita que esses processos citados acima possam acontecer é o fato, real, do bebê que é cuidado, amado, seguro fisicamente por alguém que se adapta, quase completamente, às suas necessidades. Se a dependência realmente significa dependência, então a história de um bebê individualmente não pode ser escrita apenas em termos do bebê. Tem de ser escrita também em termos da provisão ambiental que atende a dependência ou que nisso fracassa (Winnicott, 1975, pág.102).

O grau elevado de dependência nesses momentos iniciais na vida de qualquer indivíduo faz com que não seja possível pensarmos em termos de um novo indivíduo humano como sendo ele a unidade. Numa lógica um tanto estranha, a unidade é a díade mãe-bebê. “Ao olharmos, vemos uma mãe, e um bebê desenvolvendo-se em seu útero, ou seguro em seus braços, ou sendo cuidado por ela de alguma outra forma” (Winnicott, 1990, pág. 153).

Existe, aqui, um paradoxo: apesar de haver a díade mãe-bebê, existe, também e fundamentalmente, uma solidão essencial. Ou seja: essa solidão só pode existir em condições de dependência máxima. Ou, falando em termos do paradoxo winnicottiano, é poder estar sozinho na presença de alguém.

Já neste início há o que, mais acima, tratamos como uma continuidade de ser do bebê, algo como uma série de transformações pelas quais ele passa, mesmo se isso parecer a nós, como observadores, algo de uma tranquilidade inquestionável. Esta continuidade de ser deve ser ausente de qualquer conhecimento acerca desse ambiente que o circunda e que dele cuida. Dessa

maneira, ele não precisará reagir a possíveis intrusões do ambiente, que, dessa forma, se faria conhecer precocemente.

Essa solidão, que Winnicott, em seu livro “Natureza Humana” (1990) classifica como fundamental e inerente, só acontece nesse início. No entanto, o indivíduo a carrega pela vida afora, aqui residindo a importância desse momento inicial para o resto da vida. As bases de constituição dessa solidão serão as raízes do verdadeiro *self* e estão diretamente ligadas à experiência de onipotência. Apesar de ser inteiramente dependente do ambiente, a dependência está longe de ser percebida.

É a partir da solidão, na qual o bebê pode viver a experiência de ser, paradoxalmente, criador e criatura de seu mundo, que emerge o indivíduo, em sua crescente relação com o que o circunda. Inicialmente, o bebê não deve tomar conhecimento do que está a sua volta, ou seja, o ambiente deve ser suficientemente bom a ponto de não se impor. No entanto, reiteramos, para que haja saúde, este núcleo que se forma a partir desse isolamento primário deve ser mantido durante toda a existência do indivíduo.

Um cuidado materno suficientemente bom possibilita ao bebê viver neste estado de isolamento primário com a ilusão de que aquilo que pertence à realidade externa e que vai, gradativamente, sendo acrescentado ao seu mundo é, onipotentemente, criado por ele. Este estado de solidão não deve ser atrapalhado, e o bebê deve poder seguir em sua experiência de onipotência. Podemos perceber, então, que é a partir do isolamento primário que acontecem processos criativos.

Estes, no entanto, não cessam de ocorrer. O indivíduo está em constante processo de criação de si – sempre feito, sempre em vias de se fazer. Para Simondon, e aí damos um breve mergulho na filosofia, a individualidade deve ser considerada como resolução parcial e relativa que se manifesta em um sistema contendo potenciais, que podem ser acionados de forma mais ou menos intensa.

Trata-se de um devir do ser, uma vez que a compreensão de “ser” não deverá abarcar uma idéia de identidade, de fixidez de alguma ordem. Com o devir como uma dimensão do ser, podemos afirmar que o ser é sempre capaz de defasar-se em relação a si próprio, de resolver-se defasando-se: “*o ser pré-individual é o ser em que não existe fase*” (Simondon, 2003, pág.101, grifos do autor). A individuação é a aparição de fases no ser que se definem a partir da operação do devir.

Dessa maneira, há sempre uma forma e um devir; estes não são antagônicos, mas de uma certa maneira complementares. Paradoxalmente, o ser se conserva pelo devir, através das trocas entre a forma e a operação de defasar-se: o indivíduo como criador e criatura numa relação de metaestabilidade, sempre plural e singular. No vivo existe um regime completo de ressonância interna “que exige comunicação permanente e mantém uma metaestabilidade que é condição de vida” (idem, pág.104). Como nos diz o autor, ele modifica a si próprio, “inventando novas estruturas internas, introduzindo-se completamente na axiomática dos problemas vitais” (ibidem).

A idéia de ressonância interna nos é útil aqui por ela trazer em si a compreensão da constituição do vivo, e aqui parafraseamos Simondon: com a constituição subjetiva, não somente acontece uma modulação no limite entre o dentro e o fora, num “entre” cujas bordas são a interioridade e a exterioridade, como também acontecem processos constitutivos pertencentes àquele indivíduo, no domínio da sua interioridade. Ou seja, o interior também é constituinte. Podemos encontrar este pensamento na concepção de Winnicott sobre a continuidade de ser, que envolve tanto o ambiente quanto os potenciais do indivíduo. Seguindo com Winnicott, nos fala De Leo:

uma falência significativa da provisão ambiental no tempo da dependência absoluta interrompe o sentimento de continuidade de ser do bebê, impedindo, posteriormente, que o sujeito vivencie plenamente a experiência de sentir-se real e de habitar um corpo, encarnar-se – experiência básica de subjetivação e de personalização (De Leo, 2005, pág.38).

Como podemos perceber, os cuidados maternos e o desenvolvimento emocional primitivo estão de tal forma articulados que, falar de um, nos conduz, inevitavelmente, ao outro. É importante que, ao ler esse texto, não fique a impressão de que há um modo pelo qual se deva ser mãe. Isso seria totalmente o contrário do que Winnicott pretende com suas formulações sobre a relação mãe/bebê. Tanto é assim que ele nunca se prontificou a dar conselhos – o que fez foi sempre uma análise a partir da constelação familiar que a ele se apresentava. É só a partir de um contexto que é possível avaliar o tipo de cuidado. Assim ele nos diz numa carta endereçada a Marjorie Spence, datada de 1967:

o bebê tem uma relação com a mãe e o pai que se desenvolve de acordo com o tipo de pessoa que são os três, e, embora seja possível conversar sobre o que acontece e dizer que uma coisa é melhor que outra, o que interessa é como ela funciona naturalmente, e não se ela é certa ou errada segundo algum enunciado padrão (Winnicott, 2005, pág.XX)

2.5

A continuidade de ser: o bebê e seus processos constitutivos

Ao abordarmos a relação entre a mãe e o bebê, acabamos tratando de alguns processos que dizem respeito à constituição do bebê durante a fase de dependência absoluta. Em relação ao bebê, neste estágio não há ainda a constituição de um ego nem de um *self*, o ego da mãe funcionando como um ego auxiliar ao ego ainda incipiente do bebê. Podemos falar, sim, de um ego larvar e de um *self* primitivo, ambos anteriores ao processo de integração.

Winnicott classifica esse *self* primitivo de “impiedoso”, uma vez que os instintos são vivenciados sem preocupação, sem piedade – é o estado denominado por ele de “ruthlessness”. O amor também é peculiar nesse estágio, chamado de “amor primitivo”, que acontece ainda quando o ego não é capaz de aceitar responsabilidade.

Nesse estágio mais primitivo a mãe deve ser capaz de aguentar essa ausência de piedade (ruthlessness), uma vez que uma preocupação (*concern*) precoce com o objeto, da parte do bebê, poderia significar inibição do seu desenvolvimento. Logo, faz parte do amor primitivo, dirigido à pessoa encarregada dos cuidados do bebê, também os seus impulsos mais destrutivos. É o que faz com que o bebê possa vivenciar estas experiências instintuais necessárias ao seu bom desenvolvimento é a certeza de que, apesar de seus ataques, essa pessoa permanecerá, transmitindo confiança ao bebê que pode, então, continuar a ser.

Em resumo: inicialmente, o indivíduo se encontra num estado de não-integração com uma tendência a integrar-se que é hereditária e que também se constitui a partir de uma espécie de intercâmbio com fatores externos, estes possibilitados pelo ambiente, em sua permanência e confiabilidade. Como nos diz De Leo,

o senso de ser advém de uma experiência ativa e transitiva, gerada por esses movimentos circulares, elípticos, porém abertos às experiências mutativas e criativas que surgem das interações entre o indivíduo e o ambiente. A multiplicidade de efeitos assim criados constitui nossa experiência transicional de ser “uma amostra no tempo da natureza humana” (De Leo, 2005, pág.38)

Fatores internos também são importantes, abrangendo as experiências instintivas. Essas experiências são constituídas tanto por impulsos amorosos quanto por impulsos de ódio. Na verdade, neste momento Winnicott, ao falar destes impulsos, os coloca sob a égide do “amor primitivo”. Isto é possível porque eles não são excludentes, e o ódio⁴ é tão importante quanto o amor. Como veremos em seguida, o amor só é possível pela realização dos impulsos destrutivos.

É possível encontrarmos um aspecto destrutivo no impulso do amor primitivo, embora ainda não haja, nesse momento, a intenção de destruir, posto que é uma fase anterior ao estágio do “*concern*”. Nesse caso, estamos falando das raízes da agressividade (destrutivas apenas por acaso). Inicialmente, o que existe é motilidade, que se relaciona com as experiências do Id. Como exemplo, podemos citar a fome e a agitação de braços e pernas.

Nesse caso, é possível percebemos a necessidade de falha do ambiente, pois se é um ambiente que se antecipa e dá o alimento antes que o bebê possa viver a experiência, a motilidade fica prejudicada. Outros exemplos de impulsos agressivos pertencentes a esse período são o ato de agarrar com as mãos e a atividade de sugar, que mais tarde se transforma em morder (Winnicott, 1958b, pág.17).

A motilidade pode desenvolver-se a partir de um ambiente que:

- 1 – é uma experiência do indivíduo, ou
- 2 – impõe-se ao indivíduo, que reage à intrusão (fuga para a quietude), ou
- 3 – impõe-se exacerbadamente, através de uma intrusão máxima do ambiente, não havendo possibilidade nem de retirada para a quietude a fim de manter a existência.

⁴ Utilizamos a palavra “ódio” nesta frase apenas para acentuar as diferenças ente os estados emocionais vividos pelo bebê; o mais correto é a utilização deste termo para o período após a integração. De qualquer forma, sempre que esta palavra estiver associada ao período de total dependência em relação ao ambiente, cabe relacionarmos o termo aos impulsos destrutivos, mesmo que ele seja utilizado na referência a casos de regressão (que acontece em indivíduos que já passaram pelo processo de integração).

No primeiro caso, o indivíduo se constitui tendo como ponto de partida suas experiências, de forma criativa, a partir de seus impulsos primitivos caracterizados pela motilidade (ou agressividade). Isso é possível se é permitido ao bebê ser espontâneo na manifestação de seus impulsos. “O impulso instintivo cria uma situação que pode evoluir, por um lado, para a satisfação, ou se diluir numa insatisfação difusa ou num desconforto generalizado da psique e do soma” (idem, pág.15).

As satisfações acontecem quando o ambiente corresponde de forma satisfatória aos momentos excitados, apresentando o objeto certo, na hora certa para a satisfação de um impulso. Dessa maneira, há um clímax interno junto com a experiência de fato e o bebê tem a ilusão de que foi ele o responsável por essa experiência.

No segundo caso, a agressividade na forma de motilidade é parte da experiência de reação à intrusão, isto é, não constitui processos de criação, uma vez que o indivíduo (ou o verdadeiro *self*) só se encontra na quietude, ou seja, sua interação com a realidade externa encontra-se prejudicada porque, a fim de se proteger das intrusões ambientais, ele se retira do mundo.

No terceiro caso, há uma falha na capacidade do estado de narcisismo primário transformar-se em indivíduo ou, dito de outra forma, estão ausentes os processos de criação. O que acontece é uma extensão do ambiente invasor, ficando o núcleo, o verdadeiro *self*, oculto. O falso *self* é, então, um mecanismo de defesa que protege o verdadeiro *self* desse ambiente hostil. A consequência disso é a sensação de inutilidade e irrealidade.

Como parte do impulso primitivo de amor, a destrutividade, ou impulso agressivo, é o motor que empurra em direção ao mundo. Para Winnicott, a agressividade primária é um fenômeno não pulsional, que tem sua origem na motilidade inerente aos impulsos vitais (Lima, 2007, pág.52). Dito de outra forma: a destrutividade no bebê é uma tensão instintual que clama por alívio imediato – condição que leva o bebê a buscar algo em algum lugar.

Inicialmente, ela se apresenta através da motilidade inerente à vitalidade própria dos tecidos e é importante que ela possa se expressar com espontaneidade. O potencial agressivo de cada indivíduo é variável, pois depende da maneira pela qual os limites ao movimento ou qualquer expressão corporal foram estabelecidos, estes diretamente relacionados aos cuidados maternos.

Levando-se em conta que houve uma maternagem suficientemente boa para que o bebê viva sua experiência de onipotência, na qual sente como se fosse criador de seu mundo, é este impulso agressivo que o leva a ter contato com o que o cerca, possibilitando os processos de criação. Dessa maneira, é possível dizermos que o viver humano, em seu início, pode ser entendido em termos de uma batalha impiedosa contra a submissão ao meio-ambiente.

O reconhecimento dessa não submissão inata da criança é, portanto, correlata à concepção da agressividade como manifestação de impulsos vitais, veículo primordial do desenvolvimento pessoal. Para Winnicott, o homem somente pode se encontrar através do relacionamento com os outros e da independência adquirida pelo reconhecimento da dependência, todo esse processo se realizando às expensas de seu potencial agressivo (idem, pág. 62)

A agressividade primária está estritamente vinculada aos processos de criação e, à medida que o bebê cresce, ela será vivenciada através de processos totalmente dependentes do tipo de ambiente com que o bebê se depara (ibidem, pág. 67). Isto é, como expressão do amor primitivo, os fatores ambientais têm importância decisiva quanto aos sentidos que esses impulsos poderão adquirir. Quando tudo vai bem, acontecem os processos criativos e o desenvolvimento segue seu rumo, com o bebê vivendo de forma onipotente em relação aos objetos que encontra nesse mundo que lhe é apresentado adequadamente.

Como ainda não aconteceu o processo de integração, é como se cada objeto encontrado fizesse parte desse eu ainda em construção do bebê. Podemos dizer que o eu e o mundo emergem, ao mesmo tempo, na relação que se estabelece. Inicialmente, estes objetos externos ao bebê são concebidos subjetivamente, ou seja, não são percebidos pelo bebê como algo externo a ele.

Assim acontece também com a mãe que é percebida pelo bebê. Nessa fase, o bebê se relaciona com objetos parciais. Assim, ao se relacionar com o seio, não há, ainda, consciência da figura da mãe, “embora o bebê possa “conhecer” a mãe em momentos de contato afetuoso” (Winnicott, 1958b, pág.14). Ela é tanto a mãe-objeto, ou seja, “a mãe possuidora do objeto parcial que pode satisfazer as necessidades urgentes do lactente”, diretamente relacionada aos momentos excitados, como também é a mãe-ambiente, que é a pessoa que evita o imprevisto e que ativamente provê o cuidado de suster e o manejo global, relacionada aos

momentos tranquilos. A citação a seguir resume um pouco do que tratamos até agora:

o eu individual tem como início um somatório de experiências tranqüilas, motilidade espontânea e sensações, retornos da atividade à quietude, e o estabelecimento de esperar que haja recuperação depois das aniquilações; aniquilações resultantes das reações contra as intrusões do ambiente. Por esta razão, é necessário que o indivíduo tenha o seu início nesse ambiente especializado ao qual me referi com o título de “A Preocupação Materna Primária” (Winnicott, 1956, pág.405)

A agressividade pode ser encontrada desde os estágios mais iniciais. Nesta fase, anterior à integração, o bebê não sabe que o que ele destrói nos momentos de excitação é o mesmo que ele valoriza nos momentos tranqüilos, entre as excitações. Podemos falar de uma dissociação entre os estados devida a não-integração.

Os estados excitados que incluem um ataque imaginário ao corpo da mãe fazem parte do amor que o bebê tem por ela. Assim, a agressividade faz parte do amor e está diretamente relacionada ao contato do bebê com o que lhe é externo. Como nos diz Winnicott, “se a agressividade é perdida nesse estágio do desenvolvimento emocional, ocorre também a perda de uma parte da capacidade de amar, ou seja, de relacionar-se com objetos” (Winnicott, 1950, pág.291)

A agressividade pode ser perdida, por exemplo, por uma reação contrária do ambiente, ou seja, algo percebido pelo bebê como uma intrusão. Para que o bebê siga a sua vida de forma saudável, a mãe deve suportar tanto os impulsos amorosos quanto os agressivos, mantendo-se constante e confiável. Aos poucos, o impulso agressivo se fundirá ao erótico. É através dessa fusão que se inicia o complexo processo pelo qual o bebê começa a constituir uma imagem interna da mãe, possibilitada pela sua constante presença e maternagem suficientemente boa. Trata-se, aqui, de uma questão temporal.

Na doença, apenas uma pequena proporção do potencial de agressividade vem a se fundir com a vida erótica. O resultado disso é a presença de certos impulsos sem sentido que atormentam a vida da criança, levando à destrutividade em relação a objetos ou, o que é pior, estão na base de uma atividade sem sentido, como, por exemplo, as convulsões sem causa orgânica.

Há uma destruição que é anterior ao contato com o princípio de realidade e que é condição para a criação desta última. Para que o bebê reconheça a realidade enquanto tal, é necessário já ter acontecido a integração, processo que delimita, como uma membrana, o dentro e o fora. No entanto, para que haja integração, é preciso que momentos destrutivos relacionados a estados excitados possam ter acontecido e devem ter sido tolerados pelo ambiente. Os processos que culminam com a integração derivam especialmente dos estados excitados vivenciados pelo bebê, cuja realidade e intensidade vêm da motilidade primitiva, ou da destrutividade, ou da voracidade que se encontra associada a eles.

Nesse momento, no qual o bebê ainda não é uma pessoa integrada, mesmo o que aparece a um observador como algo similar a um ataque ou a uma vontade de machucar do bebê em relação à mãe, ainda não pode ser considerado enquanto tal. Ainda não há, nesta relação, o ódio característico das relações entre pessoas totais, ou seja, integradas. No entanto, já se encontra presente uma destrutividade e uma agressividade primária.

“Ódio” é o termo que descreve um certo conjunto de sentimentos do bebê num período posterior, mas é possível afirmar que a mãe odeia o bebê desde o início. Em seu texto “Ódio na contratransferência” (Winnicott, 1947), Winnicott oferece uma lista de motivos pelos quais a mãe odeia seu filho.

De forma resumida, podemos falar que um bebê não age conforme ela gostaria que fosse, além de demandar uma boa dose de trabalho; o bebê é um perigo para o seu corpo durante a gestação e logo após o parto; ele interfere em sua vida, e já não é mais possível ocupar-se das coisas da mesma maneira.

“Ele é impiedoso, trata-a como lixo” (idem, pág.285), uma serve e, apesar disso, ela tem que amá-lo. Ele a machuca, se decepciona com ela e dela faz uso, jogando-a fora logo em seguida. “No início, o bebê dita a lei, é preciso protegê-lo de coincidências, a vida deve fluir no ritmo dele, e tudo isso exige da mãe um contínuo e detalhado estudo” (ibidem, pág.286). Ele não come a comida tão boa que ela fez, a não ser quando é a tia que oferece – e ele, então, come tudo.

Nesse momento, o bebê não deve tomar conhecimento de sua mãe como uma pessoa, e isso inclui não saber de seu ódio por ele. “A mãe deve ser capaz de tolerar o sentimento de ódio contra o bebê sem fazer nada a esse respeito”, nos diz Winnicott (ibidem). E, no entanto, é fundamental para o desenvolvimento do bebê que a mãe o odeie, pois é somente porque foi odiado que ele poderá odiar. “A

criança emerge de um estado de fusão com a mãe, um processo que exige desta a capacidade tanto de amar como de odiar” (Winnicott, 1983, pág.116). Um ódio que, por parte da mãe, deve ser objetivo, livre de sentimentalismos.

Ter sido odiado possibilitará à criança odiar e, dessa forma, ela poderá tentar reparar os danos causados (ou que ela imagina ter causado) no momento em que já se reconhece como uma pessoa e que já conseguiu ter contato com seus sentimentos, por mínimos que estes sejam.

Cabe, aqui, ressaltarmos o aspecto paradoxal do pensamento winnicottiano: para que o bebê sinta essa presença confiável e constante, é preciso justamente que essa pessoa encarregada dos cuidados não apareça ao bebê enquanto tal. Uma mãe que insiste em impor seus humores caracteriza um ambiente sentido pelo bebê como intrusivo, provocando reações que tiram o bebê de seu continuar a ser.

Neste momento que estamos estudando, o bebê ainda não tem o reconhecimento da mãe como uma pessoa separada dele, pois ele ainda não tem conhecimento de si como uma pessoa – ainda não ocorreu o processo de integração. Dessa maneira, a mãe também lhe aparece como uma criação sua, em sua experiência de onipotência. Uma mãe que se impõe como objeto desde os primórdios de sua relação com o bebê dificultará essa ilusão.

No período de total dependência, o bebê não se dá conta do ambiente se este é suficientemente bom – é como se houvesse uma interpenetração entre eles. As necessidades do bebê em relação ao ambiente fazem parte de sua potência de ser. Inicialmente, a experiência do bebê em relação ao ambiente é fragmentária. Esses pedaços de sons, de cheiros, de calores, de ritmos, de acelerações e lentidões juntam-se, com o desenvolvimento, formando o que entendemos como uma unidade. O bebê, assim como o outro da relação, vai se constituindo a partir de seus encontros.

Nesse sentido, poder ser não-integrado é poder ser sustentado pelo ambiente. E, para Winnicott, ser às vezes não-integrado é fundamental, ou seja, poder viver a experiência de não-integração, poder viver sem se preocupar com a sua sobrevivência, com a sua necessidade nem com a necessidade do outro. Poder viver a não-integração sustentada pelo ambiente é fundamental para a continuidade de ser, porque pela vida afora somos levados pelos acontecimentos inerentes ao viver a esta experiência que, se acontece num momento em que já é possível falarmos num Eu, se assemelha a sua dissolução. E, se houve um

ambiente suficientemente bom, e se existe uma memória de vivência desse estado e sobrevivência a ele, será possível vivenciarmos esta experiência durante nossa existência a fora.

A importância dos cuidados maternos está na garantia do isolamento primário do indivíduo. A presença/ausência de uma mãe devotada, que proporciona um ambiente suficientemente bom, neutraliza os perseguidores localizados no mundo externo, possibilitando o processo de integração.

Ao começar a constituir seu mundo interno, o Eu emergente do bebê incorpora as coisas boas e, nesse momento inicial, no qual ele ainda não se sente responsável por seus impulsos destrutivos, o que não é bom é como se não o pertencesse. Dessa maneira, acontece um fenômeno no qual há um repúdio ao não-eu, que é sentido como algo que pode ameaçar sua existência. Uma falha neste momento produz um potencial paranóide, cujo resultado é um bebê que vive permanentemente em seu mundo interno, que ainda não está bem organizado. Como forma de manter o perseguidor longe, há uma fuga à integração, evitando o estado de unidade.

Quando, nesse início, o bebê depara-se com um ambiente que lhe é hostil, com as características que já foram descritas anteriormente, o que acontece é uma retirada desse ser que começa a existir a fim de que algo bom, por mínimo que seja, possa ser mantido como uma existência. Acontece o que Winnicott chama de introversão precoce, na qual o indivíduo vive num ambiente que é ele mesmo, estando a relação com o meio prejudicada.

Embora o bebê ainda não perceba esse meio como algo que lhe é externo, pois nesse momento não podemos falar em realidade interna e, conseqüentemente, também não podemos falar em realidade externa, podemos perceber o quanto a relação com esta última, da forma como a concebemos, é importante. Tanto que, no caso da ocorrência de uma introversão precoce, ao retirar-se do mundo o bebê passa a viver uma vida bastante pobre na qual não há crescimento, pois não há enriquecimento a partir da realidade externa (Winnicott, 1945, pág.231).

Essa pobreza acontece porque os objetos encontrados não podem ser subjetivamente concebidos, pois eles ameaçam a existência do bebê. Reagindo a um mundo intrusivo, os objetos externos passam a ser seus perseguidores. Dessa maneira, encontra-se prejudicada a tendência a integrar-se comum a todo indivíduo, uma vez que esta tendência é ajudada por fatores externos relacionados

ao ambiente em sua permanência e confiabilidade, assim como por fatores internos relacionados às experiências instintivas, como os afetos de amor e ódio que podem ser experimentados pelo bebê (como vimos em relação à retaliação primitiva).

Esse estágio é fundamental para a constituição subjetiva. Inicialmente, o que há é “um simples estado de ser, e uma consciência (*awareness*) incipiente da continuidade do ser e da continuidade do existir no tempo” (Winnicott, 1990, pág.157). Nesse sentido, as experiências vão se somando, levando à constituição de uma espécie de membrana na qual será possível o reconhecimento de uma unidade. Se acontece uma quebra nessa linha do ser que não ultrapasse um limite possível de ser tolerado, a recuperação acontece através de uma revivência da continuidade. Caso contrário, uma quantidade de caos passa a fazer parte da constituição do indivíduo (*idem*).

Mesmo em casos menos graves, a intrusão do ambiente provoca uma perda temporária da identidade, ainda em constituição, através das reações, que são respostas de uma adaptação defensiva. Isto interrompe o estado de continuidade de ser suscitando um sentimento extremo de insegurança, além da expectativa de episódios futuros de perda da continuidade de ser. Para Winnicott, o Eu só começa a ser quando não é necessário reagir. A reação é considerada uma resposta adaptativo-defensiva que provoca uma perda temporária da identidade, interrompendo o estado de “continuar a ser”:

a reação, neste estágio do desenvolvimento humano, significa uma perda temporária de identidade. Isto provoca um sentimento extremo de insegurança, e situa-se na expectativa de novos exemplos de perda de continuidade do ser, e mesmo de uma desesperança congênita (embora não herdada) quanto à possibilidade de alcançar uma vida pessoal (De Leo, 2005, pág.40)

De uma forma geral, juntando-se um ambiente suficientemente bom com os caracteres hereditários, a tendência é à integração. Com a constituição dessa membrana limitadora que separa exterior e interior (integração), desenvolve-se na criança a possibilidade de um sentimento de responsabilidade pela experiência instintiva, assim como pelos afetos que lhe pertencem enquanto um Eu. Dessa maneira desenvolve-se o que Winnicott denomina ‘*concern*’.

À medida que a criança descobre que a mãe sobrevive e aceita seu gesto restitutivo, torna-se capaz de aceitar responsabilidade pela fantasia total do impulso instintivo global que era impiedoso previamente. A crueldade cede lugar à piedade e a despreocupação à preocupação (Winnicott, 1958c, pág.26)

A mãe é necessária nesse período por sua capacidade de sobreviver aos ataques, nos quais o bebê ou a criança vive sua destrutividade na experiência das relações objetais. Após o término dessa fase, se tudo vai bem, a criança tem uma integração satisfatória da idéia de destruir o objeto, ao mesmo tempo em que ama o mesmo objeto. Este processo importante no desenvolvimento não é vivido de forma tranqüila; muito pelo contrário – muitas vezes, como forma de dar conta das ansiedades trazidas com a integração e com a ordem a ela subjacente, emerge um estado de caos que é, estranhamente, uma organização defensiva, também chamada de “desintegração”.

A desintegração, então, é diferente da não-integração. Quando houve um atraso ou falha na integração, ou ainda quando fracassa algum tipo de defesa como a dissociação, há a desintegração. É importante frisar que, para que aconteça a desintegração, a integração aconteceu, embora não satisfatoriamente pelos motivos mencionados acima.

A desintegração é “um ativo desfazer-se da integração, produzido e talvez organizado como defesa contra a ansiedade associada à integração” (Winnicott, 1990, pág.136). A desintegração é assustadora, o que não é a não-integração, justamente pelo fato de que a primeira implica num estado de integração que se perde. Além disso, todo indivíduo possui a capacidade inata de estar não-integrado, assim como despersonalizado⁵, e sentindo que o mundo não é real.

A integração está intimamente ligada à função ambiental da segurança. A conquista da integração se baseia na unidade. Primeiro vem o ‘eu’ que inclui ‘todo o resto é não-eu’. Então vem ‘eu sou, eu existo, adquire experiências, enriqueço-me e tenho uma integração introjetiva e projetiva com o *não-eu*, o mundo real da realidade compartilhada. (Winnicott, 1962a, pág.60)

Por ora, já podemos perceber a importância dos cuidados maternos para o desenvolvimento do indivíduo, estando o papel que esta mãe ocupa como o que de

⁵ A personalização segue os mesmos padrões da integração para o seu desenvolvimento. Ela diz respeito ao sentimento de estar dentro do corpo. Seu oposto é a despersonalização.

mais importante há nesta relação a fim de que haja uma transição de um lugar de total dependência para outro no qual há a emergência de uma pessoa que se destaca do mundo e que vive criativamente: uma mãe totalmente devotada que, necessariamente, deve apresentar falhas que variam em progressão a fim de que seu filho possa crescer de forma saudável.

Essa forma saudável inclui, como vimos, o processo de integração. Ao se constituir como uma unidade, uma cisão passa a fazer parte dessa constituição, e uma comunicação entre as vastas estruturas associadas aos níveis primitivos de existência torna-se necessária a fim de que possam acontecer os processos criativos inerentes ao viver.

Dotado de espontaneidade, está o núcleo da existência subjetiva, o “verdadeiro *self*”, que é o resultado da condição da solidão essencial pertencente aos primeiros momentos da vida. Este núcleo não se comunica com a realidade externa havendo, para esse fim, a constituição do “falso *self*” que, se trava uma comunicação com o verdadeiro *self*, opera de forma espontânea, criativa.

Quando esta comunicação não pode se dar, acontece um fenômeno denominado por Winnicott de “dissociação” Dessa maneira, além da cisão inerente à integração e que mantém a comunicação necessária aos processos de criação, nos casos em que não houve uma maternagem suficientemente boa, como uma maneira de proteger o verdadeiro *self*, o falso *self* encontra-se destituído de espontaneidade e submisso ao ambiente, incapaz de comunicar-se com o verdadeiro *self*

De acordo com De Leo,

o drama do indivíduo que não conquistou essa condição de integração é intenso. O sujeito torna-se um ser errante num deserto afetivo/representacional, à mercê de angústias intoleráveis, tais como o medo de despedaçar-se, de cair para sempre, de não ter relação com o corpo ou de perder a capacidade de orientação. (De Leo, 2005, pág.42)

Constituindo-se por processos de reação, esta existência será marcada por um vazio, uma existência desencarnada e desenraizada. A partir daí temos a emergência de um falso *self*, que é uma constituição defensiva que alija a experiência subjetiva do Eu através de mecanismos de dissociação. O sentimento é de futilidade, passividade e submissão; há um empobrecimento dos

investimentos narcísicos na esfera do Eu e um esvaziamento afetivo significativo nas relações interpessoais, além de uma impossibilidade de engajar-se criativamente num mundo compartilhado.

2.6

Tornar-se indivíduo: o desenvolvimento da capacidade de se importar

Seguindo uma linha evolutiva, o bebê deve, então, prosseguir em seu continuar a ser, possibilitado pelos cuidados de uma mãe que proporciona um ambiente suficientemente bom. O estágio seguinte deve abarcar processos que provocam a emergência de outro estado no bebê. No entanto, devemos lembrar que o fato de haver alcançado um determinado estágio não quer dizer que o anterior foi superado; ao contrário, devemos sempre ter em mente que existe entre os diferentes estágios uma certa interação e que um estágio anterior pode emergir a partir de certas condições, sem, contudo, anular todo o progresso feito até então. São os processos de regressão, pelos quais podem passar qualquer pessoa saudável. Sendo assim, sigamos com a seguinte citação:

neste ponto faz-se útil postular a existência de um primeiro estágio *implacável*, o que nos permite chamar a atenção para o fato de que, no início, as idéias excitadas e altamente destrutivas que acompanham a experiência instintiva são dirigidas para o seio da mãe sem qualquer culpa. Mas o bebê sadio logo percebe que dois e dois fazem quatro, e descobre que o objeto que na fantasia é tão impiedosamente atacado é o mesmo que é amado e necessitado. O estágio implacável dá lugar a um estágio de *preocupação* (Winnicott, 1960a, pág.37).

Este trecho de uma palestra proferida por Winnicott nos é caro por tratar da transição da fase do amor primitivo para a fase do ‘*concern*’ No processo de desenvolvimento emocional normal, conforme vai se constituindo como um indivíduo integrado, a criança vive a culpa relativa às idéias e impulsos agressivos e destrutivos, realizando reparações à medida em que consegue reconhecer, tolerar e conter o sentimento de culpa. Este ponto é muito importante para compreendermos os processos criativos, pois, segundo Winnicott, “existem outras

raízes da criatividade, mas a reparação fornece um vínculo importante entre o impulso criativo e a vida” (Winnicott, 1948, pág.156).

Esse processo acontece por volta da segunda metade do primeiro ano de vida. Nesse momento, a criança normal começa a demonstrar uma certa capacidade de se preocupar ou, também podemos dizer, uma certa habilidade para o sentimento de culpa. Este estado está diretamente vinculado à integração da personalidade infantil numa unidade e consiste numa aceitação, por parte da criança, da responsabilidade sobre seus impulsos destrutivos ou por toda a fantasia que pertence a este momento instintivo. Este é um processo complexo e depende da presença contínua da mãe para sua realização. Esta deve ser sensível a perceber e aceitar os esforços imaturos feitos pela criança no sentido de contribuir e reparar.

Após uma experiência excitante satisfatória, o bebê ou a criança deve lidar com dois conjuntos de fenômenos: o primeiro corresponde à culpa sentida por ter atacado, ferido ou estragado uma coisa que considera boa e o fato de ter se enriquecido pela experiência, com a formação de algo bom dentro dele (ou dela). O segundo se refere à possibilidade de encontrar uma saída para este problema através da reparação, do conserto ou de dar em troca, devolver o que, na sua fantasia, foi roubado.

Para isso, o bebê ou a criança deve ser capaz de aguentar a culpa. Esta capacidade é proporcionada pelo ambiente, que deve estar lá, vivo e alerta durante o tempo em que a culpa durar. Dessa maneira, desenvolve-se o sentido de responsabilidade, pois, ao encontrar uma saída para o problema, “a criança torna-se capaz de reparar, de consertar, de dar em troca, de devolver aquilo que (na fantasia) foi roubado”, havendo uma alteração do sentimento de culpa para o de responsabilidade: o sentimento de culpa fica latente e ela só é sentida quando a reparação não foi suficiente para compensar o que foi destruído (Winnicott, 1960a, pág.38).

Quando o que acontece é uma identificação com a mãe, a reparação é falsa, pois o fator dominante não é a culpa da criança, mas é a culpa inconsciente da mãe e sua defesa contra a depressão (Winnicott, 1948). De acordo com Winnicott, a criança não entra na posição depressiva; esta é apenas o reflexo da depressão da mãe. E, se essa fase não ocorre, não é possível à criança fazer reparações. Dessa maneira, os processos criativos se encontram extremamente prejudicados.

A criança usa a depressão da mãe para fugir da sua própria; isto faz com que surjam restituições e reparações falsas em relação à mãe, o que prejudica o desenvolvimento da capacidade pessoal para restituir, pois nesse caso a restituição não se relaciona com os sentimentos de culpa pessoais da criança (idem, pág.158)

Uma mãe não deprimida deve poder aguentar que seu filho não seja bom, ou que não esteja bem arrumado, ou que não seja obediente, para que ele possa, em consequência, restituir o que achar que tenha feito de errado. E é nessa restituição que reside sua criatividade. A mãe é o ambiente constante, confiável e seguro, um requisito necessário para que a criança possa amar, com as inevitáveis complicações da agressividade e da culpa, “as únicas coisas capazes, na verdade, de dar sentido à reparação e à restituição” (ibidem, pág.160).

A importância da mãe suficientemente boa dos primórdios da relação é vital para o estabelecimento do “*concern*”, pois, como nos diz Winnicott, os bebês podem sobreviver mesmo que ninguém desempenhe esse papel, mas eles sobreviverão com alguma coisa faltando em seu desenvolvimento emocional, algo de importância vital, resultando numa intranquilidade e numa falta da capacidade para o “*concern*”, na ausência de profundidade e na incapacidade para o brincar construtivo, sofrendo mais cedo ou mais tarde uma inaptidão para o trabalho, um resultado insatisfatório tanto para o indivíduo quanto para a sociedade (Cf. Winnicott, 1990, pág.176). Esse processo, que deve desenvolver-se pouco a pouco em cada criança, tem início em torno do primeiro ano e não cessa de acontecer durante a vida; é a partir dele que o bebê ganha *status* de indivíduo.

A depressão da mãe ocorre quando ela não pode vivenciar o ódio por seu bebê. A depressão, aqui, não se refere, necessariamente, a um distúrbio psiquiátrico. Para Winnicott, ela está estreitamente relacionada à vida cotidiana, sendo uma condição comum a todos os seres humanos integrados, algo que, vez por outra, sentimos:

desse modo, quando chamo a atenção para a depressão, não me refiro apenas a um severo distúrbio psiquiátrico, mas também a um fenômeno quase universal entre os indivíduos sadios, e que está ligado de perto à capacidade que estes têm, quando não estão deprimidos, de agir construtivamente (Winnicott, 1960c, pág.77).

Muitas pessoas estão quase sempre em leve estado de depressão, no qual têm um vago sentimento de culpa e não sabem a quem atribuir, e preocupam-se com suas atividades (idem, pág.53). Na criação dos filhos, na qual os pais veem toda a sua vida modificada pela chegada desse novo ser, este sentimento pode, facilmente, acirrar-se. Principalmente no tocante à mãe e a todas as responsabilidades que ela assume em relação ao bebê.

Dessa maneira, por estar deprimida, não lhe é possível lidar com o ódio e, da mesma forma, restituir, e assim defesas são organizadas contra a depressão, que está ligada ao sentimento de culpa por haver causado (ou imaginado ter causado) algum dano. O bebê não tem, ainda, meios de controlar os efeitos das defesas nele mesmo, e recebe este estado de espírito de sua mãe.

Não raramente Winnicott recebeu em sua clínica mães excessivamente preocupadas com seus filhos, supostamente doentes, que não apresentavam nada ao exame, salvo a fantasia de suas mães de lhe haver causado algum dano. Por não conseguirem restituir o seu ódio, necessitavam da intervenção de um terceiro que lhes facilitassem o caminho, fosse ele um médico ou um amigo.

Esta é uma situação muito comum e, muitas vezes, de difícil diagnóstico, pois existe uma relação muito próxima entre esse estado mental vagamente deprimido e a capacidade que uma mulher pode ter de dedicar ao filho toda a sua atenção (Winnicott, 1961, pág.55). Acompanhado pela dúvida, muitas vezes o estado de depressão suscita nos pais a incerteza de que podem ser bons para seus filhos.

Apesar dos vários tipos de depressão⁶, não importa o seu grau, ela sempre indica que o indivíduo está assumindo a responsabilidade pelos elementos agressivos e destrutivos da natureza humana, o que quer dizer uma capacidade de conter em si uma certa quantidade de culpa (inconsciente) necessária aos processos criativos. Um indivíduo somente se sente deprimido se tiver havido crescimento e saúde em seu desenvolvimento emocional.

Dito de outra forma: se tudo correu bem, chegará um tempo em que a criança poderá se preocupar consigo mesma e com os resultados do amor, isto é, ela alcançará a posição depressiva. Num momento posterior, é importante que o

⁶ Os tipos descritos por Winnicott são: melancolia severa; depressão alternando-se com mania; depressão manifestando-se como uma negação da depressão (estado hipomaniaco); depressão crônica, com ansiedade de natureza mais ou menos paranóide; fases de depressão em indivíduos normais; depressão reativa, associada ao luto (Cf. Winnicott, 1960c, pág.87).

indivíduo tenha alcançado a posição depressiva para o bom funcionamento da família. Da mesma forma, é também importante para que se possa compartilhar uma cultura. Ou seja, é importante que um indivíduo, por ele mesmo, tome parte nas atividades reparatórias do grupo, que pode ser tanto sua família quanto a sociedade de um modo geral.

Quando não consegue compartilhar, o indivíduo precisa instituir o seu modo pessoal de interagir. Sem isso, ele não poderá se sentir integrante do mundo compartilhado. Algumas vezes, ele até mesmo consegue colaborar em um pequeno grupo, mas, como nos diz Winnicott, “em algum momento sua colaboração fracassará, pois ele permanece, até certo ponto, na posição de uma criança apanhada pelo mundo interno de sua mãe, com a conseqüente perda da responsabilidade pessoal” (Winnicott, 1948, pág. 160). Ao se identificar com a depressão da mãe é como se, com isso, ela pudesse ter sua própria depressão aliviada, pois não receberia o ódio objetivo de seu filho.

Ao tratarmos da posição depressiva, já abordamos um importante processo que acontece com a integração. Achamos importante assinalar que, apesar de o indivíduo já haver alcançado um estágio posterior de desenvolvimento, algumas características das fases iniciais não desaparecem com o tempo, ou seja, elas podem reaparecer em qualquer momento da vida de um indivíduo.

No entanto, nesse estágio em que já existe uma aceitação, por parte do ego, de responsabilidade (estágio denominado “*concern*”), tais características vão aparecer em estados dissociados. Por exemplo: é comum a criança sentir prazer em ser impiedosa com a mãe, geralmente em brincadeiras, e ela precisa que sua mãe agüente sua falta de compaixão para que não tenha esse aspecto de seu *self* escondido, aspecto esse relacionado aos impulsos destrutivos do amor primitivo.

A partir de um estágio primário de não-integração, é possível fazer-se a integração, necessitando para o desenrolar desse processo certas condições ambientais proporcionadas, principalmente, pela mãe e seus cuidados. A criança sai, então de um período composto essencialmente de motilidade e percepções sensoriais para um outro no qual, ao longo de certos períodos e em certas relações, ela é uma pessoa inteira. Isto acontece de forma gradual e crescente.

No entanto, períodos de não-integração não se opõem a esse processo, ou seja, durante toda uma vida eles devem coexistir com a integração num indivíduo saudável. Por exemplo, temos o sono, sentido pela criança como uma volta ao

estado não-integrado, o que não é necessariamente fonte de medo se a criança se sente segura. Dessa maneira, a mãe ou o ambiente conservam a criança como que unida a si mesma, e a não-integração e reintegração podem processar-se sem ocasionar ansiedade.

Mas existem casos em que a integração não se dá completamente, acontecendo o que é chamado de “integração parcial”. Quando isto ocorre, acontece uma série de dissociações que vão ter consequências no relacionamento do indivíduo com a realidade externa e com os processos de criação. Anteriormente à integração, os estados de dissociação são comuns e o bebê ainda não se percebe como o mesmo nos estados tranquilos e nos estados excitados. Também não percebe a mãe como uma pessoa, pois ainda não *se* percebe como tal. Ou, ainda, há uma dissociação entre os estados de sono e os de vigília.

Na integração parcial ocorrem dissociações nas quais os impulsos de ódio e idéias predatórias são separados dos amorosos e geralmente projetados na realidade externa, com se não fizessem parte da constituição do indivíduo. A negação de tais impulsos afeta tanto o processo de integração quanto o de personalização e o de realização. Em relação ao processo de integração, a dissociação faz com que o indivíduo viva como se fossem separados os instintos de amor e ódio, o que tem consequências diretas na sua maneira de sentir-se real, ou seja, no processo de personalização.

Se o ambiente, presentificado pelo objeto, permanece a despeito dos ataques que sofre, ele se torna confiável e amor e ódio podem caminhar juntos. Dessa forma, a realidade externa se acrescenta às experiências do indivíduo, às suas fantasias, onde mundo subjetivo e objetivo encontram-se em paralelo. Um cuidado suficientemente bom proporciona ao bebê a confiança necessária para que ele possa se entregar aos seus impulsos instintivos.

Observa-se a presença de estados dissociados também numa fase posterior ao estado de concernimento: é quando a criança não pode (e não pôde) vivenciar o relacionamento objetal impiedoso, ou seja, o estado de ‘*ruthlessness*’, por possuir uma mãe não suficientemente boa que não se mostrou capaz de suportar e sobreviver à sua retaliação primitiva. Nesse caso, tais estados voltam em estados dissociados, pois são insuportáveis para o indivíduo. Uma das causas para sua emergência é a impossibilidade de brincar sem compaixão. A ocorrência ou não

de dissociação depende da mãe, a única de quem se pode esperar que tolere esses estados, comuns na criança normal e importantes nos processos de criação.

Com a integração, há o reconhecimento de que a mãe é a mesma que o bebê ‘ama’ e ‘odeia’, e entramos numa outra fase na qual o bebê começa a se relacionar com a realidade externa enquanto tal, assim como passa a ter concernimento em relação a seus atos. É a partir da integração que é possível nos relacionarmos com a realidade externa de fato, o que significa um grande avanço no desenvolvimento.

Conforme a integração vai se transformando num estado cada vez mais confiável, a dependência vai diminuindo; isso se deve a uma espécie de incorporação e retenção de lembranças do cuidado ambiental que, se bem sucedido, faz com que o indivíduo possa, gradualmente, passar a cuidar de si mesmo.

A presença constante da mãe e a maternagem suficientemente boa possibilitam que o bebê junte os dois aspectos relacionados aos cuidados maternos que são inicialmente separados – a mãe-objeto e a mãe-ambiente. Com isso, é uma imagem interna da mãe que o bebê começa a construir. Trata-se, aqui, de uma questão temporal, que conduz gradativamente a uma constituição egóica, ou seja, processo de “integração”.

De acordo com Winnicott, “a partir do estado de não-integração se produz a integração por breves momentos ou períodos, e só gradualmente o estado geral de integração se transforma em fato” (Winnicott, 1990, pág.137). A integração pode ser proporcionada por um cuidado suficientemente bom ou por um comportamento reativo. No primeiro caso, é muito provável que a personalidade seja bem estruturada. Quando o processo de integração acontece

através de impulsos e experiências instintivas e de uma raiva que mantém sua relação com o desejo, então a personalidade será interessante e até fascinante por suas características. Na saúde há quantidades suficientes dessas duas coisas, e sua combinação significa estabilidade. Quando não há o bastante de nenhuma das duas, a integração jamais se estabelece por inteiro, ou se estabelece de uma forma estereotipada, hiperenfaticada e fortemente defendida, impedindo que ocorra o relaxamento, ou a não-integração repousante (idem, pág.140)

Quando a integração acontece como o resultado de uma excessiva reação à intrusão de fatores externos, ocasionada por uma falha maior que a capacidade da criança para tolerá-la, a integração do indivíduo se constitui a partir de um certo padrão de intrusão do ambiente, ao qual o indivíduo responde sem nada criar, ou seja, ele passa a depender do ambiente e de sua intrusão para que este padrão seja mantido.

Com o processo de integração a psicologia do bebê torna-se mais complicada porque a criança passa a se preocupar com os efeitos de seus impulsos tanto em relação à mãe quanto em relação a si mesma no que diz respeito aos ataques de cólera e suas conseqüências. A partir desse momento, torna-se necessária uma administração do mundo interno, tarefa esta que só pode ser iniciada a partir de um alojamento no interior do próprio corpo, o que permite distinguir entre o que está dentro e o que está fora, como se houvesse a constituição de uma membrana delimitadora. É importante ressaltar que a administração do mundo externo depende da administração do mundo interno.

Na saúde (que acontece quando o bebê pode vivenciar sua destrutividade num ambiente que a suporta e tolera) o indivíduo apresenta atividade e agressividade intencionais, ou seja, sob o seu controle, ao contrário do que acontece na doença. Durante a vida, a integração vem e vai, sempre em relação com o ambiente. No entanto, apesar do ambiente ter tamanha importância, quando há saúde alguma hora surge o comportamento intencional. O que queremos dizer com isso é que, a despeito da importância do ambiente, ele não é o único fator dominante.

Outra característica importante da integração é a maneira pela qual o indivíduo começa a manter relações com o mundo externo. Ao se tornar integrado, o indivíduo traça uma linha delimitadora entre o Eu e o mundo, cujo efeito pode ser a percepção de um ataque, isto é, o mundo pode passar a ser ameaçador e temido, provocando um fenômeno que Winnicott trata por “repúdio ao não-eu”. Esse processo pertence à posição paranóide, e o papel da mãe, nesse momento, passa a ser a de mediadora entre estas duas esferas, por estar situada entre o indivíduo integrado e o mundo externo.

Por volta também do primeiro ano, já é possível observarmos que a criança já consegue viver em seu corpo ou, em termos winnicottianos, a psique e o soma já aprenderam a conviver. Inicialmente, a psique não se encontra estreitamente

ligada ao corpo e à vida do corpo, embora seja baseada no funcionamento corporal. Como nos diz Winnicott,

a existência de um grau razoável de adaptação às necessidades da criança é o que melhor possibilita o rápido estabelecimento de uma relação forte entre psique e soma. Havendo falhas nessa adaptação, surge uma tendência de a psique desenvolver uma existência fracamente relacionada à experiência corporal, acarretando como resultado que as frustrações físicas não sejam sentidas em toda a sua intensidade (Winnicott, 1958b, pág.8).

Todo este processo é denominado “personalização”, e pode acontecer da psique de uma criança normalmente perder contato com o corpo. É o que ocorre quando a criança é subitamente acordada, por exemplo. As mães parecem ter conhecimento disso e, geralmente, acordam lentamente seus bebês, se preciso for.

O bebê vai caminhando, cada vez mais, no sentido de uma independência em relação ao ambiente, caracterizado, principalmente, pela mãe. A maneira como acontece a dissolução dessa díade mãe-bebê depende essencialmente da forma como a mãe conduz esses processos em sua relação com seu filho. Por exemplo, é nesse momento que acontece o complexo processo do “desmame”, no qual ela é peça fundamental. Assim, quando houve uma relação sadia e a mãe pôde viver, juntamente com seu bebê, uma experiência de mutualidade, ela vai deixando gradualmente de se ‘preocupar’ com seu filho, na medida em que este passa a ser um indivíduo mais independente.

Já a mãe que não consegue abandonar seus próprios interesses à época do nascimento do bebê a fim de viver na condição de uma mãe suficientemente boa, não constituiu com ele, de fato, uma relação para a qual tivesse que haver um desmame. Num outro extremo, a mãe excessivamente preocupada é incapaz de desmamar ou o faz de modo súbito, sem dar atenção à crescente necessidade da própria criança de ser desmamada (Winnicott, 1960/1964, pág.22).

Os laços que se estabelecem nos primórdios da relação entre a mãe e seu bebê são determinantes na condução dos processos de emancipação da criança, que caminha no sentido de se tornar uma pessoa integrada, separada daquela que lhes prestou os cuidados essenciais no início de sua vida. Por esse motivo, o ambiente ganha características fundamentais na teoria winnicottiana, devendo ser levado em conta em todos os processos que compõem nossa existência.

2.7

Falha ambiental e trabalho intelectual

Assim como os estados dissociados que acometem um indivíduo que foi submetido a um ambiente intrusivo, a formação de uma mente separada do psicossoma se configura num processo reativo a partir do qual o indivíduo reage, encontrando-se por esse motivo separado de sua potencialidade de criação.

Existe uma grande diferença entre a elaboração psicológica do funcionamento fisiológico (psique) e o trabalho intelectual. A psique está ligada ao soma e ao funcionamento corporal. Já o trabalho intelectual, com grande frequência, torna-se uma entidade artificial que se oferece falsamente como um lugar onde a psique pode residir. Isto acontece nos casos em que o cuidado não foi suficientemente bom. Quando ele é suficientemente bom, ele não é nem perfeito, nem insuficiente, mas oferece o que é adequado para o momento, o que implica na presença de falhas.

Neste caso, a ausência do trabalho intelectual denota um período de não-saber sustentado pelo ambiente onde, através da confiança, é mantida a continuidade de ser e, dessa forma, a psique se acrescenta às funções fisiológicas do corpo. Neste ambiente, existem falhas com as quais o bebê terá que lidar, e ele fará isso através do trabalho intelectual, transformando este ambiente em um ambiente perfeito.

A coisa acontece mais ou menos assim: de início, a mãe deve adaptar-se de modo quase exato às necessidades de seu filho; o ambiente é praticamente perfeito. As falhas do ambiente devem ser mínimas no início, de maneira que o bebê tenha recursos para lidar com elas. Estes tornam-se cada vez mais abrangentes, o que permite um gradual aumento das falhas. O ambiente deve se adaptar ao bebê. Porém, a mente e os processos intelectuais da criança tornam-se capazes de levar em consideração e permitir certas falhas na adaptação que proporcionam à mãe um alívio em parte de suas funções. Dessa maneira, “na criação de um filho, a mãe é dependente dos processos intelectuais deste, e são eles que aos poucos a tornam apta a readquirir sua própria vida” (Winnicott, 1958b, pág.9).

O hiato entre a adaptação total e a adaptação incompleta é enfrentado pelos processos intelectuais do indivíduo pelos quais, gradualmente, as falhas do ambiente tornam-se aceitáveis, compreensíveis, toleráveis, e mesmo previsíveis. A compreensão intelectual converte a adaptação insuficientemente boa do ambiente em suficientemente boa (Winnicott, 1952, pág.312).

Se o ambiente se comporta de modo coerente, é melhor para a adaptação do indivíduo e sua formação intelectual. Caso a falha seja extrema, acontece um fenômeno que Winnicott entende como a formação de uma mente, mente esta que seduz a psique separando-a do soma. “A adaptação variável, devido a sua imprevisibilidade, revela-se traumática e anula os bons efeitos de um ocasional atendimento extremamente sensível à necessidade” (idem). Daí a importância da constância.

Sendo assim, outro fator decorrente de um excesso de intrusões é a formação de uma mente. Um ambiente suficientemente bom proporciona um bom desenvolvimento do psicossoma, ou seja, da psique e do soma, com o aparecimento da mente (através do desenvolvimento do trabalho intelectual) mais cedo ou mais tarde.

Neste caso, porém, a mente não se sobrepõe ao psicossoma. Ao nos referirmos à mente, não falamos de psique – são duas entidades distintas. Dessa forma, todo o tempo em que estivemos falando do desenvolvimento emocional primitivo, estávamos nos referindo a processos que vão culminar na formação do psicossoma e na emergência de uma mente (no caso de um ambiente suficientemente bom) ou na formação de um fenômeno denominado por Winnicott de “psique-mente” (em caso contrário).

Quando o que acontece de forma predominante é uma intrusão que vai além da capacidade do bebê para lidar com ela, a mente deixa de ser uma função específica do psicossoma, virando uma entidade separada. Ela consiste numa especialização da parte psíquica do psicossoma, sendo um caso especial de funcionamento deste. A mente, então, quando se forma por uma reação à intrusão, não faz parte do psicossoma.

Uma das raízes da mente como uma entidade separada do psicossoma, e que o domina, é o funcionamento variável deste – variável devido às ameaças à continuidade de ser que acompanham cada falha excessiva da adaptação ambiental. É função essencial da mãe fornecer tanto a adaptação quanto a sua falha, falha esta na medida em que o bebê possa suportar, e com ela lidar, sendo

sua capacidade para tal, crescente. Ela acontece por meio de sua atividade mental, ou seja, um trabalho intelectual que leva à compreensão, através da qual o bebê consegue, de alguma maneira, suprir a falha ambiental. “Assim sendo, surge no bebê uma tolerância em relação a fatores tanto egóicos quanto instintivos” (Winnicott, 1949, pág.335).

Podemos perceber que quando Winnicott se refere à atividade mental, não está se referindo à mente que se forma por processos de reação a um ambiente intrusivo. O indivíduo tem necessidade de um ambiente “perfeito”, ou, também podemos dizer, suficientemente bom. Falhas severas do ambiente, principalmente o comportamento errático por parte da mãe ou uma mãe que se impõe ao bebê, levam a uma hiperatividade do funcionamento mental, que busca suprir essas falhas.

Isso produz uma oposição entre mente e psicossoma, onde a mente do indivíduo assume o poder e passa a cuidar do psicossoma, enquanto que na saúde é o ambiente que o faz. Se, anteriormente, poderíamos dizer “o bebê de nada sabe”, agora ele tem a necessidade de saber, ou seja, ele é forçado a saber, pois não pode contar com o ambiente. “Na saúde, a mente não usurpa as funções do ambiente. Ela permite que ocorra a compreensão e por vezes até mesmo a utilização de suas falhas relativas” (idem, pág.336).

O estado confusional e a deficiência mental sem causas orgânicas são conseqüências dessas falhas insuportáveis do ambiente. A deficiência é, neste caso, decorrente de uma parada do desenvolvimento num estágio demasiadamente precoce provocada pela intrusão de um ambiente errático ao ponto de ser vivenciado pelo bebê como caos, sendo o resultado disso um estado caótico defensivo por parte do indivíduo (Winnicott, 1990, pág.158).

Num grau menos elevado dessas falhas, o mais comum é o funcionamento mental passar a existir por si mesmo, praticamente substituindo a mãe boa e tornando-a desnecessária. Nesse caso, a criança não segue rumo à independência. Clinicamente, isto pode acontecer em concomitância com uma dependência da mãe real, e um falso crescimento pessoal com base na submissão. Nesse processo, a psique é atraída (“seduzida”) para transformar-se nessa mente, separando-se do soma, constituindo o fenômeno patológico denominado “psique-mente”. Nesse padrão o indivíduo se encontra impossibilitado de criar, estando submisso ao ambiente.

3

Processos de subjetivação e Criatividade

Este capítulo tem como enfoque principal os processos criativos e a maneira pela qual estes nos constituem subjetivamente. Os processos de constituição subjetiva sempre foram alvo de estudos de diferentes áreas do conhecimento, não sendo, portanto, do domínio exclusivo da clínica psicanalítica. Logo, não é raro encontrarmos em outros campos proposições acerca da subjetividade que se encontram numa relação de pertinência, ressonância, com os processos criativos em questão.

Nesse sentido, Winnicott é, além de clínico, um pensador cuja teoria nos permite um trânsito entre sua concepção de criatividade e o que acontece, por exemplo, no campo das artes ou da filosofia. Apesar disso, o que Winnicott trata por criatividade não é a mesma coisa que entendemos como criação quando esta está tão somente relacionada a uma obra de arte; criatividade, para ele, relaciona-se ao estar vivo (Winnicott, 1975, pág.98). Assim ele nos diz:

a criatividade que estamos estudando relaciona-se com a abordagem do indivíduo à realidade externa. Supondo-se uma capacidade cerebral razoável, inteligência suficiente para capacitar o indivíduo a tornar-se uma pessoa ativa e a tomar parte na vida da comunidade, tudo o que acontece é criativo, exceto na medida em que o indivíduo é doente, ou foi prejudicado por fatores ambientais que sufocaram seus processos criativos. (Winnicott, 1975, pág.98/99).

Neste aspecto, a singularidade do conceito formulado por ele de espaço potencial ou transicional nos serve de ferramenta. Lugar no qual ocorrem os fenômenos através dos quais nos constituímos criativamente, ele tem a particularidade de não se situar nem na realidade interna, nem na realidade externa, constituindo um “vazio virtual” caracterizado por uma superfície de contato. Este espaço deve ser considerado como uma membrana ou interface:

Winnicott interessa-se pela superfície de contato, o espaço potencial como membrana ou interface: uma área, pois, de superfícies contíguas, arcaica mas não profunda, a partir da qual surgem sujeito e mundo como realidades psíquicas

diferenciadas. O que Winnicott pretende tematizar é o vazio virtual que une, ou separa, o mundo da cultura e o sujeito, para descrever a singular atividade psíquica que ali se inaugura. Ilusão da experiência, paradoxo da razão, eis o que Winnicott nos promete como fonte de vida psíquica, movimento de vaivém entre repouso no caos e síntese do diverso, sempre ambíguas, provisórias, sem princípio soberano de organização. (Rogério Luz, s/d, pág.9)

Espaço potencial dos processos criativos, através do contato com o que se encontra na realidade exterior inaugura-se um não-lugar no qual nossa própria realidade interior já não pode ser reconhecida, num duplo movimento que funda o indivíduo e o mundo, paradoxalmente a partir de uma superfície de contato entre eles.

Os processos criativos são possibilitados, inicialmente, pelos processos de ilusão. Para tal, é necessário que tenha havido um cuidado suficientemente bom a fim de que emergam os potenciais inatos de cada indivíduo. Através dos cuidados de uma maternagem suficientemente boa, o indivíduo cria, gradualmente, um ambiente pessoal no qual eles (os processos de ilusão) se encontram presentes. Isso só é possível pela presença/ausência de uma mãe que, ao não impor seus humores e vontades, se adapta quase completamente às necessidades de seu bebê. Ao bebê é permitido, então, uma vivência de onipotência, na qual experimenta, ilusoriamente, o mundo como se este fosse uma criação sua.

A experiência de ilusão proporciona ao bebê uma vivência de haver criado o que encontrou. Neste encontro, no qual são essenciais as características reais do objeto que se encontra na realidade externa, o bebê se enriquece subjetivamente na medida em que esses dados reais de visão, cheiro e tato são incorporados à experiência subjetiva do bebê.

Aos poucos ele se confronta com os impasses que uma relação de alteridade provoca, e estes objetos deixam de ser experimentados de forma onipotente pelo bebê, aparecendo, então como reais. Dessa maneira começa, então, o processo de desilusão, que é tão importante quanto o de ilusão e que o complementa.

Podemos perceber que se trata, sempre, de uma experiência paradoxal: uma presença/ausência da mãe, assim como um mundo que deve já estar lá para ser criado. Da mesma maneira, ilusão e desilusão são processos articulados e necessários entre si e não, como pode parecer a princípio, antagônicos. Viver, para Winnicott, é paradoxal. E os processos criativos são o que constituem o viver.

Este pensamento paradoxal também está presente nas formulações de Winnicott sobre os objetos e fenômenos transicionais.

Segundo Bezerra, a idéia de transicionalidade aponta para um vasto e complexo campo experiencial. Para ele, Winnicott nos oferece uma nova topologia da vida psíquica, que revoluciona o entendimento acerca das relações entre o mundo interno e a realidade externa ao propor uma zona intermediária que está a elas relacionada sem, no entanto, pertencer a nenhuma das duas.

A partir da formulação desta terceira área, o espaço transicional (ou potencial), não será mais possível falarmos em termos dicotômicos sobre realidade interna e realidade externa, às quais estariam diretamente articuladas e, portanto, também colocadas em termos opostos, a subjetividade e a objetividade¹. É nesta área que aparecem os objetos transicionais, que também não são nem externos nem internos. É através dela, também, que se tornam possíveis os processos de simbolização e representação do mundo, estes sempre posteriores aos processos criativos.

Diante disso, uma discriminação entre eu e não-eu torna-se possível,

inaugurando uma nova fase no desenvolvimento da criança: a superação da dependência absoluta inicial e da experiência puramente subjetiva e o surgimento dos primeiros movimentos em direção à independência e ao reconhecimento da realidade externa. O ponto central a destacar nesta formulação é a construção de uma nova paisagem, na qual o mundo subjetivo e a realidade objetiva aparecem discriminados pela primeira vez, mediados por um campo entre o “*subjetivamente concebido*” e o “*objetivamente percebido*”, onde se situará progressivamente o brincar infantil, o uso da linguagem e de todas as criações que constituem a vida na cultura (Bezerra, 2007, pág.43)

Como item indispensável para a compreensão dos processos de constituição subjetiva, uma discussão mais aprofundada acerca da transicionalidade se faz necessária. Para tal, propomos uma intercessão com a filosofia através de algumas idéias de Gilles Deleuze, filósofo francês contemporâneo. Através de seu trabalho solo ou em parceria com Félix Guattari, este, por sua vez, um psicanalista, acreditamos ser possível uma análise dos processos criativos tais como propostos por Winnicott.

¹ Para um aprofundamento desta questão, ver “Considerações iniciais”, capítulo II.

Iniciamos esta discussão pela interlocução entre os conceitos winnicottianos de objeto e fenômeno transicional, e o de espaço potencial, com as sínteses passivas e ativas propostas por Deleuze em seu livro “Diferença e repetição”, conclusão de sua tese de Doutorado.

Ao nível de introdução, pelo desenvolvimento da idéia de sínteses passivas chegamos à conclusão de que somos constituídos por hábitos. Estes, por sua vez, são como impressões que, ao se imprimirem em nós, nos constituem a partir da diferença intensiva que instauram em nossa subjetividade. Placa sensível que somos, contraímos esses hábitos passivamente, através da repetição de elementos que, num determinado momento, passam a nos constituir.

Tais elementos vão desde impressões psíquicas ao mais orgânico de nossos componentes. Dessa maneira, nos constituímos enquanto um psicossoma, sendo impossível uma separação que colocasse em termos dualistas uma integração psique/corpo. Esses elementos, desdobrados em signos, emprestam um colorido singular a nossa existência. Assim, da mesma maneira em que nosso organismo carece de H₂O, bebemos uma água que nos ebria pelo prazer que provoca ao matar a sede.

Os signos se desdobram, por sua vez, em uma parte atual, representacional, e outra virtual, articulada às experiências do indivíduo. Como o que sempre escapa às atualizações, o virtual possui como capacidade inerente a possibilidade de nos lançar a saltos mais distantes, a experiências intensivas que nos remetem a uma outra constituição de si. Dessa maneira, é através de um prolongamento de sínteses passivas em sínteses ativas que vamos nos constituindo, sempre em processo, num fluxo contínuo de transformações próprias ao viver que nos afetam. Estes fluxos, relacionados a um devir que nos remete a novas configurações, não obstante são, paradoxalmente, imprescindíveis para que possamos nos reconhecer num território subjetivo.

Finalizando, o conceito de verdadeiro e falso *self*, de Winnicott, mantendo a singularidade de ser inseparável da realidade externa, nos permite avançar na reflexão acerca da experiência cultural, apesar de tratar de algo que diz respeito ao que há de mais íntimo em alguém.

Nesse sentido, por uma descrição de sua etiologia assim como de suas organizações, é possível entendermos a maneira como o subjetivo emerge a partir de um complexo campo de forças no qual o campo cultural exerce influência

direta em nossa existência, em nossos modos de desejar e agir. A potência desta reflexão está, principalmente, em nos demonstrar que, apesar da falta de ar fresco ao qual muitas vezes somos conduzidos, tal qual os habitantes de Argia, existe, sempre, a possibilidade de encontrarmos vida no mais fundo dos solos. Ainda que, para isso, tenhamos que encostar nossos ouvidos no chão.

3.1

Ilusão e dependência absoluta: as fontes dos processos criativos

Os processos criativos ocupam um lugar de importância crucial em nossa existência. Numa complexidade crescente, eles se encontram presentes desde os momentos mais primitivos de nossa vida – estes caracterizados por um período inicial de indiferenciação indivíduo-ambiente, no qual há a necessidade de um determinado ambiente, que deve ser suficientemente bom para que possa haver desenvolvimento.

A característica principal desse ambiente é proporcionar um cuidado que possibilite e facilite a emergência dos potenciais inatos de cada indivíduo que, então, cria gradualmente um ambiente pessoal, processo este facilitado pelos cuidados de uma maternagem suficientemente boa. Dessa maneira, o indivíduo passa da não-integração para a integração e da dependência para a independência.

Resumindo, a coisa acontece mais ou menos assim: após o nascimento, o bebê vive uma relação de total dependência do ambiente, que tem, por função, dele cuidar. Diante dessa necessidade especial do bebê, um ambiente satisfatório, que se apresenta na figura da mãe suficientemente boa, deve se adaptar quase completamente, o que possibilitará ao bebê a vivência de uma experiência de onipotência, na qual ele experimenta o mundo como se este fosse uma criação sua.

É interessante notar que, neste momento, o mundo ainda não é percebido pelo bebê como algo separado dele. Isto acontece porque este é um momento da vida marcado pelo paradoxo: o bebê depende integralmente dos cuidados a ele dispensados para que possa viver; ao mesmo tempo, é exatamente neste momento em que o ambiente tem um papel preponderante, que o bebê o desconhece completamente (ou, pelo menos, é assim que deveria ser).

Antes de chegar à independência, portanto, há uma fase de total dependência, na qual podemos entender a emergência dos processos de criação do bebê a partir dos cuidados a ele prestados, quando estes são suficientemente bons. Para Winnicott, o ser humano inicia o processo de criação ainda durante sua vida intrauterina, o que se prolonga pelo seu nascimento assim como pela sua vida afora. Ao nascer, o bebê lança ao mundo um gesto, espontâneo, que, quando é acolhido, permite ao bebê continuar a ser.

Podemos também dizer que nesta relação há a emergência de um ser, embora ainda larvar. Aqui encontra-se a importância do outro, a mãe, que deve proteger esse bebê a fim de que ele possa levar adiante o seu “continuar a ser”. Para o bebê, é como se o mundo, que aos poucos vai se apresentando, fosse sua criação – um mundo que se apresenta para que o bebê possa criá-lo, o que é totalmente diferente de representações transmitidas por um outro. A mãe suficientemente boa permite essa criação primária do bebê, “dando-lhe certeza absoluta que a criação deste mundo, que ele vivencia vagarosamente, é dele, bebê, e somente dele” (Maia, 2007, pág. 70).

A mãe deverá, então, proporcionar um ambiente bom no qual o bebê sinta a confiança em si mesmo, e se sinta como o autor de sua própria vida. Para que isso aconteça, ela deverá poder identificar-se com seu bebê, mais ou menos adivinhando o que ele necessita, e na hora certa. Isto é, o bebê lança ao mundo um gesto espontâneo que nasce de sua necessidade pessoal pelo simples fato de estar vivo; a mãe, então, percebe o chamado deste gesto e se coloca à disposição, oferecendo-lhe o que ele precisava e ansiava por encontrar.

Essa consonância entre mãe e bebê, facilitada e possibilitada pelo amor que a mãe tem pelo filho (sendo este o fator responsável para que haja uma identificação dela com ele), permite ao bebê viver a experiência de ter criado, onipotente e paradoxalmente, o que encontrou. Ou seja, a mãe, em sua invisibilidade essencial, sustenta a experiência de uma ilusão vivida pelo bebê.

A presença confiável e adaptada da mãe capacita o bebê a perceber a realidade como algo que lhe é exterior e na qual os objetos aparecem e desaparecem. Isso é possível graças à experiência de onipotência que, por sua vez, só acontece mediante os cuidados de uma mãe suficientemente boa. Confiante, o bebê pode tolerar uma certa ausência do objeto, pois ele de alguma forma sabe que o objeto irá, num outro momento, aparecer. Como nos diz Winnicott, “através

da magia do desejo, podemos dizer que o bebê tem a ilusão de possuir uma força criativa mágica, e a onipotência existe como um fato, através da sensível adaptação da mãe” (Winnicott, 1990b, pág.126).

Vivenciar a onipotência, em condições favoráveis, conduz o bebê a uma experiência na qual ele se sente alimentado por um objeto que possui e controla. Instalado esse processo, ele passa a confiar em seu desejo como fonte de possibilidade, sendo este um incentivo ao contato com o mundo externo (Phillips, 2006).

Este primeiro momento de crença num controle mágico da realidade é essencial. Definido por Winnicott como uma ilusão vivida pelo bebê, propiciado pela técnica adaptativa da mãe em seus cuidados suficientemente bons, ele torna possível uma gradual desilusão do bebê, que percebe, de acordo com suas possibilidades, que este controle não existe, o que fomenta a sua relação com a realidade externa.

Para que possa se identificar a tal ponto com o bebê, a mãe precisa de algo como um despregar-se de si, ou seja, ela não deverá impor ao bebê seus humores e suas vontades. Neste momento da relação, a mãe ocupa um lugar que é paradoxal em sua natureza: é ao mesmo tempo em que ela não deve aparecer como uma pessoa para o bebê que, estranhamente, ela é a pessoa mais importante para ele.

Ausentar-se na relação é o que possibilita que o mundo se apresente e seja, onipotentemente, apreendido pelo bebê. É só assim que a mãe dá ao bebê a possibilidade de ser criador do mundo, apresentando-lhe os seus pequenos pedaços a fim de que possam ser significados. Fazendo parte desta mesma engrenagem, estão os processos de constituição subjetiva pelos quais o bebê torna-se, também, criatura.

Num texto intitulado “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil” (Winnicott, 1975), Winnicott analisa a influência nos processos criativos do modo pelo qual a mãe se coloca em sua relação com o seu bebê. Ele se utiliza da função especular exercida pela mãe, principalmente nos momentos iniciais do desenvolvimento.

Ao ser segurado e satisfatoriamente manejado, a apresentação de objetos se dá de uma maneira tal que a experiência de onipotência do bebê segue sem ser violada, tendo como resultado a sua capacidade para usar um objeto e sentir-se

como se esse objeto fosse um objeto subjetivo, ou seja, criado por ele (idem, pág.154). É o que acontece, por exemplo, quando a mãe lhe oferece o seio. Condizente a uma maturação sadia, o bebê, ao desenvolver-se, passa a olhar a sua volta e o que vê tem influências diretas na maneira como irá se relacionar com o mundo.

Ao mamar, o mais comum é que ele olhe para o rosto da mãe. O que acontece nesse momento é algo da ordem do pré-verbal, uma comunicação não verbalizada e não-verbalizável, onde o bebê, ao olhar a mãe, vê a si mesmo. Ou, dito de outra forma, ele vê a mãe e *“aquilo com o que ela se parece se acha relacionado com o que ela vê ali”* (ibidem, grifos do autor). É o seu reflexo, o que ele vê. Refletido, ele expande sua experiência de subjetivação.

Porém, quando o que lhe aparece é o rosto de sua mãe, na rigidez de suas próprias defesas, onde o que se reflete é o humor dela, o bebê não consegue receber de volta o que está dando – ele olha e não se vê. Dessa maneira, como nos diz Winnicott, é a sua capacidade criativa que começa a se atrofiar e o bebê, então, deverá procurar outros meios de obter de volta algo de si mesmo do ambiente. Assim, talvez ele o consiga ficando constantemente doente ou agressivo, algo que faz com que o rosto fixo da mãe possa responder de alguma maneira.

Depois, o bebê se acostuma à idéia de que, quando olha, o que é visto é o rosto da mãe. O rosto da mãe, portanto, não é um espelho. Assim, a percepção toma lugar da apercepção, toma o lugar do que poderia ter sido o começo de uma troca significativa com o mundo, um processo de duas direções no qual o auto-enriquecimento se alterna com a descoberta do significado no mundo das coisas vistas (Winnicott, 1975, pág.155)

Ao impor seus humores e negar, assim, que o bebê possa, através de seu reflexo refletido em seu olhar, ir conhecendo na medida de sua capacidade as coisas do mundo, são os processos de ilusão que estão, desde o início, bloqueados. Não há, então, a superposição de duas linhas que vêm de direções diferentes e que se superpõem para que algo de novo possa emergir. O que há é uma preocupação precoce com um mundo que lhe aparece desde seu lugar de alteridade, não permitindo ser subjetivamente concebido pelo bebê.

Como nos diz Winnicott em seu texto denominado “O desenvolvimento emocional primitivo”, é pela repetição, pela monotonia na qual a mãe apresenta continuamente um pedacinho simplificado de mundo ao bebê que este passa a conhecer. A mãe deve manter afastadas de seu bebê complicações que ele ainda não é capaz de compreender. “Toda falha relacionada à objetividade, em qualquer época, refere-se à falha nesse estágio do desenvolvimento emocional primitivo” (Winnicott, 1945, pág. 228).

E, para que aconteça um desenvolvimento emocional satisfatório, é fundamental haver uma comunicação entre a mãe e o bebê. Uma comunicação que acontece num nível pré-verbal, ausente, portanto, de representações. Nesta relação, é pela apercepção que é possível ao bebê perceber os objetos do mundo que, num primeiro momento, são concebidos como subjetivos ou, podemos dizer de uma forma bastante simplificada, os objetos ainda não são compreendidos como algo que faça parte de um mundo separado do mundo do bebê, pois este ainda vive numa relação de onipotência na qual o mundo se apresenta como se fosse uma criação sua.

É através da sua relação com a mãe, que lhe apresenta o mundo em doses compatíveis à sua compreensão, que o bebê vai se apoderando do que lhe é externo e, dessa forma, se enriquece subjetivamente. Por isso os objetos são subjetivamente concebidos nesse primeiro momento e aos poucos vão sendo reconhecidos como não-eu, ou seja, passam a ser objetivamente percebidos.

Dessa maneira, o bebê vai concebendo o mundo e o que lhe pertence. De acordo com Winnicott, no texto citado acima, podemos dizer que a adaptação à realidade se dá da seguinte forma: apesar de ainda não ser definido pelo bebê como externo, ele se relaciona com um objeto a partir de impulsos instintivos e idéias predatórias.

A “sobrevivência” desse objeto e a sua permanência em diferentes experiências similares favorece o que Winnicott chama de um momento de ilusão, no qual aquilo que o bebê alucina é o que encontra na realidade e, enquanto real, é dotado de detalhes reais de visão, sensação, cheiro, dentre outros – detalhes estes que serão evocados na próxima alucinação.

Reiterando: é porque a mãe, enquanto suficientemente boa, não impõe seus humores e vontades, que ela permite ao bebê a experiência de ilusão. Para o bebê, é como se ele houvesse criado os objetos que encontra. No entanto, estes objetos

existem de fato, e suas características reais serão incorporadas ao mundo interno do bebê que está se constituindo, enriquecendo-o subjetivamente. Em sua relação com objetos reais, o bebê, que deve ter a experiência de haver criado esses objetos, aos poucos vai se confrontando com os impasses que uma relação de alteridade provoca, na medida em que estes mesmos objetos experimentados de forma onipotente pelo bebê começam a aparecer como reais. É assim que, pela ilusão tem início um processo que lhe parece oposto a princípio, mas que, na verdade, o complementa: a desilusão.

O momento de ilusão é o momento em que tanto a mãe quanto o bebê vivem uma experiência, sendo o que não faz parte nem da experiência da mãe, por ela mesma, nem do bebê como um indivíduo, mas é algo que acontece a partir deste encontro entre mãe e bebê, com efeitos para ambos: “imagino esse processo como se duas linhas viessem de direções opostas, podendo aproximar-se uma da outra. Se elas se superpõem, ocorre um *momento de ilusão*” (idem, pág. 227, grifos do autor).

A sobrevivência do objeto aos impulsos agressivos do bebê, que se apresentam de diversas maneiras e que não têm, necessariamente, a intenção de destruir, é o que vai permitir com que o bebê viva uma experiência juntamente com este objeto. Assim é a relação do bebê com o seio materno, na qual, ao tolerar e compreender, a mãe produz uma situação que pode resultar num primeiro vínculo estabelecido pelo bebê com um objeto externo – um objeto que é externo ao eu do ponto de vista do bebê embora ainda não seja concebido por ele dessa forma. No momento de ilusão, o seio ou é uma ilusão do bebê, ou um objeto da realidade externa. Isto é: ele é os dois, ao mesmo tempo, não pertencendo nem à realidade interna do bebê, nem à realidade externa. Este paradoxo deve ser sustentado.

Assim nos diz Winnicott:

o bebê vem ao seio, quando faminto, pronto para alucinar alguma coisa que pode ser atacada. Nesse momento aparece o bico real, e ele pode então sentir que esse bico era exatamente o que ele estava alucinando. Assim, suas idéias são enriquecidas por detalhes reais de visão, sensação, cheiro, e na próxima vez esses materiais serão usados na alucinação. Deste modo ele começa a construir a capacidade de conjurar aquilo que de fato está ao alcance. A mãe deve prosseguir fornecendo ao bebê este tipo de experiência (ibidem, pág. 227)

Dessa maneira, podemos inferir que a importância da realidade não se encontra apenas nos limites que estabelece a partir de um princípio de realidade que, por sua vez, se impõe ao princípio de prazer. A realidade, para Winnicott, está diretamente articulada com a possibilidade de expansão subjetiva devido aos dados reais que passam, então, a compor a experiência subjetiva. Isso é verificável, por exemplo, na medida em que, ao ser aceita enquanto tal, a realidade externa permite que o subjetivo possa ser usufruído, já que ela existe como parâmetro por ser suficientemente levada em conta e não mais concebida de forma onipotente.

A aceitação da realidade depende da maneira como ela foi apresentada desde os estágios mais primitivos. Pode ser que ela tenha sido percebida, de uma maneira preponderante, como intrusiva – o que não favorece os processos criativos, pois o fenômeno da ilusão não acontece, já que o bebê experimenta algo para o qual ainda não está preparado.

O bebê, então, não consegue entender de forma satisfatória e, conseqüentemente, não encontra lugar dentro de si mesmo para tal experiência (Phillips, 2006, pág.23). Ou, no caso de um cuidado suficientemente bom, realidade externa é apresentada de uma forma condizente com a capacidade do bebê para com ela lidar.

Neste último caso, os dados da realidade constituem esse ser emergente, pois serão objetos subjetivamente concebidos. No entanto, mesmo assim a realidade não se curva totalmente à experiência de onipotência do bebê; há sempre algo que escapa de seu controle, pois se trata de alguma coisa que existe para além dele, com vida própria.

O processo de ilusão é fundamental para o resto da vida do indivíduo. E, por sua vez, o início da relação entre a mãe e o bebê é o fundamento tanto para os processos de ilusão quanto para a desilusão. Nesse estágio, o mundo do bebê é significado pelo olhar da mãe, através do estabelecimento de uma comunicação criativa entre eles. Trata-se de uma comunicação silenciosa, não-verbal, inconsciente, que se estabelece através da mutualidade. Por essa comunicação, o bebê adquire a possibilidade de brincar, uma vez que a ele é permitido vivenciar experiências de forma criativa. É porque se estabelece uma relação de confiança que esta interação pré-verbal acontece. Como nos diz Maia,

a comunicação silenciosa se constitui a partir do *holding* materno em relação ao bebê, e coloca em cena, principalmente, a questão da confiabilidade do bebê no ambiente que o circunda. Essa confiança advém da proteção necessária ao bebê, por parte da mãe, em sua preocupação materna primária, em relação aos *impingments* que o meio, externo a essa díade, possa cometer (Maia, 2007, pág.74)

Nesse momento que estamos comentando, não há um bebê e uma mãe, e sim uma díade mãe/bebê, como nos afirma a autora citada acima. O bebê ainda não se constituiu como uma pessoa, como uma unidade. Tratamos, portanto, dos primórdios dessa relação, onde, pelo seu olhar, a mãe integra o bebê quando este ainda não pode fazê-lo. Logo, ainda não há um bebê. E também não há uma mãe, tamanha a identificação desta com o bebê, num processo no qual há uma espécie de isenção de si onde a mãe deve constantemente tornar-se aquilo que o bebê necessita que ela seja.

Em seus cuidados para com o bebê, a mãe, com sua constância e, paradoxalmente, sua ausência, cria um ambiente confiável no qual o bebê pode brincar, ou seja, experimentar de forma criativa o seu continuar a ser, fazendo parte desse processo o momento de ilusão. Através do *holding* a mãe protege o bebê das invasões de um meio para o qual ele ainda não está apto a enfrentar – o que acontece progressivamente se tudo vai bem.

O sucesso do *holding* e, conseqüentemente, da comunicação silenciosa é o que constitui um playground, um lugar para o qual o indivíduo pode se retirar para um recreio, e se isolar positivamente. É ao mesmo tempo em que a comunicação e o outro são fundamentais que somos constituídos por um núcleo incomunicável ou, o que dá no mesmo, que somos isolados. E é pelo olhar da mãe que o bebê vai constituindo o seu próprio olhar, se constituindo como pessoa e percebendo a mãe enquanto tal. Segundo Maia,

se o bebê tiver tido uma função especular criativa e criadora, ele terá tido tempo de entender tanto o coração materno quanto o seu, e começará a existir como um ser total e em um viver criativo. O bebê que não tiver tal sorte, não saberá existir, porque não terá sequer começado a existir por si só; permanecerá capturado no olhar materno. Esse olhar lhe refletirá as necessidades da sua mãe, e ele deverá estar preparado para atendê-las e entendê-las precocemente. Para esse bebê, a agressividade não será expressão de um gesto espontâneo seu; será uma reação a esse olhar que não mais o reflete nem o aceita (idem, pág. 77)

Nesta citação, a autora nos aponta algumas conseqüências de uma maternagem que não foi suficientemente boa, na qual a mãe se apresenta precocemente ao bebê como uma pessoa, não permitindo a ele a ilusão de havê-la criado: a este bebê estão negados os processos criativos e ele, então, no lugar de criar deverá reagir a esse mundo. Dessa maneira, encontram-se prejudicados os meios pelos quais o bebê se enriquece subjetivamente através de sua relação com o mundo.

Podemos entender reagir como o oposto de criar, ou seja, é quando a relação entre mãe e bebê não é suficientemente boa que o indivíduo não emerge enquanto tal. Ele precisa reagir a esse ambiente hostil, encontrando-se destituído de sua criatividade. Nesse caso, não houve o *holding* necessário, o que ocasiona uma relação traumática na qual o bebê reage com um estado confusional ou até mesmo um estado de aniquilamento. O isolamento necessário acontece unicamente por uma reação a um ambiente percebido como intrusivo, um ambiente que não permite ao bebê continuar a ser. Este isolamento, portanto, difere do isolamento primário, citado anteriormente².

Podemos, então, afirmar que o modo pelo qual o indivíduo é afetado pelas tendências do ambiente provoca processos de criação ou reação. Winnicott, em seu texto “Psicose e cuidados maternos” (Winnicott, 1952), retrata o que acontece em cada caso: numa relação que resulta num vetor criativo, há, inicialmente, o indivíduo isolado. Ao se movimentar, ele descobre o ambiente através do componente agressivo que é, neste momento inicial, a motilidade. Anteriormente, nos referimos a este momento como “gesto espontâneo”.

Já existe, nesse movimento, processos de criação. O ambiente, nesse caso, não é intrusivo, permitindo ao indivíduo continuar a sua experiência de ser. Daí em diante a intrusão é aceita porque o indivíduo foi capaz de criar seus próprios meios para lidar com ela. E, dessa maneira, inicia-se o processo de desilusão já que a realidade começa a se apresentar como tal, impondo certas condições que terão que ser dribladas pelo bebê.

É importante que haja uma adaptação ativa do ambiente às necessidades do bebê, porque é só assim que ele pode manter-se em isolamento sem ser perturbado, isto é, não há um ambiente intrusivo que exceda as suas capacidades

² Para um maior aprofundamento, cf. cap. II.

para lidar com ele. O bebê de nada sabe e ele não tem que se preocupar precocemente com o que o cerca. Nesse estado, ele faz um movimento espontâneo e o ambiente é descoberto sem perda da sensação de ser. Um momento de ilusão acontece.

Este processo nos remete a uma das dimensões paradoxais do viver, que Winnicott apresenta sob o paradoxo: *a capacidade de estar só na presença de alguém*, onde, segundo ele, a capacidade de estar sozinho depende e começa com a experiência da criança de ficar sozinha na presença de sua mãe. “Como a mãe está lá, mas de forma não exigente (como um ego auxiliar), ela pode estar ausente da mente da criança em termos de preocupação total; a criança está segura o suficiente, então, para ficar absorta em si mesma” (Phillips, 2006, pág.54).

No outro caso, que é quando o indivíduo reage ao ambiente, o que temos é um isolamento primário perturbado por uma intrusão do ambiente, ou seja, não há um gesto espontâneo do bebê ao qual o ambiente responde; não há motilidade que parta do bebê em direção ao ambiente; ou, ainda, não há a presença do componente agressivo. O momento de ilusão não se instaura. O que acontece é uma intrusão do ambiente que provoca reações do indivíduo. A sensação de ser, nesse caso, é perdida, podendo ser readquirida somente por uma volta ao isolamento. O indivíduo, então, se isola, tratando-se, agora, de um isolamento secundário: se isola a fim de se defender, pois reage a um ambiente que sente como algo que o ameaça.

É este tipo de experiência que produz as distorções psicóticas, nas quais os relacionamentos provocam uma perda na sensação de ser, readquirida apenas por um retorno ao isolamento. Este isolamento, com o passar do tempo, se transforma cada vez mais numa organização defensiva, à medida que a criança cresce, para afastar a intrusão ambiental.

Podemos perceber o quanto é importante a relação mãe/bebê para os processos de constituição subjetiva. Além de todos os efeitos já discutidos, nos adiantaremos um pouco numa questão que será desenvolvida mais adiante: a constituição do *self*.

Dessa maneira, para os bebês cujo *holding* fracassou e eles não possuem a opção de retirar-se criativamente para o que, mais acima, chamamos playground, o núcleo de seu ser se encontra, desta forma, ou escondido ou nem mesmo foi

constituído, o que terá implicações diretas na constituição do que Winnicott denominou de verdadeiro *self*.

Este autor atribui grande importância à função especular da mãe, considerando-a função materna primária. Para ele, “a fim de olhar criativamente e ver o mundo, o indivíduo, antes de tudo, deve ter internalizado a experiência de ter sido olhado” (Winnicott apud Maia, pág. 75).

Porém, algo não vai bem quando o olhar materno não reflete o bebê, e sim a mãe, em seus humores aos quais o bebê terá que se adaptar, o que tem como consequência um não saber existir por si próprio. Agindo dessa forma, a mãe não permite ser percebida pelo bebê como uma criação sua, e ele se depara com uma imagem que não entende e é forçado a entender cedo demais (Maia, 2007, pág. 77). Como nos diz Maia, “nessa superfície especular, o bebê vê um “monstro”, por não ser nem ele, nem criação dele, e sim a expressão de um outro que ele não consegue “alucinar” como sendo criado por ele, já que é a ele imposto como sendo sua imagem” (idem).

O rosto da mãe é um traço essencial no processo que Winnicott descreve de um objeto sendo apresentado de tal modo que a legítima experiência de onipotência por parte do bebê não seja violada. Se o objeto for incapaz de responder ao gesto do bebê de necessidade pessoal, o *self* central sofre um ataque. Se a mãe é incapaz de se adaptar a seu lactente no início, ele será incapaz de se reconhecer na distraída resposta dela (Phillips, 2006, pág.183).

Este momento, embora aconteça ainda numa fase muito inicial, como pudemos ver, é de importância crucial aos estágios que o sucedem, como por exemplo, os que pertencem ao que Winnicott chama de “uma relação primária com a realidade externa”. Este estágio acontece após a integração e tem a particularidade de estar nunca concluído e, a despeito disso, está definitivamente estabelecido (Phillips, 2006, pág.125). Este contato preliminar é possível através do que foi denominado por Winnicott de “momentos de ilusão”, processos estes que estão diretamente articulados aos processos criativos.

Destacamos alguns fatores que dependem direta ou indiretamente do processo de ilusão. No entanto, achamos interessante também destacar o uso que Winnicott faz desse termo, pois ele o apresenta de forma muito singular, até mesmo contraditória, em relação à concepção usual que temos desta palavra.

Por ilusão, geralmente pensamos em algo enganoso, “ou como algo em que podemos acreditar para nos protegermos de uma realidade mais inaceitável” (idem). Para Winnicott, no entanto, é somente através da ilusão que o bebê pode chegar à realidade. Quando ele está faminto, por exemplo, ele fantasia um seio que satisfaz e, se ocorre um momento de ilusão proporcionado por um cuidado suficientemente bom, é nessa hora em que a mãe oferece, a ele, o seio real. O bebê, então, tem uma experiência de criação dessa mãe da qual ele se alimenta, através de sua alucinação e, ao mesmo tempo, apresentação do mundo. Dessa maneira, é possível ao bebê conceber de forma imaginativa o seio a partir de seu desejo por ele.

“Através da identificação empática da mãe com o desejo de seu bebê, ele pode acreditar, quando tem fome, que foi ele quem criou aquilo que, na verdade, apenas encontrou” (Phillips, 2006, pág.126). Daí a formulação do paradoxo: *o objeto precisa estar lá para que possa ser criado*. Mãe e bebê precisam estar juntos nesta relação – ele, com ímpetos pulsionais e idéias predatórias; ela, com a vontade de ser atacada por um bebê faminto.

É como se estes dois fenômenos – bebê faminto e mãe pronta para ser atacada – fossem linhas vindas de direções opostas, propensas a se aproximarem; se elas se sobrepõem, há um momento de ilusão, o que é proporcionado pela vivência da experiência pelos dois da relação. A partir de então, o bebê pode tomá-la tanto como sendo sua alucinação quanto como algo pertencente à realidade externa. O desenvolvimento deve ser compreendido em termos de um processo criativo de colaboração.

Inicialmente o bebê, em sua experiência de onipotência, só tolera ser alimentado por um objeto que possui e controla; e a mãe, se suficientemente boa, se adapta a essa necessidade. Essa experiência, repetida várias outras vezes, lhe dá confiança em seu desejo como fonte de algo possível. Dessa maneira, começa um frutífero relacionamento com a realidade externa, pois

somente se o objeto reconhecidamente se apresenta quando desejado é que ele pode ser gradualmente esperado e conseqüentemente cobiçado; somente então o mundo interno da criança encontra um incentivo para o contato com o mundo externo. Pelo fato de seu desejo ter sido atendido e satisfeito é que ele pôde ter a experiência primitiva de um encontro entre o interno e o externo (Phillips, 2006, pág.127)

A partir desta formulação, Winnicott trata com originalidade também a sua concepção acerca da fantasia, pois esta passa a ser compreendida não como algo que viria substituir a realidade, mas ela é o caminho do bebê, o seu meio de contato com o que lhe é externo.

A capacidade do bebê para a ilusão é sustentada pela tarefa da mãe de proteger seu bebê de complicações que ainda não podem ser entendidas por ele, apresentando a ele o mundo em pequenas doses, de forma que ele possa dele se utilizar criativamente. O mundo apresentado pela mãe deve ser simples, nada além de sua capacidade de tolerância e compreensão.

Apresentada dessa forma, a realidade externa promove alívio e satisfação, não só por possuir os objetos reais que aplacam as necessidades, mas também porque, ao impor limites para a fantasia, a realidade pode ser desfrutada enquanto tal. Da mesma maneira, ela não deverá se impor, provocando submissão.

Em ambos os casos, são os processos criativos que serão prejudicados, com uma conseqüente quebra da espontaneidade e uma ausência do sentido de real. A fantasia, quando não encontra limites na realidade, pode ser compreendida pelo que Winnicott chama de “devanear”, processo no qual pelo controle onipotente da realidade o indivíduo tem seu contato com ela diminuído o suficiente para que, ao dela se desligar, interrompa os processos criativos inerentes ao viver. Ele, então, sonha acordado, faz tudo sem nada fazer.

A ilusão está diretamente articulada a “um estado intermediário entre a inabilidade de um bebê e sua crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade” (Winnicott, 1975, pág.15). É através dela que será possível ao bebê construir gradativamente um espaço potencial entre os objetos pertencentes à realidade externa e a sua subjetividade emergente. Inicialmente, possibilitado pela ilusão, o bebê concebe subjetivamente esses objetos que, gradualmente, vão sendo recolocados por ele como pertencentes à realidade externa. É a partir destes encontros que o bebê se constitui subjetivamente, uma vez que ele tem “a ilusão de que existe uma realidade externa correspondente à sua capacidade de criar” (idem, pág.27).

3.2

Da dependência absoluta à dependência relativa: o ódio e os processos criativos

Vimos anteriormente como a ilusão é essencial para a constituição subjetiva do bebê, pela forma como está diretamente implicada nos processos criativos e na maneira pela qual a realidade externa não pode ser compreendida em oposição à realidade interna. Na mesma medida, devemos entender a desilusão. No entanto, apesar das semelhanças, ilusão e desilusão são processos que operam a partir de vetores diferentes e que não se opõem, mas, antes, se complementam.

Acontecendo ainda num momento em que o bebê se encontra num estágio de não-integração, a ilusão é o que Winnicott sugere como “um contato preliminar do bebê com a realidade externa” (Phillips, 2006, pág.125), e, através dela, momentos de integração poderão ocorrer, o que se faz de forma cada vez mais intensa durante o desenvolvimento.

Paralelamente à ilusão, de maneira gradualmente crescente, a realidade externa se apresenta em sua concretude, impondo-se à experiência de onipotência do bebê. É importante ressaltar que, para que isto ocorra, é necessário que o processo de ilusão tenha sido bem sucedido. Se a realidade se impõe segundo as premissas de um cuidado suficientemente bom, os dados reais são incorporados à experiência subjetiva do bebê que, assim, é por eles enriquecido. Ele, então, começa a perceber que existe um mundo que lhe é exterior e que não está totalmente sob seu controle, esforçando-se para adquirir meios de lidar com essa realidade a fim de não ser, a ela, submetido.

Começa, então, uma relação criativa entre bebê e mundo. Uma vez estabelecido esse processo, ele será retomado durante toda a existência do indivíduo, sendo esta a compreensão de desenvolvimento e maturidade para Winnicott. Dito de outra forma: Nem desenvolvimento, nem maturidade são sinônimos de uma evolução que aconteceria de forma linear, na qual o estágio anterior seria sempre ultrapassado pelo seguinte que, por sua vez, o anularia. Da maneira como entendemos desenvolvimento para Winnicott, este se apresenta na forma de uma espiral, num trânsito reversível sobre suas órbitas.

Possibilitada pela ilusão, a desilusão está relacionada pela maneira como o mundo é apresentado ao bebê, respeitando-se a sua crescente capacidade para com

ele lidar. É assim aos pouquinhos, e só assim, que é possível ao bebê manter com a realidade uma relação na qual o que se apresenta não lhe é imposto e, dessa forma, passa a constituí-lo.

Esse mundo que é apresentado é também investido pelo bebê, o que acontece, neste momento inicial, tanto pelo processo de desilusão quanto pela agressividade, que é o que impulsiona o bebê a buscar algo que lhe é exterior. A agressividade, então, se encontra diretamente articulada aos processos criativos, pois ela é essencial à relação entre o bebê e o mundo. Uma mãe suficientemente boa é uma mãe capaz de lidar com os impulsos agressivos de seu bebê, o que só é possível se ela tiver sido capaz de lidar com seu próprio ódio.

As coisas se encontram bem complicadas se isto não acontece. Assim, a agressividade que está articulada aos processos de criação não se manifesta, o que vai ter implicações num estágio posterior da vida do indivíduo. Para que possamos entender melhor esta afirmação, peguemos um exemplo especial para nossa exposição, pois envolve um tipo de agressividade primária: o que Winnicott chama de *ruthlessness*.

Inicialmente, o relacionamento objetal é impiedoso – o bebê ainda não tem concernimento sobre a existência de um outro alguém (a mãe) ou mesmo sobre sua própria pessoa enquanto um ser separado dos demais, pois ainda não houve o que Winnicott denomina integração. Isto quer dizer que, neste estágio de não-integração anterior ao *concern*, existe uma rendição aos impulsos por parte do bebê.

Podemos falar numa retaliação primitiva que acontece no estágio mais primitivo da relação objetal, no qual o ambiente é indiferenciado do indivíduo. Dessa maneira, o indivíduo é tanto o objeto (pois ainda não se diferencia dele) quanto deseja o objeto. O objeto, nesse momento, é criado pelo desejo ou alucinado, posto que ainda não existe a realidade externa enquanto tal, configurando o que mais acima chamamos de objeto subjetivamente concebido.

É nesse terreno que a *ruthlessness* pode acontecer, e o bebê pode amar e odiar seu objeto, com a crença de que ele resistirá. A mãe é a única de quem se pode esperar que tolere esses estados, comuns na criança normal e que voltam em estágios posteriores. Aliás, esses estados de *ruthlessness* precisam estar disponíveis na saúde, pois como nos diz Winnicott, “sem a possibilidade de

brincar sem compaixão, a criança terá que esconder seu eu impiedoso e dar-lhe vida somente em estados dissociados” (Winnicott, 1945, pág. 230)

Com o decorrer de todo esse processo, passamos da fase de dependência total a outra na qual ainda há dependência, mas esta agora é relativa. Se tomamos como parâmetro a experiência de onipotência, podemos dizer que, embora ainda viva experiências de onipotência, ele já reconhece um ambiente do qual depende.

Isso só acontece porque a criança já se percebe como uma unidade e já possui senso de si mesmo. Podemos também dizer que ela já possui o *self* integrado. A partir deste momento, sua capacidade de lidar com as falhas de sua mãe encontra-se aumentada, podendo ocorrer uma gradual desadaptação da mãe às necessidades de seu bebê.

A falha da mãe suficientemente boa está diretamente articulada com o processo de integração da criança, tratando-se de um aspecto necessário ao desenvolvimento do bebê. Acima, mostramos a importância do papel da mãe para a ocorrência da ilusão; agora, mostraremos a importância da falha da maternagem para a desilusão, ambos processos importantes para a criatividade.

Nesse sentido, é a partir das falhas da mãe que o bebê pode então mostrar quais são suas necessidades, “enviando a ela um sinal de que é capaz de lidar com a espera e com as conseqüências de seus atos” (Maia, 2007, pág. 79), já que a mãe vai aos poucos se liberando de adivinhar o que o bebê precisa. A mãe libera o bebê para que pense por si mesmo e o bebê, por sua vez, a libera para que toque sua vida, desobrigando-a de possuir uma “preocupação materna primária”.

Como nos diz Maia, a mãe se desenha de seu bebê a fim de “relaxar-e-permitir-que-seu-bebê-cresça” (Maia, 2007, pág. 80). Ao agir dessa forma, a mãe permite que o bebê dê o sinal necessário para sua auto-realização e, a partir daí, ele conseguirá atingir o estágio do *concern* e a capacidade de usar o espaço transicional.

Não permitir a sua auto-expressão devido a um “apegamento” excessivo provoca uma quebra na continuação de ser do bebê. Portanto, na dependência relativa ainda há um relacionamento dual, mas agora mãe e bebê são percebidos de forma separada, embora a mãe seja, ainda, um misto de objeto subjetivo e objeto real. Nessa fase, a mãe está situada na área denominada por Winnicott de “espaço transicional (ou potencial)”.

A emergência do espaço transicional nesta fase nos é cara, posto que ele está intrinsecamente ligado aos processos criativos. Com ele temos o aparecimento da primeira possessão não-eu, assim como a possibilidade de simbolização. A importância do espaço transicional para esta pesquisa é tal que o abordaremos num item dedicado a ele. Por ora, é importante frisarmos sua emergência na fase de dependência relativa e sua relação com o *self* do bebê. É nesta fase em que o bebê é capaz de sentir o *self* e, portanto, sentir-se como um inteiro, que ele consegue perceber também as outras pessoas enquanto tais, inclusive a mãe.

A mãe passa a ser vista e aceita como um eu, separado do bebê. É neste momento que os afetos de amor e ódio passam a ser vividos com mais intensidade pelo bebê, que passa a direcioná-los às outras pessoas. Nessa fase, é importante que os pais não demandem lealdade, deixando a criança livre para amar um e odiar o outro e vice-versa.

Na fase anterior, era quando a mãe se ausentava por identificação ao bebê que este conseguia vivenciar afetos de retaliação e reparação em relação ao objeto. No entanto, as coisas ainda não se encontravam tão definidas como na fase de dependência relativa, o que não quer dizer que eram menos importantes para o desenvolvimento do indivíduo.

A vivência do ódio é tão importante quanto a do amor, uma vez que a aceitação da exterioridade ou da separação do objeto depende da aceitação, por parte da mãe, do ódio do bebê, já que o compartilhamento de realidades criadas só pode aparecer após a sobrevivência à destrutividade (idem, pág.102). Na fase de dependência relativa acontece a transposição de um relacionamento com o objeto para um uso do objeto.

Considerando que a emergência da fase da dependência relativa tem como prerrogativa o estágio da dependência absoluta, no qual existe uma exigência muito maior à figura da mãe no sentido de uma dedicação quase que absoluta, podemos refletir acerca de um dos paradoxos da teoria winnicottiana: o objeto precisa estar lá para ser encontrado, ou seja, o que é criado estava lá para ser encontrado.

Este paradoxo marca a emergência do objeto transicional, que lembra a mãe para o bebê, mas não é a mãe. Saindo de uma relação de onipotência para com o objeto, o objeto transicional inaugura a formação de um “entre”, um espaço no

qual se dá a separação entre o eu e o não-eu por estar presente, neste mesmo espaço, o eu e o não-eu. Dito de outra forma: ao mesmo tempo, eu e não-eu passam a ser unidos pelo objeto transicional que, ao unir, ressalta a separação. Dessa maneira, concluímos que a principal característica do objeto transicional é o fato de ele ser constituído por uma parte concreta e real e por uma parte subjetivamente concebida.

A realidade externa, então, passa a ter qualidade fundamental na constituição subjetiva, uma vez que, pelos processos de desilusão, ela passa a ser concebida em sua concretude real e, de alguma maneira, incorporada à subjetividade do indivíduo. Dessa forma, experimentar o mundo, real, passa a ser uma fonte rica de elementos que irão nos constituir subjetivamente justamente por ser aquilo que difere do que reconhecemos como pertencentes ao nosso eu. Nesse duplo movimento, o que está em pauta são os fenômenos transicionais e os processos criativos que evocam, constituindo, assim, o que Winnicott chama de “viver criativo”.

3.3

A agressividade e os processos de criação

A saúde pode ser encarada em termos de fusão (impulsos eróticos e destrutivos) e isso torna mais urgente do que nunca o exame da origem da agressividade e da fantasia destrutiva. Por muitos anos, na metapsicologia psicanalítica, a agressividade parecia ser explicada com base na raiva (Winnicott, 1975, pág.102)

Em algumas passagens do texto nos referimos à agressividade ou à vivência de afetos destrutivos como sendo essenciais para os processos de criação. A fim de esclarecermos esta questão, trataremos, agora, da relação da agressividade com a criação.

Inicialmente, devemos fazer uma diferenciação entre a agressividade que se encontra ligada aos processos criativos e o que o uso mais corriqueiro do termo nos evoca. A diferença entre esses dois tipos de agressividade aparecerá no decorrer do texto, mas devemos iniciar desde já: a agressividade articulada aos processos criativos está relacionada com o momento anterior à ocorrência do

processo de integração da personalidade. Já a agressividade como comumente a entendemos, articulada a comportamentos, é desencadeada a partir da frustração, ocorrendo, portanto, num momento bem posterior.

Num indivíduo cuja maternagem foi suficientemente boa, é possível observarmos um maior controle sobre seus instintos, prevalecendo os atos intencionais. Isso já não acontece num indivíduo doente, sendo a presença ou não de agressividade um forte indício de como foi esse desenvolvimento inicial. Como nos diz Winnicott em seu texto “A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional”, “na doença o paciente apresenta atividade e agressividade não inteiramente intencionais” (Winnicott, 1950, pág. 289).

Nesse texto, ele nos fala dos estados dissociados, nos quais a agressividade é separada do eu, e dos estados de desintegração, nos quais os instintos estão desordenados e sem controle do indivíduo, que se encontra à mercê dos impulsos. Nesse estágio, o indivíduo já tem concernimento sobre as conseqüências de seus impulsos; por isso a desintegração é aterradora. Tanto nos estados dissociados quanto na desintegração, não há a intenção do comportamento do indivíduo.

A integração vem e vai, sempre em relação com o ambiente. Isso acontece mesmo nos casos positivos, sendo que a diferença reside no fato de que, quando os cuidados foram suficientemente bons, alguma hora surge o comportamento intencional porque há saúde. Ou seja, mesmo o ambiente tendo importância fundamental, alguma hora surge o comportamento intencional. Além disso, os estados de não-integração são a condição para que possam acontecer os processos criativos. A doença está justamente na impossibilidade de ocorrência do comportamento intencional.

A fonte da agressividade é a experiência instintiva. Sendo assim, ela está presente desde as fases iniciais do desenvolvimento, fazendo parte da expressão primitiva de amor – a oralidade. Nesta fase, anterior à integração, o bebê não sabe que o que ele destrói nos momentos de excitação é o mesmo que ele valoriza nos momentos tranquilos, entre as excitações. Podemos, então, falar de uma dissociação entre os estados por conta da não-integração, sendo que estes estados dissociados são totalmente diferentes dos descritos acima, que ocorrem após a integração.

Os estados excitados que incluem um ataque imaginário ao corpo da mãe fazem parte do amor que o bebê tem pela mãe; como descrito acima, a

agressividade, nestes estágios iniciais, relaciona-se com as experiências instintivas e fazem parte da expressão primitiva de amor. Ou seja, a agressividade faz parte do amor e está relacionada diretamente ao contato do bebê com o que lhe é externo. Como nos diz Winnicott, “se a agressividade é perdida neste estágio do desenvolvimento emocional, ocorre também a perda da capacidade de amar, ou seja, de relacionar-se com objetos” (idem, pág. 291). A agressividade pode ser perdida por uma reação contrária do ambiente.

Um ambiente que não “tolera” os instintos destrutivos do bebê, instintos estes que fazem parte do amor primitivo, não permite que haja um desenvolvimento emocional primitivo satisfatório. Se tudo corre bem, o bebê atinge a fase de dependência relativa na qual já podemos observar a integração do ego, na qual o bebê já percebe a personalidade da figura materna; conseqüentemente, ele já tem concernimento quanto aos resultados de suas experiências instintivas. Já existe, então, no bebê, a capacidade para sentir culpa e poder reparar o dano que a criança imagina haver causado à pessoa amada nos momentos de relacionamento excitado.

Se a vivência dessas experiências são negadas ao bebê, ele não poderá, também, viver a culpa articuladas a elas, que na saúde está relacionada ao anseio por dar, construir e reparar. Algo não foi bem e, na doença, a culpa é sofrimento, sentimento de culpa, ou mesmo o vômito, uma vez que a criança não consegue se utilizar do que internaliza da mãe em benefício de si própria – a culpa que sente por ter atacado a mãe a faz “devolver” o que tirou do ambiente, ou seja, neste caso a agressividade está separada do amor e a criança não cresce com o que internaliza.

Na saúde, boa parte da agressividade transforma-se em funções sociais, o que se relaciona com a possibilidade de reparação. A agressividade real aparece quando não se consegue reparar, dar ou construir (por exemplo, quando não há alguém que reconheça uma tentativa de reparação). Nesse caso, a raiva deriva da frustração.

A frustração camufla a origem da agressividade real, que é a culpa relacionada ao concernimento que não foi possível reparar, e “promove um mecanismo de defesa que consiste em separar o amor e o ódio e fazê-los agir em direções diferentes”. Há, conseqüentemente, uma cisão dos objetos entre bom e mau, o que atenua o sentimento de culpa. Mas, em compensação, o amor perde

uma parte de seu valioso componente agressivo, e o ódio torna-se mais explosivo (ibidem, pág. 292).

É possível encontrarmos um aspecto destrutivo no impulso do amor primitivo, embora ainda não haja, nesse momento, a intenção de destruir, posto que é uma fase anterior ao concernimento. Nesse caso, estamos falando das raízes da agressividade (destrutivas apenas por acaso). Inicialmente, Winnicott nos fala em motilidade, relacionada com as experiências do indivíduo. Por exemplo, a fome e a agitação de braços e pernas.

A motilidade desenvolve-se a partir de um ambiente que pode reagir favoravelmente ou não. No primeiro caso, a motilidade é uma experiência do indivíduo. Dessa forma, o indivíduo se constitui a partir de suas experiências, de seus impulsos primitivos caracterizados pela motilidade. Sendo assim, a agressividade está relacionada a uma forma criativa de existência. Existe, aqui, a fusão entre a motilidade e o potencial erótico.

No caso de um ambiente que se impõe ao indivíduo, ele reage à intrusão com uma fuga para a quietude, o que caracteriza o isolamento secundário. Aqui, a agressividade na forma de motilidade é parte da experiência de reação à intrusão, ou seja, não constitui processos de criação, uma vez que o indivíduo só se encontra, de fato, na quietude.

Há, ainda, os casos nos quais há uma intrusão máxima do ambiente, não havendo possibilidade nem de retirada para a quietude, a fim de manter a existência. Há uma falha na capacidade do estado de narcisismo primário se transformar em indivíduo. Este se constitui, então, como uma extensão do ambiente invasor, ficando o seu núcleo, o seu verdadeiro *self*, oculto. O falso *self* é, então, um mecanismo de defesa que protege o verdadeiro *self* desse ambiente hostil. A consequência disso é a sensação de inutilidade.

Tanto no segundo quanto no terceiro caso, há a fusão entre o potencial erótico e a motilidade, que acontece por uma erotização de elementos agressivos (tendências sádicas e masoquistas). O indivíduo não consegue sentir-se real a não ser quando se comporta de modo destrutivo e impiedoso. Nesse caso, a agressividade não é muito mais que pura motilidade. Sintetizando, na saúde a motilidade funde-se ao erótico; na doença, ao contrário, é o erótico que se funde à motilidade.

Na saúde, a mãe suficientemente boa expressa seu amor, inicialmente, em termos físicos. Ela segura o bebê (no útero, nos braços) e, através do amor (identificação) sabe de que maneira adaptar-se às necessidades de seu ego. “Nestas condições, e somente nestas condições, o indivíduo pode começar a existir para viver experiências do id” (ibidem, pág.298). Assim, ocorre a fusão da motilidade com eros. Apesar de haver uma conexão com uma alta carga de motilidade, ainda resta alguma que permanece não fundida e que vai precisar de algo em que descarregar.

Na doença, a motilidade torna-se matéria da experiência somente através da intrusão ambiental. Dessa maneira, a intrusão ambiental não pode parar e deve ter um padrão que lhe seja próprio, uma vez que é somente através dela que alguma motilidade é possível. Caso contrário, o caos se instala e o indivíduo não tem como desenvolver um padrão que seja só seu. Isso configura uma dependência, já que o indivíduo depende da intrusão do ambiente para crescer. Como defesa, o retraimento emocional é sua característica essencial.

Dessa maneira, é a relação entre a realidade interna do indivíduo e a realidade externa do mundo compartilhado que se encontra prejudicada. Poderíamos mesmo falar que, neste caso, o indivíduo não existe, pois estão ausentes os processos criativos.

Ao tratar da motilidade nos termos mencionados acima, Winnicott se refere a períodos que fazem parte do início da existência do indivíduo, antes mesmo da primeira mamada, período este no qual, apesar de haver uma formação egóica imatura, o somatório das experiências motoras contribui para a capacidade do indivíduo de começar a existir. A agressividade não pode ser analisada sem levarmos em conta o período no qual existe, por parte do bebê, uma total dependência do ambiente.

Nesse sentido, a constituição de um ambiente suficientemente bom é essencial, por ser ele que torna possível esse desenvolvimento que vai permitir, inicialmente através da identificação primária, que o indivíduo rejeite a casca e torne-se o núcleo (ibidem, pág. 300), ou seja, que possa emergir o verdadeiro *self*.

O processo de fusão é essencial e difícil de acontecer; mesmo no indivíduo saudável, não é raro encontrarmos uma grande quantidade de agressividade não fundida. Dessa forma, temos expressões distintas dos componentes agressivo e erótico.

Winnicott nos fala também em “des-fusão”, processo através do qual é possível observar, durante uma análise, uma busca ou pela raiz agressiva, ou pela raiz erótica. É comum encontrarmos, como dissemos, uma grande quantidade de agressividade não fundida.

A grande importância do processo de fusão do componente erótico ao agressivo se encontra na determinação da capacidade do indivíduo em direcionar-se a objetos do mundo externo. Como nos diz Winnicott,

nos estágios iniciais, quando o *Eu* e o *não-eu* estão se constituindo, o componente agressivo é o que irá, geralmente, conduzir o indivíduo rumo a um objeto ou a um *não-eu* que ele sentirá como externos. As experiências eróticas podem completar-se enquanto o objeto é subjetivamente concebido ou criado pela própria pessoa, ou enquanto o indivíduo encontra-se próximo do estado narcísico de identificação primária de uma etapa anterior (ibidem, pág. 301),

ou seja, o componente agressivo é essencial ao processo de criação na medida em que ele é o que faz a ponte entre o subjetivo e o objetivo, ou, dito de outra forma, entre o que é interior e o que é exterior.

O componente agressivo é extremamente variado entre os bebês. A quantidade de potencial agressivo do bebê depende da quantidade de oposição que ele terá encontrado, sendo que “o excesso de oposição cria complicações que tornam impossível ao indivíduo, dotado de um potencial de agressividade, realizar sua fusão com o potencial erótico” (ibidem, pág.303).

Winnicott analisa este processo desde o período intra-uterino: no feto, há um tipo de conjugação entre agressividade e erotismo encontrada nos impulsos do feto, o que chamou de força vital. Ao se mexer no interior do útero, o bebê encontra a oposição do ambiente, emergindo a partir daí um processo de instauração precoce do *Eu*, na medida em que é encontrado o *não-eu* constituído pelo ambiente.

É a partir deste encontro que o potencial de agressividade se constitui. Da mesma maneira, encontramos esse processo em momentos posteriores. Se o ambiente é intrusivo e se impõe, a força vital é consumida em reações à intrusão, e não há a constituição precoce do *Eu*. As experiências não acontecem; em seu lugar, o que há são reações. “O indivíduo que assim passa a existir será chamado de falso, pois a impulsividade pessoal estará ausente” (ibidem, pág.303). Posteriormente, não haverá fusão dos componentes agressivo e erótico, pois o *Eu*

não estará instaurado no momento da experiência erótica. A consequência disso é uma vivência, por sedução, da vida erótica, que jamais é sentida como real, e uma vida de agressividade reativa, dependente da experiência de oposição, sem espontaneidade.

As experiências agressivas des-fundidas são sentidas como mais reais pelo paciente do que as experiências eróticas des-fundidas, apesar de ambas serem reais. “A fusão da agressividade com o componente erótico da experiência incrementa a sensação de realidade da experiência” (ibidem, pág.301). O estado mais comum é a falta de fusão em algum grau.

Esta teoria, ao colocar a agressividade como essencial às condições de existência de um indivíduo, traz um grande diferencial em relação à teoria freudiana principalmente no que diz respeito à relação com o objeto. Neste sentido, já possuímos material suficiente para percebermos que se trata, na teoria winnicottiana, de um relacionar-se com o objeto no qual estão presentes, obviamente, algo que corresponde ao mundo pessoal do bebê, ou seja, sua constituição subjetiva; o objeto em si que, como tal, pertence à realidade externa; e há, também, alguma coisa que se passa *entre* eles e que é essencial aos processos de criação. Segundo as palavras do próprio Winnicott,

o gesto impulsivo volta-se para fora e torna-se agressivo quando encontra oposição. Há realidade nessa experiência, e ela funde-se facilmente às experiências eróticas que aguardam o recém-nascido. Estou sugerindo que *é esta impulsividade e a agressividade que dela deriva que levam o bebê a necessitar de um objeto externo, e não apenas de um objeto que satisfaça* (ibidem, pág.304; grifos do autor).

É importante, agora, entendermos as condições dessa necessidade de algo que esteja fora para a constituição subjetiva. Num primeiro momento, quando um gesto impulsivo leva o bebê a espernear por sentir fome e a mãe lhe oferece o seio, temos aí uma fusão entre potencial agressivo e erótico que vai servir de base para a construção de um terreno no qual, mais tarde, esse mesmo bebê possa vir a viver experiências relacionadas à sua constituição enquanto um indivíduo.

É todo esse complexo de vivências que vai permitir com que o bebê comece a existir, com que ele seja autor de sua própria vida, se constituindo a partir do que acontece nesse espaço entre sua realidade interna e a realidade externa compartilhada. Winnicott chama esse espaço do entre de “espaço transicional.

O simbólico sempre vem num momento posterior ao ato de criação: “quando o simbolismo é empregado, o bebê já está claramente distinguindo entre fantasia e fato, entre objetos internos e objetos externos, entre criatividade primária e percepção” (Winnicott, 1975, pág.19). Ele continua: “creio que há uso para um termo que descreva a jornada do bebê desde o puramente subjetivo até a objetividade, e parece-me que o objeto transicional (ponta do cobertor, etc.) é o que percebemos dessa jornada de progresso no sentido da experimentação”. Objeto e fenômeno transicionais não são sinônimos de simbolismo; de acordo com o autor, é possível compreender um embora sem compreender plenamente a natureza do outro.

3.4

Objetos e fenômenos transicionais: a constituição subjetiva a partir de processos criativos

A noção de espaço potencial elucidada, retroativamente, a totalidade do percurso de Winnicott. Ela vem coroar suas sucessivas abordagens da área intermediária de experiência entre realidade interna e realidade externa. O essencial da experiência nessa área reside não na capacidade de saber mas na de se iludir. (Rogério Luz, pág.2)

É somente após nos atermos à compreensão do que é chamado por Winnicott de “ilusão” e “desilusão”, além do seu conceito de “mãe suficientemente boa” que já possuímos os elementos necessários para colocarmos a questão dos objetos e fenômenos transicionais. Curiosamente, em nosso percurso, é pelo meio, “entre”, que se torna necessário a abordagem desses fenômenos que já não pertencem mais à realidade externa, tampouco à interna, pertencendo, ao mesmo tempo, a estes dois lugares.

Como nos diz Bezerra, o objeto transicional, por não ser nem interno nem externo, habita um estranho espaço, um “entre”. Este objeto, por possuir uma realidade corpórea, material, própria, “ele resiste ao controle mágico onipotente (ao contrário do objeto interno) e ao mesmo tempo não está inteiramente fora do

controle (como ocorre com a mãe real)”. Para este autor, a experiência de ilusão é a fonte do objeto transicional. Dessa maneira, é somente por um cuidado que tenha sido suficientemente bom que poderá haver a construção deste espaço no qual tomam parte os objetos transicionais, pelo ato paradoxal da mãe que oferece o seio no momento em que o bebê está pronto para criá-lo (Bezerra, 2007, pág.43).

Apenas através da consolidação desse momento de ilusão que a mãe poderá, então, proceder à desilusão, ao se voltar para outros interesses retardando, assim, o atendimento ao chamado do bebê. Dessa maneira, a mãe desconstrói a acoplagem perfeita entre ela e o recém-nascido, retirando a base da experiência de ilusão onipotente. “Os fenômenos transicionais aparecem exatamente neste momento, oferecendo ao bebê uma alternativa à perda de sua onipotência inicial que não seja uma adaptação excessiva à realidade” (idem). Após esta perfeita introdução de Benilton Bezerra ao tema, voltemos ao Winnicott.

Utilizaremos como principal referência o texto denominado “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, cuja primeira publicação consta no livro “Da pediatria à psicanálise” (2000) e foi escrita em 1951. A segunda está no livro “O brincar e a realidade” (1975), versão publicada num jornal especializado dois anos depois. Existem algumas diferenças entre elas, que serão abordadas em seguida.

Na primeira versão, Winnicott acrescenta um subtítulo: “um estudo da primeira posse não-eu”. Numa nota de rodapé ele explica: “posse”, e não “objeto”; a utilização deste último termo pode levar a erros graves em relação à compreensão do texto, sendo este o motivo pelo qual achamos importante refletirmos sobre essa distinção. Entendemos que essa diferença se relaciona diretamente à originalidade de seu pensamento em relação aos objetos e fenômenos transicionais.

Isso acontece porque, ao tratar da transicionalidade, Winnicott está se referindo a processos que ocorrem a partir de uma relação, sendo importante o que se dá neste “entre”, e que não se localiza em nenhuma das extremidades constituídas pelos termos em relação, estando, por este motivo, paradoxalmente, num lugar não-localizável – o que é denominado por ele de “espaço potencial”. A partir deste lugar, ou melhor, deste ‘não-lugar’, o que importa não são os termos

da relação, que se localizam em suas extremidades, numa das quais podemos localizar o que seria o objeto (ou o sujeito).

Winnicott foi sensível a esses processos a partir da clínica de seus pacientes psicóticos e *borderlines*³³, assim como também de sua observação da relação entre as mães e seus bebês. Neste caso, mãe e bebê são constituídos, ao mesmo tempo, pela relação que entre eles se estabelece, uma vez que eles não pré-existem a essa relação.

Encontram-se fora desse âmbito tanto as relações objetais quanto as interpessoais. Não que elas não existam, mas elas só aparecem num momento posterior, uma vez que, nelas, são valorizados os objetos e as pessoas em relação, e não a relação em si. Sendo assim, ao valorizarmos a relação, é o que acontece ‘entre’ os termos que vai, incondicionalmente, modificá-los.

Não é raro o hábito de bebês de colocar os punhos, dedos ou polegares na boca: neste simples e corriqueiro ato, podemos encontrar algo mais que a excitação oral ali presente – eles são a prerrogativa de uma experiência que se desenvolve no sentido de encontrar no mundo externo um objeto, embora este ainda não seja percebido como tal.

Este gesto, aliado ao cuidado de uma mãe atenta, possibilita o que vimos anteriormente como o fenômeno da ilusão, o qual permite ao bebê a ilusão de haver criado o que encontrou. “Um objeto que é apresentado não para ser meramente reconhecido, mas para ser criado” (Rosário, 2007, pág.25). Esse objeto, então, é uma mistura, pois ele é um objeto real ao mesmo tempo em que é subjetivamente concebido pelo bebê. Por não ser, ainda, uma pessoa integrada, o bebê não se relaciona como uma unidade com os objetos, da mesma maneira em que não os concebe enquanto tais.

Esta é uma concepção acerca da subjetividade bem diferente da predominante na Psicanálise, esta a que considera como mais importante as relações entre objetos e pessoas totais. Até mesmo porque, como sempre pontuamos, ao examinar as relações que acontecem ainda num momento precoce da vida, no qual o bebê ainda não é uma pessoa integrada, Winnicott elabora acerca de processos que se encontrarão presentes durante toda a existência de um

³³ Esses pacientes são aqueles em que o cerne de seu distúrbio é psicótico, mas ele está de posse de uma organização psiconeurótica suficiente para apresentar uma psicose, ou um distúrbio psicossomático (Cf. Winnicott, 1975, pág.122).

indivíduo. Estes processos se relacionam diretamente a um viver criativo, ou seja, a fim de que possa viver numa relação criativa com o mundo é preciso que um indivíduo possa experimentar momentos de não-integração, ainda que eles aconteçam num momento tardio de sua vida. Assim Winnicott nos diz:

de todo indivíduo que chegou ao estágio de ser uma unidade, com uma membrana limitadora e um exterior e um interior, pode-se dizer que existe uma realidade *interna* para esse indivíduo, um mundo interno que pode ser rico ou pobre, estar em paz ou em guerra. Isso ajuda; mas é suficiente? (Winnicott, 1975, pág.15, grifos do autor)

Nesta versão mais recente, da qual foi extraído o trecho acima, Winnicott demonstra, com essa pergunta final, uma postura de total confiança em suas formulações acerca dos fenômenos transicionais. Esta pergunta, um tanto impaciente, não consta da primeira versão, dois anos mais nova que a última.

Winnicott estava cada vez mais certo de que, a despeito da importância da realidade interna, a realidade externa e, mais ainda, a quantas ia a relação entre elas era o que merecia mais a nossa atenção. Ele estava abertamente se opondo a uma psicanálise que considera a realidade interna o fator preponderante, assim como a idéia do indivíduo como uma unidade. Em suas próprias palavras:

minha reivindicação é a de que, se existe necessidade desse enunciado duplo, há também a de um triplo: a terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de *experimentação*, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas. (Winnicott, 1975, pág.15)

Desta maneira, encontram-se relacionados aos fenômenos transicionais uma gama infinita de exemplos, tais como os polegares ou uma ponta de cobertor que são levados à boca, ou então sons de ‘mmmm, mmmm’, assim como as primeiras notas musicais, ou, até mesmo, um olhar. Ou seja, tudo aquilo que produz uma situação em que é possível relaxar quanto à questão que põe em xeque se ‘isto’ está ligado à realidade interna ou à realidade externa.

Por ser um objeto que não pertence à realidade externa, mas possui as características de ser real, de ter um corpo físico, o objeto transicional impõe limites à experiência do bebê por sua “alteridade sólida do mundo externo” (Bezerra, 2007, pág.43). Ao mesmo tempo, é possível ao bebê que ele reative a experiência ilusória de onipotência. Ou seja, se por um lado ele se deixa alterar em parte pela ação imaginativa ou física da criança, por outro ele resiste a esta alteração.

Assim ele se abre numa dupla função: permite à criança experimentar sua potência criativa, ao dar expressão externa a suas fantasias e desejos, e simultaneamente lhe dá a oportunidade de reconhecer a autonomia e independência da realidade externa (Bezerra, 2007, pág.43)

Este momento produz uma suspensão das formas já estabelecidas e, assim, um dedo não é somente um dedo, mas algo através do qual um bebê pode ter uma experiência de algo novo, funcionando como um objeto parcial do seio, por exemplo. O que não quer dizer que “um dedo” signifique “o seio”: através da experiência, é algo inteiramente novo que se apresenta e não há o que poderíamos classificar como a representação de algo. Nesse sentido, o que importa é o processo de experimentação.

O que se evidencia a partir deste momento é a presença da ação: é necessário um ato, uma ação cujo reflexo se faz na realidade externa. Como diz Winnicott, há que se “fazer” coisas. A dimensão do tempo também deve ser incluída, pois fazer coisas toma tempo.

O prolongamento dessa ação é o reconhecimento de um campo diferente daquilo que podemos atribuir às experiências do eu; nesse sentido, como aquilo que se diferencia da realidade interna, falamos da realidade externa. Com o objeto transicional, portanto, o que se apresenta ao bebê é um horizonte existencial novo, no qual a realidade “passa a ser um campo de *ação* onde o eu se projeta como agente” (Bezerra, 2007, pág.43, grifos do autor), saindo do controle mágico para o controle pela manipulação.

E isso fica ainda muito mais interessante se aplicarmos aqui a concepção de desenvolvimento para Winnicott. O que queremos dizer é que os fenômenos transicionais acontecem durante toda a existência do indivíduo, não pertencendo

somente aos momentos iniciais de sua relação com o mundo. Dessa maneira, os fenômenos, assim como os objetos transicionais, sofrem um alargamento, alastrando-se por órbitas cada vez mais distantes. De acordo com Bezerra,

os objetos e fenômenos transicionais atraem o centro de gravidade da experiência psíquica para fora dos limites do universo subjetivo indiferenciado inicial e o põe em contato com os objetos do mundo externo e com os outros *eus*, inaugurando seu caminho rumo à independência e à constituição plena de sua subjetividade. Desse modo instala-se um processo contínuo de enriquecimento mútuo do mundo interno e da realidade externa: o *self* se realiza na ação criativa que seus impulsos agressivos engendram ampliando progressivamente o campo de suas experiências; e o mundo externo acolhe as transformações e criações que este *self* é capaz de produzir. (Bezerra, 2007, pág.44, grifos do autor)

Para compreendermos o que Winnicott trata por objeto transicional é necessário retornarmos ao objeto da primeira relação; esta acontece num momento ainda muito primevo da vida de um indivíduo, onde este ainda não se encontra no estado integrado. Trata-se, aqui, de um objeto real, mas que é experimentado pelo bebê como um objeto parcial, não somente porque o bebê ainda está num estado de não-integração, ou seja, ainda não é uma unidade, mas porque é inerente a esta relação que ela se faça ‘entre’, e não a partir de sujeitos e objetos – que entram no rol dos objetos totais.

O objeto transicional, então, precede o teste de realidade, ou, também podemos dizer, ele não é percebido como algo totalmente pertencente à realidade externa. Nem tampouco pertence totalmente à realidade interna. A realidade deste objeto, ou posse, se apresenta na medida em que o bebê não mais o controla de maneira onipotente, mas somente através da manipulação, o que implica uma ação, um ‘fazer’, e que permite que algo da ordem de uma certa resistência desse ‘objeto’ se faça presente devido ao fato dele possuir uma existência física real e que se impõe às solicitações imediatas do bebê, ao mesmo tempo em que um certo controle é possível e o bebê possa atribuir a esse objeto algo seu.

Devido a essas características, este objeto não é totalmente um objeto externo, nem totalmente um objeto interno. Apesar disso, ele depende do objeto interno para ser efetuado, ou seja, ele depende de que tenha havido um cuidado suficientemente bom para que o bebê tenha recursos internos que o tornem capaz de travar relações criativas com a realidade, isto é, o objeto interno está

diretamente articulado com as experimentações do bebê. Por sua vez, a existência desse objeto interno bom depende inteiramente do objeto externo, de seus cuidados, de sua constância e confiabilidade.

O que acontece na área do espaço transicional é, paradoxalmente, da ordem de uma loucura necessária à saúde; é como o coelho cor de púrpura, de olhos vermelhos, que, por ser muito travesso, vivia caindo da cômoda, e que costuma visitar com certa freqüência seu antigo dono, como consta no exemplo dado por Winnicott em seu livro “O brincar e a realidade” (1975). Segundo ele, esse menino de onze anos de idade, “com sentido de realidade normal para sua idade, falou como se lhe faltasse esse sentido ao descrever as qualidades e as atividades do objeto transicional” (pág.23).

Para Bezerra, o espaço transicional (ou potencial) se constitui como um campo de experimentação, espaço de manobra donde algo pode advir – algo em transição, dotado de potência de um porvir. Nele, não há a prevalência nem da realidade interna nem da realidade externa. Trata-se de um lugar virtual no qual o que prevalece é uma atividade especial: o brincar criativo, que se expande das brincadeiras infantis à vida cultural. Este é também um lugar de descanso para o indivíduo que deve, sempre, manter separadas realidade interna e externa, ainda que interligadas (Bezerra, 2007, pág.44).

Potencial, transicional, virtual, não-localizável, não-lugar: estes são os adjetivos atribuíveis a este espaço que, paradoxalmente, não ocupa, realmente, um lugar. Esta é uma área hipotética, que emerge a partir de um cuidado suficientemente bom. Para que consista, no entanto, é preciso que algumas condições tenham se estabelecido, tais como a vivência de experiências ilusórias de onipotência suficientes para sustentar o gesto criativo, além de um cuidado que não tenha impelido a criança a adaptar-se de forma submissa à realidade – o que pode ocorrer no caso de um ambiente inicial que tenha se mostrado intrusivo, retaliador ou indiferente aos primeiros gestos espontâneos do bebê (idem).

Devido a essas características, *o que acontece é que a consistência desta área e a capacidade para usufruí-la sofre grande variação entre os indivíduos, já que ela é fruto das experiências individuais do bebê, ou da criança, ou do adolescente, ou do adulto, no meio ambiente* (ibidem, grifos nossos).

Ou seja, as suas condições de possibilidade variam durante toda a existência do indivíduo. Sua característica principal é apontada por Bezerra como o seu

aspecto paradoxal, totalmente fugidio às polarizações, que aponta, ao mesmo tempo, para uma separação e continuidade existente entre o indivíduo e o mundo.

Os fenômenos transicionais são os primeiros estágios do uso da ilusão. Num momento posterior, eles estão na passagem da relação de objeto para o uso do objeto. Em ambos, o que está em pauta é a relação com a realidade externa, que é apreendida diferentemente de acordo com o estágio de desenvolvimento.

Assim, quando estão relacionados à ilusão, os fenômenos transicionais articulam-se à experiência de onipotência, na qual o que prevalece é a experimentação de um mundo criado a despeito de sua existência real. Apesar disso, essas características reais do objeto são importantes enquanto tais, justamente por enriquecer essa experiência, a princípio, subjetiva.

São estas características reais do objeto que fazem com que ele resista ao controle mágico onipotente, diferentemente do objeto interno. Ao mesmo tempo, ele não está totalmente fora de controle, como a mãe real. O objeto transicional tem como fonte a experiência de ilusão que a mãe suficientemente boa propicia ao oferecer o seio no momento em que o bebê está pronto para criá-lo (Bezerra, 2007, pág.43).

Já na passagem da relação de objeto para o uso do objeto, o que deve ser levado em conta é o objeto em si, ou, em termos winnicottianos, o ambiente, em sua propriedade de estar sempre ali. Muitas vezes, a partir da relação das mães com seus bebês, essa passagem não se realiza, pois não houve um cuidado que a garantisse. Em seu lugar, o bebê, em vez de se alimentar de algo que ainda não sente como separado de si mesmo, alimentando-se portanto de seu *self*, ele se nutre de algo que dele difere, ou seja, o ambiente se impõe ao bebê enquanto tal, ainda precocemente.

Dessa maneira, o bebê se encontra incapacitado para usar o objeto, pois isso é algo que acontece num momento posterior à relação de objeto: “o desenvolvimento da capacidade de usar um objeto constitui outro exemplo do processo de amadurecimento, como algo que depende de um ambiente propício” (Winnicott, 1975, pág.125). Este ambiente propício é capaz de suportar todos os impulsos de destruição a ele dirigidos, sobrevivendo a eles. Dessa maneira, de forma paradoxal, é possível que, apesar de destruído pela experiência subjetiva do bebê, ele continue ali, recebendo comunicação. A destruição acontece para fins de sobrevivência.

É importante notar que não se trata apenas da destruição do objeto pelo sujeito, pelo fato de estar o objeto fora da área do controle onipotente do sujeito. É igualmente importante o enunciado ao inverso, ou seja, que é a destruição do objeto que o coloca fora da área do controle onipotente do sujeito. Dessa forma, o objeto desenvolve sua própria autonomia e (se sobrevive) contribui para o sujeito, de acordo com suas próprias propriedades (Winnicott, 1975, pág.126)

É importante ressaltar a importância desse processo para os fenômenos transicionais, pois, apesar de apresentarmos essas etapas separadamente, elas acontecem ao mesmo tempo, como se fossem partes de engrenagens de uma mesma máquina.

Dessa maneira, *a realidade externa adquire importância fundamental tanto para a constituição subjetiva quanto para os processos criativos da subjetividade*. Como nos diz Winnicott, “em outras palavras, devido à sobrevivência do objeto, o sujeito pode agora começar a viver uma vida no mundo dos objetos e, assim, vem a lucrar imensuravelmente” (idem).

Colocado fora da área de controle onipotente através da destruição, é ao mesmo tempo em que o objeto é destruído por ser real, se impondo, dessa forma, ao indivíduo, que ele se torna real porque é destruído e, se tudo vai bem, sobrevive aos ataques impiedosos.

De uma certa maneira, podemos afirmar que a intencionalidade dos impulsos destrutivos não é a eliminação do objeto, mas a sua sobrevivência. Assim, a externalidade dos objetos é possibilitada pela agressividade, ambas essenciais aos processos criativos. A destruição, então, necessita da sobrevivência do objeto – mais uma idéia paradoxal.

A partir desse momento, no qual o objeto sobrevive, ele poderá sempre ser destruído, o que torna sua realidade sentida em toda a sua externalidade. O objeto pode, dessa forma, ser usado enquanto tal; e, em seu uso, ele está diretamente vinculado aos fenômenos transicionais, através dos quais ele passa a constituir subjetivamente, e criativamente, o indivíduo.

A próxima peça na engrenagem da máquina dos processos criativos constitutivos da subjetividade é o “brincar”. Este acontece a partir dos fenômenos transicionais, traduzindo-se num movimento autopoiético no qual “brincar é

fazer” (Winnicott, 1975, pág. 63). Apesar de atribuirmos o ato de brincar prioritariamente às crianças, ele está diretamente articulado ao viver criativo, relacionando-se, dessa forma, também aos adultos. Rogério Luz, em uma única frase, compõe de maneira clara a relação entre espaço potencial, brincar e realidade: “o espaço potencial é um terreno de jogo, de fronteiras indeterminadas, que *faz* nossa realidade”, ele diz.

A partir de sua teoria sobre os fenômenos transicionais, Winnicott pôde aperfeiçoar sua concepção acerca do brincar. Para ele,

o brincar tem um lugar e um tempo. Não é dentro, em nenhum emprego da palavra (e infelizmente, é verdade que a palavra “dentro” possui muitos e variados usos no estudo psicanalítico). Tampouco é fora, o que equivale a dizer que não constitui parte do mundo repudiado, do não-eu, aquilo que o indivíduo decidiu identificar (com dificuldade e até mesmo sofrimento) como verdadeiramente externo, fora do controle mágico. Para controlar o que está fora, há que fazer coisas, não simplesmente pensar ou desejar, e fazer coisas toma tempo. Brincar é fazer. (Winnicott, 1975, pág.62/63; grifos do autor)

Tal como os fenômenos transicionais, o brincar tem como lugar privilegiado o “entre”, pois ele acontece a partir da relação. Este lugar não localizável, que chamamos acima de não-lugar, é o que Winnicott trata por “espaço potencial ou transicional”. De acordo com Bezerra, apesar de usar termos espacializantes, como área e espaço, eles vêm sempre acompanhado de um adjetivo que remete a uma outra direção, indicando ação, movimento, criação (Bezerra, 2007, pág.45). *A inauguração deste espaço se faz no encontro entre mãe e bebê e se estende aos relacionamentos grupais, abarcando, portanto, toda a existência do indivíduo.*

O brincar é o que se faz na passagem da relação de objeto para o uso do objeto. Ou seja, na experiência do jogo, a criança usa materialmente o objeto, no emprego que faz dele no espaço e no tempo. No que acima descrevemos como relação, encontramos os fenômenos transicionais. Por sua vez, o brincar está diretamente relacionado ao uso do objeto, pois, para que aconteça, faz-se necessário o objeto em si, e não um objeto onipotentemente controlado. Por isso, não basta simplesmente pensar ou desejar – há que se fazer coisas.

O brincar, então, depende da relação inicial entre a mãe e seu bebê, que possibilita a experiência paradoxal de criar o que estava lá para ser encontrado;

esta mãe, em seus cuidados suficientemente bons, sobrevive enquanto objeto (ainda que subjetivamente concebido) aos impulsos destrutivos de seu bebê; dessa maneira, ela permite a ele experimentar a confiança num ambiente que, então, lhe serve de continente em seus momentos não-integrados. A partir dessa relação, o bebê vive de maneira onipotente a sua relação com o mundo, experimentando um momento de ilusão.

Tão importante quanto a ilusão, a desilusão fornece os dados relacionados com a realidade externa, necessários ao momento. Se tudo vai bem, cria-se uma área intermediária de experiência, pois o bebê, até certo ponto, experimenta a onipotência ao mesmo tempo em que, na medida de sua capacidade, percebe o objeto como real. A esse espaço potencial que une mãe e bebê, Winnicott chama de *playground*.

“O estágio seguinte é ficar sozinho na presença de alguém”, nos diz Winnicott (Winnicott, 1975, pág.71). Este paradoxo diz respeito à possibilidade de se enriquecer a partir da brincadeira, num uso do objeto em proveito próprio no qual o cerne da subjetividade se constitui: o verdadeiro *self*. Esse isolamento, primário, só é possível porque a criança, sem ter com que se preocupar, pois não há um ambiente que a ela se impõe, obrigando-a a ter uma preocupação precocemente, pode, então, relaxar e usufruir da área de repouso, o seu *playground*. Isso é possível, repetimos, porque houve alguém que lhe permitiu ter confiança e segurança, permanecendo disponível para ser lembrado após ter sido esquecido. O brincar, então, em qualquer tempo, requer um ambiente que o sustente.

Inicialmente, este ambiente está localizado na figura da mãe ou de alguém responsável pelos cuidados para com o bebê; na medida em que o tempo passa, o ambiente também se transforma, localizando-se na experiência cultural. Assim nos diz Winnicott:

chamo a atenção para o fato de que não se pode fazer uma descrição do desenvolvimento emocional do indivíduo inteiramente em termos do indivíduo, mas considerando que em certa áreas – e essa é uma delas, talvez a principal – *o comportamento do ambiente faz parte do próprio desenvolvimento pessoal do indivíduo* e, portanto, tem de ser incluído. (Winnicott, 1975, pág.79; grifos nossos)

Dessa maneira, o *ambiente influi diretamente nos processos criativos*. Essa afirmação tem outras implicações importantes, se recapitulamos o que viemos estudando até agora. Por exemplo, alcançando esferas cada vez mais amplas, e levando-se em conta a idéia de desenvolvimento para Winnicott, *somos incessantemente constituídos por um ambiente que extrapola os limites do âmbito familiar*, localizando-se, portanto, na experiência cultural.

Constituídos dessa maneira, não há como pensarmos em algo que corresponderia a nossa essência, imutável, ao qual devêssemos buscar a fim de que possamos, de fato, saber como viver. A vida se faz no encontro, pelo brincar – experiência que pressupõe um fazer. Portanto, devemos estar atentos aos movimentos próprios de nossa experiência de estar vivo, movimentos estes que, por estarem fora do campo representacional, causam estranhamento.

É o que acontece, por exemplo, na experiência do brincar, e que a criança, por estar mais liberta das amarras identificatórias, consegue usufruir e que nós, adultos, geralmente repudiamos pela vertigem que nos causa. Nesta experiência, é preciso suportar coisas que se assemelham a uma experiência de loucura, como sequências de pensamento aparentemente desconexas ou o afrouxamento dos elos causais que marcam a definição identitária de um Eu. Para que isso ocorra, é necessário uma pausa – um momento de repouso sustentado pelo sucesso das provisões ambientais.

Nessa experiência, devemos ressaltar também a sua dimensão temporal, pois brincar é fazer e, fazer, toma tempo. Não falamos aqui de um tempo cronológico, mas de uma outra dimensão temporal que se encontra relacionada à experiência mesma de constituição subjetiva. Habitar este espaço, este “entre”, envolve uma suspensão de identificações já instauradas, a fim de que outras configurações possam acontecer, o que pressupõe um intervalo temporal no seio dos processos criativos constitutivos da subjetividade.

Por tudo que vimos até este momento, já temos recursos suficientes para entender o que Winnicott quer dizer quando nos fala que a criatividade é um colorido de toda atitude com relação à realidade externa.

É através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida. Em contraste, existe um relacionamento de submissão com a realidade externa, onde o mundo em todos seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou a exigir adaptação. A submissão

traz consigo um sentido de inutilidade e está associada à idéia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida. Muitos indivíduos experimentaram suficientemente o viver criativo para reconhecer, de maneira tantalizante, a forma não criativa pela qual estão vivendo, como se estivessem presos à criatividade de outrem, ou de uma máquina. (Winnicott, 1975, pág.95)

Ou seja: a criatividade é inerente ao viver – viver criativo. Este encontra-se ausente num indivíduo doente ou que, devido a fatores ambientais, teve seus processos criativos sufocados. *Dessa maneira, podemos trazer para um debate atual, seja qual época for, uma discussão acerca dos processos criativos, pois é possível afirmarmos a “destruição da criatividade em indivíduos pela ação de fatores ambientais, numa data tardia no crescimento pessoal”* (Winnicott, 1975, pág.99; grifos nossos).

Winnicott nos diz, em “O brincar e a realidade”, que não é possível compartilharmos da ilusão de outra pessoa; no entanto, podemos compartilhar uma *experiência ilusória*, e isso é o que acontece quando somos fortemente tocados por uma música, ou ao vermos uma pintura, ou quando assistimos a um filme, ou mesmo quando pertencemos a alguma religião.

Estas podem ser experiências dotadas de uma certa intensidade, não pertencentes ao rol das experiências de nosso dia-a-dia comum: ao vivê-las, experimentamos algo de novo que passa, então, a nos constituir subjetivamente. É através da possibilidade de compartilhamento dessas experiências, essencialmente criativas, que podemos reunir e formar um grupo com base em sua similaridade, sendo esta, segundo suas palavras, a raiz natural do agrupamento entre os seres humanos. O que pensar de uma sociedade na qual a maioria dos indivíduos se encontram destituídos destes processos criativos constitutivos do viver humano?

No entanto, Winnicott é otimista; ele aposta na vida, apesar de considerar que viver não é nada fácil. Para ele, mesmo nos casos mais extremos não há uma destruição total pelo ambiente da capacidade de um indivíduo para o viver criativo. Mesmo quando se estabelece um falso *self*, há um núcleo que se mantém oculto e que sofre, portanto, as conseqüências de um empobrecimento por falta de relações com a realidade externa.

3.5

E mais ainda...a filosofia e os fenômenos constitutivos da subjetividade

Ao abordarmos o conceito winnicottiano de espaço transicional, assim como os fenômenos e objetos transicionais, e o brincar, vimos, através da descrição desses processos, como vamos, ao longo de nossa existência, nos constituindo subjetivamente. Essa análise implica, inexoravelmente, uma ampliação de nossos campos de afetação, que vão de um cuidado suficientemente bom à experiência cultural, como nos diz o próprio Winnicott.

Compreender o que nos acontece a partir dessas formulações é de suma importância, pois trata-se de uma análise que nos permite apreender um jogo de forças que compõe um contexto cultural. Acreditamos que, dada a sua importância, é necessário buscarmos um aprofundamento da compreensão desses processos, e para esse fim temos a filosofia como uma aliada importante.

Diante disso, iniciaremos nosso mergulho na filosofia a fim de melhor compreender os processos de constituição subjetiva desde os primórdios da relação do bebê com sua mãe. Para tal, retiramos de nossa caixa de ferramentas a filosofia de Gilles Deleuze e o que ele formula acerca de nossa constituição subjetiva a partir dos “hábitos”.

Em sua leitura de Hume, filósofo empirista do século XVIII, Deleuze nos fala da emergência da subjetividade a partir de um ponto de alteridade no qual o outro, que não precisa necessariamente ser personificado, nos constitui na medida em que com ele nos relacionamos. O interessante nisso é que Deleuze está abordando a relação fora do registro da representação. Ele vai então nos falar acerca das sínteses passivas. Estas, por sua vez, necessitam da repetição para que possam emergir. Ou seja, algo que se repete e que, ao fazê-lo, instaura alguma coisa nova naquele que o contempla: encontramos aqui a emergência da subjetividade, como veremos a seguir.

Dessa forma, quando nasce o bebê, podemos afirmar: já existe, ali, uma subjetividade. É certo que não podemos falar que ali já existe um sujeito. Mesmo enquanto se encontra no útero materno, o bebê tem, com sua mãe, uma relação, que se atualiza principalmente pelo ambiente no qual está inserido. É

ainda no ventre que ele, dentre outras coisas, se familiariza com a voz de sua mãe, por exemplo. Não estamos, aqui, nos referindo a algo que seria da ordem da representação. Mas algo há que se apresenta e que se faz presente em sua constituição. Esse algo, então, é da ordem de um afeto, algo que se imprime no ser do bebê e que constitui sua subjetividade⁴.

A partir de condições orgânicas favoráveis, o bebê repetidamente entra em contato com este som proveniente da fala de sua mãe. Ele, então, não procede a um processo de assimilação e reflexão que o leva à conclusão de que este som, então, é a voz de sua mãe. O que acontece é algo da ordem de uma “contemplação”, isto é, o fato de estar em relação e de estar continuamente exposto a esta situação, faz com que, num determinado momento (que não é possível precisar qual seria), algo da ordem de uma diferença se instaura no ser do bebê: uma diferença que acontece por repetição. É disto que trata o livro de Deleuze, “Diferença e repetição” (2006).

Em si mesma, a repetição em nada se altera; algo pode se repetir diversas vezes, sem que essa repetição seja a responsável por algo que se altera naquele para o qual se repete. Não é difícil encontrarmos exemplos disso em nosso dia-a-dia. É o que acontece, por exemplo, quando passamos numa mesma rua durante um certo período de tempo e, de repente, percebemos uma construção, uma casa que “nunca” tínhamos visto. Ela sempre esteve ali, mas não havia, ainda, “aparecido”.

A importância da repetição reside num “para-si” que ela instaura, ou seja, numa diferença que se imprime numa subjetividade por algo que a ela se apresenta repetidas vezes. É aí, então, que, a partir de hábitos contraídos, uma diferença é extraída da repetição. Isso é o que tratamos aqui por “hábito”.

A linguagem comum não se engana: contraímos hábitos durante nossa existência. A diferença desse uso corriqueiro para o uso da filosofia é que o hábito, para esta última, não está articulado ao comportamento, nem tampouco às atividades de alguém, o que se encontraria no campo representacional. Estamos falando de algo que está fora desse registro, de um momento de pura afecção. Somos, então, placa sensível, corpo vibrátil animado por sensações.

⁴ Para uma descrição do que tratamos por afeto, ver capítulo II, pág.

Entendemos a idéia de criação de Winnicott relacionada a esse momento como esta contração, na qual uma diferença se instaura no bebê, ainda no útero, e passa, então, a constituí-lo. A partir de seus impulsos agressivos, que se caracterizam nesse momento pela motilidade, o bebê ‘descobre’ o ambiente no qual está inserido, se constituindo a partir de sua relação com ele. Assim, se este ambiente é sentido como um facilitador de sua expansão, é possível falarmos de uma constituição do ser do bebê diferente da que se apresenta quando este ambiente é sentido como hostil.

No entanto, de uma forma geral, é possível conjeturarmos que, neste momento, as chances de que o bebê tenha uma experimentação favorável em sua relação com o ambiente são muito maiores do que o seu inverso. Dessa forma, ao nascer, todos teriam experimentado um ambiente suficientemente bom, o que daria margem para a ocorrência dos processos de deprivação⁵ e suas consequências num momento posterior.

Existe, também, neste momento, uma experiência corporal, na qual a constituição orgânica do bebê é composta por processos de contração, ou seja, por hábitos. No ventre, o bebê se encontra num ambiente perfeito que o supre de suas necessidades orgânicas e que, também, passa a constituí-lo de maneira cada vez mais complexa. A criação de hábitos se estende à esfera orgânica. Isso cria em seu corpo algo que está articulado com sua subjetividade, constituindo-o e fazendo que ele procure por continuar experimentando algo dessa ordem ao nascer. Dessa maneira, não podemos falar somente de uma psique ou de um soma, mas de um psicossoma.

Constituído por substâncias que o poupavam da sensação de fome enquanto ainda estava no ventre, ao sair ele precisa lidar com algo para o qual ainda não se encontra em condições de compreender. Neste momento, é em direção à mãe que ele vai, pois é este encontro que o vem constituindo desde sempre. São múltiplos os signos pelos quais o recém-nascido reconhece sua mãe neste momento, dentre eles está a voz.

E a mãe, então, lhe oferece o seio. Essa ação, quando feita repetidamente segundo os preceitos de um cuidado suficientemente bom, instaura no bebê um hábito, uma vez que ele contrái esses instantes e passa, então a esperar que esse

⁵ Estes processos têm como efeito a vivência pelo bebê de que algo que antes tivera, lhe foi roubado, retirado dele.

seio apareça. Isso acontece porque, pela experiência, passa a existir um passado retido na contração; podemos falar também de um futuro porque, uma vez contraída a diferença, cria-se uma expectativa de que ela venha a acontecer de novo. A dimensão temporal é essencial nesse processo.

Para que a subjetividade emerja, é preciso que algo dure no tempo – um tempo no qual não há uma linearidade que colocaria em ordem passado, presente e futuro, mas um tempo em que o presente vivo da duração contrai tanto o passado quanto o futuro: a partir da diferença que se instaura, todos os instantes sucessivos e independentes da repetição se encontram contraídos, o que constitui o passado; e, a partir da diferença, algo, inicialmente novo, passa a ser esperado, criando-se uma expectativa.

É assim que, num determinado momento, o bebê já consegue lidar com algumas sensações e sabe o que fazer com elas; ele, então, chora de maneira diferente quando tem fome ou quando tem dor. Pelas afecções, algo da ordem de uma apercepção acontece e, dessa maneira, o bebê se constitui subjetivamente. E não somente o bebê, mas a mãe também, pois do que tratamos é, essencialmente, de uma relação; o que implica em, no mínimo, dois que são mutuamente afetados.

Isto é, a mãe seria afetada tanto quanto o bebê. No entanto, ela já se encontra inserida num campo representacional. O fato de já nos encontrarmos dotados de atividades relacionadas a esse campo não nos retira de um modo passivo constituinte, no qual se inserem essas sínteses. Nesse sentido, a percepção remete à apercepção, a uma espécie de sensibilidade primária que somos. Da mesma maneira, somos remetidos às nossas sínteses orgânicas, que nos constituem enquanto psicossoma.

É assim que, para Winnicott, o amor de uma mãe por seu bebê envolve, também, o apetite, por exemplo. Da mesma maneira, é toda uma imagem corporal que é re-significada pela mulher que passa a ser mãe. “Tudo isto forma um rico domínio de *signos*, envolvendo sempre o heterogêneo e animando o comportamento, pois cada contração, cada síntese passiva é constitutiva de um signo que se interpreta ou se desdobra nas sínteses ativas” (Deleuze, 2006, pág.115; grifos do autor).

Dessa maneira, os signos em relação aos quais sentimos a presença da água quando estamos com sede não se assemelham aos elementos constitutivos da água e dos quais nosso organismo sedento carece. A água, então, é um signo que

comporta um ‘para-si’ da experiência. E nesse para-si, tanto o organismo quanto o que entendemos por psiquismo são afetados pelo que difere na contração. E é pela contemplação, pela contração, que o hábito se faz e a mãe aprende o que é ‘ser mãe’, ou seja, uma mãe se faz mãe na relação com seu filho.

A formulação de Deleuze sobre as sínteses passivas nos ajuda a melhor compreendermos os processos de constituição subjetiva nos quais o ser vivo não aparece meramente como um ser adaptativo, mas um ser que resolve problemas e é capaz de modificar sua relação com o meio, assim como também modificar a si próprio inventando novas estruturas internas⁶.

Pela constituição de uma memória pré-verbal, emerge uma subjetividade através da qual os processos criativos acontecem, e o bebê pode, devido aos cuidados de uma mãe suficientemente boa, desenvolver seus potenciais em sua continuidade de ser.

A seguinte citação de Deleuze resume o que viemos tratando até aqui; assim ele nos diz:

quando dizemos que o hábito é contração, não falamos, pois, da ação instantânea que se compõe com outra para formar um elemento de repetição, mas da fusão dessa repetição no espírito que contempla. É preciso atribuir uma alma ao coração, aos músculos, aos nervos, às células, mas uma alma contemplativa cujo papel é contrair o hábito. Não há nisto qualquer hipótese bárbara ou mística: o hábito manifesta aí, ao contrário, sua plena generalidade, que não só concerne apenas aos hábitos sensórios-motores que temos (psicologicamente), mas, em primeiro lugar, os hábitos primários que somos, às milhares de sínteses passivas que nos compõem organicamente. (Deleuze, 2006, pág.116)

Neste sentido, o eu passivo não é somente receptividade, mas, através da capacidade de ter sensações e pela contemplação contraente que constitui o próprio organismo antes de constituir-lhe as sensações, este eu não pode ser considerado simples. Trata-se de um eu larvar, dissolvido, que emerge desde que se estabeleça uma contemplação furtiva em algum lugar, “desde que funcione em algum lugar uma máquina de contrair, capaz, durante um momento, de extrair diferença à repetição” (Deleuze, 2006, pág.122). Nesse sentido, o eu é uma multiplicidade, posto que é diferença extraída.

⁶ Cf. capítulo II, pág.56.

Porém, esta síntese não acontece sozinha. A fim de que possamos compreender os processos que envolvem a constituição subjetiva e a criatividade é necessário que a ela seja atribuída uma outra síntese, chamada por Deleuze de segunda síntese passiva. Apesar do nome, não há entre elas uma ordem estabelecida e necessária; é importante que tenhamos em mente que elas acontecem concomitante e simultaneamente.

Na segunda síntese, observamos a constituição de uma memória cujo desdobramento é uma síntese ativa fundada sobre o hábito. A síntese passiva que funda a memória é distinta do hábito, este composto por contemplações contraentes. Pela instauração da memória, torna-se possível a reprodução, determinada pelas relações variáveis de semelhança e contigüidade conhecidas pelo nome de associação (Deleuze, 2006, pág.124).

Com o desdobramento dessa síntese passiva na síntese ativa, já é possível falarmos em representação. E a representação, neste caso, deve ser entendida não somente como o que representa alguma coisa, mas como portadora disso que ela representa acrescido da diferença contraída na contemplação. Ou seja, a representação, atual, representa o passado da experiência e representa, também, a si própria.

Dessa forma, há, sempre, em qualquer representação atual, um desdobramento virtual que com ela compõe. A isto, Deleuze chama de “síntese ativa da memória” (idem, pág.125). Winnicott não discorda de Deleuze neste ponto: a realidade externa nunca é apreendida em si mesma por um indivíduo, mas ela comporta sempre algo de singular na sua percepção e que se relaciona com suas experiências, ou, também podemos dizer que se relaciona com seu mundo próprio⁷, com suas afecções.

O mesmo acontece em relação à transicionalidade. É assim que o objeto transicional comporta sempre um mais além que não se esgota em sua representação atual. Ele é, ao mesmo tempo, real e subjetivo, objeto em si e mãe – mas vale dizer que não são as características psicológicas da mãe que ele comporta, mas aquilo que, na experiência, na relação do bebê com a mãe foi contraído e assimilado à experiência, de tal maneira que possa ser evocado num outro momento.

⁷ A noção de mundo próprio será abordada mais adiante.

Esta evocação, no entanto, não acontece somente de forma proposital, segundo a vontade daquele que rememora. Pelo próprio desdobramento do objeto, algo da ordem do pré-verbal pode causar uma abrupta evocação da memória. Nesse caso, tratamos de uma memória involuntária. Para essa síntese, um passado da experiência se faz essencialmente importante, um passado que se refere a um tempo presente, posto que se atualiza no encontro, ao mesmo tempo em que, ausente de representações, se desdobra numa memória através das associações.

A memória involuntária se diferencia da voluntária principalmente porque esta última está calcada na representação e pressupõe uma vontade, um esforço. No primeiro caso, ao contrário, ela acontece à revelia do indivíduo e, ao se fazer presente, a lembrança, paradoxalmente, é como nunca fora antes. E é esse novo colorido que lança o indivíduo para a experimentação de algo que, embora lhe apareça como já vivido, possui, em si, um afeto inédito. Esta memória, então, está relacionada com as sensações.

Nesse momento em que se mesclam representação e irrepresentável ou, nas palavras de Winnicott, percepção e apercepção, o indivíduo é forçado a um movimento, justamente para que a representação possa dar conta daquilo que escapa. Nesse movimento, encontramos os processos criativos, uma vez que, impossíveis de serem pensadas separadamente, as duas sínteses passivas promovem desestabilizações nisso que é, em sua natureza, metaestável⁸.

A fim de aprofundarmos essa idéia de metaestabilidade, devemos, portanto, já inserir na discussão a terceira síntese, que acontece quando já não é mais possível falarmos de um passado, um presente e um futuro, porque, apesar de necessitar das outras sínteses, esta síntese provoca uma transformação nisso que já é, em si, metaestável. É então que passado, presente e futuro deixam de rimar, e o indivíduo, lançado no vazio que a experiência provoca, cria. Ou, ao contrário, sucumbe a esse movimento e se paralisa.

Dessa maneira, a terceira síntese está articulada aos movimentos nos quais é lançado o indivíduo a partir do encontro, movimentos esses que suspendem as formas de reconhecimento de um eu, levando o indivíduo a criar novas configurações.

⁸ Cf. capítulo II.

Como dissemos anteriormente, apesar de suas diferenças não há como pensarmos o funcionamento dessas sínteses em separado. Fazendo parte de um eixo de pensamento que percorre toda a obra de Deleuze, seguiremos, agora, com seu livro “Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia”, escrito juntamente com Félix Guattari. De uma forma geral, o que faremos a partir de agora é mostrar uma outra abordagem das sínteses permanecendo fiel ao pensamento do filósofo. Assim procederemos por considerarmos esse período de sua produção uma abordagem que em muito nos facilitará uma compreensão dos processos de constituição subjetiva em sua transversalização com a experiência cultural. Como faz parte de nosso trajeto, mantemos, ainda, uma interlocução com o pensamento de Winnicott, sobretudo no que diz respeito a uma reflexão acerca dos modos de subjetivação atuais.

Localizados num espaço que, paradoxalmente, remete às transformações, estando, portanto, sempre em movimento, os fenômenos transicionais nos permitem refletir acerca de uma dimensão política em nossa subjetividade. Nesse sentido, falamos de algo que se dá muito menos no campo da realidade efetuada do que da realidade em efetuação, ou seja, da que está em vias de se fazer.

Não podemos separar do campo político a dimensão impessoal, o processo de produção; em termos winnicottianos, os fenômenos transicionais, posto que estes estão diretamente relacionados a uma dimensão de alteridade que inclui, dentre outros, a dimensão da experiência cultural. A realidade em efetuação é aquela que está, justamente, inundada pelo movimento do devir.

No livro escrito com Félix Guattari, este e Deleuze dedicam um capítulo inteiro a essa questão. A proposta principal é que se possa pensar o ser a partir do devir. Neste sentido, o que vai importar são os processos através dos quais o indivíduo⁹, segundo a concepção winnicottiana, se constitui subjetivamente falando.

O resultado deste processo, do qual emerge o que entendemos por subjetivo, é o que vem sempre depois, num momento posterior aos acontecimentos que se dão neste espaço potencial, pois o que acontece aqui é uma diluição da forma. Como nos dizem os autores, o devir é o que tumultua os sentimentos subjetivos (Deleuze & Guattari, 2002, pág.12).

⁹ Cf. capítulo II, “considerações iniciais”, pág.40.

O campo do devir está aquém da representação. Ele pertence, tal como os fenômenos transicionais, a um não-lugar, a uma desterritorialização¹⁰. Dessa maneira, o devir não pode ser pensado em termos de uma correspondência de relações, nem de semelhança, imitação ou identificação, o que empobreceria o fenômeno considerado. O devir pode e deve ser qualificado sem ter um termo que seria algo que se encontra no campo representacional, como o que se ‘tornou’. Assim, podemos falar, por exemplo, de um devir-animal do homem, o que não implica em dizer que este homem teria se tornado um animal (identificação), ou se pareceria a um animal (semelhança), ou agiria como um animal (imitação).

É por acoplagem em blocos que procede o devir: a coexistência de realidades distintas que, ao devir, se desmaterializam. Dessa forma, num devir-animal do homem, já não podemos mais falar de um homem ou de um animal, por tratar-se, justamente, de um homem e de um animal que não são categóricos. Nesta relação, só é possível falar, paradoxalmente, de ‘um’ homem ou ‘um’ animal, indefinidos, caindo por terra toda a tentativa de atribuição de propriedades, seja para um ou para outro.

Dessa forma, o sentido do devir é criador, pois ‘um’ homem, da maneira como descrito acima, é ‘um’ homem em transformação, em devir. Algo irromperá a partir deste encontro no qual as formas se desmancham; mas o que virá não pode ser previsto nem mesmo calculado. Não há como predizer o que acontecerá aos termos em relação, ou seja, ao que acontecerá ‘entre’, sob as relações assinaláveis. Pensemos a relação do bebê com sua mãe: é ao mesmo tempo em que o bebê investe no meio que ele devém com esse meio, e o que está implicado no devir se duplica numa subjetividade

Desta maneira, podemos comparar um devir a um rizoma, com suas ramificações sem curso definido nem com um eixo central do qual partiriam seus ramos. Saindo da condição orgânica, podemos comparar, também, devir a um verbo, em toda a condição de processualidade que este convoca: o que importa está no ‘fazer’, e não no feito; no ‘ler’, e não no lido; no ‘amar’, e não no amado.

Numa compreensão acerca do devir que compõe com a concepção de Winnicott sobre desenvolvimento, o devir não é evolução, mas “involução”. Considerando a idéia de evolução como algo que vai do menos para o mais, a

¹⁰ Este conceito será abordado mais adiante.

involução, ao contrário, vai do mais para o menos: do mais diferenciado ao menos diferenciado. Isto é, em direção a uma desmaterialização das formas a fim de que outras possam emergir. Nesse sentido, a involução é criadora e, paradoxalmente, necessária à evolução.

O desenvolvimento se faz por lacunas, por velocidades variadas de rapidez e lentidão, por voltas espiraladas. Nesse movimento que não acontece de maneira constante, o indivíduo se constitui por acoplamentos, pela formação de blocos entre heterogêneos que acontecem por contágio, cujo resto compõe o que consideramos um Eu. O que está entre os termos da relação e que irá compor, num momento posterior, o indivíduo, é, por sua natureza, múltiplo: somos organismo, somos relações, somos cultura. E, dessa forma, nos territorializamos¹¹.

Um devir pode ser animal, devir-animal, pois “todo animal é antes um bando, uma matilha” (pág.20). Trata-se, aqui, de uma multiplicidade. “É esse o ponto em que o homem tem a ver com o animal. Não nos tornamos animal sem um fascínio pela matilha, pela multiplicidade. Fascínio do fora? Ou a multiplicidade que nos fascina já está em relação com uma multiplicidade que habita dentro de nós?” (idem) e faz vacilar o eu, nos arrancando da humanidade.

Talvez o poeta tenha mais liberdade para falar desse processo:

Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranqüilos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso. Estava deitado sobre suas costas duras como couraça e, ao levantar um pouco a cabeça, viu seu ventre abaulado, marrom, dividido por nervuras arqueadas, no topo do qual a coberta, prestes a deslizar de vez, ainda mal se sustinha. Suas numerosas pernas, lastimavelmente finas em comparação com o volume do resto do corpo, tremulavam desamparadas diante dos seus olhos.

- O que aconteceu comigo? – pensou.

(Kafka, 2002, pág.7)

Para que possamos compreender melhor do que trata o conceito de devir, devemos articular o que os autores tratam por ‘multiplicidade’ com a idéia de ‘intensidade’. O múltiplo, aqui, não se refere a uma série, mas a linhas e dimensões que provocam desestabilizações, limiares de tensão. E os devires não páram por aqui. Como nos dizem os autores,

¹¹ Este conceito será abordado mais adiante.

Não se deve atribuir aos devires-animais uma importância exclusiva. Seriam antes segmentos ocupando uma região mediana. Aquém deles encontramos devires-mulher, devires-criança (talvez o devir-mulher possua sobre todos os outros um particular poder de introdução, e é menos a mulher que é feiticeira e mais a feitiçaria é que passa por esse devir-mulher). Para além deles, ainda, encontramos devires-elementares, celulares, moleculares, e até devires-imperceptíveis (Deleuze & Guattari, 2002, pág.32)

Ao tratar desta maneira os processos de constituição subjetiva, o que acontece é uma abertura para pensarmos a emergência do indivíduo. É por conexões que devemos pensá-la, o que aponta para a política ou para a arte, por exemplo. Não se trata mais de apontar exclusivamente para a interioridade de um sujeito, mas para suas condições reais de experimentação. Nesse caso, experimentar é sinônimo de se agenciar.

Não importa qual o devir, eles têm em comum a particularidade de provocarem os processos de criação. Num encontro com algo que provoca movimentos no que já é em si metaestável, é o que pode ser sentido (na ordem da sensação e não do sentimento), o signo como instância intensiva o que importa. Encontrar um objeto, seja ele qual for, produz em nós, inevitavelmente, um esforço de reconhecimento. Entretanto, há algo singular ao encontro que provoca instabilidades.

Isso que não entra numa cadeia de reconhecimento só pode ser da ordem da sensação ou, utilizando um termo winnicottiano, da apercepção. Logo, na coisa encontrada, seja ela de que ordem for, há algo que lhe escapa e que com o indivíduo pode compor ou não. Isso que escapa não é qualidade de um objeto, nem é signo de alguma coisa, mas algo que desperta no indivíduo uma sensibilidade que antes não existia. Não pertencendo ao objeto nem ao sujeito, mas emergindo a partir do encontro, da relação que se estabelece, podemos falar em intensidade.

Esta operação é o pano de fundo de todos os processos criativos. Há alguma coisa que só pode ser sentida e que convoca o indivíduo a uma reconfiguração, deflagrando um processo autopoietico de criação de si. A isto que está no 'entre', fora do campo representacional, e que não está referido à coisa encontrada nem tampouco à subjetividade daquele que experimenta, chamamos 'devir'. Os devires podem ser entendidos, então, como estados afetivos.

Intensidade é justamente o que não é representável e, como tal, marca uma diferença por comportar em si uma multiplicidade. Como dissemos anteriormente, há sempre, e necessariamente, um acoplamento, elementos heterogêneos que são, por sua vez, formados por outra série de elementos heterogêneos, caracterizando um “estado da diferença infinitamente desdobrada” (Deleuze, 2006, pág.356), chamado por Deleuze de “disparidade”.

A intensidade como razão do sensível da diferença traduz a constituição subjetiva a partir do encontro com o díspar, com o desigual – multiplicidades que encontram multiplicidades. Dessa forma, é importante que tenhamos em mente que, ao nos referirmos à “diferença” não tratamos do que *é* diferente, mas do que possibilita o próprio diferir, o que *está* se *diferindo*, sendo puro processo. À intensidade se liga o processo de individuação.

No ato de individuação, não há uma superação do problema, mas uma integração dos elementos díspares num estado de acoplamento que tem como critério assegurar uma ressonância interna. Dessa forma, podemos falar do indivíduo como uma metade pré-individual da qual constam suas singularidades. Não se trata aqui de um impessoal, mas de processos que respondem à questão “*quem?*” ao se atualizarem. Como nos diz Deleuze, “a individuação é o ato da intensidade que determina as relações diferenciais a se atualizarem, de acordo com linhas de diferenciação, nas qualidades e nos extensos que ela cria” (idem, pág.393).

Por ser todo processo de atualização insuficiente para esgotar a intensidade, podemos dizer que há algo que escapa aos processos de subjetivação. Há, ainda, um certo gradiente de intensidade individuante que comanda a atualização, sendo que aquela mantém sobre esta última um primado. O fato de ocorrerem processos de individuações que se fazem no extenso já desenvolvido e que esse extenso não dá conta diz de uma diferença que nunca se esgota no extenso. Anulada na superfície, contudo ela segue, subterrânea, implicada em si mesma. Atribuímos a essa diferença os processos criativos, inerentes ao viver.

O que queremos pontuar é que a individuação deve ser pensada como anterior aos processos de atualização, constituindo um reservatório de singularidades pré-individuais que participam dos processos de diferenciação. Ao falarmos de individuação, não tratamos de um caráter do Eu, mas, pelo contrário, nos referimos a um sistema onde o Eu encontra-se dissolvido.

Só podemos devir outro por um encontro com algo que difere de nós. Ao introduzirmos a idéia de objeto neste ponto visamos, em primeiro lugar, a uma desconstrução do par sujeito/objeto, uma vez que, como viemos apontando no desenrolar do texto, não existe essa separação, mas processos de constituição entre eles, sendo só num momento posterior que se torna possível falar em alguma diferenciação. Mesmo assim, isso só é possível mediante algumas reduções. Em segundo lugar, o desdobramento da idéia de objeto nos oferece uma maneira interessante de adentrarmos nos fenômenos transicionais a partir do pensamento de Deleuze.

Estes objetos, então, implicam uma dupla impossibilidade de completude: por estarem calcados na realidade externa, existe uma parte faltante que permanece na representação do objeto; por estar articulado à realidade interna, há nele um desdobramento por encontrar-se misturado com as experiências do indivíduo. A essa parte, trataremos como virtual. A falta da parte representacional ou atual existente no objeto virtual pontua seu aspecto parcial, não global, sendo por esse mesmo motivo englobante no sentido de um não esgotamento em totalizações. Ao falarmos de uma falta, atribuímos a ela uma estranha conotação de um excesso pela característica dupla da série objetual no que diz respeito aos fenômenos transicionais.

Para Deleuze, é a partir do encontro com um objeto que emerge essa dupla série como também constitutiva do subjetivo. Segundo ele, a impressão provoca um aumento de intensidade e, pelo efeito de coação do signo, a partir do encontro, há o acionamento de uma determinada faculdade, cujo objetivo é uma interpretação, uma produção de sentido. Sendo assim, ao falarmos em sentido, é também de produção que falamos: em relação aos processos criativos, não há sentidos a serem descobertos, mas sentidos a serem produzidos.

O objeto virtual, no entanto, possui tanta realidade quanto o objeto real, uma vez que não há como tirar da experiência esta relação com os objetos, sendo o sujeito, enquanto termo, o que dela emerge: somos sempre fruto do meio, do entre. É assim que até mesmo o objeto real não existe a priori, só se constituindo na relação, e é só tardiamente que podemos definir que se trata de um sujeito que busca um objeto – mesmo essa música tão especial pode passar despercebida em algumas circunstâncias: a música não é especial em si, mas se faz especial na relação que com ela travamos.

É ao mesmo tempo em que um encontro com um objeto o desdobra em atual e virtual, nos remetendo a um passado de experimentações e a um futuro de expectativas, na qual tentamos dar ao que emerge desta relação um sentido, que algo totalmente destoante se insinua: a conjugação dos dois momentos referentes ao passado e ao futuro se desfaz, dando lugar a uma violenta evasão do antigo, insuportável angústia que traz a certeza da morte por um desfalecimento das formas. Trata-se, aqui, da terceira síntese. Neste processo, se impõe ao indivíduo a necessidade de uma reorganização, de uma conciliação, a partir de um fim que se anuncia silenciosa e violentamente. Fim não do indivíduo, mas das formas que o compõem. Entendemos que podemos situar aqui o aspecto aterrorizante do brincar pontuado por Winnicott.

Este é o ponto exato da destruição das identidades. Momento de suspensão no qual cai por terra toda possibilidade de um transcendentalismo, de uma condição essencial determinante referida aos processos de subjetivação. Processo criativo, não é, entretanto, atribuível a nenhum agente criador, que seria o sujeito da relação. O que prevalece é o devir, sendo o que se apresenta, justamente, o impessoal – não se trata da morte de um eu.

Não há um “eu morro”, mas um “morre-se”. Tal aspecto da morte designa o estado das diferenças livres, ainda não submetidas a nenhuma forma – nem eu, nem Eu – desenvolvendo-se a partir de um desmanchar das identidades e do rompimento da coerência. Processo de desterritorialização.

Não obstante, crianças brincam. E é um tanto melhor que os adultos também possam brincar. Não há negociação possível quanto aos processos criativos que não inclua o brincar. No entanto, há que se percorrer os afetos que emergem das relações segundo uma prudência necessária para que não se caia no mais profundo dos abismos, que tem como resultante um total esmaecimento das formas; é preciso compor um plano de consistência, é preciso que haja uma terra que empreste fluidez aos processos inseparáveis de desterritorialização e territorialização. O brincar que, articulado aos processos criativos, deve ser entendido como experiência compartilhada que favorece a manifestação criativa, é passível de ser manifestado por qualquer vida humana (Rosário, 2007, pág.13). É através dele que a criança se constitui a partir de relações criativas com o mundo, amparada em um ambiente que a sustente.

A criança que brincar efetivamente sozinha, desde que em presença de alguém, em geral a própria mãe, integra a si mesma algo do mundo, que o ambiente coloca à sua disposição, e passa a utilizá-lo de uma forma ou de outra. Segundo Winnicott, se observarmos uma criança brincando, vemos que há sempre uma pessoa confiável, que permanece disponível quando a criança se lembra dela. A criança toma essa pessoa como alguém capaz de refletir, espelho vivo, o que se passa na brincadeira (Rogério Luz, s/d, pág.4)

A qualidade "potencial" do espaço intermediário se manifesta em sua dupla natureza: hiato entre o sujeito e o mundo, constantemente preenchido, porém, pela atividade lúdica. Distância, sim, mas distância percorrida; vazio necessário, imediatamente preenchido, não por representações substitutivas, mas pelo gesto, erótico e agressivo, que se exerce sobre a materialidade do mundo. Por isso mesmo, o espaço potencial é instável e, mesmo, terrificante (Rogério Luz, s/d, pág.7)

Com o devir, instauram-se processos de desterritorialização a partir dos quais o passado torna-se deficiente e já não mais possui capacidade de afetar o presente que, por sua vez, é 'metamorfose', devir-barata de Kafka. E ao futuro só resta ser criado. A morte é o modelo do devir, mas não a morte do indivíduo. O que há é um "morre-se" a fim de que o novo seja experimentado, havendo em qualquer morrer um deixar de ser para tornar-se.

Algo se passa e quebramos feitos copos e pratos: é a fissura (Deleuze, 2003). Tal qual o espaço transicional, ela não é nem interior nem exterior. A fissura se acha na fronteira, insensível, incorporal, inativa. Marca um estado de quebra no qual o repouso é obrigatório. Paradoxalmente, é só a partir daqui que o movimento acontece.

Pensar a criação tanto pelo viés winnicottiano quanto pelo deleuziano pressupõe um espaço ilocalizável no qual devemos nele repousar; uma parada para um relaxamento, que nos conduzirá a novas configurações subjetivas a partir de movimentos intensivos. Em comunicação com um núcleo que nos compõe, temos a experiência de que a vida vale a pena ser vivida em nossa relação com o mundo compartilhado.

3.6

A constituição do *self*

Tanto para Winnicott quanto para Deleuze, ou Deleuze em seu trabalho desenvolvido com Guattari, não é uma continuidade do mundo interno no mundo externo, ou vice-versa, o que interessa. Ao proceder dessa forma, o que se faz é uma valorização de um prolongamento de um mundo no outro, com as possíveis conseqüências que se imprimem em um ou em outro, fortalecendo essas realidades como algo separado.

Para ambos, o que importa é o movimento, o que se encontra em trânsito entre essas realidades, o que está para além da fixidez desses dois mundos: é isto o que os autores entendem por “acontecimento”, como algo que não se realiza em um estado de coisas. Como nos diz Rogério Luz, “é na superfície de articulação entre o sujeito e o mundo que reside o princípio de diferença, singularização e variabilidade do sujeito” (Rogério Luz, s/d, pág.6).

É a partir destes preceitos que devemos compreender o conceito de *self* para Winnicott, conceito este que diz respeito diretamente à constituição subjetiva. Ainda que se refira a um momento mais tardio do desenvolvimento, não é possível abordarmos o *self* sem, antes, ter conhecimento de suas implicações com o período de indiferenciação entre o bebê e a mãe suficientemente boa. Como nos diz Bezerra,

boa parte daquilo que é mais original na obra de Winnicott deriva de sua percepção de que bem antes de ingressar na dinâmica das relações objetais, nas interações intersubjetivas e seus conflitos, o bebê atravessa fases nas quais os elementos sensoriais e motores de sua experiência vão progressivamente – pela ação bem sucedida da mãe – adquirindo contornos existenciais, até atingir o ponto em que se

poderá falar com propriedade de um *self*. Sua observação das relações precoces entre mãe e bebê fez Winnicott concluir que nesta fase inicial só se pode supor um *self* potencial (Bezerra, 2007, pág.39; grifos do autor)

A citação acima reúne, de uma maneira condensada, o que vimos tratando ao longo do texto. Como vimos anteriormente, é somente por um cuidado suficientemente bom que a criança começa a travar relações objetais; na mesma medida, esses cuidados proporcionam a constituição do que é denominado por Winnicott de “*self*”, ou seja, o *self* não faz parte da existência desde o seu início. Como nos diz Bezerra, no início é possível supor somente um *self* potencial que, se tudo vai bem, encontra as condições necessárias para sua emergência.

Essas condições, basicamente falando, são a estabilidade, a previsibilidade e a capacidade de provisão da mãe-ambiente. A partir delas, o bebê pode experimentar uma continuidade de ser, cujo prolongamento se faz num sentimento de sentir-se real. Dessa maneira, os processos de integração, personalização e realização, importantes para a constituição subjetiva, podem acontecer. Percorrido este caminho, a emergência do *self* é possível. “O *self* se define propriamente não como uma estrutura, mas como uma experiência: um sentimento de continuidade do ser, ou de existência continuada no tempo (*going on being*)” (Bezerra, 2007, pág.47).

Como uma experiência continuada no tempo, podemos atribuir à constituição do *self* a formação das sínteses passivas. Através delas, podemos melhor compreender o psiquismo como uma expressão da vida, assim como podemos, também inserir na discussão a noção de psicossoma tão cara a Winnicott. Pois, ao falarmos de *self*, não devemos atribuir ao psíquico ou ao corpo uma relação de prioridade, mas devemos pensar a emergência do *self* a partir da conjugação entre essas duas instâncias. Não entrando numa relação de litígio com o pensamento winnicottiano, as sínteses emprestam a nossa constituição enquanto psicossoma “o caráter de movimento, fluidez e transformação inerente ao fato vital” (idem, pág.48).

As sínteses, assim como o termo *self*, trazem em si uma característica essencial e que ressoa em ambos os campos: a sua constituição pelo que há de mais elementar, natural, pré-verbal. No entanto, não é possível reduzir a compreensão de *self* às sínteses. Como parte de nossos objetivos neste percurso,

há que se proceder às intercessões, e não às reduções. É também nesse sentido que não pretendemos chegar a uma definição sobre o que o *self* “é”, mas nos importa analisar como ele funciona, o que ele articula.

Chegar a uma definição pontual acerca do *self* talvez seja tarefa impossível. De acordo com Bezerra, o *self* é fundamentalmente processual, expressão da continuidade de ser que somente nos estados patológicos e de inibição ele é dominado pela estabilização ou pela inércia. Em sua essência, o *self* é processo de mutação no *continuum* espaço-tempo (idem).

Sua natureza essencial reside no movimento constante de autoconstrução e desconstrução, integração e não-integração, que lhe dá caráter de experimentação contínua, na busca criativa de um sentido para a experiência do viver. Nem propriamente interno nem externo, ele só se revela em sua plenitude quando as fronteiras entre a realidade interior e a realidade exterior se encontram esmaecidas, e sua natureza criativa pode se manifestar. *Quando observamos o self em ação não encontramos uma entidade individual diante de um meio separado dele. Seu lugar é o campo relacional que une e separa ao mesmo tempo indivíduo e ambiente, a interioridade e a exterioridade* (idem, grifos nossos).

À noção de fenômeno transicional corresponde a de um *self* que começa a se unificar a partir de núcleos isolados. O *self* é também um "intermediário": ele se constitui a partir dos núcleos libidinais autônomos, eróticos e agressivos, que formam a substância mesma da vida espontânea, em contato com o que o meio ambiente oferece.

No início, o *self* do bebê é somente potencial, uma vez que ele é, de fato, o resultado do processo de personalização que permite o surgimento da experiência da psique habitando o corpo, o soma, cujo efeito é a produção de um *self* localizado no corpo. Assim instalado, este *self* encontra-se apto a acumular vivências pessoais e a habitar uma existência que une o presente à memória passada da experiência e ao futuro antecipado. De acordo com Bezerra, o verdadeiro *self* é a “fonte da criatividade originária que se radica na vitalidade do corpo” (Bezerra, 2007, pág.44).

Em toda a obra de Winnicott, encontramos o fato de que o sujeito é sempre auto-hetero-constitutivo (De Leo, 2005, pág.37), resultado de mecanismos complexos que extrapolam estruturas delimitadas, posto que sempre em

movimento. A essa característica própria do vivo, devemos atribuir a diferença que o coloca como singular frente ao mundo, diferença esta que se instaura a partir do encontro entre o potencial herdado do indivíduo em sua relação com o ambiente. Inicialmente, este movimento acontece através do que Winnicott denominou “criatividade primária”, e assim, o indivíduo emerge, ao criar o mundo através do fenômeno da apercepção, ao mesmo tempo em que cria a si mesmo.

A experiência (onipotente) de criar a si mesmo e o mundo permitirá que aquilo que está sendo construído a partir da ilusão adquira, paradoxalmente, um sentido de realidade para o sujeito. Desse modo, surge um sentimento de confiança e de realização baseado na crença de que algo do *self* pode ser projetado, imprimindo uma “marca” pessoal no vasto mundo da realidade compartilhada. Esta “marca” legitima o impulso criativo ao possibilitar o seu reconhecimento como tal, instaurando para o sujeito o sentimento de ser e pertencer. (De Leo, 2005, pág.37)

A experiência de sentir-se vivo e que a vida vale a pena ser vivida é a prerrogativa para a constituição do *self* e encontra-se inseparável do viver criativo. Nesse sentido, tratamos do que Winnicott denomina “verdadeiro *self*”, um *self* pessoal psicossomaticamente integrado, pronto para as trocas com o outro e com o ambiente (De Leo, 2005, pág.40). Como nos diz De Leo, “ele provém da vitalidade dos tecidos corporais e da atuação das funções do corpo, incluindo a ação do coração e a respiração sendo, de início, essencialmente não reativo aos estímulos externos” (idem). Nesse sentido, o ambiente deve ter tido uma função suficientemente boa.

A provisão do meio, ao possibilitar a continuação da vida dos tecidos e a saúde dos processos fisiológicos fornece ao ser em vias de integração um apoio que se traduz num substrato somático, permitindo a sua continuidade de ser. Além disso, este ambiente possui a característica de não se impor, permitindo ao bebê uma existência livre de preocupações ou perturbações que estariam para além de sua capacidade para com elas lidar.

Nesta ambientação favorável, o *self* emerge tão logo haja qualquer tipo de organização mental que seja do indivíduo, ainda que seja nos primórdios da existência, o que significa um pouco mais do que o somatório do viver sensório-motor (idem, pág.40).

A contrapartida desse ambiente facilitador é aquele no qual falhas grosseiras induzem ao trauma e ao estabelecimento de defesas rígidas que culminam com o

aparecimento de um falso *self* reativo e adaptativo. De acordo com De Leo, para Winnicott

uma falência significativa da provisão ambiental no tempo da dependência absoluta interrompe o sentimento de continuidade de ser do bebê, impedindo, posteriormente, que o sujeito vivencie plenamente a experiência de sentir-se real e de habitar um corpo, encarnar-se - experiência básica de subjetivação e de personalização, pois é possível classificar as doenças em termos de colapso ambiental (De Leo, 2005, pág.38/39)

O falso *self*, então, se apresenta como uma alternativa ao que é considerado por Winnicott a presença de algo essencial a respeito de alguém, algo incomunicável e sagrado e que deve, portanto, ser digno de preservação: o verdadeiro *self* (Winnicott, 1963a). A adaptação precoce ao ambiente impede a formação deste núcleo verdadeiro que nos constitui sendo, portanto, o papel essencial da mãe proteger o *self* de seu bebê, o que acontece naturalmente segundo a prerrogativa do cuidado suficientemente bom.

Uma adaptação precoce ao ambiente promove na subjetividade emergente do bebê a constituição de um falso *self* a fim de que este possa, então, lidar com as exigências desse meio sem que, no entanto, o *self* verdadeiro seja atingido, sendo esta a sua função defensiva. Como nos diz Phillips, “seu conceito de falso *self* viria a tratar do repertório de modos encontrados pela criança para lidar com a realidade interna invasiva da mãe” (Phillips, 2006, pág.97).

A fim de lidar com essas questões, o falso *self* pode se tornar habitual e, ao viver reativamente, ativamente se cercar de reivindicações “como forma tanto de tentar sentir-se vivo, como de transformar o que uma vez foi uma experiência passiva em uma experiência mais ativa, através da reivindicação de exigências” (idem, pág.140). Nesse caso, a sensação de real não se faz presente e, no seu lugar, reina a sensação de futilidade e de que a vida não vale a pena ser vivida. As dificuldades inerentes à vida não podem ser alcançadas e nem tampouco há satisfação. O falso *self*, então, esconde o verdadeiro *self*, se submetendo às exigências do meio e reagindo aos estímulos, ausente que está da possibilidade de criar.

Assim nos diz Winnicott:

O melhor exemplo que posso dar é o de uma mulher de meia-idade que tinha um falso *self* muito bem sucedido, mas que por toda a vida tinha a sensação de não ter começado a existir e que tinha estado sempre procurando um jeito de chegar ao seu *self* verdadeiro. Ela ainda está em análise, que se prolonga por muitos anos (Winnicott, 1960b, pág.130)

Mas ainda há esperança: segundo Winnicott, dessa maneira o falso *self* está ganhando tempo para que um ambiente suficientemente bom seja encontrado e o desenvolvimento possa, então, recomeçar. É só assim que pode haver a emergência do verdadeiro *self*, pois este, de acordo com Winnicott em seu texto “Distorção do ego em termos de verdadeiro e falso *self*”, nos diz que ele nada mais faz a não ser reunir os detalhes da experiência de estar vivo.

O verdadeiro *self* não é o que cada pessoa tem de real, o que dá a impressão de que haveria uma essência que nos constituiria, mas o que, para cada pessoa, dá o sentimento de real, o que está, inexoravelmente, articulado às experiências singulares de cada um (Phillips, pág.181). E sentir-se real é mais do que existir. Essa experiência só é possível se o indivíduo descobre um modo de existir que não se encontra submetido ao meio, mas um existir sendo si mesmo e capaz de se relacionar com objetos sendo quem se é, e de ter um *self* para dentro do qual se recolher e relaxar (idem, pág.182). Ou seja, um viver criativo.

Apesar de tudo isso que falamos acerca do falso *self*, este tem como função principal uma proteção do verdadeiro *self*, uma defesa contra algo com o qual é impossível lidar e que poderia resultar em aniquilação. Nesse sentido, ele se organiza de diferentes maneiras, indo de um ponto extremo a casos mais atenuados e que não chegam nem mesmo a constituir uma patologia. O falso *self* tem, então, três funções:

ele cuida, dentro de severas limitações, da mãe; ele oculta e protege o *Self* Verdadeiro, submetendo-se às exigências do ambiente; e ele também é um “cuidador”, como uma enfermeira que cuida de uma criança, tomando a função de cuidar do ambiente que falhou. Trata-se de uma forma primitiva de auto-suficiência na ausência do cuidado (Phillips, 2006, pág.190)

No caso contida na citação de Winnicott mais acima, onde ele nos fala de uma paciente de meia-idade, esta se refere ao seu falso *self* como um “*self* amaseca”, este o responsável, inclusive, pela sua inserção na psicanálise. O falso *self*,

construído sobre identificações, substitui e parece ser a pessoa real. Como nos diz Phillips, ele representa ter modos socialmente falando (idem, pág.191) e se apresenta mediante qualidades adaptativas.

Por sua vez, em relação ao verdadeiro *self* podemos dizer que dele emerge o gesto espontâneo, este sendo o verdadeiro *self* em ação. Ele é a fonte do que é autêntico em uma pessoa, e somente ele pode ser criativo e oferecer a sensação de sentir-se real. Também ligado ao viver físico, “é o corpo enquanto criativo” (idem, pág. 192).

Estes casos, em que o falso *self* se implanta como real de tal maneira que nos leva a pensar que trata-se da pessoa real, é considerado por Winnicott um caso extremo no qual o verdadeiro *self* permanece oculto. Apesar dessa aparência solidificada, este *self* substitutivo ao verdadeiro *self* inevitavelmente falha nos relacionamentos de convivência, trabalho ou amizade, ou seja, em situações que exigem a presença de uma pessoa integral.

Num caso menos extremo, o verdadeiro *self* tem uma espécie de vida secreta. Apesar da manifestação do falso *self* ser preponderante, uma vez que sua presença é no sentido de defender o verdadeiro *self*, este é percebido como potencial. A finalidade do falso *self*, aqui, é positiva, e implica numa preservação do indivíduo em condições anormais.

Numa organização que pode ser colocada mais para o lado da normalidade, o principal interesse do falso *self* é procurar condições que tornem possível ao *self* verdadeiro emergir. No entanto, se estas condições não podem ser encontradas por uma reação desfavorável do ambiente, novas defesas terão de ser reorganizadas a fim de que o verdadeiro *self* seja protegido. O limite deste funcionamento é o suicídio que, neste contexto, é a destruição do *self* total para evitar o aniquilamento do *self* verdadeiro.

Quando o suicídio é a única defesa que resta contra a traição do *self* verdadeiro, então se torna tarefa do falso *self* organizar o suicídio. Isto, naturalmente, envolve sua própria destruição, mas ao mesmo tempo elimina a necessidade de sua existência ser prorrogada, já que sua função é a proteção do *self* verdadeiro contra insultos (Winnicott, 1960b, pág.131).

Uma situação comum em relação à emergência do falso *self* é em sua relação com a mente. Neste caso, num indivíduo que tem um grande potencial intelectual, a mente pode se tornar o lugar do falso *self*, acontecendo assim um fenômeno no qual a mente se separa do psicossoma, constituindo-se como uma entidade separada. É o fenômeno denominado por Winnicott de “psique-mente”¹². Em alguns casos, este indivíduo constituído desta forma apresenta um alto grau de êxito acadêmico, e fica difícil para as pessoas em seu entorno acreditarem na existência de um distúrbio no indivíduo em questão. Este, no entanto, quanto mais é bem sucedido, mais se sente falso.

A constituição do falso *self* também acontece dentro dos padrões de uma normalidade, onde ele se apresenta pela organização integral da atitude social polida e amável, necessário para a manutenção das relações sociais a partir das quais o indivíduo, muitas vezes, tem que adiar uma satisfação ou, para obter algum ganho na vida social, lança mão do falso *self* a fim de estar em melhores condições em relações sociais. (Cf. Winnicott, 1960b, pág.130/131).

Esta organização do falso *self*, adaptada ao ambiente, não ocorre automaticamente. Na verdade, ela só acontece mediante a emergência do verdadeiro *self* que, por sua vez, tem como prerrogativa uma adaptação suficientemente boa da mãe às necessidades vividas pelo bebê. Nesse sentido, achamos importante as palavras do próprio Winnicott:

há um aspecto submisso do *self* verdadeiro no viver normal, uma habilidade do lactente de se submeter e de não se expor. A habilidade de conciliação é uma conquista. O equivalente do *self* verdadeiro no desenvolvimento normal é aquele que se pode desenvolver na criança no sentido das boas maneiras sociais, algo que é adaptável. Ao mesmo tempo, na normalidade, a conciliação deixa de ser aceitável quando as questões se tornam cruciais. Quando isso acontece o *self* verdadeiro é capaz de se sobrepor ao *self* conciliador. Clinicamente isto constitui um problema recorrente na adolescência (Winnicott, 1960b, pág.137)

Em suma, o falso *self* não deve ser considerado, essencialmente, algo da ordem de uma patologia. No indivíduo normal, mesmo que ele se manifeste, não haverá uma submissão ou adaptação excessiva ao ambiente, e o indivíduo poderá, ainda, ser espontâneo e criativo. “Dito de outro modo, normalidade aqui está intimamente ligada à capacidade do indivíduo de viver em uma área que é

¹² Ver também capítulo II.

intermediária entre o sonho e a realidade, aquela que é chamada de vida cultural” (idem).

O seu oposto se traduz numa incapacidade para o compartilhamento dessa experiência, resultando numa pobreza da vida cultural. Nestas pessoas, ao invés de objetivos culturais, observamos uma extrema inquietação, incapacidade de concentração e uma necessidade de colecionar ilusões da realidade externa, “de modo que a vida toda do indivíduo pode ficar cheia de reações a essas ilusões” (idem).

A vida cultural e o contexto no qual nos encontramos inseridos tem implicação direta na maneira pela qual somos constituídos, e isso se aplica até mesmo quando nos referimos aos primórdios da relação mãe/bebê, pois essa mãe em questão está imersa na cultura. Dessa maneira, a teoria de D.W.Winnicott como um todo é uma ferramenta de suma importância para que possamos reavaliar o papel da cultura como uma contribuição positiva e constitutiva à experiência humana. Vale dizer, portanto, que todo psíquico é desde sempre, também, social. (De Leo, 2005, pág.39).

4

Acerca da experiência cultural e a criação de novos possíveis

Neste capítulo abordaremos as diferentes formas de submissão às quais estamos expostos enquanto sujeitos em uma cultura. Em contraposição, apresentaremos a formulação de Winnicott acerca da experiência cultural como uma resistência que se impõe a esses assujeitamentos, onde a cultura é apropriada em seu campo relacional como produtora de modos de existência que não se encontram separados de seu poder de criação. Nesse sentido, qualquer pessoa é, potencialmente, um ser criativo.

Retomamos, então, o conceito de espaço transicional, valorizando o campo relacional inicial do bebê com sua mãe como o espaço por excelência da emergência dos processos de constituição subjetiva que acontecem por processos criativos. Inicialmente um espaço que emerge a partir da relação mãe/bebê, possibilitado por uma maternagem suficientemente boa, esta área transicional se expande. Dos objetos e fenômenos transicionais, passando pelo brincar até a experiência cultural, a partir dela tanto a realidade interna, pertencente ao mundo próprio de cada um, quanto a realidade externa, do mundo compartilhado, passam a ser variáveis fundamentais para os processos de constituição subjetiva.

A subjetividade, que não se reduz ao campo de significações no qual se encontra inserida, deve ser compreendida a partir de sua dimensão heterogênea como algo que sempre escapa das configurações hegemônicas que se encontram atreladas a valores de mercado. Como algo que não se reduz a um indivíduo, Destacamos sua “heterogênese”.

Este termo, cunhado por Félix Guattari em seu livro chamado “Caosmose: um novo paradigma estético” (1992), refere-se ao seu caráter plural e polifônico. Um estudo acerca da subjetividade nos conduz à conclusão de que não é possível entendermos a sua emergência tendo como parâmetro unicamente fatores subjetivos. A subjetividade não se encontra sob o domínio de nenhuma instância em particular, ou seja, não é possível falarmos de uma causalidade unívoca na produção de subjetividade. Nesse sentido, devemos ultrapassar a oposição clássica entre sujeito individual e sociedade.

Apesar de considerarmos de suma importância a contribuição de Guattari para uma compreensão sobre a subjetividade, não vamos proceder a uma análise de seus estudos. Achamos que, por ora, nos basta essa descrição, ainda que resumida, uma vez que estaremos tratando, ao longo do texto, justamente desses processos que se atravessam e que produzem efeitos em nossas subjetividades. Dessa maneira, a subjetividade, segundo a obra de Félix Guattari, estará presente em nossos escritos, pois, ainda que não mencionada diretamente, é inegável a sua presença nos atravessamentos que nos constituem.

Para tal, propomos pensarmos a subjetividade num nível no qual um campo de forças se constrói molecularmente. Guattari nos dá a seguinte descrição de molecular:

os mesmos elementos existentes nos fluxos, nos estratos, nos agenciamentos, podem organizar-se segundo um modelo molar ou segundo um modelo molecular. A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referência. A ordem molecular, ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades. Essa travessia molecular dos estratos e dos níveis operada pelas diferentes espécies de agenciamento, será chamada de “transversalidade” (Guattari, F. & Rolnik, S., 1996, pág.321)

Desta maneira, uma compreensão acerca da subjetividade deve partir de articulações que se dão aquém das representações, em seu nível molecular, mas para isso devemos também levar em conta a maneira como estas forças se encontram noduladas com um campo de representações mediado pelo contexto social, ou seja, um nível molar.

Pela construção de um espaço no qual não é mais possível atribuímos a ele um lugar, pois ele não pertence a um dentro, realidade interna, nem a um fora, mundo compartilhado, tudo se determina a partir de um indeterminável, num interstício da atividade simbólica com o vivido da experiência. Área de ilusão ou espaço potencial, trata-se de uma zona fronteira na qual o gesto espontâneo e criativo acontece.

Como uma área que possibilita a emergência dos processos que vão dos fenômenos transicionais à experiência cultural, o espaço potencial, a princípio, deveria funcionar de modo a ativar processos criativos, nos remetendo a um

contato com aquilo que, em nossa configuração existencial, nos constitui realmente: o verdadeiro *self*.

Enquanto ser da cultura, devemos considerar o homem como um ser histórico, inserido num espaço-tempo. Nesse sentido, somos convocados a responder a certos imperativos sociais que também nos compõem subjetivamente. Uma resposta imediata a esses imperativos tem como efeito em nossas subjetividades o impedimento do contato com nosso ser real, nosso verdadeiro *self*.

Nessa urgência, nos encontramos impossibilitados de travar com o mundo relações mais criativas. Por uma intrusão exacerbada da realidade externa, o falso *self*, cuja função seria proteger o verdadeiro *self*, torna-se mais importante. Como consequência, é o viver que se encontra destituído de seu poder de criação.

Diante dos padrões massificantes de produção de subjetividades, observamos o mapeamento de sentimentos no sentido de um exercício sobre eles de um controle, a fim de que estes não contrariem os preceitos de uma sociedade que alguns autores, como Lipovetsky, classificam como “sociedade do bem-estar”.

Da mesma maneira, travamos uma perseguição incansável aos nossos componentes orgânicos que não estão de acordo com certos ideais de beleza e saúde. Achatada, a vida deve se manter consonante com as prerrogativas de um viver ausente de intensidades, livre das intempéries próprias ao desejo e ao simples fato de estarmos no mundo.

Esses efeitos na subjetividade não devem ser analisados sem uma interlocução com um olhar mais sociológico. Imersos na cultura, somos também, o resultado de seus efeitos. Dessa maneira, devemos dar a importância devida a processos que nos atravessam a partir de um nível molar e nos constituem em nossa mais profunda intimidade, articulando-se molecularmente com nossas configurações existenciais. Dentre outros caminhos possíveis, destacamos o esmaecimento entre os limites do público e do privado, assim como o declínio de estruturas que, durante uma certa época, serviram de balizamento necessário à constituição subjetiva.

Nesta privatização da esfera pública, e pensadores como Sennet e Bauman serão importantes parceiros neste percurso, é a própria intimidade que se publiciza. Mostrar-se em público, então, passa a ser considerada a expressão mais

nobre dos indivíduos. “Seja você mesmo”, mostre-se diferente, mas com alguma coisa em comum. Esta idéia de liberdade, que fez parte do slogan de uma campanha de venda de cigarros nos anos 90, é uma falsa idéia, já que está ancorada em modelos pré-estabelecidos que lhe dão suporte. O que jaz subentendido nessa mensagem é: seja diferente dentro dos parâmetros estabelecidos.

Convocados a sermos diferentes, a possibilidade de constituirmos comunidade, o que nos dá um sentimento de pertencimento, se faz, paradoxalmente, através das identidades que conferem, a cada um, um estatuto de particularidade. Numa identificação com o outro que se faz a partir de nosso próprio umbigo, este só nos interessa na medida em que fomenta nossas vidas espelhadas. As diferenças devem ser, então, eliminadas, a fim de que cada um possa manter sua integridade narcísica.

Alguns sintomas que acometem um grande número de pessoas numa determinada época podem funcionar como um analisador de um complexo de forças que atuam nas subjetividades. Para tal, escolhemos a depressão e as irrupções violentas contra o outro. Em ambos, o que se presentifica são questões que se relacionam ao imperativo da ação: em um, o indivíduo se encontra impossibilitado de agir; no outro, o ato, descolado de sua potencialidade criativa, visa a destruição do outro.

Entendemos estes dois sintomas como analisadores de um contexto sócio-histórico que tem como prerrogativa o imperativo da ação. Outras sintomatologias relacionadas à ação podem se acrescentar a estas, tais como a compulsão e a síndrome do pânico. No entanto, não obstante sua importância, estas análises não foram incluídas.

Numa certa medida, os sintomas podem ser compreendidos como uma resistência a modos hegemônicos de subjetivação, uma vez que contrariam certos imperativos sociais e denunciam seu poder de dominação. Todavia, trata-se de uma resistência que não implica em transformações neste estado de coisas.

Essa diminuição do raio de ação da resistência acontece por estarem ausentes os processos criativos. Resistir pela afirmação de modos inéditos de existência passa a ser, então, uma questão ética que coloca em xeque uma sociedade pautada em valores de um mercado que se quer cada vez mais invasivo das subjetividades.

4.1

Transicionalidade e cultura

Em sua preocupação com o que considera a “natureza humana”, Winnicott expressa o seu vitalismo¹. Para ele, não há como negligenciar a importância da relação primordial do ser vivo com o mundo, assim como também não podemos deixar de conceder uma primazia ao plano imediato da vida. Como fundante e originária, esta relação se antecipa à reflexão e ao entendimento intelectual, concebidos como derivados e secundários (Bezerra, 2007, pág.59).

Este ponto se expressa em dois planos. Num deles, temos a gênese da subjetividade, cuja origem e fonte encontram-se num plano aquém do campo das significações compartilhadas na cultura, como a vitalidade dos tecidos e a força vital do organismo ou sua potência.

Num outro plano, encontramos a própria estrutura da experiência, que contém uma dimensão pré-reflexiva ou não-discursiva que tem uma riqueza e uma complexidade próprias. Junto a esses dois planos, existe um desdobramento desses processos, que possuem uma dimensão virtual, em atualizações, estas, sim, imersas num campo de significações culturais que dizem respeito a um determinado contexto histórico, econômico e social. O que quer dizer que, apesar de sermos seres singulares, nossa maneira de nos colocarmos no mundo não está separada do contexto no qual estamos inseridos.

A dimensão virtual abarca as formas de apreensão imediata da realidade, “o conhecimento perceptual (não conceitual) do mundo e as modulações na relação com o outro e com os objetos que articulam um sentido, uma direção, anteriores ou exteriores ao campo das ordenações lingüísticas” (idem, pág.59). Ou seja, não é possível pensarmos num nível no qual um campo de forças se constrói molecularmente, a partir de articulações que se dão aquém das representações, sem levar em conta a maneira como estas forças se encontram noduladas com um campo de representações mediado pelo contexto social.

Nesse sentido, a pergunta “o que vem primeiro?” não deve ser respondida; há que se suportar a suspensão que esta interrogação provoca, este viver paradoxal

¹ Cf. capítulo II, “considerações iniciais”, pág.38.

que se apresenta a partir da dimensão de alteridade a ele necessária. Desde nosso início enquanto seres vivos, no mais celular dos mundos, nos constituímos em relação, num “entre”, que não pertence nem à dimensão interna, nem à externa, pertencendo, ao mesmo tempo, à dimensão interna e à externa, posto que nos constituímos em nossa relação com o meio.

É nesta zona indeterminável, lugar abstrato não localizável, a partir do qual tudo se determina, nesse interstício da atividade simbólica com o vivido na experiência, que encontramos a área de ilusão ou espaço potencial, zona fronteira onde o gesto espontâneo e criativo acontece (De Leo, 2005, pág.37).

Como uma área que se expande dos fenômenos transicionais à experiência cultural, a partir de um estudo acerca do conceito de espaço transicional a teoria winnicottiana nos facilita uma reflexão acerca dos modos de constituição subjetiva que se referem não somente ao indivíduo em questão, mas também a um tempo e a um lugar.

De acordo com o conceito de espaço potencial podemos perceber um limiar de afecções que produzem determinadas formas de existência, modulações moleculares que, ao se atualizarem nos corpos dos indivíduos, também dizem respeito às produções de subjetividade às quais estamos submetidos, estas pertencentes a um nível macro ou molar. Estas produções, por sua vez, devem ser analisadas segundo suas propriedades de potencializar ou, ao contrário, despotencializar formas de ser e estar no mundo.

A experiência cultural, portanto, da maneira como Winnicott a compreende, pode funcionar de modo a ativar processos criativos, nos remetendo a um contato com aquilo que, em nossa configuração existencial, nos constitui realmente: o verdadeiro *self*. Constituído numa relação com o ambiente no qual este possibilita e facilita a criatividade através da potencialização dos fenômenos transicionais, assumimos uma posição ativa frente ao mundo, que não nos coloca numa posição submissa a qual tenhamos que nos conformar.

Enquanto ser da cultura, devemos considerar o homem como um ser histórico. Uma vez imerso na história, ele nos diz de um tempo e de um lugar. E, nesse sentido, devemos, também, proceder a uma análise a partir do que Winnicott propõe como experiência cultural. Em sua aptidão para criar, o homem

manifesta a sua singularidade, o que acontece de diferentes formas, em diferentes épocas. Transformar o mundo, possibilitado pela experimentação da área intermediária que acontece no espaço transicional pelo simples fato de estar no mundo, coloca a cultura como um importante emissor de signos que nos constituem subjetivamente. Inicialmente uma experiência intensiva, num segundo momento ela sofre a ação da função simbólica, ou seja, a capacidade e necessidade de atribuir sentido às coisas.

Dessa maneira, é através do brincar que travamos relações frutíferas com o mundo. A experiência lúdica não pode, portanto, ser pensada sob o modelo do funcionamento reativo, dos mecanismos de defesa contra forças invasivas, internas ou externas. O brincar criativo decorre naturalmente de um estado de repouso, o qual é descrito por Winnicott como um estado de indeterminação, não orientado em vistas de um objeto ou objetivo. É por esse motivo que o brincar se diferencia do jogo que possui regras. Ao se desligar das exigências das realidades externa e interna, o brincar torna-se sem destino, sem sentido ou sem forma (Rogério Luz, s/d, pág.7) e o indivíduo pode, então, relaxar.

A idéia de repouso, de playground, nos é cara por ela nos permitir uma análise em relação aos nossos dias, em que somos impelidos constantemente à ação, que deve ser executada no menor tempo possível e de forma eficaz. Da mesma maneira, devemos prestar atenção redobrada ao corpo entendido como uma máquina, conhecer muito bem seu funcionamento a fim de extrair-lhe o máximo que possa oferecer. “Corpo: o novo manual de uso”: esta matéria de capa de uma revista não é algo incomum nos dias atuais². Levados a extrair de nosso corpo sua máxima produção, não raro é ele que sucumbe.

Convocados a responder a estes imperativos sociais, não estaríamos, dessa forma, negligenciando, ou, também cabe a questão, não estaríamos impedidos de contatar nosso ser real, nosso verdadeiro *self* e, portanto, não estaríamos impossibilitados de travar com o mundo relações mais criativas?

² Matéria de capa da Revista Veja, de 18 de novembro de 2009 (edição 2139 – ano 42 – nº 46), Editora Abril.

Podemos observar este imperativo da ação sob outros vieses que não só uma relação de estranhamento ao nosso próprio corpo que nos conduziria a exigir dele o que não pertence a sua natureza, encontrando como solução uma cartilha de mandamentos segundo os quais ele poderia “funcionar” melhor.

Da mesma maneira como não ouvimos o que nos diz nosso corpo nessas situações, estando distanciados do que nos constitui organicamente, nos distanciamos também do que podemos dizer que nos constitui psiquicamente quando nos submetemos a relações que transbordam e vazam nossa capacidade de simbolização. Caracterizado por um excesso de informação, o mundo de hoje nos atropela com sua alta velocidade de produção: de coisas, de valores, de subjetividades.

Dessa maneira, acreditamos que uma das principais características da virtualidade própria às experiências imaginativas se encontra anestesiada por uma hipervalorização das realidades externa e interna que não aceita os paradoxos dessa terceira área ou dimensão, sendo esta última exatamente o que nos permite “desfrutar, transitoriamente, do repouso necessário, da bonança que sucede as “tempestades” pulsionais”, onde podemos sonhar e brincar sem tirar os pés do chão (De Leo, 2005, pág.38).

Não é possível pensarmos o indivíduo fora de sua relação com o meio. Estas relações acontecem segundo uma lógica complexa. De Leo, citando Alvarez (1994), nos sugere um modelo na forma de uma hélice dupla em que a hereditariedade (e aqui, nos referimos à experiência cultural segundo Winnicott) e o ambiente giram em torno um do outro, em espirais interatuantes.

Para Alvarez, estes movimentos espiralados e recursivos como estranhas elipses, remetem às origens dos processos psíquicos. Sentir-se vivo advém, então, de uma experiência ativa e transitiva gerada por esses movimentos elípticos abertos às experiências mutativas e criativas que surgem das interações entre indivíduo e ambiente. “A multiplicidade de efeitos assim criados constitui nossa experiência transicional de ser uma amostra no tempo da natureza humana” (De Leo, 2005, pág.38).

Um sentido debilitado de realidade no qual o que sucumbe é o espaço de criação pode levar a dois extremos que são, contudo, exemplos de casos doentios: num ponto, encontramos os indivíduos para os quais a realidade externa permanece, em sua maior parte, um fenômeno subjetivo. Esse fenômeno possui uma variação cujo extremo seria o paciente esquizofrênico internado num hospital.

No entanto, em graus menos elevados, pode ser encontrado em indivíduos que possuem um certo valor e lugar social, mas com algumas desvantagens em relação aos outros, pois sua percepção subjetiva do mundo pode levá-los a ilusões em relação à realidade que vão influenciar na maneira como se colocam no mundo.

No outro extremo, temos aqueles indivíduos capazes de realizar um trabalho de valor excepcional, mas que, por estarem muito firmemente ancorados na realidade objetivamente percebida, encontram-se, da mesma maneira, como os indivíduos citados acima: doentes. Neles, acontece uma perda do contato com o mundo subjetivo e, da mesma maneira que com aqueles que perdem o contato com a realidade externa por uma exacerbação de uma concepção subjetiva do mundo, eles perdem o seu potencial criativo por uma ausência de contato com o seu mundo interno.

Tanto as pessoas esquizóides quanto as extrovertidas que não podem entrar em contacto com o sonho, sofrem a mesma insatisfação consigo mesmas. Esses dois grupos de pessoas nos procuram em busca de psicoterapia, no primeiro caso, para evitar o desperdício de suas vidas irrevogavelmente fora de contacto com os fatos da vida e, no segundo caso, porque se sentem alheias ao sonho. Têm a sensação de que algo está errado, de que existe uma dissociação em suas personalidades, e precisam de auxílio no sentido de alcançar um *status* unitário, ou um estado de integração espaço-temporal onde existe um eu (*self*), que contém tudo, ao invés de elementos dissociados colocados em compartimentos, ou dispersos e abandonados (Winnicott, 1975, pág.98)

Uma existência separada do viver criativo dá ao indivíduo um sentimento de que a vida não vale a pena ser vivida e, nesses casos, viver ou morrer não faz diferença. É o que acontece nos casos extremos, em que “tudo o que importa e é real, pessoal, original e criativo permanece oculto e não manifesta qualquer sinal de existência” (Winnicott, 1975, pág.99). Ou seja, por uma intrusão exacerbada da realidade externa, o falso *self*, cuja função seria proteger o verdadeiro *self*, torna-

se mais importante. Como consequência, é o viver que se encontra destituído de seu poder de criação.

O impulso criativo, portanto, é algo que pode ser considerado como uma coisa em si, algo naturalmente necessário a um artista na produção de uma obra de arte, mas também algo que se faz presente quando *qualquer* pessoa – bebê, criança, adolescente, adulto ou velho – se inclina de maneira saudável para algo ou realiza deliberadamente alguma coisa, desde uma sujeira com fezes ou o prolongar do ato de chorar como fruição de um som musical. Está presente tanto no viver momento a momento da criança retardada que frui o respirar, como na inspiração de um arquiteto ao descobrir subitamente o que deseja construir, e pensa em termos do material a ser utilizado, de modo que seu impulso criativo possa tomar forma e o mundo seja testemunha dele (idem, pág.100)

Entendida como uma experiência universal, vamos da relação primordial do bebê com sua mãe aos fenômenos transicionais e a experiência cultural. Ao proceder a uma reflexão acerca dos modos de constituição subjetiva e a cultura, Winnicott formula a noção de espaço potencial, expressão tardiamente empregada por ele, para caracterizar a terceira zona ou área intermediária de experiência.

Esta área é solidária da crescente importância atribuída ao brincar (*playing*) na reflexão que faz o autor sobre inconsciente e cultura (Rogério Luz, s/d, pág.9). Dessa maneira, podemos nos indagar de que maneira o contexto histórico/econômico/social no qual estamos inseridos nos conduz a momentos de repouso na área transicional a partir do qual podemos agir ou, ao contrário, nos induz a reações incessantes a signos externos que não possibilitam uma constituição de um “entre”, espaço por excelência dos processos criativos, localizável “entre” as realidades interna, do indivíduo, e externa, do mundo compartilhado.

Espaço que separa o eu do não-eu ao mesmo tempo em que os mantém unidos, é através da confiança no ambiente que esta distinção pode, de fato, acontecer. Ao mesmo tempo, ela é evitada como separação real (e impensável) através da experiência ilusória, permitindo com isso que o sujeito aceda aos

processos mais complexos de substituição, de que a linguagem verbal é o principal exemplo³.

O espaço potencial, então, é o lugar onde se dá não somente o brincar criativo dos primórdios da existência, mas também o uso de símbolos, a mediação pela linguagem e tudo o que constitui a vida cultural. Espaço de ilusão ou de crença, ele se estende, pois, a todo o campo da cultura, podendo tornar-se uma área infinita de separação/união, se preenchida continuamente através da atividade criativa. (Rogério Luz, s/d, pág.8/9)

Através do brincar, o indivíduo adquire recursos suficientes para o estabelecimento do verdadeiro *self*. Núcleo incomunicável que constitui nosso ser, é somente com sua emergência que temos a capacidade de ficar só, assim como a capacidade de nos comunicar por meio de signos de forma criativa. Ao brincar, a pessoa – criança ou adulto – torna-se capaz de empenhar o seu ser inteiro: somente ao ser criativo o indivíduo pode descobrir seu próprio *self*, ao mesmo tempo em que descobre o mundo.

A comunicação de tipo pré-verbal, silenciosa, com objetos subjetivos, é a base da crença no real. Ela pressupõe um cuidado suficientemente bom através do qual a criança estabeleceu relações criativas com o ambiente. Seu oposto é a submissão a padrões impostos pelo ambiente, que não permitem à criança vivenciar sua experiência de continuar a ser.

Regredir a esse tipo de comunicação que não se faz pela palavra faz parte da experiência cultural criativa; permanecer nele releva do domínio da patologia. É a partir do sentimento de real que a criança chega à comunicação na área intermediária de existência e pode então brincar sozinha na presença de alguém, este um dos paradoxos winnicottianos. Por sua vez, conclui Winnicott, só a brincadeira torna possível a comunicação tal como comumente a entendemos, isto é, a mediação por meio de símbolos substitutivos.

Estamos nos referindo, aqui, às experiências nas quais podemos falar em criatividade. Esta experiência, quando chega a constituir-se, é princípio de

³ Para um aprofundamento sobre este assunto, cf. capítulo III.

singularização – de diferença e variabilidade – e não de adequação, adaptação, integração ou socialização. “A singularidade das experiências se opõe à estrutura generalizante e repetitiva de comportamentos conformistas ou autárquicos”. E não se trata, segundo Luz, da variabilidade própria à realidade interna ou à realidade do mundo objetivamente compartilhado (Luz, s/d, pág.6), mas da variabilidade própria ao vivo enquanto um conjunto complexo e metaestável.

Constituinte do humano, essa metaestabilidade não visa como resultado “o” diferente, mas ela tem como meta o próprio “diferir”. Nesse sentido, vivemos numa era em que não só o imperativo da ação, mas também da beleza e da saúde limita o processo de diferir a partir de modelos que são impostos e que, paradoxalmente, produzem modos de existência consumidos segundo um ideal de uma diferença pela massificação.

Dito de outra forma: numa era de consumo desenfreado, tudo é inserido no mercado; conformados e submissos, consumimos modelos padronizados de subjetividades que nos dão um sentimento fugaz de pertencimento ao mesmo tempo em que, pela diversidade oferecida, somos autorizados a ser “diferentes”, estranhamente, segundo padrões pré-estabelecidos.

Podemos entender melhor as consequências desse distanciamento de nosso potencial criativo quando ressaltamos o enfraquecimento do laço social a ele correspondente. Como nos diz Vilhena,

o laço simbólico que diz respeito ao que organiza nossas relações, que faz o reconhecimento do outro como semelhante e que permite a vida em comunidade, quando é rompido, ou não pode ser construído, rapidamente aparecem as situações onde a relação passa a ser orientada pelo domínio, pela força e, frequentemente, pela demonização do outro (Vilhena, 2009, págs.30/31)

Impedidos de manter com o mundo relações criativas, vivemos nossas vidas balizadas por uma lógica de consumo cujo efeito é a substituição da idéia de comunidade. Dessa maneira, os laços se enfraquecem na medida em que é pela

identificação, e não por um sentimento de pertencimento e, portanto, de comunidade, que formamos grupos.

Despotencializados em nosso espaço vital, ou seja, espaço potencial necessário à vida, não criamos identificações simbólicas, mas nos aferramos a identidades que nos são impostas a partir de uma lógica de mercado. Sendo assim, a identidade é, contraditoriamente, o que particulariza e, não, o que acentua o comum. Unidos pela identidade, o outro importa naquilo em que nos espelha, empobrecendo as relações nas quais a alteridade pode nos compor justamente por portar algo que difere e que, assim, nos conduz a novas experimentações.

Sem a constituição do laço simbólico, o outro, em sua realidade externa, deve servir somente para que nossas constituições narcísicas possam ser fortalecidas pela sua presença quase apagada, dada a necessidade de que ele seja mais um reflexo do que uma imagem. Quando isso não acontece, é como uma ameaça e não como diferença que o outro é sentido, pois despotencializados, ou, o que dá no mesmo, sem contato com nosso espaço potencial, local por excelência da diferença, esta nos ameaça em nossas fracas constituições subjetivas.

Num intercâmbio direto entre realidade externa e realidade interna, é o “entre”, o espaço potencial, que se encontra enfraquecido nesses tempos em que “tudo que é sólido desmancha no ar”⁴. Em tempos de descartabilidade, é a própria noção de uso do objeto desenvolvida por Winnicott que se encontra esmaecida, com todas as implicações que isto tem para a constituição do espaço potencial e, conseqüentemente, de uma área de repouso entre realidade interna e realidade externa.

De acordo com Bezerra,

para Winnicott, cultura é algo que diz respeito à “tradição herdada”, às significações construídas em contextos diferentes, à história das formações sociais. Mas há algo de universal na experiência cultural, quando examinada a partir da vivência que os indivíduos têm dela, e este algo transcultural diz respeito à estruturação das relações precoces entre o bebê e sua mãe, condição de possibilidade para a emergência de um ser apto a viver junto a outros. Na ordem humana, “*vida*” abarca um universo extenso que inclui os fenômenos de

⁴ “Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”: título do livro de Marshall Berman, filósofo americano.

regulação biológicos, o campo da intencionalidade mental e física da unidade psicossomática e o domínio da experiência compartilhada na cultura (Bezerra, 2007, pág.42)

A partir da díade mãe-bebê, acontecem processos naturais de maturação do indivíduo biológico em direção à construção do ser social. Tal concepção acerca da constituição subjetiva pressupõe um acoplamento, e não oposição, entre esses pólos. A mãe que se oferece como primeiro objeto dos endereçamentos do bebê possibilita que ele tome conhecimento de seus próprios impulsos de amor e ódio dirigidos a um outrem, processo através do qual ele se inicia na experiência de um mundo compartilhado (idem, pág.41).

O exame das condições segundo as quais se estabelece um *eu (self)*, um sentimento de continuidade de existência, leva Winnicott a analisar a passagem das primeiras experiências ilusórias à experiência cultural global em termos de uma teoria do brincar. O futuro da ilusão criadora é a cultura do mundo adulto. (Rogério Luz, pág.4).

Tendo como principal característica a possibilidade de compartilhamento entre os seus, algo nos leva a pensar sobre a quantas andam os processos criativos constitutivos da subjetividade num mundo em que a intolerância vira palavra de ordem estatal e autorizada por grande parte da população. Da mesma maneira, um questionamento acerca dos laços sociais nos remete a uma reflexão particular sobre os dias atuais.

Para Bezerra, as ansiedades intensas vividas nos primórdios da vida psíquica seriam a chave para compreender os momentos de terror psíquico do adulto, “experiências de agonia inominável, ou impensável, que expressam uma ameaça aguda à continuidade do ser”. De acordo com a idéia de Winnicott sobre desenvolvimento, este tipo de pensamento não nos conduz a uma compreensão da subjetividade cujo único vetor de análise seria a relação mãe/bebê em seus primórdios⁵.

Ao contrário, por ser atribuído à idéia de desenvolvimento um movimento não linear, mas elíptico, processos pertencentes a esta época são recorrentes na vida de qualquer indivíduo. E estes processos não devem ser pensados à parte da

⁵ Cf. capítulo II.

relação que os produz, que pode acontecer a partir dos fenômenos transicionais, do brincar, da experiência cultural.

Este desenho dos primórdios da vida psíquica configura, deste modo, uma complementaridade entre natureza e cultura, vistas não como pólos que se opõem, mas como planos que se entrecruzam criando as condições de possibilidade de aparecimento desta forma de vida especial, o sujeito humano (Bezerra, 2007, pág.40). Levando-se em conta que a mãe, engrenagem essencial nesse processo, é um ser que, por sua natureza metaestável, se encontra imersa no dia a dia da cultura, uma análise desta relação passa, também, por uma análise sócio-histórica.

Parodiando Winnicott quando fala das comunidades patológicas que separam os indivíduos de seus processos criativos (ele dá como exemplos aqueles que são dominados no lar, prisioneiros de campos de concentração ou vítimas da perseguição de um regime político cruel), achamos inteiramente possível falarmos de um modo de existência atual que produz, também, subjetividades separadas de sua potência criativa. Como ele mesmo afirma, no livro “O brincar e a realidade”, a criatividade pode ser destruída pela ação de fatores ambientais numa data tardia no crescimento pessoal” (Winnicott, 1975, pág.99).

Não pretendemos, aqui, fazer uma análise comparativa entre diferentes tipos de sociedade; muito menos pretendemos afirmar valores que colocariam nossa sociedade como melhor ou pior diante de outras configurações sociais. No entanto, acreditamos que, qualquer tipo de configuração social, em qualquer época, produz potencialidades, mas também produz patologias.

Nesse sentido, cabe a nós cartografarmos o que potencializa, e o que paralisa todo o processo, a fim de que possamos entrar em contato com o que nos faz viver satisfatoriamente, o que nos faz sentir que a vida, com todas as suas dificuldades, vale a pena ser vivida. De acordo com Winnicott,

é necessário considerar a impossibilidade de uma destruição completa da capacidade de um indivíduo humano para o viver criativo, pois, mesmo no caso mais extremo de submissão, e no estabelecimento de uma falsa personalidade, oculta em alguma parte, existe uma vida secreta satisfatória, pela sua qualidade criativa ou original a esse ser humano. Por outro lado, permanece a insatisfação em virtude daquilo que está oculto, carente por isso mesmo do enriquecimento propiciado pela experiência do viver (Winnicott, 1975, pág.99)

Refletir sobre os modos de produção subjetiva implica, necessariamente, uma ação voltada para as condições de vida assim como para o contexto no qual estamos inseridos, seja através de uma análise num nível mais tardio da vida do indivíduo, onde devemos considerar a experiência cultural, seja a partir da relação primordial do bebê com sua mãe, pois, como nos dizem Vilhena & Bittencourt, “é sempre preciso lembrar que a mãe suficientemente boa, a mãe ambiente, está ancorada em uma cultura, e não podemos deixar de lado suas inscrições simbólicas no sujeito”.

O fato de um indivíduo ter uma existência separada de seu viver criativo tem a ver com a impossibilidade dele ter tido um bom desenvolvimento emocional primitivo e ter alcançado o estado de uma unidade. Winnicott relaciona este dado a um contexto sócio-histórico. Assim ele nos diz: “antes de certa data, os milhões de seres humanos do mundo possivelmente jamais descobriram ou, decerto, logo perderam, ao final de tenra infância ou da infância propriamente dita, o sentimento de serem indivíduos” (Winnicott, 1975, pág.101). Transcrevemos este trecho do que entendemos por uma “ficção” winnicottiana a fim de fundamentar nosso argumento de que nos constituímos subjetivamente de maneira diferente das pessoas de outras épocas. Pretendemos, a seguir, analisar alguns atravessamentos e suas consequências nas subjetividades.

4.2

“A insustentável leveza de ser”⁶: sobre o esmaecimento da criatividade em tempos de consumo

“Você tem alma? Essa pergunta – filosófica, teológica ou simplesmente incongruente – encerra hoje uma nova dimensão. Confrontada aos neurolépticos, à aeróbica e ao massacre da mídia, a alma ainda existe?”
(Kristeva, 2002, pág.9)

⁶ Tradução para o português do filme dirigido por Philip Kaufman, no original “The unbearable lightness of being”. Neste filme, o protagonista, no papel de um jovem cirurgião, decide viver a mercê dos acontecimentos, num alheamento que se torna, num determinado momento, insustentável, momento a partir do qual começa a manter com o mundo relações outras que, ao nosso olhar, estariam acontecendo a partir de uma experiência criativa com o que o cerca.

Diante dos padrões massificantes de produção de subjetividades, na pergunta acima Julia Kristeva se interroga a partir de três campos: o campo da psiquiatria que, com o intuito de localizar todos os males da existência segundo um mapa cerebral, procura aplacá-los com medicamentos. Essa postura de descoloração e achatamento da vida tem como objetivo fazer com que ela se mantenha consonante com as prerrogativas de um viver ausente de intensidades, livre das intempéries próprias ao desejo e ao simples fato de estarmos no mundo. Pertencentes à geração Prozac, os antidepressivos são largamente requisitados a fim de que seja mantida uma vida insípida, estável, livre dos movimentos que imprimem a ela seu caráter metaestável.

E não somente os sentimentos devem ser mapeados e controlados, ao contrário de simplesmente sentidos, mas também devemos submeter o corpo às padronizações de uma estética que não respeita as diferenças inerentes a cada ser biológico. Próteses, intervenções cirúrgicas e exercícios (o que a autora acima qualificou como campo da “aeróbica”) são alguns dos segredos para aplacar a angústia daqueles que não possuem, mas têm necessidade, do corpo perfeito a fim de que possam ter, ainda que de forma fugaz, um sentimento de pertencimento.

Dessa maneira, somos convocados, principalmente através do *mass* mídia, a responder a esses imperativos: da felicidade, da beleza, de modos de existência que variam numa velocidade estonteante, assim como somos levados a outras configurações que atravessam nossas formas de sentir: por exemplo, amigos, amantes e vidas que acontecem a partir de uma tela de computador.

Não se trata, aqui, de um julgamento sobre o que seria melhor ou o que seria pior, mas de uma constatação: vivemos diferentemente de outras épocas. O que nos leva a uma questão: em que medida podemos afirmar que este modo de produção afeta nossas vidas? Pois acreditamos que só a partir deste questionamento é possível traçar novos planos para uma condição mais satisfatória.

Mais adiante, a autora se interroga e nos convoca, enquanto leitores, a uma reflexão: de que é feita uma alma? “Que tipos de representações, que diversidades de lógicas a constituem?” Diante do percurso que viemos traçando até aqui, propomos uma compreensão para a idéia esboçada por Kristeva acerca da alma:

defendemos que a constituição subjetiva acontece a partir de processos criativos, cujos desdobramentos se fazem num campo representacional.

Derivando de um duplo movimento elíptico, as identificações nas quais nos reconhecemos seriam partes de um processo composto por um regime virtual e atual que não cessam de se inter-relacionar. Como prerrogativa desta transposição, encontramos os fenômenos transicionais, que acontecem num espaço que se apresenta num “entre”, não pertencendo nem à realidade interna nem à externa, “entre” a partir do qual se constituem, num mesmo movimento, realidade interna e realidade externa para um indivíduo.

Nesse sentido, o que é próprio do humano e que o constitui enquanto indivíduo é justamente o que se passa nesse “entre”, criatividade inerente e necessária a todo viver. Achamos perfeitamente cabível atribuímos a essa característica do viver criativo o que a autora nos interroga mais acima como uma “alma”. Numa reflexão tomada pelo assombro que nos causam “as novas doenças da alma”, a autora coloca em cena o mundo atual, com seus signos e seus efeitos nas subjetividades contemporâneas e, mais uma vez, se interroga: “Quem hoje em dia, ainda tem alma?” (Kristeva, 2002, pág.13).

Haveria, de acordo com Kristeva, um certo empobrecimento da vida psíquica, demonstrado pela experiência cotidiana, observável, por exemplo, no que ela chama de “recrudescência do interesse pelas religiões” (idem). Diferentemente do que acontecia há não muito tempo atrás, onde esse fenômeno estaria mais fortemente articulado a uma busca acerca da verdade do ser, atualmente ele pode ser compreendido por uma pobreza psíquica “que pede à fé uma prótese da alma para uma subjetividade amputada” (idem, pág.14).

Imersos numa sociedade que nos impõe determinadas formas de ser e estar no mundo, vivemos num tempo veloz em que somos convocados, constantemente, à ação. E, assim, não passamos mais de uma instituição a outra, com o fechamento de um ciclo para a abertura de outro, mas nos vemos inseridos num processo de dívida infinita, no qual nunca terminamos o que começamos: e vamos da escola para o colégio, do colégio para a universidade, e desta para as pós *ad infinitum*...

Tomados pelo estresse, impacientes por ganhar e gastar, vender e comprar mercadorias ou imagens, o efeito desses signos em nossa subjetividade pode ser entendido como uma enxurrada artificial de significações que nos separam de nossa inerente capacidade de criação. As respostas não precisam ser criadas – elas

nos são dadas, ou melhor, vendidas de antemão, antecipando nosso processo criativo e nos retirando o tempo e o espaço necessários para que possamos constituir uma “alma”.

Numa vida de superfície, sem conexão com um “entre” no qual se encontram articuladas vida interior e realidade externa, nos vemos, então, carentes de simbolização. Da mesma maneira, o corpo sofre: paradoxalmente, um culto ao corpo se faz por uma total negligência de um contato entre psique e soma. Somatizantes, seguimos desconhecedores de nós mesmos, consumidores de signos artificiais de beleza, de sentimentos e comportamentos. Como nos diz Kristeva,

umbilicado sobre seu quanto-a-mim, o homem moderno é um narcisista, talvez cruel, mas sem remorso. O sofrimento o prende ao corpo – ele somatiza. Quando se queixa, é para melhor comprazer-se na queixa, que ele deseja sem saída. Se não está deprimido, empolga-se com objetos menores e desvalorizados, num prazer perverso que não conhece satisfação. Habitante de um espaço e de um tempo retalhados e acelerados, tem, com frequência, dificuldade de reconhecer em si mesmo uma fisionomia. Sem identidade sexual, subjetiva ou moral, este anfíbio é um ser sem fronteira, um “borderline” ou um “falso *self*”. Um corpo que age, na maioria das vezes, mesmo sem a alegria da embriaguez performática. O homem moderno está perdendo sua alma (Kristeva, 2002, pág.14)

Na citação acima, a autora reconhece a transversalização entre o que podemos situar num nível interiorizado do indivíduo e aquilo que se encontra numa relação de exterioridade com ele: um espaço e um tempo, retalhados e acelerados, que o atravessam e o constituem. Nesse sentido, uma compreensão acerca deste indivíduo requer uma análise que diz respeito a este espaço e este tempo, que dizem respeito às amarras histórico-sociais de nossa cultura atual. Uma dessas análises pode ser uma inserção na consolidação de certos valores.

No período que antecede a era Moderna, a religião ocupava um lugar central na disseminação de valores, sendo este o paradigma a ser rejeitado pelos modernos. Não mais aceitando uma moral que se submete à religião, o padrão moral da modernidade reside numa ética laica ou de cunho universalista que tem como novo valor absoluto o indivíduo humano (Lipovetsky, 2005, p.2). O indivíduo, então, no lugar das obrigações com o legislador divino, torna-se possuidor de direitos inalienáveis, nos quais a felicidade assegura-se como um direito natural sendo, segundo Lipovetsky, a diretriz central da cultura individualista.

A partir deste momento, a moral profana se sobrepõe à moral da salvação eterna e podemos observar uma exaltação do prazer como parte dessa cultura que tem o indivíduo como centro, passando a ser a busca pelo prazer cercada de prescrições morais que, obviamente, não são mais as mesmas da ordem religiosa, mas que também são coercitivas e que se inserem nos modos de ser e estar no mundo.

Essa nova constelação subjetiva pode nos dar a impressão, num primeiro instante, de uma supervalorização do indivíduo, que não teria que se submeter a nada nem a ninguém. No entanto, não é isso o que acontece. Apesar de toda a prerrogativa de uma busca da felicidade que poderia levar a uma egolatria, observamos a presença de vários mecanismos que produzem nos indivíduos um sentimento de um dever que vai ao sentido de um ideal transcendente, “sob a forma de uma imperiosa exaltação da obediência moral” (idem, p. 7), num processo que passou de uma religião do dever ao dever sem religião. Nas palavras de Lipovetsky,

uma nova cultura nasceu, parte constitutiva da época de autonomia pós-teológica. A obrigação moral não é mais uma prescrição que vem de fora, mas algo que provém exclusivamente do solo profano da vida humana e social; por isso, o exercício dessa obrigatoriedade já não irá exigir um auxílio transcendente nem uma coerção do céu. (ibidem, p. 8)

Entregues a si mesmos os homens devem chegar à prática da virtude sem a ajuda divina. Cada um torna-se cada vez mais responsável por si, sendo esta a prerrogativa do individualismo democrático universalista. No entanto, essa responsabilização vai na direção de um ideal de felicidade que deve ser buscado, assim como também um ideal de virtude que não deve ter mais como interesse a salvação, mas um ideal desinteressado colocado num pedestal tão alto que ficou impossível de ser praticado (ibidem, p.14).

A principal característica desse processo foi ter transformado essa busca por um ideal laico numa religião sem deus, num culto do dever nas mais diversas esferas da vida cotidiana e da ação social. É assim que os saberes científicos se impõem como verdades absolutas. Com isso não queremos dizer que os preceitos ligados à religião, apontando como eixo em questão a cristã, deixaram de existir.

Pelo contrário, eles até mesmo se fortificaram em alguns aspectos, como no que diz respeito à sexualidade (a valorização do sexo no casamento, com fins reprodutivos, por exemplo). Da mesma maneira, hoje em dia há um aumento do número de pessoas que buscam a religião, como observou Kristeva (cf. pág. 182).

Vivemos um tempo no qual predominam dois discursos aparentemente contraditórios: é ao mesmo tempo em que vemos o levantar de bandeiras que pregam o resgate de valores como a família e os bons costumes, enfim, um impulso da moral, que convivemos com a ascensão da delinquência, com as novas formas de miséria, proliferação dos delitos financeiros, aumento da corrupção na vida política e econômica, dentre outros (Lipovetsky, 2005, pág.xxvii).

Para o autor citado acima, esta espécie de efervescência ética seria uma reação à degenerescência das normas de comportamentos. Tomada de consciência contra as irresponsabilidades individuais, observamos um esmaecimento do campo político e também da esfera pública, sendo tudo remetido a um discurso que tem na individualização o seu mote.

Funcionando como bandeira para um resgate de valores considerados perdidos, a busca da moral de outros tempos convive, nos dias atuais, com um distanciamento do sistema em que essa “moral” funcionava. Não é possível, então, um resgate da boa e velha moral, mas devemos compreender, hoje, uma nova maneira de nos reportarmos a esses valores, uma “nova regra social da moral” (idem, pág.xxviii).

Nesse movimento de “retomada” da moral, o autor entende que houve uma redefinição do esquema religioso do caráter imperioso e ilimitado dos deveres: estes deixaram de se dirigir a um Deus para irem em direção à esfera profana dos deveres incondicionais para consigo mesmo (cultura do narcisismo), para com os outros e para com a coletividade (“seja politicamente correto!”).

Diferentemente da “era do dever religioso”, a era do dever laico não exalta a observância de preceitos superiores, mas, ao contrário, os utiliza em prol de si mesma a partir de um uso eufêmico que os lança ao descrédito:

a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbólicos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos de reconhecer a necessidade de uma dependência de qualquer coisa que seja extrínseca a nós (Lipovetsky, 2005, pág. xxix)

Cultura de promoção dos direitos subjetivos, é o próprio sentido do dever que ela faz cair em desuso. Em seu lugar, fala-se de uma ética na qual o sacrifício deve estar ausente. Em nossa sociedade, vemos a consagração dos direitos individuais à autonomia, às aspirações de ordem pessoal, à felicidade, a tudo o que se encaixa no que foi chamado pelo autor de “normas indolores da existência ética”. O que antes poderíamos entender como uma submissão incondicional da vontade à lei, podemos hoje entender como uma conciliação entre dever e prazer num imperativo da felicidade.

Nesse sentido, as intervenções psi são chamadas à cena. Da mesma maneira, os afetos de tristeza devem ser rapidamente banidos a fim de que reine a felicidade, esta, sim, promotora de bem-estar e produtividade. Numa cultura em que os direitos subjetivos se colocam à frente dos mandamentos sociais, nos encontramos constantemente numa busca de uma vida melhor. Para isso, somos convocados a uma maior responsabilização, em detrimento da era do dever incondicional.

Saídos de uma civilização do dever para uma cultura da felicidade subjetiva, do lazer e do sexo, o prazer em boa medida se tornou um conceito independente de regras morais e a noção de felicidade passou a irrigar em profundidade a cultura cotidiana (Cf. Lipovetsky, 2005, pág.28). Para tal não devemos, portanto, frear o desejo, mas, ao contrário, devemos levá-lo à sua exacerbação extrema.

Porém, em uma sociedade na qual somos destituídos da criatividade inerente ao viver, é o próprio ato de desejar que deve ser indagado: como desejar se nos encontramos com a alma esmaecida, acinzentada, sem o colorido dos processos criativos que emprestam singularidade a nossa existência? Ao mesmo tempo, como nos coloca Lipovetsky, nunca desejamos tanto. Algo nos leva a pensar: de que desejo se trata?

Consumimos mais, desejamos menos; consumimos desde produtos de validade e sentido efêmeros, a modelos de felicidade, beleza e saúde perfeita segundo “um conjunto de normas, informações técnicas e científicas que predis põem a um constante exercício de autodomínio e vigilância sobre si” (idem, pág.33). À ditadura da boa forma, se sobrepõe a luta contra as rugas faciais, o zelo por uma alimentação sadia, a padronização estética da beleza.

Se entendemos o desejo a partir da prerrogativa winnicottiana, da criação, o desejo produzido em larga escala através de processos de massificação das subjetividades é um estranho desejo que não está articulado com o que temos de mais real em nós mesmos: nosso núcleo, que constitui o verdadeiro *self*.

Consumimos valores; desejamos menos. Veiculados para uma grande massa através da mídia, paradoxalmente estes valores de massa têm como efeito o aspecto de uma iniciativa individual, com o conseqüente aumento da responsabilização. Não podemos mais nos apoiar num Estado provedor. Cada um tem sua responsabilidade perante as ações que envolvem uma coletividade: cuide de seu lixo ou não tenha carro, e seja voluntário. Estes valores, que nos soam como palavras de ordem, convivem com outros que, a princípio, seriam seus opostos: consuma mais, pense em si mesmo acima de qualquer coisa.

Não podemos mais confiar nas estruturas e instituições que nos amparavam. Lançados em nosso desamparo, consumimos identificações que, acreditamos, nos tirarão o peso de uma vida que não encontra entre os seus maneiras de partilhar (Vilhena, 2008, pág.242). Procuramos nossos semelhantes, literalmente falando, excluindo de nosso círculo como um mal que deve ser expurgado aqueles que de nós diferem.

Preocupados em seguir os ideais de nossa sociedade, muitas vezes não nos perguntamos o porquê de tantas horas gastas na academia ou por que nos sentimos culpados de não praticar exercícios. De acordo com Vilhena et al (2005), a busca por beleza não se encerra em padrões puramente estéticos, mas trata-se de uma questão complexa cujo desdobramento nos conduz às suas dimensões políticas.

Segundo a autora,

do corpo belo dos deuses, ao corpo high tech das tribos e dos heróis cinematográficos, a associação beleza, saúde, potência e sedução estará sempre presente e não poderá jamais ser desvinculada dos discursos que a produzem e que, por ela, são produzidos. Cuidar do corpo em si, nos afirma a indústria cultural, é indispensável. O binômio saúde-beleza, no qual o segundo termo é o determinante, uma vez que a saúde também possui um padrão estético estabelecido, nos é apresentado como o caminho legítimo e seguro para a felicidade individual. O estudo sobre a concepção e codificação do corpo na cultura moderna revela, então, simultaneamente, que um outro olhar e uma atenção diferenciada estão relacionados às mudanças dos códigos sociais (Vilhena et al, 2005, pág.112)

Associados a padrões estéticos de beleza, a saúde, assim como o bem-estar e potência são vendidos no mesmo pacote. Como algo que deve ser cultivado e perseguido, pois traz consigo valores embutidos de uma sociedade calcada na imagem, àqueles que não conseguem atingir tais padrões restam a atribuição de valores degenerativos, o que tem, dentre outros efeitos, a sua exclusão de nossos laços sociais.

Uma aparência exterior desagradável se encontra, cada vez mais, associada à idéia de doença, principalmente no tocante à constituição subjetiva das mulheres. Não se trata mais de aceitar ou não o corpo que se tem, mas da maneira como mudar o corpo e até que ponto. Como nos dizem Vilhena et al, “convidadas a esculpir seu próprio corpo como se este tivesse a plasticidade da argila, segundo os ideais fornecidos, as mulheres, frequentemente, reportam-se a modelos fotográficos como representantes de uma estética da perfeição (idem, pág.113).

Garcia (1999), citada por Vilhena et al (2005), aponta para a maneira através da qual os valores, veiculados em nossa cultura, de ideais de prazer e bem estar imediatos e contínuos se encontram intimamente entrelaçados ao modo como esses valores são difundidos e apreendidos prioritariamente através de imagens.

Para esta autora, a consolidação do Imediato como valor é um dos desdobramentos da lógica da sociedade de consumo, na qual o ser é definido pelo ter: para se ser alguém, há que se ter um corpo bem modelado, posição, dinheiro, bens. Os bens adquiridos garantem a inserção social do sujeito e são as insígnias de poder que se tornam definidoras de seu ser e de seu valor (idem, pág.116). Dentre esses bens estão não somente os materiais, mas também a sua aparência e a maneira como ele se apresenta em público.

Para Richard Sennet, em seu livro “O declínio do homem público”, vivemos num período em que as fronteiras bem delimitadas entre as esferas do público e do privado se encontram esmaecidas. Analisando o período que chama de Antigo Regime, que engloba o início da Revolução Industrial do século XVIII, a configuração urbana que tem início nessa época sofre grandes transformações.

Num primeiro momento, era possível falarmos em uma separação entre essas esferas. Assim, aos indivíduos se impunham códigos de comportamento que delineavam o espaço público separadamente do espaço privado. Com atribuição de papéis socialmente legíveis, estar no espaço público não colocava em jogo sua

intimidade ou personalidade. A vida pública, então, se abria ao outro e à diferença, ao passo que a privada se limitava à intimidade.

Com o crescimento vertiginoso das cidades, o que gerou uma intensa migração para esses pólos, o espaço público foi cada vez mais sentido como algo ameaçador justamente pela diversidade que o compunha. O efeito disso seria uma valorização do espaço privado em detrimento do público, que passou a ser sentido, dentre outras coisas, como perigoso. É assim que valores pertencentes à esfera privada passam a ser preponderantes no domínio público, e o que a pessoa realmente é, sua personalidade, passa a ter um valor importante para o seu lugar na esfera pública.

Nesse sentido, o comércio caracterizado por uma homogeneização de produtos, o que se tornou possível com o fenômeno conhecido como Revolução Industrial que possibilitou uma produção em massa, se apóia em mudanças que transformaram significativamente as relações entre o indivíduo que compra e o indivíduo que vende, com o aparecimento das lojas de departamentos e da própria vitrine como agente na venda. Os objetos passam a ser atrativos em “si mesmos”, tornando-se um fetiche. Característica do século XIX, essa nova concepção de comércio entrará na própria concepção de cidade, que deve ser funcional e permitir o acesso às mercadorias sem constrangimentos.

Dessa maneira, através de uma privatização da vida pública e uma maior acessibilidade às mercadorias, os indivíduos podem demonstrar o que realmente são, do que gostam, e seu próprio estilo de vida por aquilo que consomem, uma entrada da personalidade no domínio público possibilitada pelo consumo dos objetos fetiches, articulados à intimidade de cada um. Dito de outra forma: a maneira como cada um aparece na vida pública deve dizer, revelar o que a pessoa é, pois são sinais de sua própria personalidade.

A entrada da personalidade no domínio público cria uma sociedade intimista que implica numa personalização das relações sociais. Nesta sociedade, as pessoas se vêem na obrigação de demonstrar traços de sua personalidade no espaço público. Em cada instante e a cada momento estamos mostrando o que “realmente” somos para as outras pessoas, o que se presentifica, também, em nossa aparência.

A partir desta interação, emerge o que Sennet denominou de “cidadão narciso”. Para este indivíduo, a construção de sua personalidade depende do

quanto ela é autêntica em público. Um dos efeitos disso é a relação que ele começa a travar com o outro, que passa a ser importante somente na medida em que reflete sua própria personalidade. Portanto, as relações sociais são esvaziadas de conteúdo e um código de credibilidade não é mais possível, pois as ações não são vistas a partir de um ponto de referência comum, e sim, em termos de personalidade, de intimidade.

Narcisistas, em busca da felicidade plena, negamos a presença do tempo em nossos corpos, num sonho de longevidade numa vida que se quer lisa, sem profundidade e solitária. A vida em comunidade se apresenta cada vez mais esvaziada, o que leva as pessoas a tentar, a qualquer custo, algo que lhes dê um sentimento de pertencer a um grupo.

De acordo com Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, devido à destruição das pontes entre a vida pública e a privada, o que implica numa ausência de separação entre essas esferas, nossa sociabilidade encontra-se impedida de extravasar pelos meios normais, o que passa a acontecer por meio de fenômenos espetaculares e concentrados. E, como não podia deixar de ser, breves. Assim ele nos diz:

oportunidades de extravasão surgem por vezes em festivais de compaixão e caridade, às vezes em eclosões de agressão acumulada contra um inimigo público recém-descoberto (isto é, contra alguém que a maior parte do público identifica como inimigo pessoal), outras em um acontecimento no qual a maioria das pessoas se sente fortemente envolvida ao mesmo tempo e que portanto sincroniza sua alegria, como no caso da seleção nacional que ganha uma Copa do Mundo, ou sua tristeza, como no caso da morte trágica da princesa Diana (Bauman, 2000, pág.11)

Ao se manifestar dessa forma, o sentimento de pertencer a um grupo, ou de compor comunidade perde força rapidamente e, assim, “quando o ofuscante lampejo de união se extingue, os solitários acordam tão solitários quanto antes, enquanto o mundo que partilhavam, tão iluminado um momento antes, parece quando nada ainda mais escuro do que era” (idem). Destituídos de seus processos criativos, levados por uma sobrevivência carente da intensidade característica desses processos, é a própria experiência cultural tal como Winnicott propõe que se encontra avariada.

No capítulo V do livro “O brincar e a realidade”, Winnicott fala da acinzentada vida de alguém que não pode viver criativamente: “existe um relacionamento de submissão com a realidade externa, onde o mundo em todos seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou a exigir adaptação”. Carente do colorido que empresta à vida o viver criativo, este indivíduo vive uma submissão que vem acompanhada de um sentimento de inutilidade, da idéia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida. “Muitos indivíduos experimentaram suficientemente o viver criativo para reconhecer, de maneira tantalizante, a forma não criativa pela qual estão vivendo, como se estivessem presos à criatividade de outrem, ou de uma máquina” (Winnicott, 1975, pág.95).

Submetidos aos imperativos de uma sociedade que abole a criatividade inerente ao viver, somos constantemente impelidos à ação que nos faz consumir desde modelos de saúde e beleza aos últimos lançamentos relacionados à informática. Nesse caminho, o que se impõe como obstáculo à produção criativa é a maneira pela qual nos são oferecidos produtos que aplacam nossa insustentável leveza de ser.

A cultura, que deveria nos enriquecer ao possibilitar os processos criativos, calcada no consumo, nos oferece, como produtos, modos de existência que dizem respeito, em última instância, a uma maneira de pertencer, ainda que empobrecidamente, a uma comunidade.

Narcisistas, em nosso relacionamento com o outro procuramos nos agrupar baseados na identificação, o que esmaece os laços comunitários posto que, pela identificação, estes estão calcados, paradoxalmente, nos valores individuais. Como nos diz Bauman, identidade significa aparecer, ser diferente e, dessa maneira, uma procura por identidade a partir de uma submissão aos valores pertencentes à realidade externa não pode deixar de dividir e separar.

A identidade quando associada à sociedade de consumo deve ser entendida não a partir do campo simbólico, mas pelo seu esvaziamento. Como consequência, numa sociedade altamente competitiva, as estratégias de marketing passam a ter importância central uma vez que, pela propaganda,

cada produto é associado a um estilo de vida, a um status social, a um ideal subjetivo, a uma “tribo”, em contrapartida, a expectativa do consumidor é que com a aquisição daquele produto, ele adquira também aquele padrão corporal, a filiação àquela tribo, aquele status (Vilhena et al, 2005, pág.116)

Esse movimento é paradoxal na medida em que, vindos de fora, esses modelos devem ser de tal maneira apossados pelo sujeito que passam a pertencer, assim, ao seu mais íntimo, à sua realidade interna. Dessa forma, podemos observar que o que não entra em questão nesse modo de produção subjetiva é justamente o que está “entre” essas realidades, ou seja, o espaço potencial. “Essa apropriação (desses modelos) é, com frequência, mediada pela fascinação, o que nos permite estabelecer, nesse caso, uma distinção com o processo de identificação propriamente dito” (idem, pág.117)

Através de uma relação saudável com o mundo e com o outro, são os processos criativos que entram em cena. Nesta relação, tomam parte, pelo menos, três dimensões integradas: o corpo (sua realidade biológica), a psique (a realidade psíquica, interna, fantasmática) e o mundo (a realidade externa, simbolicamente compartilhada) (De Leo, 2005, pág.41).

Sendo assim, de que maneira podemos pensar o indivíduo em sua relação com um corpo na qual ele está impedido de ouvir, de entrar em contato, ao mesmo tempo em que procura exigir dele o máximo e mais um pouco, tratando-o como um produto, algo que deve ser cultivado a despeito de suas limitações, que devem ser superadas?

E o que falar de uma psique, que parece anestesiada, separada do soma, este também anestesiado em prol do corpo como organismo, que, destituída de criatividade, carece de seu poder simbólico, esvaziamento de significações que denotam um empobrecimento relacional entre o indivíduo e o mundo?

4.3

Algumas contribuições cartográficas

Alguns sintomas que acometem um grande número de pessoas numa determinada época podem funcionar como um analisador de um complexo de forças que atuam nas subjetividades. Em nossa sociedade atual, observamos um crescente acometimento do corpo em patologias que se inserem no âmbito que podemos considerar como mental.

Contrariando a divisão cartesiana entre mente e corpo, o pânico procura a emergência de um hospital geral, mas não encontra lá uma solução para o que o acomete, apesar de seu real mal-estar físico. Da mesma maneira, outros sintomas que afetam o psicossoma engordam a lista de sofrimentos atuais, tais como o estresse, a síndrome de burn out, as compulsões e a depressão.

Não obstante a importância de uma análise de cada um deles, nesta pesquisa nos demoraremos apenas sobre a depressão. Para tal, nos utilizaremos de um olhar sociológico sobre este quadro clínico. Em seu livro, denominado “La fatigue d’être soi: dépression et société”(1998), Alain Ehrenberg, um sociólogo francês, nos traz importantes contribuições para que possamos entender a maneira como somos afetados pela realidade externa.

Fazendo parte do vocabulário comum, o termo depressão é comumente usado para expressar uma vasta gama de condições da existência humana, que vão de patologias graves, diagnosticadas por um especialista, a um simples mal-estar que pode acometer qualquer um ao longo de sua existência.

A depressão como diagnóstico, seja dado por um médico ou sugerido pelo vizinho, abrange fatores que englobam males físicos, psicológicos e comportamentais. Apesar de ter sido uma pesquisa realizada nos anos 90 do século passado, o trabalho acima citado ainda tem pertinência nos dias atuais.

Nesse sentido, a depressão possui um espectro sociológico, pois atualmente não é raro encontrarmos pessoas que não estão ligadas à área de saúde se considerarem capazes de diagnosticar os seus sintomas. Difundida socialmente principalmente pelos meios de comunicação em massa, é a doença da moda, já tendo sido, inclusive, considerada como o “mal do século”. Ela é também um sucesso médico, pois ocupa, a partir dos anos 70, o epicentro da psiquiatria, substituindo a psicose. Ehrenberg, então, se pergunta: “em que a depressão é reveladora das transformações na individualidade contemporânea?”⁷(pág.09).

Esta pergunta é importante por colocar em questão o caráter complexo da depressão. A sua impossibilidade de definição, tal a floração de sintomas e formas, a transforma na doença enganadora por excelência, como ele mesmo diz

⁷ No original: “Dans quelle mesure est-elle révélatrice des mutations de l’individualité à la fin du xx^e siècle?”, tradução sob responsabilidade da autora.

numa entrevista⁸. Além disso, como já dissemos anteriormente, o diagnóstico de depressão resvala no campo comportamental, abarcando a conduta a partir de referenciais de normalidade.

Estes, por sua vez, estão diretamente articulados com questões econômicas e culturais. Atualmente, vivemos num tempo de um imperativo da ação, de modelos estereotipados de beleza e uma obrigação de felicidade. Com a queda de ideais que estruturavam as formas de existência a partir de uma lei exterior, cabe ao indivíduo a responsabilidade sobre si e sobre a sociedade.

Para Ehrenberg, a depressão é o conotativo de uma doença da responsabilidade, na qual domina um sentimento de insuficiência. Ao imperativo da ação, o corpo resiste; impossibilitados de criar por uma realidade que se impõe, constituindo o que Winnicott classifica como um ambiente intrusivo, os indivíduos encontram como meio de singularização uma negação de tais imperativos por uma dupla paralisação: do corpo e das transformações próprias ao viver.

O deprimido é um homem fatigado, impossibilitado de criar. Num contexto que exige que as pessoas sejam elas mesmas, responsáveis por si mesmas, sem um aparato estruturante que as apóie, o que se apresenta é um processo paradoxal no qual “ser si mesmo”, o que, segundo a teoria winnicottiana, implica numa relação criativa com o ambiente a fim de que o verdadeiro *self* possa ser contatado em sua relação com o mundo, passa a ser algo impossível na medida em que há uma hipervalorização da realidade externa, num chamado constante do indivíduo a que sua interioridade se faça exterior, a que ele se mostre o mais verdadeiramente possível.

Nesse processo, ao qual o indivíduo é chamado a responder instantânea e satisfatoriamente, tanto o tempo necessário para um repouso na área intermediária, cujo efeito seriam respostas criativas, quanto um contato com o verdadeiro *self*, conseqüência do fato de habitar o espaço potencial, já estão de saída impossibilitados pela relação direta que se estabelece entre interior e exterior.

⁸ Entrevista de Alain Ehrenberg a Michel Botbol.

O que observamos nessa produção de subjetividade é um esvaziamento do campo relacional *entre* o que é externo e o que pertence à realidade interior, ou seja, o espaço transicional. Convocado a ser si mesmo, ao mesmo tempo em que lhe são negadas as chances de que isso aconteça, cansado, fatigado, o indivíduo sucumbe. Pára. Não age. “O deprimido está fatigado de ter que devir ele mesmo”⁹.

Numa articulação direta entre a depressão como um sintoma e o contexto cultural no qual estamos inseridos, o autor entende que a capacidade de agir por si mesmo é o núcleo de nossa socialização, marca de nossa época. Inseparável de um campo complexo de forças, que atuam sobre as formas de existência, está a subjetividade. A ação em pane, então, é o problema fundamental da depressão (Ehrenberg, 1998, pág. 242).

Caracterizada por estados indefinidos de bases múltiplas, associada tanto a sentimentos quanto a condutas comportamentais, um questionamento acerca do uso dos antidepressivos se faz pertinente. Não podendo ser reduzidos apenas aos limites farmacológicos, sua ação na modificação de comportamentos sublinha seu aspecto mais importante: o seu papel social, ou seja, a maneira como, sendo um medicamento, os antidepressivos também podem funcionar como um analisador da sociedade atual.

Provocadores de um bem-estar artificial, o uso abusivo de antidepressivos denota uma pobreza inerente à vida privada, ou, nos termos que viemos usando nesta pesquisa, da realidade interior. As novas demandas, que vêm se constituindo a partir dos anos 70 e cuja prerrogativa de uma felicidade a qualquer preço é a tônica, dão aos antidepressivos seu sucesso de vendas. Anunciando-se nos termos vagos de um mal-estar, estas novas demandas subjetivas não devem ser entendidas em separado dos novos contratos econômicos e sociais.

Sob um ponto de vista farmacológico, as substâncias agem nos temperamentos tanto quanto nas doenças. De um ponto de vista normativo, somos convocados, a partir dos efeitos da droga em nosso organismo, a ser “nós mesmos” e a agir cada vez mais e melhor, tal qual a performance esperada dos

⁹ No original, “le déprimé est fatigué d’avoir à devenir soi-même”, pág.11, tradução sob responsabilidade da autora.

atletas, que recorrem ao doping a fim de que possam dar mais de si do que seu próprio organismo é capaz de fazer.

Nesse sentido, não é mais de uma cura que se trata, até mesmo porque a depressão patológica já é considerada uma doença crônica. Porém, é possível proporcionar uma manutenção de uma melhor qualidade de vida pelo uso contínuo dos antidepressivos. Como nos diz Ehrenberg, “o indivíduo de hoje em dia não é nem doente nem curado. Ele está inscrito em múltiplos programas de manutenção”¹⁰, seja lá o que isso signifique para sua vida. Segundo nossa interpretação, trata-se de um controle sobre os corpos que atua em seu funcionamento biológico, apesar de suas raízes sociais.

A partir da medicina podemos observar uma nova maneira de intervenção nos corpos: faz-se necessário uma atuação em seus aspectos destoantes das normas sociais, uma modulação que deve ser constante e não pontual, dada a especificidade da depressão. Inseparável do contexto sócio-histórico, uma análise sociológica desta entidade nosográfica nos remete às transformações pelas quais estamos submetidos como sujeitos de uma dada cultura.

Hoje em dia, vivemos um momento de instabilidade, no qual há uma falência das estruturas bem limitadas e demarcadas que antes serviam de parâmetros para a construção da vida social. Através de uma investigação acerca do poder e as formas de constituição subjetiva, Foucault faz uma brilhante análise desse período no qual era possível localizarmos de forma mais clara onde se concentravam as instâncias de poder. A esse poder, que também agia sobre os corpos, mas de forma diferente, ele chamou de “poder disciplinar”.

Ainda encontramos, sem dificuldades, essas instâncias. No entanto, vivemos hoje uma espécie de crise desses pontos localizados de poder, que Foucault trata como pontos de confinamentos, dos quais fazem parte as mais diversas estruturas. Temos como exemplo, então, a família, a escola, a fábrica, os hospitais, as prisões - estas o exemplo de confinamento por excelência.

A partir de uma análise dessas engrenagens de poder tomando como modelo uma construção arquitetônica, o *panopticom*, de Bentham, Foucault avalia o que se imprime na subjetividade desde esse momento. Funcionando como um olho que vê sem ser visto, possibilitado pela presença de uma torre central numa

¹⁰ No original “l’individu d’aujourd’hui n’est ni malade ni guéri. Il est inscrit dans des multiples programmes de maintenance”, pág.281, tradução sob responsabilidade da autora.

construção em forma circular, o *panopticom* faz com que as pessoas se sintam vigiadas constantemente, ainda que não tenham certeza desse fato, pois quem se encontra na torre tem plena visibilidade do que está ao seu redor, mas o contrário não acontece.

Sendo assim, constitui-se um campo no qual a virtualidade é investida e o controle passa a acontecer sem a necessidade da presença real daquele que deve controlar. Para Foucault, é como se houvesse uma internalização do olho que vigia, tornando-o, portanto, desnecessário de fato. Dessa maneira, a disciplina se faz no interior dos corpos, domesticando-os – os chamados “corpos dóceis” (Foucault, 2002).

Como instituições disciplinadoras, passamos incessantemente, durante nossa existência, de uma a outra, nos moldando a partir de suas engrenagens. Assim, primeiro vem a família. O seu funcionamento singular em relação às outras merece um pouco mais de atenção.

A família possui papel fundamental para a facilitação da inserção dos indivíduos na sociedade, ou seja, ela é essencial para a manutenção da era disciplinar. Apesar disso, em seu interior, ela possui as características da era que a precede, a soberana. Rapidamente falando, a soberania, pertencente à Idade Média, e tem na figura do soberano o seu maior centro de poder. Na família, este lugar seria ocupado pelo Pai, aquele que implanta a lei e ao qual todos devem respeitar. Na família, o pai exerce, ao mesmo tempo, a soberania e implanta a disciplina (Foucault, 1997).

Continuamos com o exemplo da família para abordarmos as mudanças pelas quais passamos hoje em dia. Num momento onde as relações são muito mais móveis, a família tradicional, composta por um pai, uma mãe e irmãos, numa relação estável e duradoura, encontra pouco espaço.

Como nos diz Bauman (2000), atualmente as crianças possuem um número maior de avós, de meio-irmãos, além de várias casas diferentes, sendo mais difícil a definição do que seria o seu verdadeiro e único lar. A família atual está sempre em vias de constituir-se, o que interfere diretamente no sentimento de pertencer a algum grupo ou lugar.

Deleuze, em seu livro “Conversações”, fala numa entrevista concedida a Toni Négri sobre este momento de transição, no qual passamos dessa sociedade chamada por Foucault de “disciplinar”, para outra, denominada por Deleuze de

“sociedade de controle”. Para ele, é certo que não podemos deixar de falar na prisão, na escola ou nos hospitais, mas também é certo que não podemos deixar de notar que essas instituições se encontram em crise.

Outros tipos de sanções, de educação e de tratamento se fazem necessários. As coleiras eletrônicas, por exemplo, possibilitam um outro tipo de penalidade, no qual o confinamento espacial é relativizado. Na educação, a proposta é que se possa avaliar o aluno durante todo o percurso dele na escola, uma espécie de avaliação contínua e não mais pontual. Os Programas de Saúde da Família, os hospitais abertos e os atendimentos domiciliares colocam em xeque as formas de tratamentos tradicionais. Da mesma maneira, sob um olhar mais diretivo, a depressão relativiza o conceito de cura, tão caro ao saber médico, em prol de uma manutenção de um determinado estado de coisas.

Assim, uma reforma da escola, que se faz em favor de uma formação permanente, um controle contínuo se exercendo sobre o aluno, coincide com uma revisão necessária do saber médico que deve se contentar em não mais curar, mas gerir. Nas palavras de Deleuze, “num regime de controle nunca se termina nada” (Deleuze, 1998).

Convivemos, hoje em dia, com uma espécie de substituição das sociedades disciplinares, de acordo com os termos cunhados por Foucault, para as sociedades de controle, segundo Deleuze. Nestas, o controle se dá muito mais ao ar livre do que em sistemas fechados.

Cabe pontuarmos que não se trata, então, de uma valorização das configurações anteriores, como se estas fossem melhores do que aquelas com as quais nos defrontamos hoje. Cada uma das sociedades possui tanto liberações quanto sujeições. Há que se respeitar e valorizar, sim, suas diferenças e a maneira como atuam na produção de subjetividades.

Nesse sentido, os confinamentos são moldes, distintas moldagens; por sua vez, os controles tratam de modulações, “como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante” (idem, pág.221). Em estado de formação constante, nunca terminamos nada. Ao mesmo tempo indivíduos compondo uma massa, herança das sociedades disciplinares, somos, atravessados pelas engrenagens do controle, sujeitos donos de uma senha, uma cifra que nos permite ou não o acesso à informação, que nos torna, ao mesmo tempo, seres facilmente localizáveis.

Nas sociedades de controle, somos constantemente convocados à ação por processos de formação permanentes, nos quais estamos sempre nos sentindo em dívida com algo, como se sempre houvesse alguma coisa por fazer. É a esse imperativo da ação que a depressão se coloca como um obstáculo, se impondo como resistência a estas engrenagens de poder que se insinuem nos corpos. Mesmo se considerada fora do âmbito patológico (e, nesse caso, podemos citar os males comuns da existência, algo sentido como insuportável segundo os parâmetros das subjetividades atuais), a depressão coloca em xeque as configurações de uma sociedade que, para fins de controle sobre os indivíduos, impõe modelos de felicidade e cultura do corpo.

Apesar de entendermos a depressão como uma resistência a valores que podemos considerar hegemônicos em nossa sociedade, dado o grande número de pessoas que os assimilam na forma de um ideal a seguir, não localizamos nesta maneira de resistir formas criativas de existência.

Ao contrário, a depressão emerge e se sustenta na impossibilidade de criar, esta um efeito de nossa experiência cultural na subjetividade. Como resistência, a depressão é o resultado desta impossibilidade naqueles que, por algum motivo, sucumbem a estas relações de poder.

Outras circunstâncias que podemos compreender como fenômenos sociais também podem ser utilizadas como analisadores de nossos tempos. Dentre elas, existe uma que consideramos cara à teoria winnicottiana: a agressividade. Isto porque, para Winnicott, a agressividade está diretamente articulada aos processos criativos.

No entanto, a agressividade como comumente a entendemos, nas manifestações de atos violentos contra um outro, de acordo com a teoria winnicottiana é a presentificação da impossibilidade de criação. Quando tomamos conhecimento da agressividade em sua manifestação violenta, o que está em pauta é justamente uma impossibilidade de criar, e isto consideramos uma característica de nossa sociedade.

Não raramente encontramos modos de subjetivação marcados pela agressividade, que, de acordo com Vilhena & Vilhena (2008), surgem como consequência do desamparo e da ameaça de aniquilação vivenciados por crianças vivendo em condições ambientais desfavoráveis. Como efeito desse processo,

ocorre a destruição da capacidade de simbolizar, resultante de traumas precoces. Nesse sentido, tais condutas anti-sociais podem conter, paradoxalmente, um pedido de socorro que se apresenta na forma de uma satisfação imediata de impulsos num mundo sem maiores perspectivas.

Sendo assim,

é preciso indagar: qual é o lugar da trama social nesta criança que agride? Qual o endereçamento desta violência? Aonde buscar uma compreensão do comportamento cada vez mais violento de tantas crianças e jovens? (Vilhena & Bittencourt, 2008)

Tanto quanto a depressão, a agressividade separada dos processos criativos nos serve como um analisador importante de nossa cultura. A partir de sua experiência relacional com o ambiente, a criança experimenta, desde muito cedo, a impossibilidade de construção de um mundo interno pautado em processos criativos a partir de sua relação com o exterior. Desta maneira, o que acontece é um esvaziamento e esmaecimento do espaço potencial, lugar a partir do qual irrompem os fenômenos transicionais.

Este fenômeno, que acontece tanto em diferentes pontos do planeta quanto nas mais diversas camadas sociais, está articulado a níveis macro de constituição do tecido social, tais como violência de conflitos políticos, fortalecimento das desigualdades econômicas e sociais, assim como um “esvaziamento de sentido, decorrente da hegemonia dos valores do mercado nas sociedades contemporâneas” (idem).

Se consideramos os processos de constituição subjetiva a partir da inter-relação entre os níveis macro e micro, ou, o que dá no mesmo, molar e molecular, estes relacionados aos componentes mais íntimos da subjetividade, não podemos nos abster de uma compreensão dos atravessamentos entre esses dois níveis e, a partir da idéia de experiência cultural para Winnicott, é possível analisarmos em que medida esses acontecimentos facilitam ou, ao contrário, nos impedem de uma vida digna de ser vivida pela construção do espaço transicional.

A partir do espaço potencial que se estabelece na relação da mãe com seu bebê, este é inserido no registro simbólico pelos processos criativos que oferecem

a ele a possibilidade de significar o mundo que passa, então, a ter um sentido, ao mesmo tempo em que é sentido. Considerando a mãe como um ser que se encontra em um determinado contexto social sendo, por esse motivo, um efeito da cultura, é toda uma realidade histórica, econômica e social que deve ser levada em conta quando analisamos os fenômenos que acometem os indivíduos, e não somente uma história pessoal descolada de sua inserção social.

Um ser se faz singular através de sua inserção no coletivo ou, também poderíamos dizer, um indivíduo não pode ser considerado fora da cultura. Termos opostos mas não excludentes,

a singularidade do homem enquanto ser da cultura, histórico, se dá através de sua aptidão para criar, transformar o mundo, possibilitada pela experimentação da área intermediária que acontece no espaço transicional; num segundo momento, essa experiência intensiva sofre a ação da função simbólica, ou seja, a capacidade e necessidade de atribuir sentido às coisas. Isto que, inicialmente, pertence a um campo que está fora do âmbito representacional, precisa ser decodificado e significado numa rede de relações culturais (representacionais), própria de um universo simbólico coletivo (as bases do pacto social), a partir do qual os significados individuais são produzidos. Só então, a subjetividade pode emergir para além da natureza (sua dimensão sensível, somática) como fenômeno histórico-social. (De Leo, 2005, pág.41)

A mãe suficientemente boa descrita por Winnicott não está imune aos processos de produção de subjetividade aos quais estamos todos, constantemente, submetidos. As novas configurações parentais, as novas formas de amizade, as demandas sociais de nossos tempos, fazem com que as relações estabelecidas entre as pessoas sejam, também, transformadas.

Apesar de não haver desaparecido a idéia de que a mãe deve cuidar bem de seu filho, venerando-o, dedicando-se a ele afetivamente, não podemos negar que houve um diferencial importante a ser considerado no que diz respeito ao cuidar. Cuidar este que, além de envolver questões relacionadas às próprias experiências da mãe enquanto filha, o seu desejo de ter um filho, assim como outras questões que povoam o seu inconsciente e que estão ligadas à sua realidade interna, existem, também, questões referentes a um nível macro que vão se articular a compor a sua existência.

Dessa forma, perpassam esse cuidado questões econômicas (atualmente, dificilmente as mães podem ficar em casa cuidando dos filhos, pois têm que compor renda com o companheiro ou mesmo são responsáveis, sozinhas, pela manutenção da casa) e culturais (principalmente no que diz respeito ao papel da mulher exigido socialmente, que passa por uma exigência considerável de atribuições: a “multimulher”, que deve conseguir cuidar da casa, dos filhos, do marido, ter uma profissão, trabalhar fora e ainda estar sempre bonita, como dizem os anúncios de remédios para coluna, eletrodomésticos e absorventes íntimos).

Não nos colocaremos, aqui, a função de analisar também as atribuições aos quais os pais, também essenciais na criação dos filhos, recebem por parte de nossas demandas sociais. Sabemos que outros fatores podem se somar aos descritos até aqui, e que a lista não seria pequena. Contentamo-nos em enumerar apenas algumas, mas importantes causas, que levariam as mães de nossos tempos a ter perante seus filhos o cuidado que lhes é possível.

Em sua análise de nosso contexto cultural, De Leo nos fala de uma falta de referências identificatórias consistentes e de laços tanto afetivos quanto simbólicos significativos, falta essa que propicia a irrupção de um fenômeno que classifica como uma “convulsão social”. Imersa na cultura, a família também experimenta em sua constituição a influência dessas forças. Com a crise das funções parentais, não podemos deixar de nos questionar se não estaria ocorrendo uma transformação no ambiente facilitador tal como descrito por Winnicott, essencial aos processos de desenvolvimento sadio.

Nesse sentido, podemos falar de uma desterritorialização do lugar dos pais. Atônitos, eles buscam por respostas, por alguém que lhes diga o que fazer a fim de que não precisem tolerar o ódio de seus filhos contra eles, em circunstâncias nas quais, como pais, são obrigados a lhes impor algum tipo de limite. Como nos dizem Vilhena & Maia,

A legitimidade das funções paterna e materna não acontece nos dias de hoje, talvez, por termos uma sociedade adolescente, na qual não cabe a autoridade como ato de autoria, já que na contemporaneidade temos, sempre, que reinventar tudo de novo, perdendo o que a tradição nos daria como esteio para a criação de novos padrões (...) Assim, os pais, acabariam por criar uma negligência no ato de criar seus filhos e de criar seus padrões de como lidar com este filho, porque não se sentem como autores de um fazer e de um dizer significado socialmente. Desta forma estariam falhando a função materna primária e a função paterna de ser o ambiente indestrutível, aquele que dá a “moldura” a um “quadro” que está se constituindo

enquanto tal (Vilhena & Maia, 2003, pág.49)

Sem essas funções sendo exercidas de maneira suficientemente boa, a criança perde seus referenciais identificatórios. Como um pedido de socorro, a criança manifesta sua tendência anti-social, convocando este ambiente que falhou a reocupar o seu lugar. “Elas gritam, berram, esperneiam para testarem até onde seus pais irão ouvi-las atormentarem-nos sem nada fazerem. Elas querem a risca de giz, que está custando a aparecer no chão da família contemporânea” (idem, pág.48).

Numa sociedade cujos valores versam sobre a obtenção de um gozo sem limites, “vivemos em um mundo confuso, violento, instável, rodeados de objetos descartáveis que nos são impostos pela cultura de consumo” (De Leo, 2005, pág.41), não sem consequências para as subjetividades. Dentre elas, destacamos o enfraquecimento relacional essencial à constituição dos espaços potenciais.

Estes espaços, precocemente mutilados, deixam de servir de lugar de repouso, impedindo os processos criativos, e prejudicando toda a atividade simbólica dele decorrente. O que resta, então, é um grande vazio interior povoado de ameaças impensáveis.

Dessa maneira podemos entender um ato agressivo não só como uma maneira de marcar os contornos identitários quando o outro se torna uma ameaça, mas também como um pedido de socorro, um endereçamento de uma mensagem a este outro. Não obter do outro reconhecimento, ou um risco de não satisfação, pode reconduzir o indivíduo à experiência do desamparo primordial e, então, a violência explode. Este fenômeno é potencializado pelo incremento de mecanismos narcísicos, necessário à manutenção de nossa sociedade. Isto, como nos dizem Vilhena & Bittencourt (2008),

potencializa os mecanismos de impotência e desamparo constitutivos do sujeito, dificultando as práticas de solidariedade social. Seus efeitos acentuam as reações de segregação, o antagonismo e o ódio em relação ao diferente, tornando maiores e insuportáveis as pequenas diferenças entre o sujeito e o outro.

O ato violento é a presentificação de algo que se rompeu. Através da emissão de um sinal de esperança ao meio que se encontra em débito para com o indivíduo que agride, o ambiente é convocado a tornar-se importante, a dar os limites e, assim, atenuar sua culpa (do ambiente).

Outras leituras podem se somar a essa. Ainda de acordo com uma leitura winnicottiana, em tempos nos quais somos constantemente convocados a fazer algo, não raramente nos encontramos deprimidos, da maneira como Winnicott nos apresenta: como um estado no qual nos encontramos preocupados com nossos próprios afazeres. Dessa maneira, a ausência pode roubar a cena dos cuidados prestados às nossas crianças, configurando um ambiente intrusivo.

Outra possibilidade é a maneira pela qual nos colocamos diante de nossos filhos, temerosos diante do ódio que eles possam vir a sentir sobre nós. Deprimidos, não podemos, da mesma maneira, nos haver com o ódio que sentimos por eles. Em ambos os casos, o que acontece é uma des-fusão entre os impulsos agressivos e os amorosos, impossibilitando uma investida criativa no mundo, facilitando que o ódio surja em sua forma mais violenta¹¹.

A tendência anti-social, portanto, não é algo que se encontra afastado de nossa existência, mas ela nos compõe desde muito cedo e se manifesta na criança saudável através dos seus jogos de sedução, ou quando ela procura exercer o seu poder de desunião, de destruição, tenta amedrontar, cansar, desperdiçar e apropriar-se das coisas. “Se o lar pode suportar com êxito tudo o que a criança fizer para desuni-lo, ela acaba por acalmar-se através de brincadeiras” (idem).

Ao tratar da tendência anti-social, Winnicott a considera uma avaria da transicionalidade, pois para ele as crianças que podem ser diagnosticadas como desajustadas, ou não tiveram objeto transicional, ou o perderam. Relembrando, é pela agressividade que a criança lança ao mundo um gesto espontâneo que, ao ser acolhido pelo ambiente, leva o bebê a acreditar que criou o mundo, porque está envolto em um círculo de confiança, previsibilidade e limite (idem).

Dessa maneira, a agressividade é necessária ao desenvolvimento, pois é somente pelos impulsos agressivos que o bebê, ao destruir, pode sentir-se seguro num ambiente que permanece, mostrando-se, assim, confiável. Dessa maneira, é possibilitada ao bebê a experiência de ilusão, na qual o bebê cria o que já estava lá

¹¹ Para um aprofundamento desta questão, cf. capítulo III.

para ser encontrado. A destruição, então, não é no sentido de uma eliminação, mas, ao contrário, de uma permanência.

Esta abordagem criativa dos fatos é o oposto do que acontece naqueles indivíduos para os quais a forma de contato com o mundo é, por excelência, o ato violento. Para eles, o ambiente se impõe e provoca uma submissão à realidade externa, não havendo, nestes casos, a possibilidade de uso de um espaço *transicional*, nos termos de Winnicott. A realidade externa, então, é sentida somente como algo a exigir constantemente adaptação, não possibilitando ao indivíduo se manifestar. Ao verdadeiro *self*, oculto, se sobrepõe o falso *self*. Concordamos com a seguinte afirmação:

acreditamos que a agressividade da infância, essa agressividade que Winnicott irá denominar de normal e criativa, podendo vir a ser, em outro extremo, patológica e destrutiva, circula por esta questão do abandono, negligência e falha nas funções materna primária e paterna dessas crianças. A criança, que no período de dependência absoluta, deve ser sustentada pela mãe e depois, na dependência relativa, deve ser sustentada pela mãe e pai, está tendo que assumir, muito cedo, a responsabilidade pelos seus atos, entendendo-se responsabilidade um se responsabilizar infantil e onipotente, pela falta de alguém que deveria estar lá, suficientemente forte, para conter a intrusão do meio e não está, ou está fragilizado, com medo de ser ou fazer o que tem de ser feito. (Vilhena et al, 2004,)

Nesta citação, é impossível não reconhecermos os efeitos de nossa cultura nas subjetividades. Ela retrata o fato tão comum hoje em dia de pais que não sabem como agir enquanto pais; retrata o abandono, com o conseqüente lugar que resta vazio, a ser preenchido por algo ou alguém que se encontra fora da família, esmaecendo o espaço transicional, enfraquecendo os processos criativos. A tendência anti-social, normal nos indivíduos saudáveis, está se transformando rapidamente em destrutividade, violência e delinquência.

4.4

Experiência cultural e processos criativos da subjetividade: um mundo possível

Cultura narcisística, sociedade de consumo, queda dos referenciais, ausência de ideais, era da descartabilidade, esmaecimento dos afetos. Diante de todas as características atribuídas aos tempos atuais, dos quais destacamos apenas alguns exemplos, como não sucumbir ao negativo que eles remetem? Como ainda apostar na emergência de processos criativos diante de valores hegemônicos de mercado que investem nossos corpos, nossos desejos, nossa existência?

De acordo com Pelbart (2000), uma compreensão acerca da subjetividade não deve deixar de lado a dimensão de exterioridade, pluralidade e diferenciação que ela comporta. Isto equivale a dizer que, imersos num determinado contexto sócio-histórico, somos atravessados pelo regime de forças que o compõe e que está articulado tanto a processos que estão para além das significações simbólicas que configuram um plano micro, molecular, quanto àqueles que fazem parte das representações articuladas a um plano macro e molar.

As transformações econômicas características de nossos dias têm, no investimento das subjetividades, o seu mais precioso capital. A produção de consumidores se faz tão importante quanto a de produtos. Para tal, faz-se necessário um investimento no desejo, num incremento da necessidade de consumo. Dessa maneira, é ao mesmo tempo em que somos referidos constantemente a referenciais que nos emprestariam uma identidade, que estes mesmos referenciais têm como prerrogativa a mudança.

Novas formas de ser e sentir são constantemente convocadas, numa velocidade tal que nos causa uma sensação de vertigem. Mal acabamos de nos acomodar a uma dada configuração, e já somos convocados a assumir outra. E assim vamos na onda das modas, dos eletrodomésticos que se tornam obsoletos, o que acontece também às relações, e por aí vai. Pelbart denomina a esse movimento próprio das subjetividades contemporâneas de “metaestável”. Se esta é uma característica das subjetividades, estaríamos vivendo um tempo de irrupção dos processos criativos, uma vez que a metaestabilidade está articulada à singularidade da vida, sempre em transformação?

Acreditamos, juntamente com Pelbart, que não. A diferença entre os efeitos de um investimento de instâncias econômicas no campo molecular dos desejos e os processos criativos inerentes ao viver reside, principalmente, no fato de que ao mesmo tempo em que incita às transformações subjetivas, numa convocação à constituição de novas configurações, também nos são oferecidas identidades possíveis. Estas não são criadas por nós, mas nos são dadas de antemão, sob a forma de um produto. Algo no processo criativo, então, se rompe.

Este tipo de engrenagem se alastrou por todo o tecido social, afetando inclusive a família. Como nos diz De Leo, “lamentavelmente somos obrigados a constatar que a ideologia do consumo irrefreado não poupou, nem mesmo, a intimidade tecidual do ambiente familiar” (De Leo, 2005, pág.33). Expropriados de seu saber e lugar, os pais consomem bens e serviços que lhes ensinam as regras, que lhes digam como devem ser pais.

Claro é que uma análise mais cuidadosa acerca da maneira pela qual os pais se encontram, hoje, numa situação de desapropriação de seu saber é de grande importância, mas não nos demoraremos mais sobre isto nesta pesquisa. O que queremos enfatizar é que torna-se impossível negar que, em nossos dias, há um inegável investimento de mercado nas subjetividades, e isso acontece nas mais diferentes instâncias.

Esse fenômeno pode ser observável também nas formas de padecimentos de nossa atualidade, dentre os quais temos um incremento do número de quadros compulsivos, de síndrome do pânico e depressão. Articulados a existência de transformações sociais que interferem nas subjetividades, a emergência de tais sintomas atesta modulações que têm como objeto um controle da vida.

Como um complexo de forças que se exerce no viver, “são as diferenças e as singularidades dos modos de vida que passam a ser controladas” (Maciel, 2002, pág.8). Retomamos, aqui, o termo “sociedade de controle”, utilizado por Deleuze para nomear os complexos processos de relações de forças de nossa sociedade.

Com a desaparecimento das fronteiras entre o público e o privado, assim como entre o cultural e o natural, o controle passa a se exercer a céu aberto, numa invasão das esferas mais privadas e íntimas da vida humana, desde a fé ao corpo biológico, por valores de um mercado que não reconhece mais as fronteiras (Pelbart, 2000, pág.26).

Em seu texto “Post-scriptum sobre as sociedades de controle” (Deleuze, 1990), Deleuze nos fala de um exercício de poder em espaços que não são mais delimitados, como outrora acontecia nas sociedades disciplinares. Atuando em espaços lisos, o poder modula movimentos e se exerce, também, sobre o tempo, impondo aos indivíduos uma obrigação de agir imediatamente e de forma eficaz. “Na sociedade de controle – que é igualmente uma sociedade de consumo – a ação eficaz, em um menor tempo possível, passa a se configurar como regra” (Maciel, 2002, pág.8). Nesse sentido, é o tempo necessário ao brincar e ao fazer, preconizado por Winnicott, que se encontra anulado.

Sob o imperativo social do agir a qualquer preço por parte de uma sociedade que valoriza o ato, juntamente a uma precariedade de referências subjetivas, viver como um autômato, separado do viver criativo passa a ser a condição de uma grande maioria de indivíduos, ainda que não sucumbam a alguma patologia. Como nos diz Winnicott, “a ausência de doença psiconeurótica pode ser saúde, mas não é vida (Winnicott, 1975, pág.139)¹².

Como é próprio da constituição subjetiva a sua plasticidade, a sua maneira de ser modulável, ou seja, a sua metaestabilidade, o campo relacional do indivíduo com o ambiente deve ser considerado, também, a partir de relações criativas que podem emergir deste “entre”, deste espaço que, inevitavelmente, emerge da relação.

É a partir de nossa relação com o ambiente que travamos uma relação criativa com o mundo, se ele se apresenta constante e confiável, facilitando os processos criativos. Ao criar, nossa presença no mundo se faz de forma inédita, numa apropriação singular dos signos mundanos. É justamente isso o que não conseguimos extrair de um modo de vida que se submete aos valores que tornam o viver algo sem sentido e inserido numa massa homogênea de sensibilidades serializadas.

A contrapartida desse processo de serialização das existências seria uma aposta nos processos criativos inerentes ao viver, aposta que não passou despercebida de um mercado que, a fim de sobreviver, fornece as respostas de antemão, sem que tenhamos tempo de “criá-las”. Concordamos com Pelbart quando ele nos diz:

¹² Para uma maior compreensão acerca do conceito de doença para Winnicott, cf. capítulo II, “Considerações iniciais”.

se a violência do capitalismo na sua ânsia de moldar de cabo a rabo a subjetividade se revelou ultimamente de modo tão obscuro e escancarado, ao menos tem isso a vantagem de nos desfazer do mito de uma subjetividade dada. Podemos então, por fim, compreendê-la como plenamente fabricada, produzida, moldada, modulada – e, também, por que não, a partir daí, automodulável. Talvez venham daí esses discursos contemporâneos mais preocupados em reinventar a subjetividade do que em decifrá-la (Pelbart, 2000, pág.12)

Uma subjetividade que não é dada se produz a partir de suas relações. E é a partir destas relações que nos encontramos, desde nossos momentos mais primórdios, em transformação, numa constituição subjetiva na qual nos constituímos por relações criativas que travamos com o ambiente cujo efeito é a criação de um lugar em que permanecemos a maior parte do tempo enquanto experimentamos a vida (Winnicott, 1975, pág.145). Assim acontece com o primeiro objeto não-eu (ou, como nos diz Winnicott, primeira posse, pois ainda não existe relação de objeto), com os fenômenos transicionais, com as brincadeiras e com a experiência cultural. Só assim nos sentimos realmente vivos e podemos, então, nos inserir simbolicamente no mundo real.

Em nossa relação com a realidade exterior, somos confrontados com forças que nos convocam, nos forçam a outras configurações subjetivas. Essas configurações, no entanto, podem ou não recair em referências identitárias articuladas a valores de mercado. É sempre possível encontrarmos maneiras de escapar a essa serialização que transforma o viver em uma sobrevivência, separada dos processos criativos.

Essas engrenagens, cujo efeito é um alheamento de nossas próprias vidas, têm um funcionamento perverso no qual nos sentimos como se estivéssemos fazendo nossas próprias escolhas, como se possuíssemos um livre-arbítrio sobre nossas existências. Segundo Maciel,

nas sociedades contemporâneas vivemos, de forma cada vez mais acentuada, a impossibilidade de escolher o nosso modo de ser. Na atualidade, essas escolhas nos são impostas pelo campo sócio-político, e cremos que escolhemos quando, na verdade, consumimos escolhas pré-determinadas. Aparentemente, nos são abertas todas as possibilidades de escolha; na verdade, o que nos é impossibilitada é a criação de um novo modo de existência. O campo das escolhas aparece inteiramente controlado pelos mecanismos de poder que se exercem não apenas

sobre a nossa subjetividade, mas sobre a nossa própria condição vivente (Maciel, 2002, pág.2/3)

Uma sociedade que assim se apresenta vai de encontro à formulação de Winnicott acerca da experiência cultural. Para ele, o ambiente suficientemente bom é aquele que compõe com o indivíduo relações frutíferas, cujo efeito seria a emergência dos processos criativos. No entanto, é preciso apostar na potência das subjetividades; é preciso acreditar que nem tudo está dominado. Nas palavras de Maciel, é preciso “escolher a escolha”.

Diante dessa nova paisagem metaestável devemos, sim, estar atentos aos seus perigos. Mas isso não deve, em contrapartida, nos fazer virar as costas para suas novas potências. Corremos constantemente o risco de cair em lamúrias, lamentando a ausência de tempos que não voltam mais. Tempos esses que também tiveram seus perigos e suas potências...

Sendo assim, devemos voltar nossa atenção para os movimentos elípticos da subjetividade, que escapam às formas hegemônicas de subjetivação e conferem um certo ineditismo às existências. É nesse sentido que Maciel nos fala de uma “escolha da escolha”.

Para ele, o fato de escolhermos algo opera uma exclusão dentro de um campo de possíveis. Uma escolha que se faz em detrimento de outras prevê, sempre, a realização do possível mais provável, incidindo sobre alternativas determinadas num campo de inferências lógicas. Assim, “a escolha é submetida à determinação de um cálculo, estabelecendo-se no interior de um saber determinado, com representações e hipóteses dadas” (Maciel, 2002, pág.4).

Determinado culturalmente, este saber, que inclui os possíveis que serão escolhidos, é o resultado de um conjunto de práticas cuja interação irá integrar aos meios sociais funções políticas que ordenam, normatizam e produzem comportamentos e subjetividades (idem). Dessa maneira, as escolhas possíveis encontram-se articuladas aos dispositivos que instituem estes saberes, dispositivos estes que são considerados “dispositivos de poder” por Foucault (Foucault apud Maciel, 2002).

O poder como um exercício de forças e não como uma propriedade detida pelo Estado ou por uma classe social tem como função ordenar e normatizar,

penetrando as formas de existência e formando indivíduos. A subjetividade, então, pode ser pensada a partir da relação entre saber e poder, uma vez que os saberes implicados na possibilidade de escolha encontram-se distribuídos socialmente nas instâncias empenhadas na formação do indivíduo, ou seja, os dispositivos de poder.

Estas escolhas, que se produzem no interior de dispositivos de regulação, nos são impostas a partir de um exterior intrusivo, que produz em nós alternativas possíveis dentro de um campo limitado de possibilidades.

Escolhemos dentre possíveis já determinados, onde o futuro aparece sob a forma de um projeto que venha garantir a melhoria ou a continuidade de uma maneira de ser já estabelecida culturalmente. Optamos sempre em um campo de alternativas já fixadas pelas instituições, pelos meios de comunicação, pelos aparelhos de estado, etc. Decidimos a nossa vida dentro dos limites impostos pelas insígnias com as quais nos identificamos. (Maciel, 2002, pág.5)

Para o autor, estas escolhas não são verdadeiramente escolhas, uma vez que se estabelecem a partir de alternativas possíveis imaginárias que, impressas em nossa subjetividade, são impostas a nós. Uma verdadeira escolha, então, é aquela que escapa a todos esses meios de regulação dos corpos e normatização subjetiva, abrindo possibilidades outras de vida para o sujeito. A escolha da escolha implica na abertura de um campo de possíveis que não se esgotam em alternativas que nos são dadas de antemão pelos dispositivos de saber e poder empenhados na produção de subjetividades.

Como um movimento próprio ao viver, somos constantemente lançados para além de nossas marcações identitárias, numa relação com uma dimensão de alteridade que nos força a novas configurações a partir do encontro. Nessa relação incessante entre o que é interno e o que é externo podemos localizar um espaço que, estranhamente, não pode ser localizável; um espaço abstrato no qual é possível repousar e não mais responder às demandas dessas duas realidades. É a constituição do espaço transicional para Winnicott.

Entendemos que, neste espaço, acontece o que Maciel classifica como um indecível, uma experiência-limite na qual não há qualquer solução possível. A partir desse momento, algo de novo terá que ser criado, abertura de novos

possíveis que, descolados dos dispositivos de saber e poder, implicam a criação de um novo modo de subjetivação.

Habitar este lugar significa escolher a criação de um possível, no lugar de aferrar-se a “referências identitárias arcaicas ou midiáticas” (Pelbart, 2000, pág.14). Inerente ao viver, este movimento é investido por valores de mercado que o lançam a uma velocidade estonteante, oferecendo todo o tipo de produtos que venham ocupar o lugar das escolhas possíveis. Submetidos a esse ambiente que nos invade, vivemos como autômatos.

O que muitas vezes não nos damos conta é que é através deste mesmo movimento que novos possíveis são produzidos, abertos a novas composições, a novos valores e a novas sensibilidades. No entanto, para que isso aconteça, faz-se necessária uma pausa, um momento de repouso a fim de que possamos relaxar e experimentar a vida. A vida, como potência de variação de suas formas, acontece a partir da emergência dos processos criativos.

Habitar este lugar é lidar também com algo terrível, pois a suspensão de formas identitárias pode nos conduzir a uma experiência que, no seu limite, provoca um sentimento de caos e despersonalização. Aferrar-se a identidades ‘pré-fabricadas’, que nos poupariam um certo trabalho, pode ser um dos motivos pelos quais os indivíduos vivem suas vidas cinzentas, carentes de criação que lhe emprestariam um colorido especial.

Medo de deixar de pertencer a um grupo, ainda que esses laços sejam frágeis, ou mesmo medo de enlouquecer, são motivos importantes na condução de nossas vidas. Nesse sentido, algo deve servir de base, solo firme para que os processos criativos possam acontecer e, assim, tenhamos um plano a traçar a partir dos processos de singularização. A este plano, Deleuze & Guattari chamam de “plano de consistência” (Deleuze & Guattari, 1997).

Sob este aspecto, a vida deve ser entendida com algo a ser construído – a vida como um construtivismo. Sendo assim, ela possui dois aspectos complementares, mas que diferem em natureza: a criação de novos possíveis, inseparável de um plano a ser traçado. Parafraseando estes autores no que eles se referem à Filosofia, acreditamos que a vida versa sobre esta mesma tese.

Somos compostos ao sabor do acaso dos encontros que fazemos durante nossa existência. No entanto, há alguma coisa da ordem de um crivo, um tracejamento que permite reunir esses efeitos não como um quebra-cabeças, que

obedeceria a uma ordem pré-estabelecida, mas de acordo com uma ressonância entre eles.

O plano de consistência é como um corte no caos. O que caracteriza o caos é uma impossibilidade de relação entre duas determinações, pois, nele, para que uma apareça, é preciso que a outra já tenha desaparecido. O caos desfaz toda consistência. Da mesma maneira, a referência a identificações arcaicas, que reasseguram um certo lugar subjetivo, abole o plano de consistência na medida em que abole os contornos variados que se inscrevem sobre este plano que comporta o infinito. Se pretendemos entender a constituição subjetiva a partir de seus processos criativos, torna-se imprescindível uma compreensão acerca do plano de consistência.

Essa noção aprofunda o conceito winnicottiano de espaço transicional ao mesmo tempo em que nos permite um alargamento da compreensão de como nos tornamos o que somos. Em um outro livro, “Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia”, volume IV (1997), Deleuze & Guattari nos falam sobre a constituição deste plano segundo os conceitos de terra, território e desterritorialização. O que faremos a seguir é uma junção dos dois livros citados, pois achamos que dessa maneira fica mais fácil adentrarmos os mistérios deste espaço.

Nessa geografia subjetiva, a terra deverá ser entendida em consonância com o que abordamos como o lugar no qual os fenômenos transicionais podem emergir, assim como o traçado de um plano de consistência. O território, por sua vez, é o solo no qual nos encontramos, nossas identificações. Não haveria, portanto, uma terra separada de um território, apesar de serem instâncias diferenciadas. O que nos interessa é a experiência de fronteira entre eles, que tanto pode restituir territórios a partir da terra ou desfazer territórios indo em direção à própria terra.

Dito de outra forma: em nossos territórios existenciais, o movimento que nos leva em direção à terra nos conduz a novas configurações a partir de processos de desterritorializações. Este movimento, no entanto, não acontece a esmo, pois existe, por base, uma terra que o sustenta, ou também poderíamos dizer, um plano de consistência. É este plano que vai operar o movimento contrário, da terra ao território, operando por singularizações a partir de processos criativos. Este movimento é chamado de reterritorialização.

Sendo assim, ao falarmos de terra, falamos de uma terra que não pertence a ninguém, uma terra desterritorializada; um lugar não-localizável. No entanto, pensar a terra como desterritorialização é inseparável de pensá-la em um território. Terra de ninguém, ela está sempre em movimento, localizada justamente onde nos sentimos sem chão. Terra estrangeira.

O conceito de território eles retiram da etologia, essencialmente do livro de Jacob von Uexkul chamado “Dos animais e dos homens”. Para Uexkul, nós, observadores dos seres vivos, achamos que eles se movem livremente pela natureza. Comumente, tomamos a natureza como um plano comum e ignoramos que a relação do ser vivo e do animal com a natureza nunca é com a natureza como um todo, mas sempre como um meio associado ao organismo, o que Uexkul vai chamar de “mundo próprio”.

Deleuze, a partir desta idéia, nos dá o exemplo do carrapato: o mundo próprio do carrapato é constituído por três sinais perceptivos. O carrapato é um animal cego, surdo, sem paladar, mas ele tem um tegumento sensível que permite a ele ser afetado pela luz solar. Dessa maneira, ele se relaciona apenas com três elementos da natureza: luz, suor e sangue quente.

O mundo próprio do carrapato se constitui da seguinte forma: quando nasce, ele é exposto à luz solar; uma vez afetado pela luz solar, ele sobe na árvore procurando seus galhos mais altos, que o poriam em contato com a luz. Lá, ele pode jejuar por até dezoito anos, mas se de repente passa um animal de sangue quente exalando suor, eis o segundo sinal perceptivo: o carrapato pula em direção ao animal.

Se ele erra o salto, ele sobe de novo e espera que outro animal passe. Se acertar, em contato com a pele do animal, ele tem o terceiro sinal perceptivo: ele crava os ferrões e começa a ingerir um líquido, que não precisa ser sangue, mas precisa ter a temperatura do sangue, incha, fica do tamanho de um caroço de ervilha e morre. Este é o mundo próprio do carrapato. Todo o resto é como se não existisse. Três sinais perceptivos, três afetos: é nesse mundo que o carrapato se move.

Deleuze & Guattari (1997) propõem que pensemos o mundo próprio como uma espécie de meio morfogenético. Associado a um indivíduo, ele é também um meio orgânico. Querendo ou não, todo indivíduo habita um mundo. Em relação ao mundo próprio, nós podemos pensar a terra como englobante, o próprio plano da

natureza, que acolhe todos os mundos sendo indiferente a este ou aquele mundo em particular.

Já em relação ao território, não é a constituição de um mundo próprio que garante um território. Território, então, se caracteriza por um conjunto de marcas expressivas resultantes de uma série de atos igualmente expressivos que o indivíduo promove num meio com o pressuposto de construir uma morada. Essa matéria expressiva é extraída do mundo próprio, ou seja, dos meios que compõem o indivíduo.

Por exemplo, o lobo marca seu território pela urina, que possui um cheiro diferente da urina comum, fazendo da urina uma marca expressiva e marcando um domínio. Quando os atos são puramente funcionais, eles não compõem um território. Mas quando eles se tornam expressivos, tendo como função marcar um domínio, eles são territoriais.

Nesse sentido, podemos dizer que o homem é, por natureza, um animal territorial. Ele marca o território pela voz, através de gestos, posturas, a partir de enunciações. Construímos nos meios pelos quais passamos uma esfera territorial, na qual fundamos uma morada: e assim, somos alunos na universidade, mães diante dos filhos, mulher na relação com o marido, e passamos, em nossa existência, de um território a outro.

A constituição do território se faz pela expressividade, que supõe processos de singularização a partir de um mundo próprio. Pela construção de territórios existenciais, nos exprimimos e nos afirmamos como diferença. A criatividade, então, encontra-se diretamente articulada ao conceito de território. Expressão de um mundo próprio, não é de criatividade que se trata quando o que interessa é a expressão através de um mundo de todos.

O território comporta uma dimensão criativa, mas nele também se inserem regulações pelas leis de codificação que ele comporta. Ou seja, um território também comporta relações de poder. Nesse sentido, os meios de codificação servem para impedir a desterritorialização referida a uma terra, permitindo só desterritorializações relativas que não implicam na construção de territórios existenciais a partir de processos de singularização.

A desterritorialização relativa é o que acontece, por exemplo, quando passamos de um território a outro sem que isso implique, necessariamente, processos criativos, como quando passamos de aluna a mãe. As

desterritorializações são sempre relativas quando estão institucionalizadas, codificadas. Neste caso, nós estamos passando de um território a outro, mas todos esses territórios já estão codificados ou institucionalizados num campo social.

A desterritorialização articulada aos processos criativos é o que os autores chamam de desterritorialização absoluta, sendo o que nos lança de um território a outro a partir de um lançamento para fora do domínio territorial ao qual pertencíamos. E, assim, algo de novo se insere numa nova composição territorial.

Todo território existencial é inseparável do universo de referência. Este universo, por sua vez, se nodula com a subjetividade daquele que habita o território. Através dele, o indivíduo exerce sua potência expressiva, criando uma morada para si. Nele, um indivíduo se reconhece. Com a desterritorialização absoluta, o que acontece é que o indivíduo é arrancado para fora desse domínio.

Não raramente, somos tomados pelo medo, e recorremos a territórios já estabelecidos; ou nos defendemos sintomaticamente; ou nos tornamos violentos e agressivos; ou, enfim, reterritorializamos nesse não-saber e criamos. Traçar novos territórios significa traçar novos modos de existência, criar novas maneiras de existir que resistem às leis de codificações.

A desterritorialização absoluta não é necessariamente a loucura, ou a esquizofrenia como patologia, ou parada de processo, mas aquilo que condiciona a criatividade no próprio processo. Nesse sentido, é preciso assumir o acaso no lugar de controlá-lo. A desterritorialização, portanto, não é caótica porque ela é inseparável de um movimento de reterritorialização.

Quando a desterritorialização é relativa, temos a passagem de um território a outro. Quando é absoluta, não temos mais a passagem de um território a outro, mas temos, sim, a passagem de um território a terra, e a reterritorialização que será a passagem da terra ao território. Quando a territorialização e a reterritorialização estão articuladas à terra, há, indubitavelmente, a emergência de processos criativos.

Em uma cultura que apregoa valores narcisistas, torna-se cada vez mais penoso não nos aferrarmos a certos territórios existenciais. Fixos, esses territórios são facilmente inundados por valores de mercado, ao contrário dos territórios potenciais, estes impossíveis de serem atingidos, pois ainda encontram-se em vias de serem traçados.

A construção do espaço potencial como um espaço a ser preenchido primeiramente pelos fenômenos transicionais, posteriormente pelas brincadeiras, e, em seguida, pela experiência cultural, se configura num espaço de resistência aos valores de uma sociedade que se sustenta na suspensão dos processos criativos inerentes ao viver.

Espaço de passagem a uma terra, através dele torna-se possível a configuração de territórios existenciais que nos trariam a potência da vida. Pela constituição de relações criativas entre nossos mundos interiores e o mundo compartilhado, uma vida que se compõe a partir dos processos inerentes ao viver criativo nos conduz a uma reapropriação da experiência cultural, nos contatando com o que verdadeiramente nos constitui.

Num processo no qual não temos como saber o que vem primeiro, nossas subjetividades ou a experiência cultural, o que nos importa é um entendimento que nos permita um olhar crítico sobre nossas próprias vidas, levando-nos ao movimento, sem a pretensão de que encerraremos, aqui, tudo o que há nesse ato, complexo, que é viver. Dessa maneira, não somos opositores às transformações subjetivas, o que nos levaria a um apego excessivo a identificações que paralisaria o processo.

O que pretendemos pontuar é que, justamente por sua relevância para que possamos nos constituir subjetivamente, é que tais transformações são investidas e que, assim, este processo que nos é constitutivo e que pertence ao viver criativo resta incompleto. A fim de responder a esse movimento que, investido, alcança uma velocidade maior do que a que lhe seria própria, estão os valores atrelados a um poder econômico, desviando e atraindo para si o que, por princípio, deveria estar localizado na área transicional da experiência.

Despotencializada, acreditamos num processo de potencialização dessa área, o que implica numa restituição de uma dimensão criativa da vida a partir da configuração de novos modos existenciais que não precisariam de modelos idealizados nos quais se ancorar. Esta restituição possui como algo que está de tal maneira atrelada a ela que fica impossível dizer o que primeiro, uma restituição também dos laços sociais, pois, livre dos investimentos essencialmente narcísicos que geralmente fazemos, o outro nos apareceria não mais como o nosso reflexo no espelho, somente para fins de uma sustentação egóica, mas o outro poderia, assim,

novamente marcar sua posição de alteridade a fim que um “entre” nós se estabeleça.

5

Conclusão:

Resistir é possível

Em tempos de um maciço investimento nas subjetividades de valores que viriam ocupar o lugar de estruturas mais sólidas, valores estes que, em consonância com um mercado em constante processo de produção de bens, cuja variedade não cessa de aumentar, suscita em nossas existências formas que variam numa velocidade tal que não temos tempo para, de fato, absorvê-las.

O assombro que nos causa vem acompanhado por uma sensação de vertigem; parece que nos falta o chão. Despotencializados, lamentamos os bons tempos da solidez das instituições, da família e dos bons costumes. Em tempos em que tudo que é sólido desmancha no ar, a promessa de volta desses finados bons tempos ressurgue com a esperança de dias melhores.

Ao mesmo tempo, vivemos hoje em dia uma liberdade como nunca se vira antes. No entanto, um olhar mais atento ao que é visto como liberdade nos leva à conclusão de que se trata de uma estranha liberdade, que necessita de câmaras, grades, telefones celulares, toda uma parafernália que dê, em consonância com a liberdade tanto esperada, um sentimento de segurança.

O mais curioso é que, por princípio, liberdade e segurança andam em vias opostas. Assim, a liberdade se afasta na medida em que a segurança se aproxima, e estamos tanto mais seguros quanto menos liberdade e vice-versa. Seguros em nossos condomínios fechados, podemos circular livremente pelos limites delimitados por suas grades, livres daqueles que, em sua diferença, provocam, dentre outros, sentimentos de medo e ódio¹.

É preciso evitar ‘as invasões bárbaras’² desses que devem ser mantidos afastados. O encontro inevitável com a diferença que os constitui deve ser evitada, a fim de que possamos nos manter estáveis, indiferentes, e assim conservamos

¹ Cf. Vilhena, 2002.

² Aludimos, aqui, ao filme de mesmo nome, do diretor Denys Arcand.

tanto nossos territórios demarcados espacialmente quanto nossos territórios existenciais, nos quais nos reconhecemos e nos fazemos reconhecer.

Característica de nosso convívio social, observamos estas mesmas engrenagens em nossa constituição subjetiva. Nesse sentido, sobrevivemos, presos a nossos territórios existenciais que, como as grades do condomínio, cerceam nossa subjetividade e nos prendem a identificações que despotencializam o que consideramos, aqui, como força vital, inerente ao próprio viver.

Narcísicos, a diferença como o que pode nos conduzir a outras configurações subjetivas, provoca sentimentos de terror, levando-nos a nos aferrarmos a identificações que vão de encontro aos processos criativos. Reagimos a essas invasões bárbaras. Sobrevivendo, negamos a vida em seu cerne, no que ela tem de poder de diferenciação e abertura para o novo.

A diferença é ameaçadora: tanto a diferença personificada no outro que difere de mim, quanto a diferença que diz respeito ao outro que, em mim, difere, pois ela é o que leva, inexoravelmente, a outras configurações, a outras constituições, sejam espaciais, sejam existenciais. O que não nos damos conta quando buscamos freneticamente a segurança, sempre ameaçada, é que a diferença não cessa de insistir. Ela pulsa, e pode emergir nas mais diferentes formas.

É assim que evocamos, mais uma vez nesta pesquisa, Clarice Lispector. Em seu romance, “A paixão segundo G.H.”, num belo dia a protagonista acorda e resolve limpar aquele quarto destinado ao que é estranho, diferente, aos estranhos que habitam sua casa: o quarto de sua empregada. De repente, ela se depara com uma barata. “Diante da barata viva, a pior descoberta foi a de que o mundo não é humano, e de que não somos humanos” (Lispector, 1998, pág.69). Como parte desse inumano, entendemos que se encontram os processos que, a despeito de nos constituírem, escapam às formas nas quais nos reconhecemos.

É assim que G.H. começa o relato de sua experiência frontal com o inominável: “_ _ _ _ _ estou procurando, estou procurando. Estou tentando entender. Tentando dar a alguém o que vivi e não sei a quem, mas não quero ficar com o que vivi. Não sei o que fazer do que vivi, tenho medo dessa desorganização

profunda. Não confio no que me aconteceu. Aconteceu-me alguma coisa que eu, pelo fato de não a saber como viver, vivi uma outra? A isso quereria chamar desorganização, e teria a segurança de me aventurar, porque saberia depois para onde voltar: para a organização anterior. A isso prefiro chamar desorganização pois não quero me confirmar no que vivi – na confirmação de mim, perderia o mundo como eu tinha, e sei que não tenho capacidade para outro.” (idem, pág.11)

Não encontramos palavras para expressar tão bem quanto Clarice Lispector o que viemos descrevendo acerca do repúdio à diferença. Valendo-se disso, valores são consumidos como produtos, a fim de que não tenhamos que nos haver com esse inumano, porque fora da cultura, em nós. Não sabemos ou, muitas vezes, não podemos lidar com nossa própria ‘natureza humana’³.

Tentamos, ao longo desta pesquisa, buscar meios que nos permitissem melhor entender esses processos que, sorrateiramente, não deixam de nos acometer e de abalar estruturas já bem fixadas, territórios bem delimitados, que conferem à existência uma estabilidade. Em nosso percurso, percebemos que, paradoxalmente, estes processos que constituem nossa natureza humana não podem ser considerados, paradoxalmente, separados da cultura.

Inicialmente presentificada na relação da mãe com seu bebê, os elementos culturais exercem influência em nossa constituição através dos cuidados prestados num momento em que há uma total dependência do bebê em relação à pessoa responsável por seus cuidados. Imersa num meio social, é, em conjunto com os elementos que fazem parte de sua configuração existencial, que essa mãe se relaciona com seu filho.

A maneira como cuida de seu bebê possibilitará ou não a constituição de um espaço, chamado por Winnicott de espaço potencial ou transicional. Esses cuidados, quando o bastante para que a criança possa se desenvolver ou, nas palavras de Winnicott, quando ‘suficientemente bons’, possibilitam que o indivíduo mantenha com o mundo relações criativas que acontecem nesse espaço abstrato chamado de potencial.

³ Título de um livro de D.W.Winnicott

Estas relações podem ser criativas porque entram em contato com o que o indivíduo tem de mais verdadeiro em seu ser, o que pode se constituir por uma relação com um ambiente que não se revelou intrusivo, respeitando as suas capacidades de com ele lidar. Esse ambiente assim apresentado nos cuidados maternos permite a emergência do verdadeiro *self*.

Como o que há de mais verdadeiro em nós, para que possamos nos sentir vivos é necessário que uma comunicação com esse núcleo seja possível, o que acontece através do espaço transicional. Somos criativos quando as relações que travamos durante nossa existência passam por esse estranho lugar, não localizável, do qual não faz parte nem a realidade interna, própria do indivíduo, nem a realidade externa, do mundo compartilhado.

Porém, apesar de não fazerem parte deste lugar, estas realidades nele se comunicam, se tocam, nessa fronteira que, assim, comporta essas duas realidades. Paradoxal por excelência, é neste lugar que acontece a vida. É por habitarmos esse espaço que podemos nos sentir real. É através dos processos criativos que nele se irrompem que podemos, então, nos constituir subjetivamente em consonância com os processos inerentes ao viver.

Assim, nossos territórios existenciais se configuram com pontas de desterritorialização que remetem sempre a outros territórios possíveis, segundo Deleuze e Guattari. Mas esse movimento, próprio da vida, metaestável, pode ser corrompido ou até mesmo paralisado. Se consideramos que as relações entre o indivíduo e a sociedade é uma consequência do desenvolvimento emocional, o que tem suas raízes no fato da dependência inicial do humano, não podemos, portanto, pensar na realização pessoal sem o suporte do meio social, ou o seu inverso, quer dizer, não há como também entendermos a sociedade independente dos processos de crescimento dos indivíduos que a compõem. Impossível de atribuímos uma relação de prioridade entre o que seria da ordem subjetiva e o que seria da ordem social, temos que avaliar os seus atravessamentos.

Nessa dimensão paradoxal e variante que compõe não só os indivíduos, mas também a sociedade, há algo que permanece a despeito da época ou da formação social: o fato de que, ao nascermos, necessitamos plenamente dos cuidados de um outro, que é, geralmente a mãe. Juntamente com esse raciocínio, podemos pensar

também que, se dependemos desses cuidados para que possamos emergir como pessoa, há algo de nossa constituição que atravessa os tempos e que, aqui, consideramos como os processos criativos da subjetividade. A “experiência cultural”, segundo Winnicott.

Propomos uma reflexão sobre a maneira pela qual uma determinada cultura influencia esses processos, característicos de nossa natureza humana. O que pensar de uma sociedade que, apoiada numa política de consumo, precisa de um mercado que a sustente? Essa sustentação, que nos parece num primeiro momento apenas material, se desdobra num investimento subjetivo que faz com que as pessoas consumam de coisas a subjetividades.

Dessa maneira, não basta fabricar o produto, mas é preciso que haja uma demanda por aquele produto que é fabricado, a fim de que se possa vendê-lo. “A propaganda é a alma do negócio; mas esse negócio que vende não tem alma; necessidades vendidas na sessão da tarde”, nos diz os versos da canção⁴. Atravessados por subjetividades midiáticas, consumimos de produtos a padrões de beleza, numa configuração de territórios existenciais que se fazem numa velocidade tal que não temos tempo para o repouso que nos conduz uma passagem pela área transicional.

Desconectado e sentindo o ambiente como intrusivo, o verdadeiro *self* se oculta para fins de sobrevivência. Em seu lugar se apresenta um falso *self* e, junto com ele, uma sensação de vazio. Procuramos ansiosamente por algo que nos dê, ainda que de forma fugaz, uma sensação de que a vida vale a pena ser vivida. Da mesma forma, procuramos fazer comunidade, o que nos daria um sentimento de pertencimento em tempos de laços sociais enfraquecidos.

Posto dessa maneira, a sensação é de abafamento, falta de ar fresco, sufocamento, como se morássemos em Argia, uma das cidades com nome de mulher de Ítalo Calvino. Enterrado, cada vez mais oculto, se encostarmos os ouvidos no chão, tal como os visitantes de Argia, talvez possamos ouvir um ruído que insiste, uma manifestação criativa da vida, um sinal do verdadeiro *self*.

⁴ Música da banda pernambucana “Nação Zumbi”.

Pois, mesmo que vivamos em uma sociedade na qual as desterritorializações são sempre relativas, o que nos faz mudar de um território a outro, estes sempre codificados, conformes às estratificações sociais, as pontas de desterritorializações não deixam de compor com os territórios, o que nos dá indicações de que, afinal, a vida não se deixa abater.

Apostar na potência da vida: é essa a mensagem que os autores abordados nesta pesquisa nos passam. Todos eles, sem exceção, nos falam no sentido de uma positivação do que de mais natural há no humano, única via pela qual podemos, então, através de seus efeitos mais amplos, construir um novo tecido social. Como não podemos proceder a uma atribuição de ordem nesses processos, investir em melhores condições de vida também tem implicações na maneira como nos constituímos subjetivamente, facilitando assim a emergência da criatividade em nossas subjetividades.

Dessa maneira, será que estamos dando a devida atenção aos sintomas contemporâneos? O que estariam nos dizendo nossos deprimidos, panicados, estressados? Nesse sentido, devemos ampliar nossa escuta para além de suas histórias pessoais, pois essas subjetividades se encontram inundadas dos valores que atravessam uma cultura.

É assim que a depressão tem muito a nos dizer acerca dos imperativos da ação rápida e eficiente, tão valorizada em nossos tempos. Da mesma maneira, uma análise sobre as subjetividades que encontram na agressividade uma forma de expressão também dizem muito de uma época na qual os processos criativos se encontram separados da vida cotidiana.

Vale pontuar, aqui, que essa agressividade que se manifesta no ato violento contra o outro não é a agressividade valorizada na teoria winnicottiana. Para Winnicott, a agressividade é fundamental para que o indivíduo possa manter com o mundo relações criativas, uma vez que ela é o que impulsiona na direção de objetos que fazem parte do mundo compartilhado.

Nessa relação de afetação mútua entre o que é da ordem da cultura, com o que é da ordem do natural no humano, os sintomas, em qualquer época, nos revelam que, não obstante a existência de uma investida de ordem social no

sentido de uma paralisação dos processos criativos, existe uma natureza em nós que insistem e que pertencem ao viver – criativo.

Essa investida se faz porque novas formas de configurações subjetivas sempre vão compor uma ameaça à manutenção de certos estratos sociais. Mas não nos sintamos privilegiados, isso não é uma característica de nossos tempos! Uma vez que novas configurações subjetivas se prolongam em novas configurações sociais, podemos encontrar formas de dominação em qualquer época. Porém, nunca se investiu tanto nas subjetividades como agora.

Através de mecanismos que injetam nos corpos eficientes formas de controle da vida, o que Foucault chama de “biopoder”, entramos num tipo de sociedade que Deleuze denomina “sociedades de controle”. Sorrateiros como uma serpente, estes mecanismos se alastram pelo tecido social, adentram nossas subjetividades, influenciam nossas formas de sentir, de amar, de sofrer. Segundo uma prerrogativa de uma vida que deve ser vivida de acordo com os padrões de uma sociedade do bem-estar acima de tudo, quando o natural no humano nos invade, é sempre com um estranhamento que o recebemos.

Dessa forma, todas as condições que nos acometem e, a despeito de fazerem parte da vida, destoam desses modelos ideais de felicidade, nos aparecem como algo que deve ser, imediatamente, extirpado. Assim acontece com os afetos tristes, ou quando queremos nos entregar ao ócio⁵, ou ainda quando achamos que precisamos perder aquelas gramas a mais.

Ou ainda quando, num encontro com o inesperado, com a diferença pura, algo da ordem de um indecível se instaura em nós por uma suspensão dos elos causais que emprestavam a nossa existência uma forma estável. Nesse instante, algo se rompe e, para que possamos continuar, é preciso tecer, cuidadosamente, um caminho a ser percorrido.

Lançar-nos nesse indecível é arcar com as consequências de uma configuração que não se reduz às configurações antes estabelecidas, ainda que lançar-se no novo deve comportar algo da ordem de uma ressonância entre as configurações possíveis para que possa, então, haver uma consistência. No

⁵ Fazemos referência, neste momento, ao livro “O ócio criativo”

entanto, até que esse plano de consistência possa ser traçado, é preciso um tempo, este não cronológico, mas faz-se necessária uma pausa, um momento de repouso, no qual podemos relaxar e, então, sermos o que realmente somos.

Este processo pode ser aterrador. Não conseguimos entender. Viver ultrapassa qualquer entendimento⁶. Se se tratasse apenas de uma desorganização, seria mais fácil, pois saberíamos para onde voltar: para a organização anterior. No entanto, pelo novo que comporta uma tal experiência, não é possível voltar para a organização anterior. Com medo, paralisamos: “na confirmação de mim, perderia o mundo como eu tinha, e sei que não tenho capacidade para outro”, nos diz G.H⁷.

Investida narcisicamente, vivemos como se nossas subjetividades, múltiplas, fossem uma só subjetividade. Negamos a multiplicidade que nos compõe e que empresta ao viver um colorido que só conseguimos pelos encontros que fazemos, que nos afetam, que nos deixam alegres ou tristes, que nos dão potência ou, ao contrário, nos enfraquecem. Não importa, desde que possamos nos afetar. E, se isso acontece, acessamos, imediatamente, nosso verdadeiro *self*.

O diferencial pode residir, então, na resposta a esse plano de afetação: voltar a organização anterior? Isso não seria possível porque, uma vez afetados, só calamos as moções intensivas se as enterramos bem lá no fundo, junto aos habitantes de Argia. Nos colamos a organizações já prontas, que nos são oferecidas como pastas de dentes? Talvez essa seja a resposta a qual sejamos levados mais prontamente, mas não tardará em chegar o momento de outros encontros que, pela intensidade que portam, nos conduzem, de novo, a este indecidível.

Talvez seja o momento, então, de habitarmos esse lugar onde é possível relaxar, de permitirmos com que essas forças, estrangeiras, ao nos afetar componham com as nossas, configurando novas formas de existência, formas estas que sejam um prolongamento dos processos criativos que habitam em nós e que, ainda assim, fazem com que nos sintamos invadidos quando se irrompem.

⁶ Cf. capítulo I, poema de Clarice Lispector.

⁷ Cf. pág.218.

Dessa maneira, tentamos formular uma resposta à pergunta: resistir é possível?

Acreditamos que sim. Apesar do anestesiamiento provocado por esses processos de produção de uma subjetividade serializada, os processos criativos inerentes à vida continuam lá; eles insistem e pulsam. É somente por seu intermédio que alcançamos formas criativas de possíveis que fazem frente à massificação quase sem escolhas dos dias atuais. Como produtora de territórios existenciais, a experiência cultural deve possibilitar estes processos de criação, única via pela qual, ainda, é possível resistir, pois só assim podemos criar possíveis que escapem dos modelos estabelecidos e que nos são oferecidos sob as insígnias de uma falsa liberdade.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, A. (1992) **Companhia viva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. 256 p.

BAUMAN, Z. **Comunidades: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 213 p.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 360 p.

BEZERRA Jr, B.C. **O lugar do corpo na experiência do sentido: uma perspectiva pragmática**. In: BEZERRA Jr, B. C.; PLASTINO, C. A. (Org.). **Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje**. Rio de Janeiro, 2001, pp. 13-42. 384 p.

_____. **Winnicott e Merleau-Ponty**. In: BEZERRA Jr., B. & ORTEGA, F. (orgs.). **Winnicott e seus interlocutores**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, pp.35-65. 390 p.

BEZERRA Jr., B.C. & ORTEGA, F. (orgs.). **Winnicott e seus interlocutores**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. 390 p.

BIRMAN, J. **Corpos e formas de subjetivação em psicanálise**. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/mundial_rj> Acesso em: março, 2009.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 150 p.

De LEO, A. **Na praia do mar dos mundos sem fim... Mães e crianças brincam:** criando um espaço terapêutico para mães e bebês. Tese de doutorado. PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2005.

DELEUZE, G. **Conversações**. 2ª.edição. São Paulo: Editora 43, 1998. 229 p.

_____. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2004. 171 p.

_____. **Diferença e repetição**. São Paulo: Graal, 2006. 437 p.

_____. **Lógica do sentido**. 4ª.edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. 342 p.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, volume IV, 1997. 170 p.

_____. _____. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1997. 279 p.

EHRENBERG, A. **La fatigue d'être soi:** dépression et société. Paris: Odile Jacob, 1998.

_____. **Entrevista concedida a Michel Botbol**. In: **Revista Ágora:** Estudos em Teoria Psicanalítica vol.7 - no.1 Rio de Janeiro Julho/Jan. 2004. Entrevista de Alain Ehrenberg a Michel Botbol.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002. 295 p.

_____. **O poder psiquiátrico.** In: FOUCAULT, MICHEL. **Resumo dos curso do Collège de France (1970-1982).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 134 p.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 1996. 158 p.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 262 p.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: Editora 34, 1992. 203 p.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1996. 327 p.

GOMES, M.C.F. **As interlocuções do desejo.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

GOODWIN, C.J. **A história da Psicologia moderna.** São Paulo: Cultrix, 2005. 584 p.

KAFKA, F. **A metamorfose.** São Paulo: Ed. Schwarcz, 2002. 270 p.

KRISTEVA, J. **As novas doenças da alma.** Rio de Janeiro: Rocco, 2002. 239 p.

KUPERMANN, D. **A experiência psicanalítica e a cultura contemporânea: uma leitura.** Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/mundial_rj> Acesso em: março, 2009.

_____. **Por uma outra sensibilidade clínica: Fale com ela, Doutor!** Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/mundial_rj> Acesso em: março, 2009.

LIMA, B. de S. **Do amor em tempos de cólera:** agressividade, subjetividade e cultura. Tese de doutorado, PUC- RJ, 2007.

LIPOVETSKY, G. **A sociedade pós-moralista:** o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. São Paulo: Editora Manole, 2005. 258 p.

LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 180 p.

_____. **Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres.** Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1993. 182 p.

LUZ, R. **Comunicação escrita e pensamento:** o exemplo de D.W.Winnicott. In: BEZERRA Jr., B.C. & ORTEGA, F. (orgs.). Winnicott e seus interlocutores. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007, pp.13-34. 390 p.

_____. **O espaço potencial: Winnicott.** S/d.

MACIEL Jr., A. **Clínica e ética:** biopoder e possibilidade de escolha. Projeto apresentado ao mestrado de Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito para o desenvolvimento de uma pesquisa no Departamento de Psicologia na condição de recém-doutor. Niterói. Setembro de 2002.

_____. **O que nos faz pensar?** As condições do pensamento na experiência-limite. Tese de doutorado. IP/UFRJ, 2001.

MAIA, M. V. C. M. **“Rios sem discurso”:** reflexões sobre a agressividade da infância na contemporaneidade. São Paulo: Ed. Vetor, 2007. 287 p.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 298 p.

- MASI, D. de. **O Ócio Criativo**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2000. 328 p.
- MELO, D. A. **Duração e subjetividade**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia – Estudos da Subjetividade/UFF, 2005.
- MILLER, J.-A. **O percurso de Lacan: uma introdução**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 152 p.
- PELBART, P. P. **A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea**. São Paulo: Iluminuras, 2000. 222 p.
- PHILLIPS, A. **Winnicott**. São Paulo: Idéias & Letras, 2006. 235 p.
- REIS, E. S. **Nas dobras do corpo – por uma clínica das intensidades**. In: **Cadernos de Subjetividade**. São Paulo, v. 5, n. 2, 1997, pp. 335-341.
- ROLNIK, S. **“Fale com ele” ou como tratar o corpo vibrátil em coma**.
Disponível em:
<<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/falecomele.pdf>>
Acesso em: março, 2009.
- ROSÁRIO, S. **Brincar de viver: Experimentações entre Winnicott, Deleuze e Guattari**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia – Estudos da Subjetividade/UFF, 2007.
- SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 448 p.
- SIMONDON, G. **A gênese do indivíduo**. In: **O reencantamento do concreto**. Cadernos de Subjetividade. São Paulo: Hucitec, 2003, pp.97-118.
- UEXKÜLL, J. von. **Dos animais e dos homens**. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 1982. 272 p.

VILHENA, J. A **Arquitetura da violência**. Reflexões acerca da violência e do poder na cultura. In: Cadernos de Psicanálise. Rio de Janeiro, SPCRJ. Vol.18. N.21, 2002, pp 181-200.

_____. **Até que o amor nos separe...Algumas reflexões acerca da família contemporânea**. Trabalho apresentado no I Encontro Internacional de Família e Psicanálise. Agosto de 1998, Universidade de São Marcos, São Paulo e publicado em *Cadernos do Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, SPID, V.31, 1999, pp. 129-142.

_____. **Da cidade onde vivemos a uma clínica do território. Lugar e produção de subjetividade**. Publicado em: Pulsional Revista de Psicanálise. São Paulo. Ed. Escuta. XV; n. 163, 2002, pp. 48-54.

_____. **Palavras sufocadas...atos desesperados. Violência, lei e subjetivação**. Latin American Journal of Psychopathology on line.Vol.5 (2), 2008, pp. 241-252.

_____. **Tá tudo dominado... Cidade, confinamento e subjetividade**. In: Vilhena, J. (org) **A clínica na universidade. Teoria e prática**. Rio de Janeiro. Ed. PUC/Loyolla, 2004, pp 95-111.

VILHENA, J. & MAIA, M.V.M. **Agressividade e violência**. Reflexões acerca do comportamento anti-social e sua inscrição na cultura contemporânea. In: Revista Mal-Estar e Subjetividade, UNIFOR, Fortaleza, v. II n. 2, 2003, pp. 27-58. Disponível em: <<http://www.unifor.br/notitia/file/131.pdf>> Acesso em: dezembro, 2008.

VILHENA, J. & De LEO A. **Clínica psicanalítica com comunidades**. Um desafio contemporâneo. In: Cadernos do Tempo Psicanalítico. Rio de Janeiro, SPID n.32, 2000, pp 09-35.

VILHENA, J. & NOVAES, J.V. **O corpo e suas narrativas**. Culto ao corpo e envelhecimento feminino. Psychologica. N. 50. Coimbra. Portugal, 2009.

VILHENA, J.; MAIA, M.V.M.; NOVAES, J.V. & BITTENCOURT, M.I. **Cortando e costurando a gente vai criando**. A agressividade como forma de comunicação. In: Vilhena, J. (org) **A clínica na universidade**. Teoria e prática. São Paulo. Ed. Loyolla/PUC, 2004, pp 205-226.

VILHENA, J.; MAIA, M.V.M.; NOVAES, J.V. **Destituição da infância e crise na contemporaneidade**. In: Pulsional Revista de Psicanálise. São Paulo. Editora Escuta, 2005, pp 85-91. Disponível em:
<<http://www.pulsional.com.br/conteudo.asp?t=6&c=343>> Acesso em: dezembro, 2008.

VILHENA, J. & BITTENCOURT.M.I.G.F. **A espinha partida**. Considerações acerca da violência no filme Tsotsi – Infância Roubada. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. UERJ .Vol. 8, (3), 2008. Disponível em:
<<http://www.revispsi.uerj.br/v8n3/artigos/pdf/v8n3a05.pdf>> Acesso em: janeiro, 2009.

VILHENA, J. MEDEIROS, S. & NOVAES, J.V. **A violência da imagem**. Estética, feminino e contemporaneidade. In: **Revista Mal Estar e Subjetividade**. Vol.VI. N.2, 2005, Fortaleza. UNIFOR. Disponível em:
<<http://www.unifor.br/notitia/file/797.pdf>> Acesso em: novembro, 2008.

WINNICOTT, D.-W. (1945) **Desenvolvimento emocional primitivo**. In: WINNICOTT, D.-W. (1958). **Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp. 218-232.

_____. (1947) **O ódio na contratransferência**. In: WINNICOTT, D.-W. (1958) **Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp.277-287.

_____. (1948) **A reparação relativa à defesa organizada da mãe contra a depressão.** In: WINNICOTT, D.-W. (1958) *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp. 156-162.

_____. (1949) **A mente e sua relação com o psicossoma.** In: WINNICOTT, D.-W. (1958) *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp. 332-346.

_____. (1950) **A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional.** In: WINNICOTT, D.-W. (1958). *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp. 288-304.

_____. (1952) **Psicoses e cuidados maternos.** In: WINNICOTT, D.-W. (1958) *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp. 305-315.

_____. (1956) **Preocupação materna primária.** In: WINNICOTT, D.-W. (1958) *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, pp.399-405.

_____. (1958a) **Família e maturidade emocional.** In: WINNICOTT, D.-W. (1965) *A família e o desenvolvimento individual*. 3ª.edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp.129-140.

_____. (1958b) **O primeiro ano de vida: Concepções modernas do desenvolvimento emocional.** Artigo publicado na Medical Press. In: WINNICOTT, D.-W. (1965) *A família e o desenvolvimento individual*. 3ª.edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp.3-20.

_____. (1958c) **Psicanálise do sentimento de culpa.** In: WINNICOTT, D.-W. (1979) *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, pp.19-30.

_____. (1959/1964) **Classificação: Existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica?** In: WINNICOTT, D.-W. (1979) O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, pp.114-127.

_____. (1960a) **Crescimento e desenvolvimento na fase imatura.** Programa de Rádio da BBC. In: WINNICOTT, D.-W. (1965) A família e o desenvolvimento individual. 3ª.edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp.29-42.

_____. (1960b) **Distorções do ego em termos do falso e verdadeiro self.** In: WINNICOTT, D.-W. (1979) O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, pp.128-139.

_____. (1960c) **A família afetada pela patologia depressiva de um ou ambos os pais.** Palestra proferida à Association of Child Care Officers. In: WINNICOTT, D.-W. (1965) A família e o desenvolvimento individual. 3ª.edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp.73-88.

_____. (1960/1964) **O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê.** Palestra proferida à Association of Workers for Maladjusted Children. In: WINNICOTT, D.-W. (1965) A família e o desenvolvimento individual. 3ª.edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp.21-28.

_____. (1961) **A criança de cinco anos.** Artigo publicado no Canadian Medical Association Journal. In: WINNICOTT, D.-W. (1965) A família e o desenvolvimento individual. 3ª.edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp.49-58.

_____. (1962a) **A integração do ego no desenvolvimento da criança.** In: WINNICOTT, D.-W. (1979) O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, pp.55-61.

_____. (1962b) **Provisão para a criança na saúde e na crise.** In: WINNICOTT, D.-W. (1979) O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, pp.62-69.

_____. (1963a) **Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos.** In: WINNICOTT, D.-W. (1979) O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, pp.163-174.

_____. (1963) **O desenvolvimento da capacidade de se preocupar.** In: WINNICOTT, D.-W. (1979) O ambiente e os processos de maturação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, pp.70-78.

_____. (1964) **A criança e seu mundo.** 6ª.edição. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 270 p.

_____. (1967) **O conceito de indivíduo saudável.** In: WINNICOTT, D.-W. Tudo começa em casa. 4ª.edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp.3-22.

_____. **O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1975. 203 p.

_____. (1990a) **O gesto espontâneo.** São Paulo: Martins Fontes, 1990. 244 p.

_____. (1990b) **Natureza Humana.** Rio de Janeiro: Imago, 1990. 222 p.

ZAMORA, M. H. et al. **O Sentido dos Atos Destrutivos dos Adolescentes. Entendendo os jovens em conflito com a lei.** S/d.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2004. 124 p.